



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Bruno Duarte Rei

**Entre o Pragmatismo e o Dogmatismo: imprensa de educação e ensino e
Educação Física escolar no Brasil (1976-1979)**

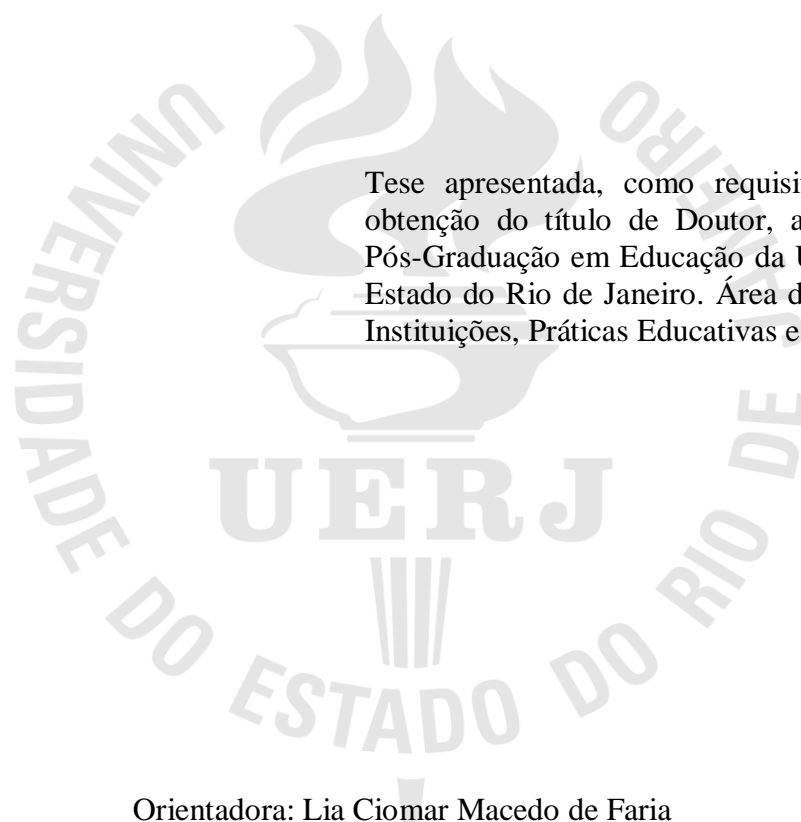
Rio de Janeiro

2019

Bruno Duarte Rei

Entre o Pragmatismo e o Dogmatismo: imprensa de educação e ensino e Educação Física escolar no Brasil (1976-1979)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Instituições, Práticas Educativas e História.



Orientadora: Lia Ciomar Macedo de Faria

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

R347 Rei, Bruno Duarte.
 Entre o Pragmatismo e o Dogmatismo: imprensa de educação e ensino e
Educação Física escolar no Brasil (1976-1979) / Bruno Duarte Rei. – 2019.
 207 f.

 Orientadora: Lia Ciomar Macedo de Faria.
 Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
Educação

 1.Educação – Teses. 2. Periódicos Brasileiros – Teses. 3. Educação Física –
Brasil – Teses. I. Faria, Lia Ciomar Macedo de. II. Universidade do Estado do
Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es CDU 37:070(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Bruno Duarte Rei

Entre o Pragmatismo e o Dogmatismo: imprensa de educação e ensino e Educação Física escolar no Brasil (1976-1979)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Instituições, Práticas Educativas e História.

Aprovada em 15 de fevereiro de 2019.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Lia Ciomar Macedo de Faria (Orientadora)
Faculdade de Educação/UERJ

Prof^a. Dr^a. Márcia Cabral da Silva
Faculdade de Educação/UERJ

Prof^a. Dr^a. Ana Chrystina Venancio Mignot
Faculdade de Educação/UERJ

Prof^a. Dr^a. Sílvia Maria Agatti Lüdorf
Escola de Educação Física e Desportos/UFRJ

Prof^o. Dr^o. Jorge Luiz Ferreira
Instituto de História/UFF

Rio de Janeiro

2019

AGRADECIMENTOS

Fazer, simultaneamente, dois cursos de doutorado não tem sido fácil. Porém, apesar das dificuldades (tanto as previstas quanto as inimagináveis), sigo em frente feliz e com a certeza de que tudo tem valido a pena. Certamente, um dos motivos que me fazem ter tal convicção é a sorte de poder contar com o apoio e incentivo de pessoas especiais, que me acompanharam de perto nesses últimos anos.

Gostaria de agradecer:

à professora Lia Ciomar Macedo de Faria, minha orientadora, pela acolhida, apoio, incentivo, confiança, autonomia, disponibilidade e qualidade das orientações oferecidas, que não se restringiram à elaboração desta tese;

às professoras Márcia Cabral da Silva, Ana Chrystina Venancio Mignot e Sílvia Maria Agatti Lüdorf, e ao professor Jorge Luiz Ferreira, pela disponibilidade, apreciação crítica e qualidade das sugestões oferecidas na condição de integrantes da banca do exame de defesa desta tese;

à professora Márcia Cabral, agradeço, ainda, pela participação e qualidade das sugestões oferecidas na condição de integrante da banca do exame de qualificação desta tese, bem como pelo apoio, incentivo, carinho e toda a atenção que sempre me foi dispensada;

à professora Sílvia Lüdorf, minha orientadora nos cursos de Licenciatura e Mestrado em Educação Física, e ao professor Jorge Ferreira, meu orientador no Curso de Doutorado em História, agradeço, igualmente, pela amizade, companheirismo, parceria, ensinamentos, apoio e incentivo constante.

Também agradeço:

ao professor Antonio Jorge Gonçalves Soares, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelos mesmos motivos expostos nos agradecimentos anteriores a este;

à professora Maria Helena Camara Bastos, integrante da banca do exame de qualificação desta tese, pelos mesmos motivos expostos nos agradecimentos feitos anteriormente à banca do exame de defesa;

às professoras Márcia Cabral, Maria Celi Chaves Vasconcelos, Siomara Moreira Vieira Borba e Sônia de Oliveira Camara Rangel, pelas rápidas, embora fecundas, ideias trocadas sobre esta tese ao longo dos cursos que ofereceram junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro;

a Wagner Barbosa Matias, pela digitalização das edições do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979) disponíveis na Universidade de Brasília;

à Luana Gonçalves Cardoso, pelo apoio, incentivo, carinho e todo o cuidado que me foi prestado nos momentos finais deste doutoramento;

à Camilla de Faria Ferrão, pelos mesmos motivos expostos nos agradecimentos anteriores a este;

aos colegas e às colegas do Laboratório Educação e República (liderado pela professora Lia Faria e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), do Brasil Republicano: Pesquisadores em História Política e Cultural (liderado pelo professor Jorge Ferreira e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense) e do Núcleo de Estudos Sociocorporais e Pedagógicos em Educação Física e Esportes (liderado pela professora Sílvia Lüdorf e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro), pela convivência fraterna e ensinamentos recebidos nos seus mais diversos espaços de formação;

aos colegas e às colegas do Colégio Pedro II, em especial àqueles e àquelas do *Campus* São Cristóvão I, pela convivência fraterna, apoio e todo o incentivo que sempre me foi dado em meu ambiente de trabalho;

e aos meus alunos e às minhas alunas, pois sem eles e elas todo o investimento que tenho feito em minha formação continuada perderia grande parte de seu sentido.

Não poderia deixar de agradecer:

à Biblioteca Nacional, à Universidade Estadual de Campinas, à Universidade de São Paulo, à Universidade Federal Fluminense e à Universidade Federal do Rio de Janeiro, instituições que sempre me acolheram em suas dependências e me disponibilizaram grande parte das fontes utilizadas nesta tese;

à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e aos servidores e às servidoras que nela exercem funções técnico-administrativas, por me acolherem desde 2015 e me oferecerem todo o suporte necessário para realização desta tese;

à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, pela bolsa de estudo a mim concedida.

Por fim, agradeço especialmente:

aos meus familiares, sobretudo aos meus pais, Ana Maria Duarte da Silva e Ronaldo Rei de Campos, aos meus avós, Armindo Ferreira da Silva, Emilia Judite Duarte Campos (*in*

memoriam), Silvio Vianna de Alencar e Elvira Rei de Campos, ao meu irmão, Pedro Duarte Rei, à minha madrinha Rosângela Rei de Campos, e ao meu padrinho, Luiz Carlos Duarte da Silva (*in memoriam*), pelo companheirismo, parceria, ensinamentos, apoio, incentivo e amor incondicional;

e, pelos mesmos motivos expostos nos agradecimentos anteriores a este, à Mariana da Costa Portugal, minha companheira, e família: Sergio de Aguiar Portugal, Angelica da Costa Portugal e Natália da Costa Portugal.

Afora tudo que foi dito, é sempre válido lembrar que, apesar de todo o auxílio recebido das referidas pessoas e instituições, sou o único o responsável pelas análises contidas nesta singela tese.

RESUMO

REI, Bruno Duarte. *Entre o Pragmatismo e o Dogmatismo: imprensa de educação e ensino e Educação Física escolar no Brasil (1976-1979)*. 2019. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Na presente tese, analisa-se, no recorte temporal compreendido entre 1976 e 1979, as tensões entre as concepções de Educação Física escolar expressas na imprensa especializada em Educação Física e esportes e na documentação oficial referente ao ensino do referido componente curricular. Defende-se a hipótese que, mais do que uma porta-voz do regime militar, a imprensa especializada em Educação Física e esportes caracterizou-se, potencialmente, como um elemento dificultador da implementação das estratégias oficiais de conformação da Educação Física escolar no Brasil (1976-1979). Demonstra-se como é que, ao pôr em circulação concepções alternativas sobre o componente curricular em destaque, grande parte dos impressos especializados em Educação Física e esportes geraram – inclusive, em alguns casos contraditoriamente – condições para que os profissionais que atuavam na área pudessem se apropriar de fundamentos distintos dos contidos no modelo propagado pela ditadura militar por meio da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”.

Palavras-chave: Educação Física escolar. Imprensa de educação e ensino. Lutas de representações. Ditadura militar (Brasil).

ABSTRACT

REI, Bruno Duarte. *Between Pragmatism and Dogmatism: education and teaching press and school Physical Education in Brazil (1976-1979)*. 2019. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

This thesis analyzes, in the temporal cut between 1976 and 1979, the differences in school's Physical Education conceptions expressed in specialized press in Physical Education and sports and in official documents that referred to this curricular component. It is defended the hypothesis that, more than being just a vehicle for the military dictatorial regime's voice, the specialized press in Physical Education and sports was characterized, potentially, as an element that added difficulties to the implementation of official strategies for school Physical Education conformation in Brazil (1976-1979). It is shown that, by publishing alternative perceptions about the curricular component under debate, a large part of the magazines specialized in Physical Education and sports created – by the way, in some cases contradictorily – conditions for professionals of this area to achieve conceptions that were differentiated from the model propagated by the military dictatorship through “*Política*” and “*Plano Nacional de Educação Física e Desportos*”.

Keywords: School Physical Education. Education and teaching press. Representations fights. Military dictatorship (Brazil).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Índice e ciclo de vida dos periódicos especializados em Educação Física e esportes que circularam no Brasil (1964-1985).....	13
Quadro 2 – Ritmo de publicação dos periódicos especializados em Educação Física e esportes que circularam no Brasil (1976-1979), com exceção da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” e da “Revista de Educação Física”.....	44
Quadro 3 – Categorização dos autores que publicaram artigos nos periódicos especializados em Educação Física e esportes que circularam no Brasil (1976-1979), com exceção da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” e da “Revista de Educação Física”.....	60
Quadro 4 – Número de anúncios publicitários nos periódicos especializados em Educação Física e esportes que circularam no Brasil (1976-1979), com exceção da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” e da “Revista de Educação Física”.....	68
Quadro 5 – Colunagem predominante nos periódicos especializados em Educação Física e esportes que circularam no Brasil (1976-1979), com exceção da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” e da “Revista de Educação Física”.....	83
Quadro 6 – Média de páginas por edição dos periódicos especializados em Educação Física e esportes que circularam no Brasil (1976-1979), com exceção da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” e da “Revista de Educação Física”.....	84
Quadro 7 – Índice temático dos artigos publicados na “Esporte e Educação” (1977).....	91
Quadro 8 – Índice temático dos artigos publicados na “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” (1978-1979).....	92
Quadro 9 – Índice temático dos artigos publicados na “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” (1979).....	93
Quadro 10 – Índice temático dos artigos publicados na “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” (1976-1979).....	94
Quadro 11 – Índice temático dos artigos publicados no “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979).....	95

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Propaganda da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” publicada na edição de número 3 (1977) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.....	59
Figura 2 – Propaganda da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” publicada na edição de número 5 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.....	64
Figura 3 – Propaganda da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” publicada na edição de número 4 (1978) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.....	67
Figura 4 – Propaganda da Pacta Eng. Com. LTDA. publicada na edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação”.	69
Figura 5 – Propaganda da Cetemar Turismo e Passagens LTDA. publicada na edição de número 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”.....	71
Figura 6 – Propagandas de médicos/clínicas de medicina esportiva publicadas na edição de número 1 (1979) da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”.....	72
Figura 7 – Propaganda do Departamento de Educação Física da Universidade Gama Filho publicada na edição de número 4 (1978) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.....	74
Figura 8 – Propaganda da Universidade Gama Filho publicada na edição de número 5 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.....	74
Figura 9 – Propaganda da “Campanha Artus de Orientação Desportiva” publicada na edição de número 5 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.....	76
Figura 10 – Propaganda da “Campanha Artus de Orientação Desportiva” publicada na edição de número 6 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.....	76
Figura 11 – Propaganda do Banco Nacional de Habitação publicada na edição de número 4 (1978) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.....	78
Figura 12 – Propaganda da Federação Internacional de Educação Física publicada na edição de número 1 (1977) do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”.....	80

Figura 13 – Propaganda da Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura publicada na edição de número 12 (1979) do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”.	81
Figura 14 – Capa da edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação”.....	85
Figura 15 – Capa da edição de número 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”.	86
Figura 16 – Capa da edição de número 1 (1979) da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”.	87
Figura 17 – Capa da edição de número 1 (1977) do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”.	88
Figura 18 – Capa da edição de número 5 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.....	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985): O ESTADO DA ARTE	20
1.1 Apontamentos iniciais	20
1.2 Análise dos clássicos.....	22
1.3 Considerações sobre o debate atual.....	36
2 IMPRENSA NACIONAL ESPECIALIZADA EM EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES (1976-1979): EM FOCO A SUA (RE)PRODUÇÃO MATERIAL	41
2.1 Cuidados metodológicos.....	41
2.2 As revistas tomadas em sua materialidade.....	43
2.3 Índice temático e mapeamento da produção sobre o tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”	90
3 REPRESENTAÇÕES EM DISPUTA: A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR BRASILEIRA EM REVISTA (1976-1979)	98
3.1 A Educação Física situada no âmbito das políticas públicas educacionais e esportivas.....	98
3.2 Uma nova concepção oficial de Educação Física escolar	113
3.3 O debate expresso na imprensa especializada.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS: IMPRENSA ESPECIALIZADA, UM POTENCIAL ELEMENTO DIFICULTADOR?	188
REFERÊNCIAS	195
APÊNDICE – Listagem de fontes	206

INTRODUÇÃO

A configuração da Educação Física escolar no período da ditadura militar¹ é um campo de investigação ainda pouco explorado. Após levantamento bibliográfico realizado, constatei que, além dos trabalhos de Beltrami (1992), Taborda de Oliveira (2001), Pinto (2003; 2012), Rosa (2006), Araújo (2011) e Rei (2013), não existem outros estudos que abordam especificamente esse tema.² Afora essas referências, observei algumas publicações que versam sobre aspectos pontuais relativos ao assunto, mas que não tratam esses objetos como elementos centrais de suas pesquisas. Como exemplo, posso citar a conhecida obra de Ghiraldelli Jr. (1988), que, embora não seja um estudo histórico, recorre frequentemente à história para fundamentar suas posições, interpretações e prescrições. Cabe sublinhar que, dentro dessa perspectiva, o autor criou uma versão explicativa sobre o desenvolvimento da Educação Física escolar nos anos do regime militar. Versão essa que, apesar de suas inconsistências (REI E LÜDORF, 2012; TABORDA DE OLIVEIRA, 2002), ainda é bastante reproduzida por pesquisadores que atuam tanto no campo da Educação quanto da Educação Física.³

Entre outros objetos de pesquisa, o que escapou aos poucos estudiosos do tema foi uma análise mais detida dos periódicos especializados em Educação Física e esportes editados durante a ditadura militar. De acordo com Bastos (1997), entendo que a imprensa de educação e ensino,⁴ de um modo geral, fornece ao pesquisador possibilidades profícuas para o estudo do pensamento pedagógico de determinados setores ou grupos sociais. Afinal, como chama a

¹ Gostaria de esclarecer que não traçarei, aqui, uma visão panorâmica acerca da ditadura militar, pois, ao realizar tal empreendimento, eu certamente extrapolaria os limites e objetivos desta tese. Todavia, para aqueles que pretendem se situar, encontra-se uma descrição do processo político do regime militar (1964-1985) em Alves (1984), Skidmore (1988) e Gaspari (2002a, 2002b, 2003, 2004, 2016). Para debates mais específicos sobre o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), ver, entre outros, Castro (2002) e Araújo e Castro (1997). Faz-se relevante mencionar, ainda, que a adoção do termo ditadura militar neste trabalho não é fortuita. Assim como Fico (2014; 2017), entendo que não é o apoio ou o consentimento que define a natureza dos eventos da história, mas sim a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração. Nesse sentido, creio ser pertinente classificar o golpe de 1964 como de feição “civil-militar”, pois, além do apoio, ele foi efetivamente dado por civis: governadores, parlamentares, embaixadores, entre outros. Porém, ainda conforme o autor, compreendo que a ditadura subsequente ao golpe foi eminentemente militar. Não à toa, como destaca Fico (2014), muitos dos civis proeminentes que deram o golpe foram, por exemplo, logo afastados pelos militares, justamente porque punham em risco os seus projetos de poder. Para mais informações, ver Fico (2014; 2017).

² Os trabalhos de Beltrami (1992), Taborda de Oliveira (2001) e Araújo (2011) foram publicados no formato de livro. Para mais informações, ver Beltrami (2006), Taborda de Oliveira (2003a) e Araújo e Silva (2012). Para uma resenha do livro de Taborda de Oliveira (2003a), ver Rei e Lüdorf (2016).

³ Tratarei desse assunto de um modo mais detalhado no primeiro capítulo desta tese.

⁴ Também não é fortuita, neste trabalho, a adoção do termo imprensa de educação e ensino ao invés do uso da noção de imprensa pedagógica. Como chama a atenção Nóvoa (1997), ao operarmos com esse termo mais abrangente, podemos mobilizar em nossas pesquisas, além da imprensa pedagógica *stricto sensu*, periódicos especializados, por exemplo, em Educação Física e esportes, assim como em temas ligados, de um modo geral, à educação não-formal, tais como: educação familiar, da mulher, movimentos de juventude, infância etc.

atenção a autora, ao prescrever determinadas práticas, valores e normas de conduta, ao construir e elaborar representações do social, esse tipo de imprensa destaca-se como uma fonte privilegiada. A análise dos discursos veiculados e a ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar, possibilita analisar a política das organizações, as preocupações sociais, as tensões e as filiações ideológicas, as práticas educativas e escolares, entre outros objetos de estudo.

Nos últimos anos, o interesse pelo estudo e sistematização de informações sobre periódicos especializados em educação e ensino tem mobilizado pesquisadores de vários países (CATANI E BASTOS, 1997). No Brasil, já há, no campo da Educação, uma produção consolidada no que diz respeito ao uso dessas modalidades de impressos como objeto de estudo e/ou como fonte.⁵ Na área de Educação Física, o estudo de impressos de variada tipologia também tem ganhado força.⁶ Entretanto, como ressalta Ferreira Neto *et al.* (2003): “deve-se reconhecer que ainda há um vácuo na investigação dos projetos editoriais em nossa área, quer seja na forma de livro, quer seja em formato de periódico: revistas e jornais” (p. 91).

Durante a ditadura militar (1964-1985), circularam no Brasil 13 impressos especializados em Educação Física e esportes – ver Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Índice e ciclo de vida dos periódicos especializados em Educação Física e esportes que circularam no Brasil (1964-1985).

Periódico	Ciclo de vida
Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil	1945-1966*
Artus/Revista de Educação Física e Desportos	1976-1999
Boletim da Federação Internacional de Educação Física	1977-1989
Comunidade Esportiva	1980-1986
Corpo e Movimento	1983-1985
Esporte e Educação	1969-1977
Revista da Associação de Professores de Educação Física – Londrina	1982-1999
Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo	1953-1979
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	1979-Atual
Revista Brasileira de Educação Física e Desportos	1968-1984**

⁵ Ver, por exemplo, os estudos de Catani (1994; 1989), Carvalho (1996), Catani e Bastos (1997), Carvalho (1998), Catani e Souza (1999), Toledo (2001), Silva (2003), Chaves (2003), Nascimento (2004), Lopes (2005), Chaves (2006), Morila (2006), Carvalho (2007), Biccias (2008), Schneider e Toledo (2009), Toledo e Revah (2010), Toledo e Carvalho (2011), Carvalho (2013), Catani (2013), Panizzolo (2014), Almeida e Bastos (2015), Bastos (2016), Braga (2017), Silva e Pinto (2018), entre outros.

⁶ Ver, por exemplo, os estudos de Lima (1980), Bercito (1991), Ferreira Neto (1999), Goellner (1999), Taborda de Oliveira (2001), Schneider (2003), Soeiro (2003), Bermond (2007), Vago (2006), Schneider e Ferreira Neto (2008), Schneider *et al.* (2009), Schneider, Ferreira Neto e Bruschi (2012), Schneider *et al.* (2013), Ferreira Neto *et al.* (2014), Assunção *et al.* (2014), Oliveira *et al.* (2015), Rei, Soares e Lüdorf (2016; 2017; 2019, no prelo), Santos *et al.* (2018), entre outros.

Quadro 1 – Índice e ciclo de vida dos periódicos especializados em Educação Física e esportes que circularam no Brasil (1964-1985).

Periódico	Ciclo de vida
Revista de Educação Física	1932-Atual
Revista Sprint	1982-2005
Revista Kinesis	1984-Atual
Total de periódicos: 13	

Fonte: Adaptado de Ferreira Neto *et al.* (2002).

* Houve duas tentativas de recuperar a publicação desse periódico nos anos de 1972 e 1983. Contudo, não foram lançados mais do que o número inicial em cada tentativa (MELO, 2005).

** É importante esclarecer, de acordo com Taborda de Oliveira (2001), que: “até seu número oito (1969) a Revista [...] denominava-se *Boletim Técnico e Informativo de Educação Física*. Depois seu nome foi alterado para *Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva* (1970), *Revista Brasileira de Educação Física* (1971) e, finalmente, *Revista Brasileira de Educação Física e Desportos* (1975)” (p. 69).

Encontra-se em Taborda de Oliveira (2001) uma análise da série total da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” (1968-1984), periódico editado pelo Ministério da Educação e Cultura. Tal iniciativa é parte de sua tese de doutoramento, que objetivou investigar as relações estabelecidas entre o aparato legal-institucional para a Educação Física escolar brasileira e suas apropriações por professores que atuaram durante parte da ditadura militar. Para tanto, o autor utilizou como fontes, além da revista citada, os programas de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (1972-1983) e os depoimentos de professores que atuaram nessa mesma rede de ensino (1970-1980).⁷

Em minha dissertação de mestrado (REI, 2013), investiguei as edições da “Revista de Educação Física” (1976-1979), impresso editado, desde 1932, pela Escola de Educação Física do Exército, com o propósito de divulgar as visões dessa instituição sobre a Educação Física nacional. Cabe destacar que, inicialmente, a referida dissertação tinha um objetivo mais amplo: analisar, em termos gerais, as concepções de Educação Física escolar que, ao longo da ditadura militar, foram difundidas pela “Revista de Educação Física”. Minha ideia inicial era, mais precisamente, tomar o impresso em tela como um objeto material que visava intermediar a relação estabelecida entre os professores de Educação Física e os referenciais pedagógicos relativos a esse componente curricular que o regime militar pretendia implementar no Brasil (1964-1985).

Todavia, conforme fui avançando na realização de meu cronograma de execução, optei por reformular a minha proposta de pesquisa.⁸ Faz-se relevante mencionar que a análise da materialidade das edições da “Revista de Educação Física” por mim estudadas foi de

⁷ Tratarei desse trabalho de um modo mais detalhado no primeiro capítulo desta tese.

⁸ Encontra-se um debate pormenorizado sobre esse assunto em Rei (2018) ou em Rei, Silva e Baptista (2018).

fundamental importância para tal reformulação.⁹ A partir dessa operação metodológica, percebi que o período entre 1976 e 1979 foi o momento em que se concentraram os artigos mais densos sobre Educação Física escolar publicados no dito impresso durante o regime militar. Além disso, notei que essa periodização coincidia com a fase de maior estabilidade do projeto editorial da “Revista de Educação Física” (1964-1985) e, também, com os anos de vigência da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”.¹⁰

Ao longo do processo de análise das fontes mobilizadas em minha dissertação de mestrado, constatei, ainda, que, entre 1976 e 1979, havia uma relação estabelecida entre a publicação da “Revista de Educação Física” e a necessidade de se consolidar as novas orientações para a Educação Física escolar contidas na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Tal conexão pôde ser percebida com clareza nos editoriais divulgados durante o recorte temporal em destaque, que explicitavam, entre outras coisas, um dos escopos centrais do periódico por mim estudado naquele momento: pôr em circulação conhecimentos que contribuíssem, de um modo geral, para impulsionar as novas políticas oficiais voltadas para o setor de Educação Física/esportes no Brasil.

Em função do exposto, minha dissertação de mestrado passou a ter como objetivo analisar, entre 1976 e 1979, as tensões entre as concepções de Educação Física escolar expressas nas edições da “Revista de Educação Física” e nos documentos oficiais referentes ao ensino desse componente curricular. Na ocasião, defendi a hipótese que, mais do que uma porta-voz da ditadura militar, a “Revista de Educação Física” caracterizou-se, potencialmente, como um elemento dificultador da implementação das estratégias oficiais de conformação da Educação Física escolar no Brasil (1976-1979). Procurei demonstrar como é que, ao pôr em circulação percepções alternativas sobre o componente curricular em questão, esse impresso gerou, contraditoriamente, condições para que os profissionais da área pudessem se apropriar de fundamentos distintos dos contidos no modelo propagado pelo regime militar por meio da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”.¹¹

Em que pese os esforços entabulados por mim (REI, 2013) e por Taborda de Oliveira (2001), reconheço que nossos trabalhos tratam de apenas dois dos 13 periódicos especializados em Educação Física e esportes que circularam durante a ditadura militar. A presente tese objetiva contribuir para o preenchimento da lacuna detectada. Procurarei

⁹ Para uma análise da materialidade das edições da “Revista de Educação Física” lançadas entre 1964 e 1985, ver Rei, Soares e Lüdorf (2019, no prelo).

¹⁰ Tratarei da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” de um modo mais detalhado no terceiro capítulo desta tese, nas seções intituladas “A Educação Física situada no âmbito das políticas públicas educacionais e esportivas” e “Uma concepção oficial de Educação Física escolar”.

¹¹ Para mais informações, ver Rei, Soares e Lüdorf (2016) ou Rei, Soares e Lüdorf (2017).

analisar, entre 1976 e 1979, as tensões entre as concepções de Educação Física escolar expressas na imprensa especializada dessa área e na documentação oficial referente ao ensino do componente curricular citado. Minha intenção é verificar em que medida posso estender a hipótese defendida sobre a “Revista de Educação Física”, levando em consideração a imprensa especializada em Educação Física e esportes em sua totalidade.

Dentro dessa perspectiva, investigarei, afora as já estudadas “Revista de Educação Física” e “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos”, todos os impressos da área de Educação Física e esportes em circulação entre 1976 e 1979, período de vigência da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Eis os periódicos a serem analisados: “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” (1976-1979), “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979), “Esporte e Educação” (1977), “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” (1978-1979) e “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” (1979).

Sob o ponto de vista teórico, esta pesquisa se propõe a dialogar com contribuições provenientes dos debates travados no âmbito da Nova História Cultural. Para Chartier (1988), a noção de representação – entendida como as classificações e exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço – deve ser concebida como a pedra angular da referida abordagem historiográfica. De acordo com o autor (CHARTIER, 1988, p. 23), a análise dessa ferramenta conceitual nos possibilita articular três modalidades de relação com o mundo social: “o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos”; “as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição”; e “as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns representantes (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de formas visíveis e perpetuadas a existência do grupo, da classe ou da comunidade”.

Segundo Chartier (1988), as representações do mundo social, embora almejem a universalidade de um diagnóstico embasado na razão, serão sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Desse modo, as percepções do social são entendidas como isentas de neutralidade e, portanto, diretamente relacionadas com a produção de estratégias e práticas – sociais, escolares, políticas etc. – que visam impor uma autoridade à custa de outras, tendo-se em vista o intuito de legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

Logo, o estudo das representações, conforme propõe o autor: “supõe-nas como estando sempre colocadas em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação” (CHARTIER, 1988, p. 17). Ao tomar a imprensa especializada em Educação Física e esportes e os documentos oficiais referentes ao ensino do referido componente curricular como objetos de estudo, partirei, assim como Bermond (2007), do entendimento de que essas fontes são suportes materiais privilegiados para se deslindar lutas de representações travadas a fim de se conformar e/ou legitimar práticas da Educação Física no âmbito escolar.

Como afirma Vainfas (2007), se a noção de representação é vista como a pedra angular da abordagem historiográfica em discussão, a noção de apropriação pode ser considerada o seu centro. Para Chartier (2002):

A apropriação tal como a entendemos visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem. Dar assim atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, sustentam as operações de construção de sentido (na relação da leitura, mas também em muitas outras) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes que sejam filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas (p. 68).

De acordo com essa perspectiva, procurarei sempre levar em consideração o entendimento de que:

As obras – mesmo as maiores, ou, sobretudo, as maiores – não têm sentido estático, universal, fixo. Elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com uma recepção. Os sentidos atribuídos às suas formas e aos seus motivos dependem das competências ou das expectativas dos diferentes públicos que delas se apropriam. Certamente, os criadores, os poderes ou os *experts* sempre querem fixar um sentido e enunciar a interpretação correta que deve impor limites à leitura (ou ao olhar). Todavia, a recepção também inventa, desloca e distorce (CHARTIER, 1999, p. 9).

Mesmo não objetivando analisar a recepção das concepções de Educação Física escolar expressas na imprensa especializada em Educação Física e esportes e na documentação oficial referente ao ensino desse componente curricular, é fundamental ter continuamente em vista as múltiplas possibilidades de apropriação das representações contidas nessas fontes. Levando isso sempre em consideração, procurarei sustentar que a imprensa especializada em Educação Física e esportes não era uma mera propagadora das orientações oficiais para a Educação Física escolar em vigência no país entre 1976 e 1979. Tentarei demonstrar que, juntamente com o ideário oficial, também circulavam em boa parte desses impressos concepções alternativas acerca dos pressupostos teóricos e metodológicos

referentes ao ensino da Educação Física escolar, que, por sua vez, geravam condições para que os profissionais da área pudessem se apropriar de fundamentos distintos dos contidos no modelo propagado pelo regime militar por meio da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”.

Creio, portanto, ser possível ampliar a hipótese defendida em minha dissertação de mestrado, estendendo-a para grande parte da imprensa especializada em Educação Física e esportes. É essa a operação que procurarei fazer ao longo desta tese. Espero que, dessa forma, eu consiga lançar novas luzes sobre a configuração da Educação Física escolar no período da ditadura militar brasileira. Ao procurar compreender melhor determinadas especificidades acerca desse assunto, abordando questões pertinentes a ele relacionadas, acredito estar promovendo uma reflexão relevante acerca de um objeto de estudo ainda pouco discutido nas produções historiográficas no que se refere a períodos mais recentes, ainda que a relação entre Pedagogia, Educação Física e meios militares já tenha recebido atenção de outros pesquisadores no que tange a períodos anteriores (GOELLNER, 1992; BERCITO, 1991; CASTRO, 1997; FERREIRA NETO, 1999; entre outros).

Ora, quais eram as concepções de Educação Física escolar que disputavam espaço e legitimidade nos impressos que serão por mim analisados? Em que medida, tais concepções se aproximavam do modelo oficial de Educação Física escolar propagado pelo regime militar por meio da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”? É possível sustentar que, mais do que uma porta-voz da ditadura militar, a imprensa especializada em Educação Física e esportes caracterizou-se, majoritariamente, como um potencial elemento dificultador das estratégias oficiais de conformação da Educação Física escolar no Brasil (1976-1979)? Como já disse em outra oportunidade (REI, 2015), são essas as questões de pesquisa que procurarei, em resumo, desvendar.

Esta tese está organizada em três capítulos. No primeiro, desenvolvo um balanço da literatura existente sobre o tema “Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil”. No segundo, trato da materialidade e do índice temático dos impressos por mim analisados. Por fim, no terceiro capítulo e nas considerações finais, discuto as tensões entre as concepções de Educação Física escolar expressas na imprensa especializada em Educação Física e esportes e na documentação oficial referente ao ensino do componente curricular mencionado (1976-1979). Inspirado pela leitura de Chartier (2004), gostaria de sugerir duas possibilidades de leitura do presente trabalho – que não exclui, evidentemente, outras formas de se apropriar o seu conteúdo. A primeira seria aceitar a ordem em que os capítulos estão dispostos, conforme acabei de apresentar. Todavia, para aqueles que, por algum motivo, não desejam ler o balanço

historiográfico desenvolvido no primeiro capítulo, aconselho que se inicie a leitura pelo segundo capítulo. De todo modo, como diz Chartier (2004): “qualquer que seja o caminho escolhido, esperamos que o leitor não se arrependa do percurso” (p. 19).

1 EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985): O ESTADO DA ARTE

1.1 Apontamentos iniciais

Ao se estudar a configuração da Educação Física escolar no período da ditadura militar, nota-se que essa prática de intervenção social experimentou um conjunto de significativas transformações. Como demonstra Taborda de Oliveira (2001), as referidas transformações se iniciaram entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, momento em que se observa, em diversos espaços de sociabilidade, uma preocupação disseminada com a necessidade de renovação da Educação Física nacional. Conforme o autor, com a reforma universitária de 1968 (Lei nº 5.540), o número de vagas nos cursos de nível superior foi ampliado, o que fez aumentar, conseqüentemente, a formação de profissionais de Educação Física em uma escala nunca vista até então. Simultaneamente, o regime militar, embasado nos dados contidos no “Diagnóstico de Educação Física/desportos no Brasil” (1971), definia suas primeiras políticas setoriais por meio do “Plano de Educação Física e Desportos” (1972-1974). Elaborava, também, um aparato legal diferenciado para a Educação Física enquanto componente curricular (Lei nº 5.692/1971, art. 7º;¹² e Decreto nº 69.450/1971)¹³, assim como promovia, entre outras ações, a pesquisa e a pós-graduação em Educação Física.¹⁴

Ainda de acordo com Taborda de Oliveira (2001), nesse contexto, a corporação de especialista em Educação Física e seus diversos órgãos representativos também trabalhavam de forma bastante atuante e organizada. Como chama a atenção o autor, talvez seja em função disso que passaram a se tornar cada vez mais comuns, no período em questão, a organização de fóruns de debate sobre temas considerados relevantes para o desenvolvimento da área – como, por exemplo, o estatuto científico da Educação Física e suas implicações pedagógicas. Na esteira desses debates e de outras ações, surgiam, em diversos recantos do país, programas de ensino, sobretudo municipais e estaduais, voltados para a Educação Física escolar. Além disso, expandiam-se, como nunca antes, as competições esportivas de caráter pretensamente

¹² Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Seu artigo 7º estabeleceu a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de primeiro e segundo graus.

¹³ Regulamentou a prática da Educação Física nos estabelecimentos de primeiro e segundo grau e ensino superior.

¹⁴ Tratarei desse assunto de um modo mais detalhado no terceiro capítulo desta tese, na seção intitulada “A Educação Física situada no âmbito das políticas públicas educacionais e esportivas”.

“formativo” – “Jogos Colegiais Brasileiros”, os “Jogos Escolares Brasileiros” (JEB’s), os “Jogos Universitários Brasileiros” (JUB’s), entre outros. Para resumir, nas palavras de Taborda de Oliveira (2001): “em um período de aproximadamente 10 e 15 anos a Educação Física conheceria uma expansão jamais vista na história brasileira” (p. 19).

Apesar de se caracterizar como um período de expressivas transformações no campo da Educação Física nacional, são poucos os estudos que abordam de um modo central questões concernentes à configuração da Educação Física escolar no decorrer do regime militar. Como já indiquei, não pude detectar, afora os trabalhos de Beltrami (1992), Taborda de Oliveira (2001), Pinto (2003; 2012), Rosa (2006), Araújo (2011) e Rei (2013), outras pesquisas que tratem especificamente desse assunto. Provavelmente em função do exposto, pude notar que um modo ainda bastante recorrente de aproximação histórica do tema é a leitura de obras clássicas da área de Educação Física, que, na maioria dos casos, não se caracterizam por serem estudos históricos. Como exemplo, posso citar os conhecidos livros de Castellani Filho (1988), Ghiraldelli Jr. (1988), Betti (1991), Bracht (1992), Soares *et al.* (1992), entre outros. Como afirma Taborda de Oliveira (2001): “[com exceção do trabalho de Castellani Filho (1988)], no seu conjunto, tais estudos dizem respeito muito mais às práticas escolares do que à história propriamente dita. Mas todos eles, de uma maneira ou de outra, recorrem à história para justificar posições, construir interpretações e alguns até mesmo estabelecer prescrições” (p. 41-42).

Iniciarei este capítulo, que visa examinar a produção historiográfica sobre a configuração da Educação Física escolar no período da ditadura militar, apreciando parte da referida literatura clássica. Tendo em vista delimitar minha análise, decidi abordar, especificamente, os estudos de Betti (1991), Castellani Filho (1988) e Ghiraldelli Jr. (1988). Utilizarei como referencial de análise os trabalhos de Rosa (2006), Araújo (2011), Pinto (2012) e, principalmente, Taborda de Oliveira (2001). Os estudos de Beltrami (1992), Pinto (2003) e Rei (2013) abordam questões distintas das que pretendo tratar neste capítulo. Em vista disso, optei por não utilizá-los. A escolha das obras clássicas que serão aqui examinadas foi baseada em um único critério: a penetração que as teses defendidas no decorrer de suas páginas alcançaram na comunidade acadêmica da Educação Física, de modo a se tornarem, a despeito de seus limites, referências ainda hoje muito mobilizadas para a compreensão de aspectos históricos da Educação Física no período do regime militar. No que tange à seleção dos trabalhos que serão utilizados como referencial de análise, além de suas relevantes contribuições, intento trazer à tona as discussões mais atuais referentes ao assunto em tela.

Tais produções também serão problematizadas neste capítulo. Mais precisamente, em sua segunda seção.

1.2 Análise dos clássicos

Antes de adentrar no debate sobre as obras de Betti (1991), Castellani Filho (1988) e Ghiraldelli Jr. (1988), cabe mencionar que apresentar um ponto de vista que se contrapõe às visões expressas por esses autores não significa negar a importância de suas publicações, muito pelo contrário. Portanto, tal como Caparroz (1997), gostaria de registrar o meu reconhecimento das contribuições desses estudos para o campo da Educação Física nacional. Sobretudo no que tange à ruptura e superação que esses trabalhos procuraram estabelecer com uma produção que até então se pautava, em boa medida, em uma concepção biologicista de Educação Física escolar. Ademais, no decorrer desta análise, é importante termos sempre em horizonte o contexto no qual as referidas obras foram publicadas. Em outras palavras, ao nos debruçarmos sobre as produções da Educação Física brasileira publicadas na segunda metade da década de 1980 e início da década de 1990, não podemos deixar de considerar que:

No cenário da Educação Física nacional, são travados importantes debates e organizados movimentos que, entre outras características, tiveram o mérito de tensionar as relações vigentes na área, com um movimento intenso de questionamento e contestações das práticas e das políticas públicas para a época. [...] Neste sentido, a produção teórica que se inseria numa visão histórica ou sociológica, procurou operar a crítica mostrando que, historicamente, a Educação Física brasileira esteve atrelada ao paradigma biológico e que, nesta perspectiva, as práticas desenvolvidas sustentaram-se pelo seu caráter instrumental em favor do *status quo*, a serviço da classe dominante [...] (CAPARROZ, 1997, p. 9).

Os debates políticos e acadêmicos que marcaram o campo da Educação Física brasileira entre o final da década de 1980 e começo da década de 1990, momento em que a área vivenciou uma forte crise de identidade, são bastante conhecidos para nos determos neles aqui.¹⁵ Todavia, para início de debate, gostaria de destacar, de acordo com Taborda de Oliveira (2001), que grande parte da literatura produzida nesse contexto alinhou-se com a tese de que a Educação Física teria alterado profundamente o seu quadro de atuação nas escolas a partir da década de 1970, notadamente em função das novas políticas públicas implementadas pelo regime militar. Dentro dessa perspectiva, desenvolveram-se leituras que imputaram à Educação Física escolar a função de reproduzir o ideário oficial, calcado na ideologia da “segurança nacional” e do “Brasil grande”, por sua vez afeita aos interesses do capital

¹⁵ Para mais informações, ver, entre outros, Daolio (1998).

monopolista internacional. Sustentou-se, mais precisamente, que a prática da Educação Física nas escolas brasileiras – reduzida ao processo de ensino-aprendizagem de modalidades esportivas, pautado pelos códigos do esporte de alto rendimento – teria sido conformada pelas iniciativas oficiais, que visavam, entre outras ações, contribuir para o alcance de três objetivos centrais: adestrar fisicamente os escolares, tendo em vista um aumento do rendimento produtivo no mundo do trabalho; formar atletas profissionais, considerando possíveis benefícios políticos de conquistas esportivas no cenário internacional; e através da difusão do esporte no país, desviar a atenção da população de questões sociopolíticas.

* * *

Atuando na interface de duas áreas de conhecimento distintas, notadamente os campos da Educação e da Educação Física, Castellani Filho (1988) desenvolve o debate sobre o tema “Educação Física e mundo do trabalho” chamando a atenção para a função reprodutivista da educação e, conseqüentemente, da Educação Física escolar brasileira.¹⁶ Dentro dessa perspectiva, o autor destaca o feito tecnicista das Leis nº 5.540/1968 e 5.692/1971, característica que, segundo Castellani Filho (1988), as diferem da Lei nº 4.024/1961,¹⁷ que possuía uma forte inspiração liberalista. Conforme o autor, o viés tecnicista das referidas leis refletia uma articulação das políticas educacionais com o modelo de desenvolvimento econômico adotado no país. A partir de um diálogo travado com autores da área da Educação – tais como Saviani (1982), Covre (1983), Romanelli, (1984), entre outros – Castellani Filho (1988) apresenta uma breve explanação acerca de como a tendência tecnicista estaria arraigada na política educacional do período aqui enfocado:

Explicitava-se tal tendência tecnicista na incorporação, por parte dos responsáveis pela definição da política educacional, de um entendimento do sistema educacional associado, quase que mecanicamente, à qualificação profissional, pautado em parâmetros fixados por uma formação técnico-profissionalizante respaldada na concepção analítica de Educação, pertencente ao quadro das Teorias Acríticas de Filosofia da Educação – conforme classificação de Saviani – geradora de posturas despidas de criticidade [...] (p. 104).

Ao se referir à Educação Física escolar, Castellani Filho (1988) sustenta que:

Teve ela – dada a contundente presença tecnicista nas Leis n. 5.540/68 e 5.692/71 – reforçado o seu caráter instrumental, caráter esse que, num primeiro instante, veio a

¹⁶ Comparado com Castellani Filho (1988) e Betti (1991), Guiraldelli Jr. (1988) apresenta uma visão diferente sobre o assunto em questão. Em vista disso, achei mais adequado discutir a sua obra somente na próxima subseção.

¹⁷ Primeira lei de diretrizes e bases da educação nacional.

configurar-se no zelar, enfaticamente, pela preparação, recuperação e manutenção da força de trabalho, buscando com esse proceder, assegurar ao ímpeto desenvolvimentista então em voga, mão-de-obra fisicamente adestrada e capacitada. Esse caráter instrumental, evidencia-se ainda mais quando o Decreto n. 69.450/71, em seu artigo 1.º, refere-se a ela como sendo “... atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando (constituindo-se em) um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional...” (1988, p. 107).

Assim como Castellani Filho (1988), Betti (1991) também discute o tema em foco a partir do debate travado no campo da Educação – mobilizando em seu trabalho, sobretudo, as obras de Romanelli (1984) e Freitag (1986). O autor defende que o período compreendido entre 1969 e 1979 foi marcado pela “ascensão do esporte à razão de Estado e a inclusão do binômio Educação Física/esportes na planificação estratégica do governo” (p. 100). Segundo Betti (1991), tal fenômeno pode ser explicado por dois aspectos. Um deles seria o fato de a Educação Física escolar ter gerado um “interesse direto do Estado, que a inseriu em um contexto geral de desenvolvimento dos recursos humanos nacionais, sob o prisma da ‘aptidão física’” (p. 106). Além disso, de acordo com o autor, também havia uma preocupação, por parte do regime militar, com a “projeção nacional via esporte de alto rendimento, sob o prisma da formação de novos talentos esportivos, incorporando definitivamente o conteúdo esportivo no 1º e no 2º grau” (p. 106).

Para Betti (1991), as iniciativas tomadas pela ditadura militar não teriam obtido êxito sem o apoio dos profissionais da área, que foram, conforme o autor, os mais veementes propagadores de uma maneira “esportivizada” de se conceber a Educação Física escolar. Betti (1991) defende a hipótese que foi a falta de reflexão teórica e de atitude científica no campo da Educação Física o principal fator causador dessa rápida e entusiasmada adesão por parte dos especialistas da área. O autor sustenta que, de um modo geral, os professores de Educação Física entendiam que as iniciativas oficiais contribuía, em grande medida, para ressaltar supostas funções “concretas” e “positivas” dessa prática de intervenção social. Prática essa que, segundo Betti (1991), historicamente sempre apresentou dificuldades para se legitimar no ambiente escolar. Dentro desse prisma, o autor afirma que:

Tanto o Método Francês, hegemônico durante o Estado Novo, como o Método Esportivo, pós-70, privilegiaram o conteúdo formal, comando, trabalho, controle externo e regras rígidas. Isso significou a opção pela reprodução de modelos de atividades físicas formais, sem considerar as características e necessidades do aluno e do meio-ambiente; pelo papel passivo do aluno, cumpridor mecânico de ordens emanadas da autoridade docente, sem o direito a pensar e agir por si próprio; pela reprodução das características do trabalho – seriedade, obrigatoriedade, limitações de tempo e espaço, valorização do resultado; pela intervenção de autoridades externas na resolução de conflitos, limitando a aprendizagem social e a capacidade dos próprios alunos de gerenciarem uma atividade grupal; e por fim, pelas regras

predeterminadas e inquestionáveis, dificultando a compreensão de sua função e de seu processo de elaboração (p. 165).

Embora as considerações feitas por Castellani Filho (1988) e Betti (1991) sejam, em certa medida, pertinentes, esses autores, em suas análises, não levaram em consideração a complexidade da relação estabelecida entre as políticas educacionais por eles estudadas e suas efetivações no ambiente escolar. Entre outros aspectos, Pinto (2012), Araújo (2011), Rosa (2006) e Taborda de Oliveira (2001) se preocuparam em analisar, por meio de estudos de história oral, as experiências cotidianas de professores de Educação Física que atuaram em locais específicos: Pinto (2012) centrou sua análise em Belo Horizonte (Minas Gerais), Araújo (2011) em Jundiaí (São Paulo), Rosa (2006) em Cacequi (Rio Grande do Sul) e Taborda de Oliveira (2001) em Curitiba (Paraná). Os estudos citados demonstram que as políticas oficiais não se concretizaram plenamente nas realidades investigadas. Os professores de Educação Física entrevistados pelos autores apontam diversos fatores que põem em xeque tal possibilidade, entre os quais posso destacar: a autonomia conferida aos docentes, o número elevado de alunos por turma, a falta de material, de espaço, de fiscalização e, até mesmo, de professores formados em Educação Física. Sobre esse assunto, Taborda de Oliveira (2001) afirma:

[...] uma das metas políticas para a expansão da Educação Física na década de 1970 era justamente o incremento de recursos financeiros e materiais. Pelo depoimento dos professores, a maioria das escolas ressentia-se de falta de espaço e materiais adequados, o que implicava em uma constante improvisação e adaptação dos recursos às exigências dos programas. Considerando que a Prefeitura Municipal de Curitiba desenvolveu uma política de Educação Física e, ainda assim, apresentava essas dificuldades, podemos deduzir que naqueles lugares onde a Educação Física ainda não era objeto de uma maior sistematização, a situação fosse bem pior, o que nos permite relativizar a implementação *in toto* do próprio ideário oficial (p. 323).

Agora, vejamos o que diz Rosa (2006):

De acordo com as informações obtidas através da oralidade e dos registros da Secretaria Municipal de Educação de Cacequi, as instituições municipais de ensino ofereciam, no máximo, [turmas] até a 5ª série do 1º grau (ensino fundamental), e possuíam um professor por turma, quando esse não atendia mais de uma série durante todo o ano letivo [...]. A Educação Física nesses níveis era ministrada, portanto, por professores que lecionavam todas as disciplinas curriculares, em um mesmo turno de trabalho [...].

Em virtude dessas condições e das dificuldades de locomoção e acesso, uma cobrança de ordem superior naqueles estabelecimentos de ensino era praticamente inexistente. Ficava a cargo de quem lecionava a frequência das aulas de Educação Física e até mesmo a sua própria existência (p. 91-92).

Conforme Araújo (2011):

Segundo o depoimento dos professores entrevistados, havia um total descaso para com o que estava sendo de trato pedagógico dos professores. A falta de uma

infraestrutura adequada para o trabalho em consonância com as aspirações legais, um subsídio teórico superficial, a falta de cursos que realmente satisfizessem as necessidades dos professores, todos esses são indícios de que a Educação Física escolar tinha muito menos importância do que comumente se afirma. Notamos que os professores relataram ter a liberdade para fazer o que queriam, como queriam e com os propósitos ideológicos que mais os apetece, até mesmo contra as políticas estatais, já que nenhum membro do governo ou mesmo da direção da escola conferia o que estava sendo feito ou deixava-se de fazer (p. 135-136).

Por sua vez, Pinto (2012) sustenta que:

[...] a ambiência social, política, material e estrutural teria influenciado as práticas escolares [...]. Estas influências teriam limitado as possibilidades de atuação, impondo um fazer pedagógico que dificultava a materialidade de um ideário militar oficial. [...] Entretanto, não se pode negar que havia escolas em que as condições teriam sido as melhores possíveis para a materialização da política do regime militar [...]. Mesmo assim, os/as professores/as não teriam materializado este ideário que estava sendo proposto/imposto da mesma forma, em virtude de suas idiossincrasias e de suas particulares experiências de vida. E são estas experiências humanas que dificultam ou impedem qualquer tentativa de generalização histórica, pois, assim como existiram professores que afinaram suas práticas pedagógicas com o ideário militar do período, há também aqueles que enfrentaram com astúcia tais proposições (p. 136).

As citações de Taborda de Oliveira (2001), Rosa (2006), Araújo (2011) e Pinto (2012) colocam em relevo um problema presente nos trabalhos de Castellani Filho (1988) e Betti (1991): o desenvolvimento de análises que se baseiam somente nas determinações que a escola sofre de fora para dentro. As passagens acima chamam a atenção para a necessidade de, em nossos estudos e reflexões, levarmos sempre em consideração as tensões que permeiam a complexa relação estabelecida entre políticas educacionais e suas efetivações no ambiente escolar. A propósito, como sublinha Taborda de Oliveira (2001), não podemos conceber o Estado como: “uma instância que paira acima dos conflitos e dos consensos e que determina a prática e os interesses cotidianos dos sujeitos na história” (p. 36). Não podemos, ainda de acordo com o autor, extrair a autonomia, mesmo que relativa, dos sujeitos diante do que é determinado pelo Estado: “operar dessa maneira representaria assumir [...] que os sujeitos históricos são incapazes de produzir a sua própria existência e que a própria escola não teria qualquer papel significativo na produção da cultura, tese, aliás, bem afeita a uma tradição crítica que deitou raízes na pesquisa em História da Educação [e História da Educação Física] no Brasil” (p. 66).

Sobre os trabalhos de Castellani Filho (1988) e Betti (1991), também faz-se relevante pôr em evidência, ainda conforme Taborda de Oliveira (2003b), um outro problema: a análise da legislação, unicamente, limita significativamente a compreensão dos conflitos em jogo na definição dos parâmetros legais. Afinal, como destaca o autor, poderíamos abstrair do Estado as suas orientações conflituosas, marcada por tensões, disputas e conciliações? Poderíamos,

ainda, afirmar que as políticas públicas voltadas para o setor de Educação Física/esportes foram gestadas somente no âmbito das agências militares, sem contar com a participação, mesmo que limitada, da corporação de especialistas da área? Será que não havia pontos de convergência entre os interesses do regime militar e dos profissionais da área de Educação Física? Atualmente, não existem estudos que se debruçam de um modo aprofundado sobre essas questões, que, no meu entendimento, são de grande valia para ampliação do conhecimento histórico produzido sobre o tema em destaque. De todo modo, como veremos a seguir, observei em Taborda de Oliveira (2001; 2003b) alguns indícios que me permitem esboçar uma possível resposta às perguntas apresentadas.

Ao analisar fontes de naturezas variadas,¹⁸ entre as quais posso tomar como exemplo as conclusões da “VI Reunião de Diretores de Escolas de Educação Física” – realizada no ano de 1967, em Vitória (Espírito Santo) – Taborda de Oliveira (2003b) detectou indicativos de que havia uma consonância entre as políticas estabelecidas para o setor de Educação Física/esportes e os interesses da corporação de especialistas em Educação Física. Entre esses pontos de convergência, posso destacar o reconhecimento dos impactos da prática da Educação Física no mundo do trabalho. Impacto esse que era tratado, tanto em grande parte da documentação oficial do período quanto no documento mencionado, como um elemento positivo e digno de ser levado em conta na elaboração de políticas públicas voltadas para a área. A justificativa de tal consideração se dava por meio da associação da prática da Educação Física a melhorias na saúde e qualidade de vida do trabalhador, que, por sua vez, eram concebidas como aspectos capazes de gerar um aumento do rendimento produtivo durante o tempo laboral. Diante desse quadro, Taborda de Oliveira (2003b) afirma:

Temos um conjunto bastante rico e não monolítico de evidências. Dessas podemos inferir que, motivados por um conjunto bastante difuso de influências, os governos ditatoriais [...] [formularam] políticas públicas para a Educação Física brasileira que visavam a melhora do perfil acadêmico e profissional do professor escolar de Educação Física como pedra de toque da tentativa de renovação e expansão da área. [...] Parece-me que, antes de um grupo de professores reorganizarem a Educação Física brasileira [...], ou de a Educação Física ser uma musa dos militares de plantão, a tecnocracia fazia a medição dos interesses de um e de outros (p. 163-164).

Ainda conforme o autor:

Se esse raciocínio está correto, então a Educação Física não era uma razão de Estado naquele período e estava longe de ser organizada a partir da vontade exclusiva de indivíduos ou grupos isolados. É no campo das tensões entre essas duas possibilidades que se ergueriam as perspectivas de valorização e incremento da Educação Física brasileira naqueles anos.

¹⁸ Depoimentos de professores, manifestos internacionais, atas de entidades classistas, o debate presente nas edições da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” (1968-1984) etc.

[...] Antes, aquele momento parece ter sido a síntese de um conjunto muito mais amplo de determinações conjunturais e históricas, muito bem aproveitado pelos técnicos do governo para implementar uma política setorial de Educação Física, devidamente afinada com as perspectivas do desenvolvimento do Brasil (p. 165-171).

Como se vê, Taborda de Oliveira (2001; 2003b) chama a atenção para outro aspecto desconsiderado nos estudos de Castellani Filho (1988) e Betti (1991). Como demonstra o autor, existem indícios de que houve uma participação efetiva da corporação de especialistas em Educação Física no processo de formulação e implementação das políticas públicas direcionadas para a área. Para Taborda de Oliveira (2001; 2003b), tais indícios apontam para a existência de uma proximidade entre os interesses do regime militar e dos profissionais de Educação Física, que, por meio de acirradas lutas de representações, disputavam, em diversos espaços de sociabilidade, os rumos da Educação Física nacional. No cerne dessas disputas, estavam em pauta temas considerados estratégicos para o desenvolvimento da Educação Física brasileira, como por exemplo: “a formação e expansão do ensino superior, a formulação de um estatuto epistêmico, a autonomia da área, a criação da pós-graduação, a prevalência do esporte e da técnica e a tentativa de universalização das suas práticas pela via da definição legal dos seus parâmetros” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2003b, p. 172). Segundo Taborda de Oliveira (2001):

Talvez não houvesse clareza por parte daqueles profissionais da vinculação entre a Educação Física e a [...] perspectiva de desenvolvimento do governo. Mas muitos indícios permitem intuir que havia uma clara proximidade entre os interesses do governo e os interesses dos profissionais da área da Educação Física (p. 91).

Ademais, complementa o autor:

É preciso reconhecer que a corporação dos especialistas em Educação Física se fortalecia e buscava redefinir espaços de atuação e afirmação profissional. [...] Assim sendo, os profissionais da área e seus órgãos de representação apoiavam em larga medida as iniciativas governamentais para a Educação Física, ao mesmo tempo em que participavam da implantação das novas propostas de Educação Física no interior da escola (2001, p. 91).

Acredito que os indícios apresentados por Taborda de Oliveira (2001; 2003b) não excluem a necessidade de melhor compreendermos a participação da corporação de especialistas em Educação Física na formulação de políticas públicas para a área. Creio ser ainda necessário o desenvolvimento de estudos específicos sobre o tema, que tratem de uma maneira mais aprofundada as questões levantadas pelo autor. De toda maneira, não podemos deixar de considerar que Taborda de Oliveira (2001; 2003b) apresenta um conjunto de dados que nos permite, no mínimo, problematizar determinadas teses que se cristalizaram como referências para compreensão do assunto em debate. Entre elas, posso destacar a tese de

Castellani Filho (1988), que sustenta que, durante a ditadura militar, a Educação Física teria sido submetida, exclusivamente, aos interesses de uma burguesia industrial nacional, aliada aos capitalistas internacionais e a tecnoburocracia militar e civil. Outra tese digna de nota é a de Betti (1991), que defende que o regime militar impôs, de uma maneira vertical, uma concepção instrumental de Educação Física, que teria contado com uma adesão total e acrítica da corporação de especialistas da área. Afinal, como capta Taborda de Oliveira (2003b):

Pensando as políticas públicas como possibilidade de organização de demandas, e o aparato legal como possibilidade de manobra dos grupos subordinados da sociedade, conforme propõe Thompson (1987), os tecnocratas da ditadura não teriam cumprido um papel que, talvez para o nosso desencanto, atendia aos interesses da corporação dos especialistas em Educação Física naqueles anos? Não emergia ali uma forte pressão para elevação do *status* institucional da Educação Física, a partir de uma série de considerações em torno de sua relevância social, da necessidade de desenvolvimento de pesquisa na área, o que requeria a formação de professores e pesquisadores e alocação de recursos? (p. 172).

Um outro ponto problemático contido nas teses sustentadas por Castellani Filho (1988) e Betti (1991) é a importância conferida à Educação Física, de um modo geral, e à Educação Física escolar, de um modo particular, pelo regime militar. Esse também é um assunto ainda pouco estudado, embora relevante, na minha opinião, para a ampliação do conhecimento histórico produzido sobre o objeto de estudo deste capítulo. Mais uma vez, encontrei em Taborda de Oliveira (2001; 2003b) indícios que nos ajudam a pensar melhor a questão. Como afirma o autor, é importante reconhecermos que tanto a Educação Física quanto o esporte faziam parte dos planos nacionais de desenvolvimento formulados pelo regime militar. Mais precisamente, dos planos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e pelo Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1971a; 1976; 1980; entre outros).¹⁹ No entanto, ainda precisamos verificar com mais cuidado se o setor de Educação Física/esportes foi, de fato, tratado como um elemento estratégico para a manutenção e consolidação do regime militar, tal como sugerem Castellani Filho (1988) e Betti (1991). Apesar de considerar necessário o desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre o assunto, parece-me que não.

Após fazer um levantamento, Taborda de Oliveira (2003b) constatou que, com exceção do general Jayr Jordão Ramos, importante intelectual do campo da Educação Física brasileira, todos os militares que ocupavam cargos proeminentes no setor de Educação Física/esportes eram detentores de baixas patentes. Como destaca o autor, isso nos leva a crer que, muito provavelmente, esses militares eram importantes para a área de Educação

¹⁹ Abordarei esse assunto mais detalhadamente no terceiro capítulo desta tese, na seção intitulada “A Educação Física situada no âmbito das políticas públicas educacionais e esportivas”.

Física/esportes, mas nem tanto para os interesses estratégicos do regime militar. Um outro dado relevante coletado por Taborda de Oliveira (2003b) é parte de um depoimento conferido, em 1998, pelo professor Lamartine Pereira da Costa – um outro intelectual de renome no campo da Educação Física brasileira, que, durante a ditadura militar, era membro da Comissão de Desportos das Forças Armadas. Segundo Costa, o “pessoal da Educação Física” era considerado um grupo à parte dentro das Forças Armadas, composto, em grande medida, por profissionais que contavam com pouco prestígio e que, comumente, eram taxados, por outros militares, como um “bando de alienados”. Acredito, portanto, que as informações apresentadas por Taborda de Oliveira (2003b) destacam a necessidade de melhor compreendermos o papel da Educação Física, de uma maneira geral, no âmbito do regime militar. Assim como o autor, creio que: “é preciso reconhecemos que a Educação Física talvez não tenha representado para os governos militares um elemento tão significativo assim na manutenção e consolidação do regime” (p. 170).

* * *

Segundo Betti (1991), a inserção do conteúdo esportivo no âmbito da Educação Física escolar brasileira ocorreu de um modo paulatino, sobretudo em função da crescente difusão do Método Desportivo Generalizado no país, a partir de meados da década de 1950.²⁰ Contudo, de acordo com autor, foi somente na década de 1970 que o esporte alcançou o *status* de conteúdo hegemônico da Educação Física escolar nacional. Nesse período, diz Betti (1991), o conteúdo esportivo, enfim, se consolidou nos programas de Educação Física escolar do Brasil, que, até então, ainda eram, a despeito do Método Desportivo Generalizado, fortemente influenciados pelo Método Francês e pelo Método Sueco de ginástica. O autor associa a ascensão do esporte na Educação Física escolar brasileira à tecnoburocracia que se consolidou no governo federal durante a década de 1970. Para Betti (1991), os tecnoburocratas, ao assumirem a direção dos principais órgãos de administração da Educação Física do país, implementaram, entre outras coisas, uma abordagem “esportivizada” da

²⁰ Criado pelo Instituto Nacional de Esportes da França e difundido no Brasil pelo professor francês Augusto Listello, o Método Desportivo Generalizado apresentava-se como uma alternativa ao Método Francês e ao Método Sueco, que se pautavam, em grande medida, na prática de atividades de cunho ginástico. O Método Desportivo Generalizado preconizava a inserção de conteúdos esportivos no âmbito da Educação Física escolar, considerando a potencialidade lúdica do esporte como um aspecto privilegiado para despertar no educando o prazer pelo desenvolvimento de atividades físicas. Para mais informações, ver, entre outros, Marinho (1953).

Educação Física escolar – que era, conforme o autor, consonante com a perspectiva ideológica do “desenvolvimento e da segurança nacional”. Vejamos como nos apresenta Betti (1991):

Na década de 70 [o sistema militar] compunha a tecno-burocracia que se instalou no governo federal na área educacional, e ao dirigir hegemonicamente os órgãos centrais de administração da Educação Física, na perspectiva ideológica do “desenvolvimento e segurança nacional”, aliou-se ao sistema esportivo, no interesse comum de colocar a Educação Física como fornecedora de talentos esportivos para alimentar o esporte de alto rendimento, para a “elevação do nível das representações nacionais”. Daí a adoção do modelo piramidal para o sistema de Educação Física/esportes.

[...] O conteúdo esportivo deu então uma nova coloração aos programas de Educação Física no Brasil, centrados na velha ginástica sueca e francesa. O esporte pareceu também ir ao encontro da ideologia propagada pelos condutores da revolução de 1964: aptidão física como sustentáculo do desenvolvimento, espírito de competição, coesão nacional e social, promoção externa do país, senso moral e cívico, senso de ordem e disciplina (p. 160-161).

Ghiraldelli Jr. (1988), ao expor um quadro classificatório das principais correntes da Educação Física escolar no Brasil (1889-1988), sobretudo a partir da análise de artigos publicados nos principais periódicos da área, detectou que, durante a ditadura militar, houve uma preponderância da tendência que denominou de “Educação Física Competitivista”. Ao discorrer sobre essa corrente, o autor tece uma linha de argumentação próxima da desenvolvida por Betti (1991). Ghiraldelli Jr. (1988) também associa a “Educação Física Competitivista” à tecnoburocracia brasileira. Assim como Betti (1991), o autor sustenta que os tecnoburocratas vinculados aos principais órgãos de administração da Educação Física nacional teriam implementado, em consonância com a ideologia do “desenvolvimento com segurança”, uma abordagem “esportivizada” da Educação Física escolar. Abordagem essa que, conforme Ghiraldelli Jr. (1988), possuía como um de seus objetivos centrais a formação de atletas de alto rendimento, aptos para representar o “Brasil grande” em competições esportivas internacionais. Para resumir, nas palavras do autor:

A partir dos anos 20 e 30, progressivamente, o “desporto de alto nível” ganhou espaço no interior da sociedade e, conseqüentemente, da Educação Física. Nos anos 60-70, praticamente cria-se uma situação inédita: o “desporto de alto nível” subjuga a Educação Física, tentando colocá-la como um mero apêndice de um projeto que privilegia o Treinamento Desportivo.

[...] O sustentáculo ideológico dessa concepção é a própria ideologia disseminada pela tecno-burocracia militar e civil que chegou ao poder em março de 1964. A ideologia do “desenvolvimento com segurança”, produzida e divulgada na Escola Superior de Guerra – ESG –, deu o tom principal para a ideia de uma tecnização da Educação e da Educação Física no sentido de uma racionalização despolitizadora (cf. Ghiraldelli Jr., 1986a), capaz de aumentar o rendimento educacional do país e, na área da Educação Física, promover o desporto representativo capaz de trazer medalhas olímpicas para o país (p. 29-30).

Tanto Ghiraldelli Jr. (1988) quanto Betti (1991) utilizaram como fontes de suas pesquisas artigos publicados pela “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” (1968-1984). Como já vimos, as edições desse periódico também foram mobilizadas no trabalho de Taborda de Oliveira (2001), que endereça críticas, a meu ver pertinentes, à maneira como os autores citados se apropriaram dos registros contidos nessas fontes. Segundo Taborda de Oliveira (2001), Ghiraldelli Jr. (1988) e Betti (1991) operam uma apropriação autoconfirmadora (THOMPSON, 1981) dos artigos veiculados pela “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos”. Em outras palavras, pode-se afirmar que esses autores, ao analisarem as edições do impresso, fizeram uma leitura parcial de seu conteúdo, lançando luzes apenas nos elementos que permitiam referendar as suas críticas às políticas desenvolvidas pelo regime militar. Ghiraldelli Jr. (1988) e Betti (1991) não fazem alusão aos ricos debates que estavam postos nas páginas da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos”. Debates esses que, como demonstra Taborda de Oliveira (2001), eram marcados, muitas das vezes, pelas críticas às iniciativas oficiais, assim como pela defesa de projetos alternativos para a Educação Física escolar no Brasil.²¹

Dessa maneira, Betti (1991) defende que foi durante a ditadura militar que ganhou força, na Educação Física escolar brasileira, a concepção de que “o aluno e a escola devem servir ao esporte, [...] e não o esporte estar a serviço dos interesses educacionais” (p. 112). Ghiraldelli Jr. (1988) vai mais adiante. Além de tecer críticas à submissão da Educação Física escolar aos códigos do esporte de alto rendimento, o autor sustenta que “apesar de negar, a Educação Física Competitivista é um aríete das classes dirigentes na tarefa de desorganização popular” (p. 20). De acordo com Ghiraldelli Jr. (1988), a difusão da “Educação Física Competitivista”, afora cumprir a função de fazer eco à propagação da ideia de um “Brasil grande”, capaz de mostrar sua magnitude através de conquistas esportivas no cenário internacional, também estava associada a um segundo objetivo: dirigir e canalizar as energias dos estudantes para o esporte, atuando, de um modo geral, como uma espécie de “analgésico” nos movimentos sociais. Ao citar Cunha (1985), o autor destaca:

A ideia-força da ênfase na Educação Física era a seguinte: o estudante, cansado e enquadrado nas regras de um esporte, não teria disposição para entrar na política. Esta ideia era, aliás, adaptada de outras que os militares desenvolveram para os recrutas e os alunos das escolas militares. A técnica de controle que os militares estabeleceram fez com que fossem abrindo o caminho nas organizações voltadas para a Educação Física e os desportos, na burocracia do Ministério de Educação – a que esta área está afeita – e fora dela. Em todos esses órgãos havia presença maciça dos militares em cargos de direção [...].

²¹ Tratarei desse assunto de um modo mais detalhado na segunda seção deste capítulo, intitulada “Considerações sobre o debate atual”.

Buscava-se com essa política desportiva produzir a “coesão nacional e social” que a ditadura não havia conseguido com o Mobral nem com a propaganda via televisão (CUNHA, 1985, p. 80 *apud* GHIRALDELLI JR., 1988, p. 42-43).

Castellani Filho (1988), ainda que sem se deter na discussão das questões expostas no parágrafo anterior, apresenta um ponto de vista consonante com o de Ghiraldelli Jr. (1988). Sobretudo ao reconhecer que o uso político do esporte – especialmente, de “sua capacidade de catarse, de canalizar em torno de si, para seu universo mágico, os anseios, esperanças e frustrações dos brasileiros” (p. 115) – caracterizou-se como um recurso mobilizado pelo regime militar tendo em vista a manutenção do *status quo*. O autor também defende, assim como Ghiraldelli Jr. (1988), que uma das funções exercidas pela Educação Física escolar durante a ditadura militar foi a de contribuir para a desarticulação de movimentos políticos contestatórios da ordem vigente, principalmente do movimento estudantil. Dentro dessa perspectiva, ao discutir mais especificamente o Decreto-Lei nº 705/1969, que estabeleceu a obrigatoriedade da prática da Educação Física em todos os níveis e ramos de escolarização, inclusive no nível superior, Castellani Filho (1988) afirma:

[...] a exclusão da Filosofia do rol das disciplinas obrigatórias dos currículos de 2º grau e a inclusão da Educação Moral e Cívica no 2º e 3º graus – neste último, com o nome de Organização Social e Política Brasileira, OSPB – paralelamente à da Educação Física – com seu repertório lúdico-esportivo associado às implicações decorrentes de sua presença na instituição escolar, entendida unicamente enquanto atividade – não pode ser vista como medidas díspares, como se tivessem sido tomadas aleatoriamente. Compõem, a nosso ver, um conjunto de medidas adotadas, que refletem a opção – no melhor estilo Comteano – pela negação da Filosofia, enquanto teoricamente dotada de conteúdo potencialmente gerador de posturas constituídas de criticidade, optando por outras que estariam comprometidas em representar “... o papel ideológico de condução de poder pela elite...” (p. 123-124).

As explanações feitas até aqui sintetizam as visões de Betti (1991), Ghiraldelli Jr. (1988) e Castellani Filho (1988) sobre o tema discutido nesta subseção. Cabe reiterar que, embora as considerações desses autores sejam, em certa medida, pertinentes, suas publicações não apresentam uma preocupação em verificar, ou ao menos considerar, os impactos das políticas oficiais sobre as práticas da Educação Física escolar no Brasil. Como já mencionei, Pinto (2012), Araújo (2011), Rosa (2006) e Taborda de Oliveira (2001) se dedicaram a compreender melhor, através da análise de depoimentos orais, as experiências cotidianas de professores de Educação Física que atuaram em locais específicos – Belo Horizonte, Jundiaí, Cacequi e Curitiba. Os estudos mencionados apontam que grande parte dos professores entrevistados ministravam suas aulas com uma certa margem de autonomia. E que, justamente por saberem que eram possuidores de uma “liberdade relativa” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001), os docentes desenvolviam, em muitos casos e em função de diversos motivos,

intervenções pedagógicas que não necessariamente se alinhavam com as diretrizes contidas nas políticas oficiais. Sobre o assunto em questão, Taborda de Oliveira (2001) sustenta que:

As entrevistas com os professores indicam a experiência, a história de vida falando mais alto. Cada um dos professores entrevistados assimilava, incorporava de uma maneira completamente distinta as influências mais variadas. Em decorrência disso, o resultado do seu trabalho era fundamentalmente diverso. As entrevistas permitiram-me reafirmar a importância daquilo que tem sido reiteradamente perguntado: o que os sujeitos fazem com aquilo que as estruturas fazem dos sujeitos? Certamente eles reinventam, dentro dos limites permitidos pelas mais diversas determinações, o seu viver cotidiano [...]. Eles, os professores, mostraram-se a síntese (já tão batida!) de determinações variadas, mas mediadas pela sua vontade humana, histórica e culturalmente situada (p. 366-367).

De acordo com Rosa (2006):

A ação dos professores criou espaços consideráveis para manifestações próprias dos alunos, potencializadoras de experiências através do movimento brincado, da ação jogada na criação e no desafio, aventurada de forma espontânea e livre de maiores direcionamentos externos ao seu fazer e ao seu pensar em suas atividades. Justamente por essa presença ter aparecido frequentemente nas aulas de Educação Física ministradas pelas professoras que colaboraram com esse estudo, não é possível afirmar que a disciplina serviu como um instrumento tecnicista de educação, inclusive porque, se é fato que na prática esse não foi um procedimento predominante, na teoria, seu desenvolvimento local não derivou das produções do Treinamento Desportivo, nem da Biomecânica ou Medicina Desportiva, tampouco se baseava em planos e métodos massificadores e homogeneizantes (p. 107-108).

Já para Araújo (2011):

Não cabe concluir se havia um descaso com a área ou se era conferida uma liberdade em demasia no contexto pesquisado, fato é que, com esses depoimentos, fica difícil advogar que a Educação Física tinha um papel preponderante a ponto de ser tida como sustentáculo ideológico do Estado. Por essa esteira levemos em conta que todos os professores entrevistados atuaram depois da promulgação da Política Nacional de Educação Física e Desportos e dos altos investimentos destinados para a área no início dos anos 80, o que em princípio nos leva a pensar que os objetivos expostos por aquele documento deveriam ser alcançados. Contudo, isso não foi sentido na prática pedagógica. Para alguns desses professores, descobrir talentos que pudessem representar o Brasil no cenário internacional foi um sonho, tolhido por aquilo que o próprio governo oferecia; para outros existiam aspectos mais importantes a serem trabalhados no cotidiano (p. 122).

Por fim, vejamos o que diz Pinto (2012):

O conjunto de memórias destes/as professores/as nos permite pensar elementos que teriam sido relevantes no exercício profissional em Educação Física. Observa-se, por exemplo, que teria sido grande o número de escolas com condições de trabalho precárias. Tanto no que diz respeito ao material específico de trabalho [...], como também de infraestrutura [...] e de salários. Circunstâncias que teriam limitado a materialização de uma política do governo militar de esportivizar a sociedade a partir da escola. Todavia, algumas escolas teriam condições necessárias para tal intento [...]. É importante destacar que, mesmo tendo escolas em condições para fazer valer uma dada Educação Física, tal situação não teria se concretizado, pois as políticas teriam

encontrado professores com emoções, angústias, desejos e iniciativas próprias (p. 134).

As citações acima apresentam um conjunto de elementos que nos permite, novamente, pôr em xeque as teses sustentadas por Betti (1991), Castelanni Filho (1988) e, nesta ocasião, também Ghiraldelli Jr. (1988). Afinal, como chamam a atenção Pinto (2012), Araújo (2011), Rosa (2006) e Taborda de Oliveira (2001), os professores de Educação Física por eles entrevistados parecem ter desenvolvido suas práticas escolares a partir de uma série de variáveis não controladas pelo regime militar. Em outros termos, pode-se afirmar, de acordo com Taborda de Oliveira (2001), que, independentemente das estratégias oficiais de conformação da Educação Física escolar, os professores de Educação Física parecem ter desenvolvido suas práticas escolares a partir de: “filtros muito pessoais, não necessariamente únicos, mas muito próprios de cada experiência singular” (p. 18). Acredito que, justamente por não levarem em conta as tensões estabelecidas entre as prescrições oficiais e as experiências cotidianas dos professores de Educação Física, Betti (1991), Castelanni Filho (1988) e Ghiraldelli Jr. (1988) formularam versões explicativas pouco consistentes. Versões essas que, em função de seu alto grau de abstração e generalização, não correspondem, como se pôde observar até aqui, necessariamente às práticas escolares dos professores de Educação Física que atuaram durante a ditadura militar (TABORDA DE OLIVEIRA, 2004).

Creio, portanto, ser possível afirmar que Betti (1991), Castelanni Filho (1988) e Ghiraldelli Jr. (1988), sobretudo por desconsiderarem as tensões estabelecidas entre os meios intra e extraescolar, desenvolveram análises que superestimam as influências das políticas oficiais sobre as práticas escolares da Educação Física. A propósito, cabe ressaltar que diversos pesquisadores da história das disciplinas escolares têm demonstrado o quanto são infrutíferas, por diversos motivos, as análises que se baseiam somente nas determinações que a escola, de uma maneira geral, sofre de fora para dentro (CHERVEL, 1990; GOODSON, 1990, 1991, 1995a, 1995b, 1995c; BELHOSTE, 1995; CHEVALLARD, 1998; entre outros). Como destaca Taborda de Oliveira (2001): “esses estudos tem enfatizado que a instituição escolar não existe em abstrato; cada escola, uma realidade; cada realidade, diversas formas de conceber os embates e conflitos reais” (p. 46). De acordo com essa perspectiva, os trabalhos de Pinto (2012), Araújo (2011), Rosa (2006) e Taborda de Oliveira (2001) demonstram que, atualmente, já não parece mais ser possível sustentar genericamente que a Educação Física escolar brasileira foi conformada pelo regime militar. Como alerta Taborda de Oliveira (2001), insistir em defender a referida tese nos dias de hoje significa desconsiderar – a despeito de todas as evidências contidas nos estudos até aqui apresentados – a escola como

“um espaço de contradição, capaz de produzir práticas singulares a partir da experiência dos seus agentes, o que não infirma [é claro] a tese de possíveis transposições mecânicas para o seu interior” (p. 46).

1.3 Considerações sobre o debate atual

Como se pode presumir, acredito que o trabalho de Taborda de Oliveira (2001) pode ser considerado, de fato, um marco na renovação dos estudos sobre a configuração da Educação Física escolar durante o período da ditadura militar. Como já vimos, o objetivo da referida pesquisa foi investigar a relação entre as orientações oficiais para a Educação Física escolar brasileira (1968-1984) e suas apropriações por professores que atuaram no decorrer do recorte temporal em tela. Como fontes para seu estudo, o autor mobilizou, como também já observamos, a série total da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” (1968-1984), os programas de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Curitiba (1972-1983) e os depoimentos de professores que atuaram nessa mesma rede de ensino (1970-1980).

O trabalho de Taborda de Oliveira (2001) foi estruturado, mais especificamente, em duas partes. A primeira, apresenta uma análise da série total da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos”. Ao se debruçar sobre o impresso, o autor parte, inicialmente, da proposição de que essa fonte representaria, exclusivamente, uma concepção oficial de Educação Física escolar – notadamente, atrelada a certos interesses do regime militar, já discutidos na seção anterior deste capítulo. Entretanto, com o desenvolvimento da pesquisa, Taborda de Oliveira (2001) percebeu que o periódico não se caracterizava como uma fonte monolítica. Como demonstra o autor, não era apenas uma concepção oficial de Educação Física escolar que estava sendo difundida pela revista. Mais do que isso, materializava-se em suas páginas um debate internacional, que chegava ao Brasil com, pelo menos, uma década de atraso.

As discussões sobre Educação Física escolar contidas no impresso estudado por Taborda de Oliveira (2001) expressam uma querela entre duas tendências mundiais. De um lado, articulistas adeptos ao Pragmatismo propunham uma abordagem da Educação Física escolar comprometida com o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, destacando a relevância desse componente curricular para a formação de atletas profissionais.²² Por outro

²² Cumpre mencionar, de acordo com Taborda de Oliveira (2001), que: “o termo pragmático aqui não tem similaridade com o que se entende por pragmatismo no âmbito educacional ou no pensamento filosófico. Antes

lado, autores filiados ao Dogmatismo preconizavam a formação integral dos escolares, chamando a atenção para a importância da Educação Física – e, de um modo geral, das práticas corporais – para o alcance desse objetivo. Todavia, embora houvesse disputas por espaço e legitimidade no interior do periódico, isso não significa dizer que não houve predomínio de uma tendência. Conforme o autor, o ciclo de vida do impresso pode ser dividido em três fases:

A primeira refere-se a um debate bastante polarizado entre os defensores da orientação dogmática e os defensores da orientação pragmática. [...] Pode-se dizer que essa primeira fase da Revista vai até meados dos anos 1970. Por esse período, que identifiquei como sendo o início de uma segunda fase, o que se nota nas páginas da Revista é a consolidação da perspectiva pragmática, sendo bastante reduzidos os debates e até mesmo as críticas em torno da esportivização da Educação Física. Essa segunda fase vai até o final da década de 1970 e cede lugar a terceira e última fase, caracterizada pela emergência da Psicomotricidade e dos primeiros discursos denunciando a submissão da Educação Física escolar aos códigos esportivos (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 84).

Os programas de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, analisados na segunda parte do estudo de Taborda de Oliveira (2001), também expressam uma preponderância da concepção pragmática. Em sintonia com essa perspectiva, as orientações contidas nesses documentos reduzem, segundo o autor, a Educação Física escolar ao ensino de algumas modalidades esportivas, submetido aos códigos do esporte de alto nível. Taborda de Oliveira (2001) verificou, ainda, que esses programas – apesar de contar com a colaboração de professores de Educação Física em seu processo de elaboração – eram, simultaneamente, uma tentativa de sistematização e de controle, já que, em tese, não permitiam intervenções autônomas dos agentes escolares. Diante dessa constatação, o autor traz à baila a seguinte questão: como ocorreram, nesse contexto, as práticas cotidianas dos docentes que atuaram na Rede Municipal de Ensino de Curitiba?

Essas, como já salientei, desenvolveram-se de um modo plural. Ainda na segunda parte de sua pesquisa, Taborda de Oliveira (2001) demonstra como é que, a despeito das estratégias oficiais de conformação da Educação Física escolar, os professores de Educação Física lidavam de um modo bastante peculiar com as práticas cotidianas de ensino desse componente curricular. Ao ler os depoimentos contidos no decorrer do trabalho do autor, percebi claramente que esses agentes escolares não eram meramente manipulados ou induzidos. Muito pelo contrário, como destaca Taborda de Oliveira (2001), eles faziam opções; sabiam que eram possuidores de uma relativa autonomia diante das determinações

disso, é uma denominação cunhada estritamente a partir das influências esportivas sobre a Educação Física” (p. 76). Tratarei desse assunto de um modo mais detalhado ao longo do terceiro capítulo desta tese.

estruturais e, em alguns casos, eram capazes até mesmo de desafiá-las. De acordo com o autor:

A singularidade de suas experiências ora os aproxima das orientações oficiais, ora os remete à uma perspectiva de crítica dessas orientações. Mas, mais do que qualquer uma dessas dimensões, provavelmente os professores desenvolviam os seus trabalhos cotidianos baseados em um conjunto de premissas incapazes de serem apreendidas pelos formuladores dos programas oficiais para a Educação Física. Essas premissas incluíam uma experiência de vida ligada às atividades corporais – nem sempre esportivas –, um sem número de dificuldades encontradas nas escolas, da falta de material ao desinteresse dos alunos, as dificuldades de dividir-se entre várias atividades simultâneas – nem sempre escolares etc., e as tensões próprias de uma área em busca de afirmação social e acadêmica. Esse conjunto de elementos forma o substrato da experiência singular de cada um daqueles sujeitos, bem como da experiência comum daquela categoria profissional (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 318-319).

Influenciados pelo trabalho de Taborda de Oliveira (2001), Rosa (2006), Araújo (2011) e Pinto (2012) lançaram luzes, como já vimos, sobre as práticas cotidianas da Educação Física escolar desenvolvidas, respectivamente, em Cacequi, Jundiaí e Belo Horizonte. De um modo geral, os objetivos desses estudos são muito parecidos se comparados entre si, bem como se comparados com os do próprio trabalho de Taborda de Oliveira (2001): analisar, por meio de estudos de história oral, as tensões entre as orientações oficiais para a Educação Física escolar brasileira e as experiências cotidianas de professores de Educação Física que atuaram em locais específicos – notadamente, em Cacequi, Jundiaí e Belo Horizonte. Como já pontuei, todos esses autores observaram, tal como Taborda de Oliveira (2001), um conjunto de fatores que, quando não inviabilizavam, dificultavam significativamente a implementação *in toto* das políticas formuladas pelo regime militar: falta de materiais, de espaço, de fiscalização, de professores formados em Educação Física etc. Além disso, também é digno de nota, entre outros fatores, os próprios posicionamentos políticos/pedagógicos dos docentes entrevistados por Rosa (2006), Araújo (2011) e Pinto (2012). Posicionamentos esses que, igualmente ao dos professores entrevistados por Taborda de Oliveira (2001), não podem ser compreendidos por meio de análises genéricas e simplistas. Afinal, na maioria dos casos, transitavam em uma complexa zona cinzenta,²³ eivada de

²³ Creio que essa noção, cunhada por Laborie (2003), é útil para entendermos a atuação de grande parte dos professores entrevistados por Taborda de Oliveira (2001), Rosa (2006), Araújo (2011) e Pinto (2012). Ao analisar, entre outras coisas, o comportamento da sociedade francesa sob o regime de Vichy (1940-1944), Laborie (2003) chama a atenção para o que denominou de zona cinzenta: um vasto espaço, composto por atitudes sociais diversas e eivadas de ambivalências, que se situam entre as práticas de resistência e colaboração. Como define Rollemberg (2007), a noção de zona cinzenta nos ajuda a compreender o que não cabe em fronteiras bem delimitadas: “muitas vezes se é um e outro, se é duplo. Na ambivalência, que não é sinônimo de contradição – algo desconcertante para muitos –, estaria a França dos anos confusos” (p. 55). Tal como a autora ao citar o caso francês, acredito que é na referida zona cinzenta, marcada pela ambivalência, e,

ambivalências, situada entre o apoio engajado e as táticas de resistência às estratégias oficiais de conformação da Educação Física escolar.²⁴

O problema é que Rosa (2006), Araújo (2011), Pinto (2012) e, até mesmo, Taborda de Oliveira (2001) atribuem pouca importância à apreciação das orientações oficiais formuladas para a Educação Física escolar durante o período por eles estudado. Ao levar em conta o objetivo dos trabalhos desenvolvidos por esses autores, entendo que a formulação de uma análise desse feito deveria ser tratada como um de seus pontos centrais. No entanto, creio que essa tarefa não foi cumprida de um modo consistente. No que tange ao estudo de Taborda de Oliveira (2001), por exemplo, cabe questionarmos: será que somente o exame da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” e dos programas de Educação Física da Rede Municipal de Ensino de Curitiba é suficiente para a compreensão das orientações oficiais para a Educação Física escolar estabelecidas ao longo dos dezessete anos (1968-1984) que abrangem o recorte temporal estabelecido pelo autor?

Acredito que a escolha metodológica de Taborda de Oliveira (2001) é insuficiente, assim como as breves e pouco matizadas análises contidas nos trabalhos de Rosa (2006), Araújo (2011) e Pinto (2012). Talvez seja em função disso que esses autores, no decorrer de seus estudos, se referem constantemente à existência de um único modelo pedagógico oficial de Educação Física escolar em circulação no país durante a ditadura militar. Ora, isso não pode ser verificado quando nos debruçamos, por exemplo, sobre determinadas fontes já bastantes conhecidas pelos pesquisadores da história recente da Educação Física brasileira. Falo, mais especificamente, da documentação oficial referente ao ensino desse componente curricular: o Decreto nº 58.130 (1966-1971), o Decreto nº 69.450 (1971-1996), o “Plano de Educação Física e Desportos” (1972-1974), o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” (1976-1979), o “III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos” (1980-

portanto, pelo pensar-duplo, que também estava a maioria dos professores de Educação Física que atuaram durante o regime militar.

²⁴ De acordo com Certeau (1994), chamo de estratégia: “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um ‘lugar’ suscetível de ser circunscrito como ‘algo próprio’ e ser a base de onde se podem gerir as relações com ‘uma exterioridade’ de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos de pesquisa etc.)” (p. 99). Ainda conforme o autor, entendo como tática: “o movimento ‘dentro do campo de ação do inimigo’ [...] e no espaço por ele controlado. Ela não tem, portanto, a possibilidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário num espaço distinto, visível e objetivável. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ocasiões e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no voo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia” (p. 100-101).

1985), entre outros. Ao se analisar esses documentos, percebe-se claramente que, entre 1968 e 1984, diversas concepções oficiais de Educação Física escolar circularam no Brasil – e não apenas uma.²⁵

Esses me parecem ser os pontos fracos das pesquisas de Taborda de Oliveira (2001), Rosa (2006), Araújo (2011) e Pinto (2012): a mobilização de um *corpus* documental que não sustenta uma análise sólida das prescrições oficiais formuladas para a Educação Física escolar brasileira (1964-1985) e, conseqüentemente, as análises propriamente ditas dessas orientações, que desconsideram as distintas concepções oficiais de Educação Física escolar que circularam no Brasil ao longo do recorte temporal em destaque. De todo modo, apesar dessas inconsistências, acredito que as obras citadas, em especial o estudo de Taborda de Oliveira (2001), são de grande valia para uma compreensão mais refinada do tema debatido neste capítulo. Tema esse que ainda merece receber mais atenção por parte dos pesquisadores que se dedicam ao estudo de questões relativas à história da Educação Física brasileira. Como se pôde perceber até aqui, a carência de estudos específicos e os limites dos trabalhos até então desenvolvidos iluminam a necessidade de melhor compreendermos a configuração da Educação Física escolar durante os anos da ditadura militar. Tal necessidade se potencializa quando observamos que, embora passados mais de quinze anos, ainda nos deparamos com um cenário muito parecido com o descrito por Taborda de Oliveira (2001):

[...] creio que o período proposto neste estudo – a ditadura militar e os anos subsequentes – precisa ser estudado com mais rigor e profundidade do que vem sido até aqui, no que diz respeito ao desenvolvimento da Educação Física brasileira. Além de estudos de natureza comparativa, a delimitação do campo acadêmico da área, a influência das aulas de Educação Física sobre a população em geral, biografias e histórias de vida, organização profissional, o ensino superior e a formação de professores – e por que não? – a memória de militares sobre o real significado da Educação Física para as Forças Armadas, todos estes são estudos desejáveis e possíveis de serem desenvolvidos. Com o recente incremento da pesquisa histórica em Educação Física no Brasil, bem como com o incentivo oferecido por uma não desprezível onda de publicações sobre os anos da ditadura, creio que temos elementos suficientes para tentarmos aprofundar o conhecimento histórico sobre a Educação Física do período, buscando a historicidade de um processo reduzido pela historiografia a uma “razão de Estado” (p. 370).

²⁵ Voltarei a tratar desta declaração no terceiro capítulo desta tese, na seção intitulada “A Educação Física situada no âmbito das políticas públicas educacionais e esportivas”.

2 IMPRENSA NACIONAL ESPECIALIZADA EM EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES (1976-1979): EM FOCO A SUA (RE)PRODUÇÃO MATERIAL

2.1 Cuidados metodológicos

Como já vimos, mobilizarei como fontes nesta tese todos os periódicos nacionais especializados em Educação Física e esportes que circularam no Brasil entre 1976 e 1979, com exceção da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” e da “Revista de Educação Física” – já estudados, respectivamente, por Taborda de Oliveira (2001) e por mim mesmo em outra oportunidade (REI, 2013). Um cuidado metodológico essencial a ser tomado ao se analisar esse tipo de material é estar atento à sua materialidade. De acordo com Luca (2008), entendo como materialidade um conjunto de aspectos relacionados com a forma como os impressos chegaram às mãos de seus leitores, tais como: formato, diagramação, presença/ausência de ilustrações e fotografias, estruturação e divisão dos conteúdos, relações que manteve – ou não – com o mercado, publicidade, ritmo de publicação, preço, tiragem, expediente, público-alvo, objetivos etc. Em síntese, posso definir como materialidade:

[As] condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam em contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado. Noutros termos, o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas (LUCA, 2008, p. 138-139).

Se, por um lado, como alerta Luca (2008), não podemos dissociar o conteúdo em si do lugar ocupado pela publicação no campo da imprensa; por outro, como chama a atenção Chartier (1999), devemos conceber os impressos como objetos culturais ou, em outras palavras, como suportes materiais de textos cujas formas: “comandam, se não a imposição de um sentido aos textos que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis” (p. 8). Em vista disso, ao delinear a análise da materialidade das fontes citadas, partirei do entendimento de que:

[...] não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor. Daí a distinção indispensável entre dois conjuntos de dispositivos: os que provêm das estratégias de escrita e das intenções do autor, e os que resultam de uma decisão do editor ou de uma exigência de oficina de impressão (CHARTIER, 1991, p. 18).

Minha preocupação em apreciar a materialidade das fontes mobilizadas para o desenvolvimento deste estudo está, portanto, diretamente relacionada com o reconhecimento

dos distintos – mas frequentemente confundidos – procedimentos que permeiam a produção de um texto e a produção de seu suporte material. No que tange à produção de um texto, posso destacar, como lembra Chartier (2009), as senhas que um escritor registra em sua obra com a finalidade de produzir uma leitura correta dela, isso é: aquela que estará conforme a sua intenção. Para o autor, essas instruções, dirigidas claramente ou impostas inconscientemente ao leitor, objetivam determinar o que deve ser uma relação correta com o texto e fixar o seu sentido. Entretanto, cabe frisar, ainda de acordo com Chartier (2009), que a produção de sentido durante a prática de leitura também está fortemente articulada com as estratégias de produção do suporte material que veicula o escrito. Em outros termos:

[...] inscrever nos textos as convenções, sociais ou literárias, que permitirão a sua sinalização, classificação e compreensão emprega toda uma panóplia de técnicas, narrativas ou poéticas, que, como uma maquinaria, deverão produzir efeitos obrigatórios, garantindo a boa leitura. Existe aí um primeiro conjunto de dispositivos resultantes da escrita, puramente textuais, desejados pelo autor, que tendem a impor um protocolo de leitura, seja aproximando o leitor a uma maneira de ler que lhe é indicada, seja fazendo agir sobre ele uma mecânica literária que o coloca onde o autor deseja que esteja (CHARTIER, 2009, p. 96-97).

Todavia:

[...] essas primeiras instruções são cruzadas com outras, trazidas pelas próprias formas tipográficas: a disposição e a divisão do texto, sua tipografia, sua ilustração. Esses procedimentos de produção de livros não pertencem à escrita, mas à impressão, não são decididas pelo autor, mas pelo editor-livreiro e podem sugerir leituras diferentes de um mesmo texto. Uma segunda maquinaria, puramente tipográfica, sobrepõe seus próprios efeitos, variáveis segundo a época, aos de um texto que conserva em sua própria letra o protocolo de leitura desejada pelo autor (CHARTIER, 2009, p. 97).

Ao se examinar as fontes mobilizadas nesta tese conforme a perspectiva proposta por Chartier (2009), faz-se importante expor alguns esclarecimentos – também feitos por Barzotto (1998). Chartier (2009) descreve os procedimentos mencionados tendo em horizonte o processo que envolve a produção de livros. Portanto, é preciso ter certa cautela ao se utilizar as proposições formuladas pelo autor quando se analisa outras modalidades de impressos. Afinal, como afirma Barzotto (1998): “é necessário supor que os limites da ação dos trabalhadores no processo de produção de revistas periódicas[, por exemplo,] podem ser diferentes daqueles que se estabelecem para o caso da impressão de livros, mas essa é uma pesquisa empírica ainda a ser feita” (p. 46-47).

De toda forma, o que me interessa aqui é, principalmente, compreender um pouco melhor as condições materiais e técnicas dos periódicos por mim estudados, sem perder de vista, é claro, as possíveis influências que esses suportes materiais podem exercer na constituição dos sentidos produzidos durante as práticas de leitura de seus conteúdos. Tais

cuidados apontam, como se pode notar, para um tipo de operação metodológica que não se limita a extrair um ou outro texto isolado, por mais representativos que sejam. Antes de mais nada, creio ser necessário ter sempre em vista os seus lugares de inserção, para que se possa desenvolver, tal como propõe Luca (2008), uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa.

2.2 As revistas tomadas em sua materialidade

Durante a ditadura militar (1964-1985), o Brasil contava com 13 periódicos especializados em Educação Física e esportes – para mais informações, rever o Quadro 1. Desses impressos, sete circularam entre 1976 e 1979, período de vigência da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”: “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos”, editada, mais especificamente, pelo Departamento de Educação Física e Desportos/Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura; “Revista de Educação Física”, editada pela Escola de Educação Física do Exército; “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”, editada pelo Departamento de Educação Física da Universidade Gama Filho; “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”, editado, como se pode presumir, pela Federação Internacional de Educação Física; “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”, editada pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte; “Esporte e Educação” e “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”, ambas editadas pela Associação de Professores de Educação Física de São Paulo.

Nesta tese, irei me deter, como já pontuei, na análise dos cinco últimos periódicos citados no parágrafo anterior, que, diferentemente da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” e da “Revista de Educação Física”, ainda não foram alvos de estudos pormenorizados. O Quadro 2, a seguir, representa o ritmo de publicação desses impressos entre 1976 e 1979. Como se pode observar, o “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” foi o periódico que mais lançou edições ao longo do recorte temporal em destaque. De um total de 22 edições, 12 foram publicadas pela revista – quatro em 1977, quatro em 1978 e mais quatro em 1979. Em seguida, vem a “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”, que lançou seis edições – duas em 1976, uma em 1977, outra em 1978 e duas em 1979. Em terceiro lugar, ficou a “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”, que publicou duas edições – uma em 1978 e outra em 1979. Já a “Esporte e Educação” lançou apenas uma edição, em 1977. A mesma marca foi alcançada

pela “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”, que também publicou uma edição, só que em 1979.

Quadro 2 – Ritmo de publicação dos periódicos especializados em Educação Física e esportes que circularam no Brasil (1976-1979), com exceção da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” e da “Revista de Educação Física”.

Periódico	1976	1977	1978	1979
Artus/Revista de Educação Física e Desportos	2	1	1	2
Boletim da Federação Internacional de Educação Física	-	4	4	4
Esporte e Educação	-	1	-	-
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	-	-	-	1
Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo	-	-	1	1
Total de edições: 22				

O desenvolvimento de uma breve análise do ciclo de vida dos periódicos citados no Quadro 2 me parece ser de grande utilidade para a compreensão de seus ritmos de publicação durante o período aqui estudado. Vejamos, em primeiro lugar, o caso da “Esporte e Educação”. Entre 1969 e 1977, foram editadas 43 edições da revista – quatro em 1969, oito em 1970, sete em 1971, seis em 1972, seis em 1973, seis em 1974, cinco em 1975 e uma em 1977 (FERREIRA NETO *ET AL.*, 2002). Como se pode perceber, o impresso teve um ritmo de publicação irregular ao longo de seu ciclo de vida, com direito a um momento de estabilidade entre 1972 e 1974, uma interrupção em 1976, seguida de um expressivo declínio em 1977. O editorial da edição de número 44 (1977), assinado pelo editor Laercio Elias Pereira, nos ajuda a entender melhor, entre outras coisas, o momento que o periódico atravessava no último ano de seu ciclo de vida, bem como as perspectivas apontadas para o futuro na ocasião:

Em maio de 1969, no velho edifício da Cesário Mota, José Carlos Camargo reunia os originais para o primeiro número de “Esporte e Educação”. Quase ao sabor da inspiração de professores-escritores, a Revista teve fôlego até o nº 42, quando, há dois anos, hibernou.

Ressurge agora, com novas propostas, esperanças e com a pretensão de ouvir os que sempre estiveram como atores nos artigos técnicos e nas notícias. Pretendemos ocupar a faixa existente entre as publicações especializadas no que toca à “opinião”. Vamos buscar os profissionais nas Universidades, Departamentos de Educação Física e Associações de Técnicos Desportivos, para quem abrimos seções específicas neste número.

Preocupa-nos uma visão humana dos atletas e técnicos que sempre foram “material de estudo”.²⁶

Além disso, completa Pereira:

²⁶ PEREIRA, Laercio Elias. Editorial. *Esporte e Educação*, São Paulo, n. 44, p. 2, 1977.

Quanto à atividade físico-desportiva da criança observamos assustados a desenvoltura com que os autores têm atuado no difícil limite entre o paternalismo e a educação, em nome desta. Para tanto, lembramos que a Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura já pensou nisso com a sua Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Ao lado do artigo do prof. Roger Thomas, a Declaração vai servir para termos sempre um parâmetro crítico e verificar se as crianças e os atletas estão pelo menos sendo felizes, mesmo entre os gráficos e tabelas que o Dr. Vitor Matsudo supervisiona na sua seção “Pesquisa”.

Do resto, e principalmente, o nosso assunto de capa: o esperado e decantado Mestrado em Educação Física, que o prof. Mário Nunes, seu mais legítimo incentivador, acredita poder “propiciar ao professor de Educação Física uma intelectualização e uma maior abertura”. E nós também.²⁷

O projeto de reativar a “Esporte e Educação”, dentro de uma perspectiva editorial renovada, não seguiu adiante, pois, como já disse, o impresso não conseguiu emplacar nenhuma outra edição após o lançamento da de número 44. Um caminho parecido foi o trilhado pela “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”. O ciclo de vida desse impresso corresponde ao período entre 1953 e 1979. Nesses anos, foram lançadas 14 edições da revista – duas em 1953, uma em 1954, outra em 1955, duas em 1957, duas em 1958, uma em 1959, duas em 1960, uma em 1970, outra em 1978 e mais uma em 1979 (FERREIRA NETO *ET AL.*, 2002). Da mesma maneira que a “Esporte e Educação”, a “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” teve um ritmo de publicação irregular durante seu ciclo de vida, que contou com três interrupções: uma em 1956 e outras duas entre 1960 e 1970 e 1970 e 1978. Vejamos, a seguir, o editorial da edição de número 14, que é útil para, entre outras coisas, uma melhor compreensão do projeto de retomada da publicação do impresso em 1978. Nas palavras de José Geraldo Massucato, presidente da Associação de Professores de Educação Física de São Paulo:

É sempre uma satisfação para nós, embora com bastante atraso, encerrado o nosso primeiro ano de atividades, virmos a público relatar o resultado dos trabalhos desenvolvidos por esta Associação, no desempenho de suas funções.

No volume de realizações levadas a efeito, especialmente nos cursos programados realizados, pode-se perceber que nos batemos no sentido de possibilitar veículos para atualização e aperfeiçoamento técnico-pedagógico.

Esta modesta revista visa dar oportunidade aos colegas que desejam aumentar seu currículo trazendo, com suas pesquisas e experiências, uma contribuição que tem por objetivo atualizar e elevar o nível de conhecimento, especialmente dos associados que vivem nas pequenas cidades.²⁸

Para Massucato:

O afã que nos depara de realizar, de construir, de produzir, enfim, leva-nos a um esforço ingente no sentido de continuar a publicação de Nossa Revista “APEF”

²⁷ PEREIRA, Laercio Elias. Editorial. *Esporte e Educação*, São Paulo, n. 44, p. 2, 1977.

²⁸ MASSUCATO, José Geraldo. Nossa mensagem. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 14, p. 1, 1978.

[leia-se Associação de Professores de Educação Física], cujo último exemplar n.º 12 data de dezembro de 1960. Posteriormente, em novembro de 1970, foi editada outra revista “APEF”, também n.º 12, que foi anunciada como nova série. Consideraremos essa revista como sendo a n.º 13 e esta atual levará o n.º 14.

Sabemos que as diretorias que nos antecederam tentaram realizar esse trabalho, sem contudo conseguir, talvez por falta de recursos. Gostaríamos de editar uma revista com um papel melhor, com um formato atual, e repleta de fotografias e desenhos ilustrativos conforme certos artigos requerem, mas infelizmente não temos possibilidades.

Esperamos, para a consecução desse objetivo, que os associados nos enviem sua valiosa colaboração, tanto no encaminhamento de seus artigos, como na parte financeira, através do pagamento das anuidades, bem como na atualização de endereços.²⁹

Apesar das dificuldades financeiras, o periódico conseguiu lançar, em 1979, mais uma edição: a de número 15, que selou o fim de seu ciclo de vida. O editorial dessa edição foi assinado por Edelcio Paschoalin, diretor do Departamento de Patrimônio da Associação de Professores de Educação Física de São Paulo. Paschoalin inicia seu texto com uma apresentação dos objetivos e das principais ações desenvolvidas até então pela associação. Em seguida, o diretor apresenta indícios que nos ajudam a entender um dos aspectos geradores das dificuldades financeiras enfrentadas pela Associação de Professores de Educação Física de São Paulo e, conseqüentemente, pela equipe editorial da “Esporte e Educação” e da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”: o baixo número de associados. Observemos, a seguir, o que diz Paschoalin no editorial em questão:

A APEF é uma entidade de classe dirigida para atender os interesses comuns à classe dos professores de Educação Física, fundada em 1935. Portanto, a 48 anos que ela luta por esses interesses, e somente em 1961 tornou-se órgão de utilidade pública, através de lei.

Como entidade, ela existe pelo apoio direto de seus associados, e de seu corpo diretivo que é renovado a cada 3 anos.

Os objetivos e realizações da APEF são muitos.

Um dos objetivos primordiais é defender os direitos dos associados e de toda a classe. Outros, como orientação, integração, apoio desta mesma classe também tem importância relevada.

E as realizações!

Cursos de alto teor educativo, inclusive de nível internacional, com o intuito de atualizar, aperfeiçoar e até completar a formação profissional; [...] fora o Curso Internacional de Expansão Cultural, que todos os anos é realizado, no qual o nível é excelente e o local de realização também; o último, por exemplo, foi na Colônia de Férias do SESC [leia-se Serviço Social do Comércio] em Bertioga.

Quanto ao intercâmbio, mantemos com todas as Associações e entidades congêneres, as Escolas de Educação Física, clubes, Órgãos Oficiais, dentro e fora do país.³⁰

Segundo Paschoalin:

²⁹ MASSUCATO, José Geraldo. Nossa mensagem. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 14, p. 1, 1978.

³⁰ PASCHOALIN, Edelcio. Conheça a APEF. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 15, p. 2, 1979.

Promovemos ainda convênios com médicos, oculistas, dentistas, advogados, tudo no sentido de auxiliar o associado, e em todas as promoções, como os cursos e convênios, o associado goza daquele desconto especial.

Todo benefício é extensivo também ao associado do interior, com Departamentos Regionais, que são extensões da sede da Capital.

Em nossa sede, dispomos de secretaria, sala de estar, biblioteca, aparelhos de som e projetores, no entanto, se não precisar de nada disto, venha para uma conversa e um cafezinho, teremos o máximo prazer em recebê-lo.

Por estes motivos precisamos de você, porque uma entidade de classe se torna forte quando o número de associados é grande, é a união que faz a força.

Se você é professor ou aluno de Educação Física, nos procure, ou simplesmente filie-se à APEF, que teremos o máximo prazer em recebê-lo, mesmo que seja para críticas, estas também são importantes, para a avaliação do nosso trabalho.

Nossa sede fica na Rua Capivari (portão 23), Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho (Pacaembú), fone: 256-1941.

Vamos nos unir e juntos cresceremos em prol de uma classe forte, para fazermos homens fortes, através do físico, moral, intelectual e social.³¹

De acordo com Sartori (2006), o final da década 1970 foi, de um modo geral, um período de dificuldades para as associações de professores de Educação Física de todo o Brasil. Como explica o autor, após a fundação da primeira associação – a de São Paulo, em 1935 – as associações de professores de Educação Física vivenciaram, na esteira do crescimento da oferta de cursos de nível superior em Educação Física no país, um notável momento de expansão, chegando a abranger grande parte dos estados brasileiros. No entanto, durante a segunda metade dos anos 1970, as associações entraram, conforme Sartori (2006), em uma fase de declínio. Para o autor, foram dois os principais elementos deflagradores desse processo: em primeiro lugar, a atuação de professores recém-formados em programas de pós-graduação *stricto sensu* no exterior³² e, em um momento posterior, os desdobramentos da criação, em 1978, do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Como resume Sartori (2006), ambos os fatos contribuíram significativamente para o fortalecimento da ideia de que a Educação Física nacional deveria se desenvolver em consonância com as especificidades do país, livre, portanto, das aplicações mecânicas de fórmulas importadas e pouco efetivas apregoadas no âmbito das associações de professores de Educação Física. Além disso, tais fatos contribuíram, também, para a valorização da realização de eventos no formato de congresso, tendência que colaborou para o esvaziamento de uma das atividades centrais das associações: a realização de cursos de aperfeiçoamento profissional, que, muitas das vezes, contavam com a presença de figuras internacionais notáveis do campo da Educação Física.

³¹ PASCHOALIN, Edelcio. Conheça a APEF. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 15, p. 2, 1979.

³² De acordo com Bracht (1998), destacaria, também, a atuação de professores recém-formados em programas de pós-graduação *stricto sensu* brasileiros de outras áreas de conhecimento – principalmente, do campo da Educação.

Se a “Esporte e Educação” e a “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” viviam um período de decadência, o mesmo não pode ser dito a respeito dos demais periódicos analisados nesta tese. Em 1979, era lançada, por exemplo, a edição de número 1 da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”, publicada, como já mencionei, pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – desde pelo menos a metade final da década 1980, a mais expressiva entidade científica e representativa nacional do campo da Educação Física, que, na época recém-criada, dava seus primeiros passos, tendo como principal inspiração o *American College of Sports Medicine*³³ (PAIVA, 1994). Editada há mais de 30 anos sem interrupção, a revista já lançou mais de 35 volumes, com periodicidade predominantemente quadrimestral. Vejamos, a seguir, o editorial da edição de número 1 do periódico, assinado pelos 27 sócios-fundadores do colégio,³⁴ então presidido por Victor Matsudo. Acredito que o texto é, entre outras coisas, de grande valia para uma melhor compreensão da linha editorial do impresso no momento inicial de seu ciclo de vida:

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte emergiu da necessidade de estudar o esporte num contexto tão amplo quanto científico.

O cooperativismo multiprofissional é sem dúvidas o estilo moderno de melhores resultados para se alcançar objetivos em qualquer linha da atividade humana. No esporte brasileiro, esse sistema já existe há algum tempo nos centros de treinamento, clubes, módulos desportivos e laboratórios de avaliação. Mas era necessário que esses trabalhos em ambientes fechados tivessem abertura suficiente para ganhar um intercâmbio nacional, além de incrementar o estudo científico e a pesquisa de atividade física integrando profissionais e estudantes de todas as áreas das ciências do esporte.

Foi com esse objetivo maior que o CBCE [leia-se Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte] cresceu e fez entender a sua filosofia em apenas um ano. E esse crescimento baseou-se na simplicidade, na pureza de seus próprios ideais e de suas origens.³⁵

Conforme o editorial, a criação do colégio não visava:

[...] negar a existência e o valor de todas as associações que congregam isoladamente profissionais dos ramos desportivos. Procurará acima de tudo juntar forças, colaborar nas iniciativas e empunhar com denodo as bandeiras que se propunham a oferecer conclusões de ciência para o esporte. Nada de credos políticos e religiosos, nada de favorecimentos, mas a ética em primeiro lugar. O CBCE poderá estudar a política do esporte, sem fazer política no esporte.

Se no começo era apenas intuição, hoje já se tem a certeza da meta alcançada. Nem se fez guerra nem quartel e não se soprou bolhas de ilusão no entusiasmo contagiante de seus membros.

³³ Fundado em Nova Iorque, em 1954, o *American College of Sports Medicine* era, em 1979, e é, ainda hoje, a mais proeminente entidade científica e representativa internacional do campo das ciências do esporte, composta, neste momento, por mais de 50.000 membros, de mais de 90 países. Para mais informações sobre a trajetória da entidade, ver Berryman (1995). Para mais informações sobre o formato atual de entidade, ver <<http://acsm.org>>.

³⁴ Gostaria de registrar que a edição de número 1 da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” (1979) não possui listagem com o nome dos 27 sócios-fundadores do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

³⁵ EDITORIAL. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, São Caetano do Sul, n. 1, p. 2, 1979.

O Congresso e a Revista estão aí, com defeitos, acreditamos, mas escondidos pela boa vontade e pela busca pela perfeição, própria de quem faz pesquisa e ciência por convicção e vocação.

O Colégio vai em frente depois deste evento. Ele é irreversível, não tenha dúvidas, absolutamente irreversível.³⁶

Como afirma Araújo (1998), um dos fundadores e presidente da entidade entre 1981 e 1983, a “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” nasce como uma espécie de cartão de visitas do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – em seus anos iniciais, uma entidade eminentemente científica e de caráter multiprofissional, que tinha como ponto de referência o esporte, nas suas mais diversas dimensões (PAIVA, 1994). Assim como a “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”, a “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” também parecia cumprir um papel de cartão de visitas – nesse caso, não somente do Departamento de Educação Física da Universidade Gama Filho, mas, também, da Universidade Gama Filho, de um modo geral. O período entre 1976 e 1999 demarca o ciclo de vida desse impresso, que, apesar do ritmo de publicação irregular e das diversas interrupções, lançou um total de 22 edições – duas em 1976, uma em 1977, outra em 1978, duas em 1979, uma em 1980, duas em 1981, uma em 1984, duas em 1985, uma em 1986, duas em 1987, uma em 1989, uma em 1991, uma em 1993, uma em 1996, uma em 1997, uma em 1998 e mais uma em 1999 (FERREIRA NETO *ET AL.*, 2002). De acordo com o editorial da edição de número 1 do periódico, que, cumpre registrar, não possui identificação de autoria:

Em seu número um, ARTUS é o mais novo coração que começa a palpitar neste universo trepidante que é a Universidade Gama Filho. Como revista especializada em Educação Física e esportes, ela se propõe a amenizar tão sentida lacuna no campo da cultura física. Uma lacuna que se observa em cada escola de Educação Física ou mesmo nos centros onde exista um professor da especialidade no cumprimento de suas finalidades.

Vinte é o nosso século e também o da Comunicação. Mas, apesar de todos os avanços tecnológicos, do satélite que nos mostra o homem na lua, da televisão a cores e de todo um processo jornalístico moderno, o setor de Educação Física no Brasil continua quase totalmente desprovido das informações regulares que se fazem necessárias. E observe-se que esta ciência, até então quase somente voltada para o esporte competitivo, de repente tornou-se fundamental para o homem superar a asfixia que ele mesmo procurou, com sua gana de progresso. Isso tudo sem falar da necessidade de uma Educação Física desenvolvida e atuante na formação de novas gerações voltadas seriamente para o esporte. O próprio Governo se dá conta deste problema que passa a ser prioritário.³⁷

Como complementa o editorial:

Lado a lado, surgem as mais atraentes campanhas, motivando a todos. Mexa-se para cá, mexa-se para lá e vem a necessidade de se mexer corretamente, para que o resultado não seja o inverso. O homem, principalmente da cidade grande, começa a

³⁶ EDITORIAL. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, São Caetano do Sul, n. 1, p. 2, 1979.

³⁷ EDITORIAL. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 3, 1976.

se preocupar com a sua vida sedentária, com a poluição que o cerca e acaba sentindo a necessidade de uma Educação Física orientada. Por fim, encontra o professor especializado, dedicado ao seu trabalho, mas, limitado, pois de um modo geral não existem as suas fontes de informação, o seu contato com as inovações que a cada dia e a cada hora surgem nas pesquisas de uma ciência.

Sem a pretensão de querer solucionar todo um problema, ARTUS começa a circular na tentativa apenas de diminuir uma lacuna tão grande. Será uma revista com matérias técnicas sobre Educação Física e também com reportagens sobre esporte, não só praticado pela Universidade Gama Filho, mas de um modo geral. Com uma paginação mais artística e com um texto mais ameno, tentará atrair sua leitura, ao invés de desencorajá-la. Como tudo na vida, dependerá muito da crítica dos leitores para alcançar o melhor nível. Em suas páginas haverá sempre um espaço reservado para você opinar. E a cada número precisaremos dessa opinião, para, num aperfeiçoamento constante, nos colocarmos à altura dos objetivos com que sonhamos.

Hoje, para nós, o sonho começa a se transformar numa realidade.³⁸

No ano seguinte ao lançamento da edição de número 1 da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”, começou a circular no país a versão brasileira do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” – uma das mais antigas e tradicionais organizações internacionais do campo, fundada em 1923 e ainda hoje atuante, mantendo como seus objetivos promover, em todos os países a ela filiados, a difusão da Educação Física; o desenvolvimento das atividades físicas, educativas e recreativas; a formação de professores de Educação Física, com atualização e aperfeiçoamento constantes; e a cooperação internacional nessa área de conhecimento/domínio de intervenção social (TUBINO E GRUHN, 2006).³⁹ A edição brasileira do periódico é fruto de um movimento protagonizado pelo general Jayr Jordão Ramos, um dos cinco vice-presidentes da Federação Internacional de Educação Física, assim como pelos demais delegados brasileiros da organização, com destaque para o general Olavo Amaro da Silveira, delegado e presidente do Comitê Brasileiro da Federação Internacional de Educação Física. Apoiados pelo Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, esses atores não mediram esforços para fazer

³⁸ EDITORIAL. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 3, 1976.

³⁹ Faz-se relevante destacar, de acordo com Tubino e Gruhn (2006), que: “durante o Congresso Internacional de Educação Física de Paris (França), realizado entre 30 de agosto e 6 de setembro [de 1900], surge pela primeira vez a ideia de se criar uma organização internacional de Educação Física. Foi constituída, então, uma comissão internacional permanente [...], cujos objetivos estavam voltados para a formação universitária de professores. No Congresso Internacional de Odense (Dinamarca), em 7-10 de julho [...] [de 1911], criou-se o *Institute Internationale d'Education Physique*, orientado para a Educação Física escolar, o que o tornou uma entidade precursora da FIEP, embora tenha havido interrupção de atividades durante a Primeira Guerra Mundial [...]. O movimento da internacionalização da Educação Física se revigora e ressurgiu com a criação da *Fédération Internationale de Gymnastique Educative* – FIGE. Este evento marca o início da FIEP. A FIGE foi organizada oficialmente em 2 de julho de 1923, durante o Congresso Internacional de Bruxelas. Esta nova instituição reuniu federações, ligas e uniões de vários países, sendo o primeiro presidente o general Lefebure (Bélgica). Em Estocolmo (Suécia), no mês de junho de 1930, a FIGE realizou um congresso e cursos, quando se decidiu que passaria a se chamar *Fédération Internationale de Gymnastique Ling* ou FIGL. [...] [Em 1935], [...] o major Joseph G. Thulin (Suécia) é eleito presidente, permanecendo nesta posição até 1958. Mais adiante, na Assembléia Geral de Istambul, durante o Congresso Mundial de 2-9 de agosto de 1953, foi aprovada uma proposta de Thulin, passando a federação a se chamar *Fédération Internationale d'Education Physique* – FIEP” (p. 1).

ressurgir, no Brasil, a extinta versão portuguesa do impresso.⁴⁰ Ao tecer reflexões sobre a primeira edição brasileira do periódico, afirmou Ramos:

O Boletim da FIEP [leia-se Federação Internacional de Educação Física], [editado desde] 1931, através dos anos, foi progressivamente crescendo nos seus estudos especializados e apresentação gráfica, tornando-se, sem favor, uma das melhores publicações no gênero, cheio de ensinamentos científicos, pedagógicos e técnicos do mais alto valor cultural. Além do editorial, apresenta trimestralmente em espanhol, francês, inglês e português, cinco seções específicas de assuntos: científicos, escolares, de desporto para todos e ginástica voluntária, bibliográficos e um dossiê técnico.

A Revolução em Portugal, trazendo sérios problemas de infraestrutura para o país e acarretando, após longo período de ajuda eficaz, o cancelamento da edição de Lisboa, levou ao Comitê Brasileiro da FIEP, entusiasticamente ajudado pelo Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, cogitar a edição brasileira, que, mantendo o conteúdo geral do boletim nos diferentes idiomas, irá servir às comunidades de língua portuguesa, onde vivem cerca de 150 milhões de pessoas. Será para elas, principalmente para seus educadores e homens de ciência, dentro dos cânones modernos, uma janela aberta para o mundo exterior.⁴¹

O ciclo de vida da versão brasileira do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” abarca os anos entre 1977 e 1989. Nesse período, foram lançadas 40 edições do impresso, com um ritmo de publicação irregular, mas sem interrupções – quatro em 1977, quatro em 1978, quatro em 1979, três em 1980, três em 1981, três em 1982, três em 1983, quatro em 1984, três em 1985, três em 1986, três em 1987, uma em 1988 e duas em 1989 (FERREIRA NETO *ET AL.*, 2002). Cumpre registrar que, em 2000, foi implementada a reedição da versão nacional do periódico, que foi rebatizada, como já adiantei, com o nome de “Revista Científica da Federação Internacional de Educação Física”. Até o presente momento, o impresso tem sido publicado com periodicidade trimestral e, diferentemente do que se pode observar em seus anos iniciais, com o seguinte foco e escopo: “[ser um] periódico eletrônico multidisciplinar que publica pesquisas originais relacionadas à área de Saúde, com foco na área de Educação Física” (REVISTA CIENTÍFICA DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 2016, p. 1). A edição brasileira de número 1 do impresso contou com uma apresentação de Osny Vasconcellos, diretor-geral do Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura. Creio que as palavras expressas na

⁴⁰ SILVEIRA, Olavo Amaro da. Concretização de um anseio. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 8, 1977.

⁴¹ RAMOS, Jayr Jordão. Reflexões sobre a edição brasileira do Boletim da FIEP. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 9, 1977. Também cabe destacar, ainda conforme Tubino e Gruhn (2006), que: “em fevereiro [de 1931], a FIGL publica o primeiro número de seu boletim, que passou a constituir numa das primeiras revistas especializadas em Educação Física do mundo. Hoje este veículo técnico chama-se Revista Científica da FIEP no Brasil, mas em nível internacional preserva a denominação de Bulletin FIEP (em quatro idiomas: inglês, francês, espanhol e português) [...], circulando em 114 países” (p. 1).

apresentação escrita por Vasconcellos nos ajudam, entre outras coisas, a compreender melhor o foco e o escopo do periódico durante a década de 1970:

É com satisfação e honra imensuráveis que fazemos a apresentação desta nova publicação patrocinada pelo Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura: a edição brasileira do Boletim da FIEP!

Satisfação, por vermos coroados de êxito o esforço e a dedicação do Delegado da FIEP no Brasil, general Olavo Amaro da Silveira, um dos perenes batalhadores pela causa da Educação Física em nosso país.

Honra, por termos conseguido sensibilizar a Federação Internacional de Educação Física no sentido de trazer a nós e poder informar, em língua portuguesa, os pensamentos de doutrinadores puros e os ensinamentos pedagógicos e técnicos dos grandes mestres internacionais, a par de poder estabelecer um canal de comunicação e estar em dia com os acontecimentos de nossa área em outras nações.⁴²

Nas palavras de Vasconcellos:

Ficamos, assim, imensamente gratificados à FIEP, pela oportunidade que dá ao Brasil, e a todos nós, de através da periodicidade deste boletim, aumentarmos ainda mais os nossos conhecimentos e informações, e ter viva, em nosso seio, a presença de uma organização que defende a luta pela Educação Física e nos aviva, constantemente, a vontade de cerrarmos fileiras em torno dela, para que a Educação Física, atividade de base, não seja relegada a plano secundário.

Estamos, pois, de parabéns!

Dentro da nossa posição de educador, não poderíamos deixar escapar a oportunidade dessa abertura, para recomendar aos professores de Educação Física, educadores também, a adesão a essa nova fonte de informações que será extremamente útil e que, com este número inaugural, inaugura também uma nova era para a Educação Física no Brasil.

Esperamos, e estamos certos disso, ter satisfeito a expectativa de muitos companheiros que labutam nos diversos quadrantes do país e guardam, como nós, no trabalho diário e no silêncio de suas noites, a esperança de um desenvolvimento equilibrado e responsável para a nossa Educação Física!

Ganhou a FIEP, ganhamos nós, ganhou o Brasil!⁴³

Os agradecimentos do presidente da organização vieram na mesma edição:

Nota do presidente da FIEP.

Graças à generosa ajuda do Departamento de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura do Brasil, esta edição em língua portuguesa pôde ser realizada.

Depositamos grandes esperanças nesta edição que, por um lado, deve contribuir grandemente para o desenvolvimento da ação e da influência da FIEP no Brasil e nos outros países de língua portuguesa, e vai, por outro lado, expandir a influência desse grande país que é o Brasil no campo internacional da Educação Física e do esporte.

O Brasil já desempenhava, no seio da FIEP, um papel predominante dentre os 80 países que participam de nossa atividade.⁴⁴

Ademais, afirmou o presidente:

⁴² VASCONCELLOS, Osny. Apresentação. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 3, 1977.

⁴³ VASCONCELLOS, Osny. Apresentação. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 3, 1977.

⁴⁴ SEURIN, Pierre. Nota do presidente da FIEP. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 4, 1977.

Certamente, essa nova e importante contribuição, que constitui a edição brasileira do boletim, será ainda uma poderosa ajuda à nossa ação mundial.

A FIEP agradece, calorosamente, ao coronel Osny Vasconcellos, diretor-geral do DED [leia-se Departamento de Educação Física e Desportos] do Ministério da Educação e Cultura, bem como aos seus principais colaboradores. Dirigimos também nossos agradecimentos e felicitações aos responsáveis da FIEP no Brasil, que tanto trabalharam para a realização desse belo projeto; e particularmente ao general Jayr Jordão Ramos, vice-presidente da FIEP para a América, e ao general Olavo Amaro da Silveira, presidente do Comitê Brasileiro da FIEP.

Arreau (França), 15 de março de 1977.

O presidente da FIEP,

Dr. Pierre Seurin.⁴⁵

Como se vê, a versão brasileira do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” não se propunha a ser, em seus anos iniciais, um periódico eminentemente científico e de caráter multidisciplinar, voltado apenas para a divulgação de pesquisas originais no campo da Saúde, com ênfase na área de Educação Física. Mais do que isso, o impresso era concebido, assim como a “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” e a “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”, como uma espécie de cartão de visitas da organização que o editava. No caso do boletim, a publicação era, mais especificamente, uma das estratégias – entre outras, como a organização de congressos, cursos e estágios – mobilizadas pela Federação Internacional de Educação Física para angariar associados e, conseqüentemente, fortalecer a sua atuação global no âmbito da Educação Física. Como afirmou Seurin no editorial da edição brasileira de número 1: “por meio de seu boletim, a FIEP esforça-se em melhor difundir, no mundo, a documentação científica, técnica e pedagógica e em divulgar também a fé de seus militantes”.⁴⁶ Segundo o presidente da organização: “podemos lamentar, entretanto, que, afinal, tão poucos professores de Educação Física se interessam, realmente, por essa ação internacional”.⁴⁷ Conforme complementa Seurin: “sabemos que, evidentemente, tal ação internacional às vezes tem apenas uma influência limitada. Não é fácil mudar mentalidade, costumes ou influenciar governos”.⁴⁸ Entretanto: “como toda ação educativa, é necessário tempo, muita paciência e perseverança, muita fé e entusiasmo [...] para sermos,

⁴⁵ SEURIN, Pierre. Nota do presidente da FIEP. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 4, 1977.

⁴⁶ SEURIN, Pierre. Editorial. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 5, 1977.

⁴⁷ SEURIN, Pierre. Editorial. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 5, 1977.

⁴⁸ SEURIN, Pierre. Editorial. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 5, 1977.

amanhã, mais eficientes em nossa luta a favor da Educação Física, e de um esporte que seja ‘educação permanente’ a serviço de todos”.⁴⁹

* * *

O fracassado projeto de reeditar, em 1977, a decadente “Esporte e Educação” dentro de uma perspectiva editorial renovada contava com um expediente inchado, composto pelos seguintes cargos: um diretor responsável, Hercules Breseghelo; um editor, Laercio Elias Pereira; uma secretária, Denize Cristina de Oliveira; um repórter, Henrique Marcio; uma *designer* de capa, Sandra Sposito; 20 consultores, que, para não estender demasiadamente este parágrafo, serão citados um a um em uma nota de rodapé à parte, a de número 50,⁵⁰ e 21 representantes/correspondentes, que, pelo mesmo motivo, também serão todos citados na nota de rodapé de número 51.⁵¹ O periódico contava, ainda, com um departamento de circulação, chefiado por Horácio Martins de Oliveira, bem como com um grupo de sete colaboradores: Marcos Ganzeli (conselho de redação), Marcos Roberto Siloto Verzani (*idem*), Mauro Betti (*idem*), Sergio Sposito (*idem*), Vitor Matsudo (pesquisas), Dante de Rose Júnior (basquetebol) e Celso Bandiera (voleibol).⁵²

Embora a “Esporte e Educação” e a também decadente “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” fossem ambas editadas pela Associação de Professores de Educação Física de São Paulo, a composição de seus expedientes eram distintas. As edições de número 14 (1978) e 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” possuíam um expediente mais enxuto, formado por apenas dois cargos: um diretor responsável, José Geraldo Massucato, que, vale lembrar, também era o presidente da associação; e um redator de secretaria, Nelson Menoni, que

⁴⁹ SEURIN, Pierre. Editorial. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 5, 1977. Tratarei da noção de educação permanente no terceiro capítulo desta tese, na seção intitulada “O debate expresso na imprensa especializada”.

⁵⁰ Adhemar Ferreira da Silva, Antonio Buosi, Carlos Catalano Caleja, Clodoaldo Mesquita, Cyro de Andrade, Edson Bispo dos Santos, Eduardo Araya, Evandir Lopes da Costa, Felix D’Ávila, Flávio Facca, Getúlio Gracelli, Henrique da Silva Bueno, João Batista Marques, José Carlos Camargo, Juvenal Roxo, Luís Roberto Juliani, Pedro Henrique Toledo, Rubens Rodrigues, Toriel Angelo Secchis e Valdir José Barbanti.

⁵¹ Felix D’Ávila (Aracajú, Sergipe), Maria Irene Diniz de Souza (Belo Horizonte, Minas Gerais), Eduardo Araya (Curitiba, Paraná), Francisco de Assis Bastos (Fortaleza, Ceará), José Anchieta Madruga (João Pessoa, Paraíba), Rui Lessa (Maceió, Alagoas), Francisco das Chagas Rodrigues Santos (Manaus, Amazonas), José Maria Pinto (Natal, Rio Grande do Norte), Paulo Ubirajara Linhares (Porto Alegre, Rio Grande do Sul), Úrsula Despeiza Maloney (Porto Velho, Rondônia), Bartolomeu do Nascimento (Recife, Pernambuco), Luiz Cristo de Oliveira (*idem*), Flávio Henrique Faleiro do Nascimento (Ribeirão Preto, São Paulo), José Luiz Brito Meira (Salvador, Bahia), José Santana (São Gonçalo, Rio de Janeiro), José Dias de Azevedo (*idem*), Marcos Antonio Gonçalves (São Luiz, Maranhão), Fernando Cesar do Nascimento (Taubaté, São Paulo), Alfredo Robles (Argentina), Carlos Alvarez del Villar (Espanha) e Paulo Rodrigues do Nascimento (Estados Unidos da América).

⁵² EXPEDIENTE. *Esporte e Educação*, São Paulo, n. 44, p. 2, 1977.

acumulava o cargo com o de segundo tesoureiro da mesma associação.⁵³ As edições da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” aqui analisadas também registraram possuir, assim como a edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação”, um corpo de colaboradores, que, nesse caso, eram os autores dos textos publicados e, também, pessoas jurídicas, que, muito provavelmente, patrocinavam o periódico: Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, Secretaria de Esporte e Turismo do Estado de São Paulo, Secretaria Municipal de Esportes de São Paulo, Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, Serviço Social do Comércio, Serviço Educativo Argentino, Colégio Teresiano, entre outras.⁵⁴

Entre os impressos examinados neste trabalho, a “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” é a única que não divulga informações sobre o seu expediente. Na edição de número 1 (1979) do periódico, é publicada apenas a composição da diretoria do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, que, possivelmente, era, entre outras funções, a responsável por todas ou grande parte das etapas do processo de edição da então recém-criada “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”. A dita diretoria era formada por sete cargos: um presidente, Victor Matsudo; um presidente eleito, Claudio Gil Soares de Araújo; um vice-presidente de Medicina, Plínio Montenor; um vice-presidente de Educação, Laercio Elias Pereira; um vice-presidente de Ciências Básicas, Paulo Sergio Gomes; um secretário executivo, Marco Antonio Vívolo; e um tesoureiro, Osmar Pereira Soares de Oliveira. A direção do colégio era composta, ainda, por três comitês: o de Cineantropometria, liderado por Claudio Gil Soares de Araújo; o de Psicologia, liderado por Sandra Mara Cavasini; e o de Educação, liderado por Laercio Elias Pereira.⁵⁵

A edição de número 1 (1976) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” tinha, tal como a “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”, um expediente enxuto, organizado do seguinte modo: um editor, Arlérico Jácome; um fotógrafo, José Tibúrcio; e um grupo de colaboradores, que, nesse caso, eram somente os autores de textos publicados no periódico. A arte, composição e impressão eram de encargo das Indústrias Gráficas Libras.⁵⁶ O formato do expediente das edições aqui verificadas foi se

⁵³ EXPEDIENTE. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 14, p. 38, 1978; EXPEDIENTE. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 15, p. 57, 1979.

⁵⁴ NOSSOS AGRADECIMENTOS ÀS AUTORIDADES E ENTIDADES QUE COLABORAM CONOSCO. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 14, p. 2, 1978; NOSSOS AGRADECIMENTOS ÀS AUTORIDADES E ENTIDADES QUE COLABORAM CONOSCO. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 15, p. 2, 1979.

⁵⁵ DIRETORIA. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, São Caetano do Sul, n.1, p. 1, 1979.

⁵⁶ EXPEDIENTE. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5, 1976.

ampliando com o passar do tempo, na medida em que o projeto editorial da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” foi se consolidando. Na edição de número 2 (1976), houve a inclusão de dois consultores, Sérgio Moraes Dias e Benedicto Cícero Tortelli; e de um diagramador, Angel Luis Guzman.⁵⁷ Na edição de número 3 (1977), o impresso contou com apenas um consultor, Sérgio Moraes Dias; mas, por outro lado, operou com dois tradutores, Ivan de Oliveira Figueiredo Júnior (inglês/português) e Margit Greve (alemão/português); e mais dois fotógrafos, João Luiz Soares e Antônio Carlos Araújo. Maria Emilia Mello e João de Oliveira Filho assumiram a composição de textos, Evandre Loureiro a arte final e a SS Artes Gráficas os fotolitos, impressão e acabamento.⁵⁸ Na edição de número 4 (1978), foram agregados ao expediente os postos de diretor, ocupado por Pedro Gama Filho; e redator/revisor, ocupado por João Alves. Laerte Moraes Gomes tornou-se o encarregado pela diagramação, Vieira Netto e Sérgio Aldyr Arsena e Souza pela ilustração e arte final, Wilson Antunes pela publicidade e Wanira Lins Pimentel pela seção de pesquisa. A fotocomposição, fotolitos, impressão e acabamento ficaram sob a responsabilidade da Lídio Ferreira Júnior Artes Gráficas e Editoras e os serviços noticiosos internacionais com a *Agence France Presse* e a *Inter Naciones*.⁵⁹ Nas edições de número 5 e 6 (1979), novas mudanças no expediente foram observadas. Fernando Rodrigues ficou à frente da ilustração e arte final, a Lídio Ferreira Júnior Artes Gráficas e Editoras da fotocomposição, a Quimigráfica Indústria e Comércio dos fotolitos de capa, a SS Artes Gráficas dos demais fotolitos, impressão e acabamento e a Pereira de Souza & Cia. da representação comercial em outras cidades – São Paulo (Capital), Belo Horizonte, Porto Alegre, Florianópolis (Santa Catarina), Curitiba, Salvador, Recife, Belém (Pará), Fortaleza e Brasília (Distrito Federal).⁶⁰

Diferentemente da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”, as edições aqui analisadas da versão brasileira do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”, periódico já internacionalmente consolidado, contavam com um expediente que não mudou muito de formato ao longo dos anos. Na edição de número 1 (1977), ele era composto assim: um promotor, Osny Vasconcelos, que, como já vimos, também era diretor-geral do Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura; um diretor, Pierre Seurin, que acumulava o cargo com os de presidente da Federação Internacional de Educação Física e de diretor do conselho de edição do impresso; um editor, Olavo Amaro da Silveira, que era, igualmente, delegado e presidente do Comitê Brasileiro da Federação Internacional de Educação Física; e um tesoureiro, Nelson Bartels. A composição e

⁵⁷ EXPEDIENTE. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 4, 1976.

⁵⁸ EXPEDIENTE. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 4, 1977.

⁵⁹ EXPEDIENTE. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 3, 1978.

⁶⁰ EXPEDIENTE. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 3, 1979.

impressão do periódico era responsabilidade da Editora Littera Maciel. Como já adiantei, o “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” contava, ainda, com um conselho de edição, formado por Pierre Seurin (diretor), Robert Decker e Olof Kihlmark (presidentes das seções internacionais), bem como por Olavo Amaro da Silveira, Conrado Durantes, John Andrews e Adolfo Acosta (editores das edições em língua portuguesa, espanhola, francesa e inglesa).⁶¹ Entre a edição de número 1 e a de número 12 (1979), pude verificar apenas algumas poucas mudanças no que se refere ao expediente do periódico. Na edição de número 2 (1977), houve duas alterações pontuais no conselho de edição: Liisa Heinila passou a figurar entre os presidentes das seções internacionais e, entre os editores das versões em português, espanhol, francês e inglês, saiu Conrado Durantes e entrou Pierre Seurin.⁶² Na edição de número 4 (1977), quatro novos postos foram incluídos no expediente: um coordenador, Wemerson de Amorim; um revisor, Valmiki Villela Guimarães; uma datilógrafa, Maria do Carmo Píramo Silva; e uma tradutora, Maria Ângela de Faria Resende.⁶³ Enfim, na edição de número 9, houve a supressão do posto de datilógrafa, bem como uma mudança no posto de promotor, que foi assumido por Péricles de Souza Cavalcanti, dirigente máximo da Secretaria de Educação Física e Desportos⁶⁴ – órgão que substituiu, em 1979, o Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, gerando, como se pode observar na nota citada a seguir, uma grande expectativa por parte da Delegacia Geral da Federação Internacional de Educação Física no Brasil:

Como é natural, com a mudança do governo e as alterações havidas nos diversos escalões da administração pública, a direção nacional da Educação Física e desportos teve também a sua substituição.

Ainda, com o evento do novo governo brasileiro, processou-se a já prevista transformação do Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura (DED/MEC) em Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura (SEED/MEC).

Assim o cel. Osny Vasconcellos, então diretor geral do DED/MEC, foi substituído pelo cel. Péricles de Souza Cavalcanti, que assumiu o cargo de secretário de Educação Física e desportos do MEC.

A Delegacia Geral da FIEP no Brasil, a quem foi atribuída a incumbência de encarregar-se da edição do Boletim da FIEP em língua portuguesa, com o apoio financeiro do DED/MEC, naturalmente teve que adotar uma atitude de expectativa, até que a SEED/MEC definisse a sua situação relativa ao apoio financeiro que lhe vinha sendo concedido.

Por isso, como medida de prudência, resolvemos retardar a edição brasileira do Boletim da FIEP/1979 até que tudo ficasse bem esclarecido.⁶⁵

⁶¹ EXPEDIENTE. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 1, 1977.

⁶² CONSELHO DA EDIÇÃO DO BOLETIM DA FIEP. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 2, p. 1, 1977.

⁶³ EXPEDIENTE. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 4, p. 2, 1977.

⁶⁴ EXPEDIENTE. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 9, p. 1, 1979.

⁶⁵ SILVEIRA, Olavo Amaro da. A situação da Delegacia Geral da FIEP no Brasil, em face da mudança da direção nacional da Educação Física e dos desportos. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 9, p. 11, 1979.

Todavia:

Em entrevista que tivemos recentemente em Brasília com o cel. Péricles de Souza Cavalcanti, com a presença do cel. Otávio Teixeira e do prof. Herbert de Almeida Dutra, elementos da cúpula da SEED/MEC, tivemos a satisfação de constatar que nenhuma alteração seria produzida no nosso relacionamento com esse órgão.

O cel. Souza Cavalcanti, sensibilizado com o ardor e o idealismo com que realizamos o nosso trabalho, e reconhecendo os benefícios por ele produzidos em prol da Educação Física e desportos nacionais e da projeção internacional do Brasil, que ocupa liderança no seio da FIEP, que abriga mais de 50 países, autorizou que seja dado o apoio financeiro que carecemos.

Assim, por nosso intermédio, o cel. Souza Cavalcanti está beneficiando o magistério especializado em Educação Física, proporcionando-lhe elementos para aprimorar e atualizar seus conhecimentos, ao mesmo tempo que mantém o Brasil no lugar de destaque que ocupa no conceito internacional, nesse aspecto da Educação.

Com esse seu gesto, de tão significativo alcance, o secretário de Educação Física e desportos do MEC torna-se credor da gratidão e da administração de todos agentes que labutam na apaixonante área de Educação Física e desportos.⁶⁶

Ainda conforme a nota:

A Delegacia Geral da FIEP no Brasil julga-se no dever de externar a sua satisfação e o seu reconhecimento pela confiança e o apoio recebido da SEED/MEC, e manifestar ao seu secretário, cel. Péricles de Souza Cavalcanti, toda a sua gratidão e a sua intenção de prestar-lhe a mais ampla colaboração no exercício das altas funções que lhe são outorgadas.

É com satisfação que, em nome do presidente da FIEP, Dr. Pierre Seurin e do vice-presidente para a América, Jayr Jordão Ramos, apresento ao cel. Péricles de Souza Cavalcanti os agradecimentos pelo valioso apoio concedido à FIEP, que assim fica em condições de prosseguir em sua luta em favor da ação educativa por meio das atividades físicas.

Antes de terminar, cumpre-nos agradecer ao cel. Osny Vasconcellos pelo auxílio que, quando diretor geral do DED/MEC, prestou à FIEP, patrocinando a edição brasileira em língua portuguesa do seu boletim, durante os anos de 1977 e 1978, bem como à ajuda financeira que concedeu a nossa delegação geral para a sua manutenção. Não podemos deixar de externar nossos agradecimentos aos auxiliares diretos cel. Otávio Teixeira e prof. Herbert de Almeida Dutra que muito contribuíram com seus irrestritos apoios.

Belo Horizonte, 18 de agosto de 1979.

Gen. Olavo Amaro da Silveira.

Delegado e presidente do Comitê Brasileiro da FIEP.⁶⁷

O expediente das edições dos impressos aqui estudados estabeleceram, em sua maioria, professores e estudantes de Educação Física como público-alvo.⁶⁸ As exceções eram

⁶⁶ SILVEIRA, Olavo Amaro da. A situação da Delegacia Geral da FIEP no Brasil, em face da mudança da direção nacional da Educação Física e dos desportos. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 9, p. 11, 1979.

⁶⁷ SILVEIRA, Olavo Amaro da. A situação da Delegacia Geral da FIEP no Brasil, em face da mudança da direção nacional da Educação Física e dos desportos. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 9, p. 11, 1979.

⁶⁸ PEREIRA, Laercio Elias. Editorial. *Esporte e Educação*, São Paulo, n. 44, p. 2, 1977; MASSUCATO, José Geraldo. Nossa mensagem. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 14, p. 1, 1978; SEURIN, Pierre. Editorial – a projeção da FIEP no mundo. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 3, p. 5, 1977.

a “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”, que, como já destaquei, era editada por uma entidade científica de caráter multiprofissional, que possuía como ponto de referência o esporte – o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte;⁶⁹ e a “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”. O caso desse último periódico é diferente do da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”. Como se pode observar no editorial da edição de número 1 (1976), a “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” foi criada para atender demandas de um público específico: professores e estudantes de Educação Física.⁷⁰ Entretanto, ao verificar uma propaganda veiculada na edição de número 3, pude constatar que a partir de 1977 o expediente do impresso tentou ampliar, em grande medida, o seu público-alvo. Como diz o referido reclame, de autoria do próprio expediente da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”: “atletas, técnicos, dirigentes, árbitros, treinadores, jornalistas, médicos, professores e alunos de Educação Física. Eles são o nosso público principal. A eles fazemos nossa mensagem chegar”.⁷¹ Sendo assim, conclui a propaganda: “faça com que sua publicidade também chegue até eles. Pelo caminho mais curto e direto. Como já é o nosso”.⁷²

Figura 1 – Propaganda da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” publicada na edição de número 3 (1977) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.



⁶⁹ EDITORIAL. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, São Caetano do Sul, n.1, p. 2, 1979.

⁷⁰ EDITORIAL. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 3, 1976.

⁷¹ PROPAGANDA – ARTUS/REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 83, 1977.

⁷² PROPAGANDA – ARTUS/REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 83, 1977.

Professores e estudantes de Educação Física também compunham, majoritariamente, o grupo de autores que tinham seus trabalhos divulgados pelos impressos analisados nesta tese. Como se pode verificar no Quadro 3, a seguir, tais impressos publicaram, entre 1976 e 1979, um total de 372 artigos: 112 – \cong 30,10% – assinados por autores brasileiros, 143 – \cong 38,44% – assinados por estrangeiros e 117 – \cong 31,45% – sem identificação de autoria. Com efeito, a elevada porcentagem de trabalhos sem identificação de autoria é um dado que, em um primeiro momento, pode chamar a atenção. No entanto, faz-se relevante esclarecer, tal como fez Taborda de Oliveira (2001) ao analisar a “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” (1968-1984), que nem todos os textos publicados pelos periódicos aqui estudados podem ser classificados como artigos, no sentido acadêmico do termo. Portanto, ao fazer uso do termo artigo, estou me referindo a qualquer tipo de texto publicado nos impressos examinados neste trabalho, sem estabelecer definições mais rígidas sobre as diversas manifestações do discurso escrito. Além dos artigos acadêmicos, todos eles devidamente assinados pelos seus autores, os periódicos aqui apreciados também costumavam publicar relatos de experiências, ensaios, resenhas, manifestos e entrevistas, assim como uma expressiva quantidade de bibliografias, listagens de clubes e associações esportivas, quadros de recordes e medalhas, notas de pesar e notícias das mais variadas, que, de um modo geral, não possuíam identificação de autoria.⁷³

Quadro 3 – Categorização dos autores que publicaram artigos nos periódicos especializados em Educação Física e esportes que circularam no Brasil (1976-1979), com exceção da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” e da “Revista de Educação Física”.

Artus/Revista de Educação Física e Desportos (1976-1979)		
Autores	Número de artigos	Porcentagem
Brasileiros	59	\cong 46,09%
Estrangeiros	16	12,50%
Sem identificação	53	\cong 41,40%
Total de artigos: 128		
Boletim da Federação Internacional de Educação Física (1977-1979)		
Autores	Número de artigos	Porcentagem
Brasileiros	30	\cong 14,35%
Estrangeiros	120	\cong 57,41%
Sem identificação	59	\cong 28,22%
Total de artigos: 209		
Esporte e Educação (1977)		
Autores	Número de artigos	Porcentagem

⁷³ Tratarei desse assunto de um modo mais detalhado ainda neste capítulo, na seção intitulada “Índice temático e mapeamento da produção sobre o tema ‘Fundamentos pedagógicos da Educação Física’”.

Quadro 3 – Categorização dos autores que publicaram artigos nos periódicos especializados em Educação Física e esportes que circularam no Brasil (1976-1979), com exceção da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” e da “Revista de Educação Física”.

Brasileiros	7	≈ 53,84%
Estrangeiros	2	≈ 15,38%
Sem identificação	4	≈ 30,76%
Total de artigos: 13		
Revista Brasileira de Ciências do Esporte (1979)		
Autores	Número de artigos	Porcentagem
Brasileiros	4	80%
Estrangeiros	-	-
Sem identificação	1	20%
Total de artigos: 5		
Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo (1978-1979)		
Autores	Número de artigos	Porcentagem
Brasileiros	12	≈ 70,58%
Estrangeiros	5	≈ 29,41%
Sem identificação	-	-
Total de artigos: 17		

Ainda no que diz respeito ao Quadro 3, um outro dado também é digno de nota: a expressiva porcentagem de trabalhos assinados por autores estrangeiros. Evidentemente, uma alta quantidade de artigos dessa natureza já é algo de se esperar quando se analisa um periódico com o perfil do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”, que, como já pontuei, tinha como um de seus objetivos principais: “informar, em língua portuguesa, os pensamentos de doutrinadores puros e os ensinamentos pedagógicos e técnicos dos grandes mestres internacionais, a par de poder estabelecer um canal de comunicação e estar em dia com os acontecimentos de nossa área em outras nações”.⁷⁴ Contudo, ao se levar em conta os dados apresentados sobre os demais impressos que compõem o Quadro 3, assim como o estudo de Tabora de Oliveira (2001) sobre a “Revista Brasileira de Educação Física e Esportes” (1968-1984) e o por mim desenvolvido (REI, 2013) sobre a “Revista de Educação Física” (1976-1979), se percebe claramente que, ao longo do recorte temporal enfocado nesta tese, a tradução e a publicação de trabalhos assinados por autores estrangeiros era uma prática editorial comum na imprensa brasileira especializada em Educação Física e esportes. De um modo geral, tal produção de caráter internacional era, predominantemente, derivada de três grandes polos: América do Sul, América do Norte e, majoritariamente, Europa – incluindo, no

⁷⁴ VASCONCELLOS, Osny. Apresentação. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 3, 1977.

que se refere ao último polo mencionado, uma expressiva quantidade de artigos assinados por autores provenientes de países socialistas do leste europeu.

Gostaria de registrar que a presença de uma significativa quantidade de artigos de autoria de autores naturais de países socialistas nos periódicos por mim analisados foi um fato que me chamou bastante a atenção. Primeiramente, em razão de, entre 1976 e 1979, o Brasil estar, como se sabe, sob a égide de uma ditadura militar que – mesmo que sob o “lento”, “gradual” e “seguro” processo de abertura política que marcou o governo de Ernesto Geisel – ainda possuía forte inclinação anticomunista. Além disso, tal fato também me fez pensar sobre uma questão já abordada no primeiro capítulo desta tese: a importância conferida à Educação Física escolar pelo regime militar. Como já disse, não podemos negar que tanto a Educação Física quanto o esporte faziam parte dos planos nacionais de desenvolvimento formulados pela ditadura militar. Mais precisamente, dos planos elaborados pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e pelo Ministério da Educação e Cultura – *vide* “Plano de Educação Física e Desportos” (1972-1974), “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” (1976-1979), “III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos” (1980-1985), entre outros.⁷⁵ Entretanto, ainda precisamos verificar com mais cuidado se o setor de Educação Física/esportes foi, de fato, tratado como um elemento estratégico para a manutenção e a consolidação da ditadura militar, tal como sugerem, por exemplo, Castellani Filho (1988), Ghiraldelli Jr. (1988) e Betti (1991). Afinal, se o referido setor fosse, realmente, tido como de grande relevância para a manutenção do *status quo*, haveria espaço para publicação em um periódico como o “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” – que, no Brasil, era editado, basicamente, com recursos advindos do Departamento de Educação Física e Desportos/Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura – de um alto quantitativo de artigos assinados por autores que não somente eram provenientes de países socialistas do leste europeu, mas que, ainda, defendiam, como veremos no próximo capítulo, ideias antagônicas à concepção de Educação Física escolar propagada pelo regime militar por meio da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”? Embora considere ser necessário o desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre esse assunto, parece-me que não.

Se, por um lado, a tradução e a publicação de artigos assinados por autores estrangeiros era, com efeito, uma prática editorial corriqueira nos periódicos aqui estudados; por outro, parece que nem todos esses periódicos tinham um âmbito de circulação

⁷⁵ Vale lembrar que abordarei esse assunto mais detalhadamente no terceiro capítulo desta tese, na seção intitulada “A Educação Física situada no âmbito das políticas públicas educacionais e esportivas”.

internacional. Vejamos, por exemplo, o caso da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”. Como afirma José Geraldo Massucato, no já citado editorial da edição de número 14 (1978): “esta modesta revista visa dar oportunidade aos colegas que desejam aumentar currículo trazendo, com suas pesquisas e experiências, uma contribuição que tem por objetivo atualizar e elevar o nível de conhecimento, especialmente dos associados que vivem nas pequenas cidades”.⁷⁶ Como se pode perceber, as palavras de Massucato apresentam, de certo modo, indícios de que o periódico por ele dirigido tinha a pretensão de ter um âmbito de circulação eminentemente nacional. O mesmo pode ser observado na “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”. Assim como a “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”, esse impresso não divulga informações precisas sobre o seu âmbito de circulação. Contudo, é possível verificar, no também já citado editorial da edição de número 1 (1978), que o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte e, conseqüentemente, o periódico por ele editado, visavam, principalmente, fomentar: “um intercambio nacional, além de incrementar o estudo científico e a pesquisa da atividade física integrando profissionais e estudantes de todas as áreas das Ciências do Esporte”.⁷⁷

A “Esporte e Educação” é outro periódico que não divulga informações precisas sobre o seu âmbito de circulação. No entanto, o seu caso parece ser diferente do da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” e do da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”. Ao se verificar o extenso expediente da edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação”, principalmente as cidades de seus representantes/correspondentes,⁷⁸ se pode estimar que o impresso circulou em uma parcela significativa dos estados brasileiros: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo e Sergipe. Além disso, ainda por meio de consulta às cidades dos representantes/correspondentes do periódico, se pode igualmente supor que ele circulou em, pelo menos, três países estrangeiros: Argentina, Espanha e Estados Unidos da América.⁷⁹ Algo parecido pode ser verificado nas edições aqui analisadas da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”, que, tal como a da “Esporte e Educação”, também pareciam ter um âmbito de circulação internacional. De acordo com propaganda divulgada na edição de número 5 (1979) do impresso:

⁷⁶ EDITORIAL. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, São Caetano do Sul, n. 1, p. 2, 1979.

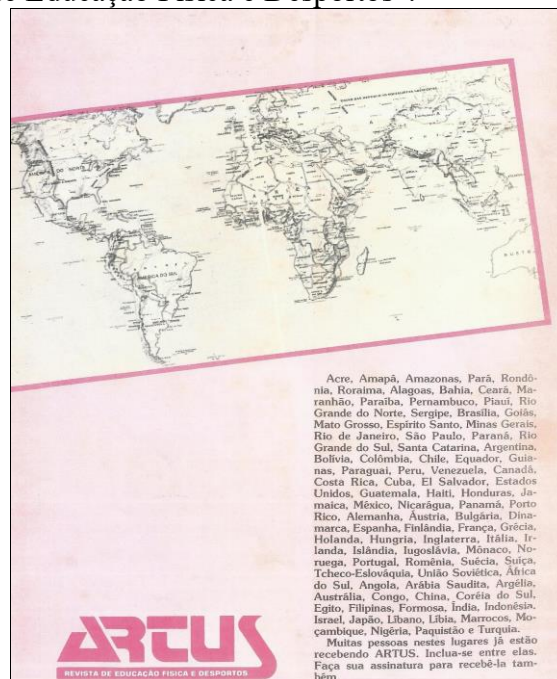
⁷⁷ MASSUCATO, José Geraldo. Nossa mensagem. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 14, p. 1, 1978.

⁷⁸ Para mais informações, rever a nota de rodapé de número 51.

⁷⁹ EXPEDIENTE. *Esporte e Educação*, São Paulo, n. 44, p. 2, 1977.

Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Brasília, Goiás, Mato Grosso, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Guianas, Paraguai, Peru, Venezuela, Canadá, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Porto Rico, Alemanha, Áustria, Bulgária, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Inglaterra, Itália, Irlanda, Islândia, Iugoslávia, Mônaco, Noruega, Portugal, Romênia, Suécia, Suíça, Tcheco-Eslováquia, União Soviética, África do Sul, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Austrália, Congo, China, Coreia do Sul, Egito, Filipinas, Formosa, Índia, Indonésia, Israel, Japão, Líbano, Líbia, Marrocos, Moçambique, Nigéria, Paquistão e Turquia. Muitas pessoas nesses lugares já estão recebendo a ARTUS. Inclua-se entre elas. Faça sua assinatura para recebê-la também.⁸⁰

Figura 2 – Propaganda da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” publicada na edição de número 5 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.



Ao se analisar a estrutura do Comitê Brasileiro da Federação Internacional de Educação Física, notadamente as cidades de suas delegacias regionais, se pode estimar que o “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” circulou em todas as unidades federativas país, pois havia, pelo menos, uma delegacia regional em cada uma delas.⁸¹ Além disso, o impresso também parecia ter, assim como a “Esporte e Educação” e a “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”, um âmbito de circulação internacional. Afinal, como se

⁸⁰ PROPAGANDA – ARTUS/REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 2, 1979.

⁸¹ Informações sobre a estrutura do dito comitê costumavam ser divulgadas no final das edições do periódico. Para mais informações, ver, por exemplo, DIRIGENTES DA FIEP NO BRASIL. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 59-65, 1977.

pode verificar em já citado texto de autoria do general Jayr Jordão Ramos, publicado na edição de número 1 (1977) do periódico: “a Revolução em Portugal, trazendo sérios problemas de infraestrutura para o país e acarretando, após longo período de ajuda eficaz, o cancelamento da edição de Lisboa, levou ao Comitê Brasileiro da FIEP [...] a cogitar a edição brasileira”.⁸² Conforme Ramos, a referida edição: “mantendo o conteúdo geral do boletim nos diferentes idiomas, irá servir às comunidades de língua portuguesa, onde vivem cerca de 150 milhões de pessoas. Será para elas, principalmente para seus educadores e homens de ciência, dentro dos cânones modernos, uma janela aberta para o mundo exterior”.⁸³

* * *

São rarefeitas as informações sobre tiragem divulgadas nas edições dos impressos analisados nesta tese. Só foi possível encontrar dados dessa natureza nas edições de número 14 (1978) e 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”, ambas com tiragem de 5.000 exemplares,⁸⁴ e nas edições da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”, que teve uma tiragem crescente: 10.000 exemplares na edição de número 1 (1976),⁸⁵ 15.000 nas edições de número 2 (1976) e 3 (1977),⁸⁶ 20.000 na edição de número 4 (1978)⁸⁷ e 25.000 nas edições de número 5 (1979) e 6 (1979).⁸⁸ As edições da “Revista de Educação Física” (1976-1979) – como já pontuei, periódico por mim estudado em outra oportunidade (REI, 2013) – não disponibilizam informações sobre tiragem, diferentemente da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos”, que, segundo Taborda de Oliveira (2001), alcançou, entre 1976 e 1979, uma marca igual a da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”: 5.000 exemplares, por edição. Como se vê, a tiragem da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” era bem superior à da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” e à da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos”. Todavia, faz-se relevante mencionar que se, por um lado, a referida tiragem pode ser considerada, se tomarmos por base os dados por mim

⁸² RAMOS, Jayr Jordão. Reflexões sobre a edição brasileira do Boletim da FIEP. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 9, 1977.

⁸³ RAMOS, Jayr Jordão. Reflexões sobre a edição brasileira do Boletim da FIEP. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 9, 1977.

⁸⁴ 5.000 EXEMPLARES. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 14, p. 38, 1978; 5.000 EXEMPLARES. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 15, p. 57, 1979.

⁸⁵ TIRAGEM. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5, 1976.

⁸⁶ TIRAGEM. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 4, 1976; TIRAGEM. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 4, 1977.

⁸⁷ TIRAGEM. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 3, 1978.

⁸⁸ TIRAGEM. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 3, 1979; TIRAGEM. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 3, 1979.

obtidos sobre os impressos especializado em Educação Física e esportes que circularam no Brasil entre 1976 e 1979, como bastante expressiva; por outro, ela era muito inferior – e, portanto, um tanto quanto inexpressiva – se comparada à de outros periódicos nacionais de grande circulação não-especializados em Educação Física e esportes editados durante o período em tela. Entre outros diversos exemplos, posso citar o do já bastante conhecido semanal “O Cruzeiro”, que, em 1978, já distante de seu momento de apogeu (LOUZADA, 2004), tinha uma tiragem estimada em 150.000 exemplares.⁸⁹

As informações sobre preço são tão escassas quanto as sobre tiragem. “Esporte e Educação”, “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” e “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” não divulgaram nenhuma informação sobre o valor que deveria ser pago para a aquisição das edições aqui estudadas. A “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” cobrava 100,00 cruzeiros (Cr\$) pelo exemplar da edição de número 1.⁹⁰ Já o preço do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”, que não chegou a ser disponibilizado em todas as edições publicadas, variou ao longo do tempo. Consegui somente levantar o valor das seguintes edições: número 1 (1977) e 2 (1977), Cr\$ 35,00;⁹¹ número 4 (1977), Cr\$ 40,00;⁹² e números 9 (1979), 10 (1979), 11 (1979) e 12 (1979), Cr\$ 70,00.⁹³ Os preços das edições da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” (1976-1979) não são divulgados no trabalho de Taborda de Oliveira (2001). Já a “Revista de Educação Física” foi distribuída gratuitamente da edição de número 97 (1972) até a 106 (1979). Da edição de número 107 (1979) até a 109 (1980), passou a ser cobrado, em função do elevado custo de produção do impresso, Cr\$ 25,00, por exemplar (REI, 2013) – valor bastante inferior ao de um exemplar da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” ou do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” publicado no mesmo período.

Por meio da leitura dos editoriais, é possível estimar que todos os periódicos estudados nesta tese disponibilizavam serviço de assinatura. Entretanto, assim como preço e tiragem, são rarefeitas as informações divulgadas sobre esse assunto. Afora algumas rápidas passagens em seus editoriais, “Esporte e Educação” e “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” não oferecem informações pormenorizadas sobre assinatura. Na

⁸⁹ VOTO DE LOUVOR. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, n. 2447, p. 52, 1978.

⁹⁰ NÚMERO AVULSO. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, São Caetano do Sul, n. 1, p. 71, 1979.

⁹¹ ESTE NÚMERO. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 2, 1977;

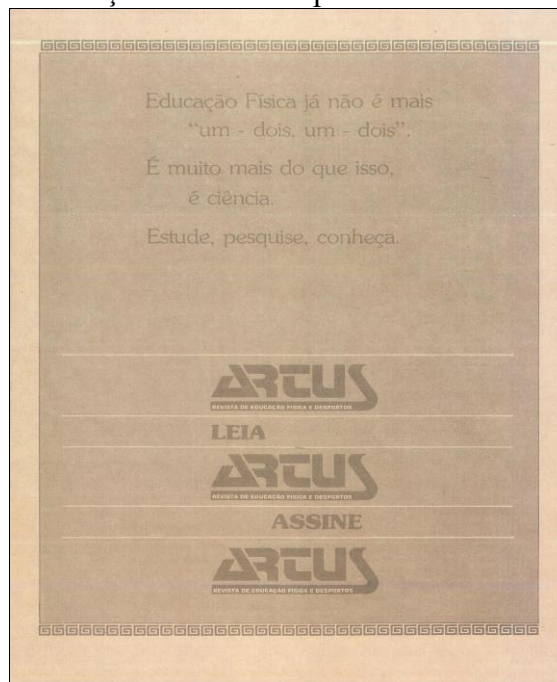
ESTE NÚMERO. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 2, p. 2, 1977.

⁹² AOS DELEGADOS DA FIEP. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 4, p. 7, 1977.

⁹³ ESTE NÚMERO. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 9, p. 2, 1979; ESTE NÚMERO. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 10, p. 2, 1979; ESTE NÚMERO. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 11, p. 2, 1979; ESTE NÚMERO. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 12, p. 2, 1979.

“Artus/Revista de Educação Física e Desportos”, observei algumas poucas propagandas sobre o assunto, como, por exemplo, a publicada na edição de número 4 (1978). De acordo com o referido reclame: “Educação Física já não é mais ‘um-dois, um-dois’. É muito mais que isso, é ciência. Estude, pesquise, conheça. Leia, assinare Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.⁹⁴

Figura 3 – Propaganda da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” publicada na edição de número 4 (1978) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.



Na “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”, encontrei informações um pouco mais detalhadas. Conforme notícia publicada no periódico: “todos os membros do Colégio receberão os exemplares em seus próprios endereços [...]. Para as pessoas e instituições que não são membros do CBCE e desejarem, [...] assinatura anual (quatro números) = Cr\$ 300,00”.⁹⁵ O “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” também possuía assinatura anual, nas modalidades individual e coletiva. Os assinantes da modalidade individual tinham direito a um exemplar de cada edição lançada por ano e os da coletiva dois. Tal como o exemplar avulso, o preço da assinatura anual variou com o tempo: Cr\$ 90,00

⁹⁴ PROPAGANDA – ARTUS/REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos (Suplemento Especial – Copa do Mundo)*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 5, 1978.

⁹⁵ REVISTA: NÚMERO 2. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, São Caetano do Sul, n. 1, p. 71, 1979; ASSINATURAS. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, São Caetano do Sul, n. 1, p. 71, 1979.

(individual) e Cr\$ 180,00 (coletiva), em 1977;⁹⁶ Cr\$ 135,00 (individual) e Cr\$ 270,00 (coletiva), em 1978;⁹⁷ e Cr\$ 270,00 (individual) e Cr\$ 540,00 (coletiva), em 1979.⁹⁸

Não foi possível verificar informações sobre valor de assinatura no estudo de Taborda de Oliveira (2001) acerca da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” (1968-1984), bem como no trabalho por mim desenvolvido sobre a “Revista de Educação Física” (1976-1979). Contudo, se compararmos os preços de um exemplar avulso ou da assinatura anual da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” e do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” com o de outros produtos em circulação no país entre 1976 e 1979, podemos supor que a aquisição de ambos os impressos não pesava muito no orçamento de seus consumidores. Consumidores esses que, como se pode estimar a partir da análise de seus públicos-alvo, faziam parte, em grande medida, de segmentos da classe média. Para não me estender muito, tomarei como exemplo os preços de 1977. Nesse ano, o valor de um exemplar avulso do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” variou, como já vimos, entre Cr\$ 35,00 e Cr\$ 40,00, preço próximo ao do quilo da uva verde, que custava em média Cr\$ 35,00.⁹⁹ Já o valor da assinatura anual era Cr\$ 90,00 (modalidade individual) e Cr\$ 180,00 (modalidade coletiva), preços próximos ao do quilo do bacalhau e do camarão verdadeiro, que custavam em média Cr\$ 114,00 e Cr\$ 190,00, respectivamente.¹⁰⁰

Nenhum dos periódicos aqui investigados oferecem informações sobre o preço cobrado pela publicação de um anúncio publicitário. De todo modo, não me parece equivocado afirmar que, além da cobrança pelos exemplares avulsos e assinaturas, as propagandas eram uma outra fonte de captação de recursos mobilizada pelas equipes editoriais desses impressos. Entre 1976 e 1979, foi publicado um total de 92 anúncios publicitários nas revistas analisadas nesta tese – ver Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 – Número de anúncios publicitários nos periódicos especializados em Educação Física e esportes que circularam no Brasil (1976-1979), com exceção da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” e da “Revista de Educação Física”.

Periódico	1976	1977	1978	1979
Artus/Revista de Educação Física e Desportos	6	6	9	31
Boletim da Federação Internacional de Educação Física	-	6	8	8
Esporte e Educação	-	4	-	-
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	-	-	-	6
Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo	-	-	0	8
Total de anúncio publicitários: 92				

⁹⁶ ASSINATURA (TAXA 1977). *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 2, p. 2, 1977.

⁹⁷ ANUIDADE. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 6, p. 2, 1978.

⁹⁸ ANUIDADE. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 10, p. 2, 1979.

⁹⁹ O QUE AUMENTOU. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1977, p. 90.

¹⁰⁰ O QUE AUMENTOU. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1977, p. 90.

Na edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação”, foram observadas quatro propagandas. Todas elas eram de produtos e/ou empresas que possuíam algum tipo de vínculo com o campo da Educação Física e/ou esportivo: (1) cursos de nível superior em Educação Física (Licenciatura e Técnico Desportivo), publicado pela Escola Superior de Educação Física de São Caetano do Sul; (2) quadras e pistas esportivas em rubbertan ou acrílico, publicado pela ODEFE Construções e Instalações Esportivas; (3) arquibancadas retráteis, estruturas de aço e tabelas de vidro inquebráveis, publicado pela Pacta Eng. e Com. LTDA.; e (4) brinquedos modulares de madeira, também publicado pela Pacta Eng. e Com. LTDA. Na propaganda dos brinquedos modulares de madeira, a Pacta Eng. e Com. LTDA. chegou a fazer um texto de esclarecimento, que, entre outras coisas, procurava reforçar a ligação do produto por ela anunciado com o universo da Educação Física/esportes:

Brinquedos modulares de madeira, um divertimento muito sadio.

Constituídos em sua maior parte por troncos rústicos de eucalipto tratados em autoclave, estes equipamentos foram criados para atender por muitos anos as suas finalidades.

Todos os equipamentos quando idealizados são previamente submetidos à análise de uma equipe de fisioterapeutas e professores de Educação Física.

Temos portanto, em cada aparelho, na verdade, um equipamento de fisioterapia infantil com aspecto de brinquedo.¹⁰¹

Figura 4 – Propaganda da Pacta Eng. Com. LTDA. publicada na edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação”.

um certo número de unidades. Se-
ja por exemplo, 20 unidades para
o primeiro e a metade para o se-

Nesta posição, seu desequilíbrio
é tal que o torna muito débil e a
sua força não vale mais do que

essas condições e muitíssimas
portante uma conscientização
atitude mental para aquilo que
veremos fazer.

De forma geral, os objetivos
prática orientada do Judô
mem-se nos seguintes itens,
dever merecer periódica
uma reflexão por parte de
os verdadeiros judocas:

1. Ensinar a auto-descoberta
ção sintética e analítica;
2. Educar o sentido de equilíbrio
dinâmico;
3. Ensinar uma aplicação
meniosa e racional dos movimen-
tos do corpo humano;
4. Transformar metodol-
camente as técnicas em re-
condicionados;
5. Desenvolver a compen-
são das forças complemen-
(positivo e negativo);
6. Proporcionar condições
sicas, morais e espirituais para
os judocas enfrentem os rigores
vida com mais naturalidade
mesmo, trabalho, esforço e
gem para o contínuo aprimo-
ramento da nossa sociedade.

**BRINQUEDOS MODULARES
DE MADEIRA**
um divertimento muito sadio

Constituídos em sua maior parte por troncos rústicos de eucalipto tratados em Auto-Clave estes equipamentos foram criados para atender por muitos anos às suas finalidades.

Todos os equipamentos quando idealizados são previamente submetidos à análise de uma equipe de fisioterapeutas e professores de educação física

Temos portanto em cada aparelho, na verdade, um equipamento de fisioterapia infantil com aspecto de brinquedo.

PACTA ENG. E COM. LTDA.
Rua Vieira de Morais 1290 cj. 2 - tel. 61-7974 S.P.

36

ESPORTE E EDUC.

Como se vê no Quadro 4, a edição de número 14 (1978) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” não possui anúncios publicitários. Já a edição de número 15 (1979) possui oito. Todos os produtos e/ou empresas divulgadas nessas

¹⁰¹ PROPAGANDA – PACTA ENG. E COM. LTDA. *Esporte e Educação*, São Paulo, n. 44, p. 36, 1977.

propagandas possuíam, tal como se pode observar na edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação”, algum tipo de conexão com o campo da Educação Física e/ou esportivo: (1) artigos de moda esportiva, publicado pela Marimper; (2) materiais esportivos, publicado pela Arena; (3) camisetas e sacolas com emblemas de colégios, faculdades, clubes etc., publicado pela Menoni Screen; (4) acampamento para crianças, publicado pelo Camping Alvorada; (5) fotografia, filmagem e edição de fotos e vídeos (inclusive, de caráter esportivo), publicado pela Fotoshop Isnard Cine Foto S.A; (6) serviços de turismo e venda de passagens, publicado pela Cetemar Turismo e Passagens LTDA.; (7) Colégio Teresiano e (8) Panathlon Club de São Paulo. Assim como a Pacta Eng. e Com. LTDA., a Cetemar Turismo e Passagens LTDA. também publicou em seu anúncio publicitário um texto explicativo que procurava, entre outras coisas, ressaltar o vínculo do produto por ela anunciado com o universo da Educação Física/esportes. De acordo com a propaganda:

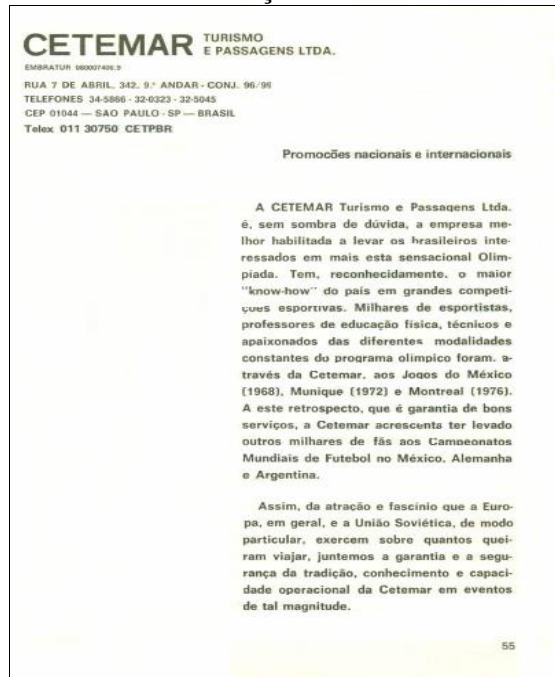
A Cetemar Turismo e passagens é, sem sombra de dúvidas, a empresa melhor habilitada a levar os brasileiros interessados a mais esta sensacional Olimpíadas [Olimpíada de Moscou, 1980]. Tem, reconhecidamente, o maior “know-how” do país em grandes competições esportivas. Milhares de esportistas, professores de Educação Física, técnicos e apaixonados das diferentes modalidades constantes do programa olímpico foram, através da Cetemar, aos Jogos do México (1968), Munique (1972) e Montreal (1976).

A este retrospecto, que é garantia de bons serviços, a Cetemar acrescenta ter levado milhares de fãs aos Campeonatos Mundiais de Futebol no México, Alemanha e Argentina.

Assim, da atração e fascínio que a Europa, de um modo geral, e a União Soviética, de um modo particular, exercem sobre quantos queiram viajar, juntemos a garantia e a segurança da tradição, conhecimento e capacidade operacional da Cetemar em eventos de tal magnitude.¹⁰²

¹⁰² PROPAGANDA – CETEMAR TURISMO E PASSAGENS LTDA. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 15, p. 55, 1979.

Figura 5 – Propaganda da Cetemar Turismo e Passagens LTDA. publicada na edição de número 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”.



A “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” seguiu aproximadamente a mesma linha da “Esporte e Educação” e da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”. Na edição de número 1 (1979), o periódico publicou um total de seis anúncios publicitários, todos eles de produtos, empresas e, nesse caso, também de profissionais liberais – notadamente, médicos – que possuíam algum tipo de ligação com o campo da Educação Física e/ou esportivo: (1) cursos diversos – entre eles, de Educação Física – em nível superior, publicado pela Faculdade de Educação e Cultura do ABC; (2) Dr. Marco Antonio Bezerra e Dr. Caio Mario Bezerra, medicina esportiva, ortopedia, fraturas, lesões musculares e ortopedia; (3) Dr. Victor Matsudo, clínica de medicina esportiva, ortopedia e traumatologia; (4) Dr. José Carlos Ricci Azevedo, medicina esportiva, clínica de ortopedia e fraturas; (5) Dr. Osmar Pereira Soares de Oliveira, Dr. Léo Vilário Albuquerque e Dr. Dalvi Giraldi, Medcenter Medicina Esportiva; e (6) Grupo SESP – Sociedade Educacional São Paulo. Foi possível verificar, ainda na “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”, algumas orientações gerais sobre como proceder para publicar uma propaganda. Conforme se pode ler nos informes contidos nas páginas finais da edição de número 1 do periódico:

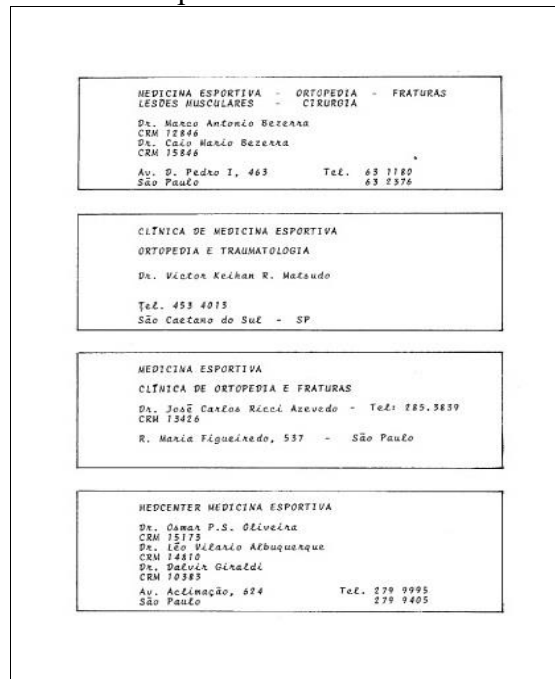
Revista: número 2

Todos os membros do Colégio receberão o exemplar em seus próprios endereços. Provavelmente já nesse próximo número, a diretoria do CBCE apresentará e fixará as normas do Colégio para publicação na revista.

Para a coluna “CBCE em Notícias” solicita-se dos membros o envio de noticiário contendo assuntos importantes.

Por outro lado, qualquer empresa que desejar publicidade na Revista Brasileira de Ciências do Esporte, deve manter contato por carta ou verbalmente com a Direção para receber as orientações necessárias.¹⁰³

Figura 6 – Propagandas de médicos/clínicas de medicina esportiva publicadas na edição de número 1 (1979) da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”.



Entre os 52 anúncios publicitários publicados na “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”, 13 eram da Universidade Gama Filho; 14 da própria revista; e 25 de produtos e/ou empresas que, nesse caso, não necessariamente possuíam algum tipo de conexão com o campo da Educação Física e/ou esportivo. As propagandas da Universidade Gama Filho abordavam tanto aspectos gerais referentes à universidade quanto assuntos específicos de seu departamento de Educação Física: representações esportivas estudantis, eventos acadêmicos, hospital universitário, creche, maternal, jardim de infância, entre outros. No que tange às propagandas relacionadas com o Departamento de Educação Física da Universidade Gama Filho, posso tomar, como exemplo, a que foi publicada na edição de número 4 (1978), que anunciava um seguro feito aos alunos do curso de Educação Física. Como dizia o anúncio publicitário:

Mais uma vez a Universidade Gama Filho chega em primeiro lugar.

¹⁰³ REVISTA: NÚMERO 2. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, São Caetano do Sul, n. 1, p. 71, 1979.

Desta vez não houve medalha. Nem segundo ou terceiro colocados. Os vencedores foram todos os alunos de Educação Física da UGF [leia-se Universidade Gama Filho].

Com a participação da Cia. Adriática de Seguros a UGF seguiu todos os alunos da Escola de Educação Física contra acidentes pessoais.

Estão segurados contra tudo que possa acontecer desde o ir e vir à Universidade até o que possa ocorrer durante as aulas práticas de Educação Física. Esse seguro inclui diária hospitalar e completa assistência médica.

Ninguém pode ensinar barra fixa sem nunca ter entrado numa. Ou salto com vara. Ou argola. Ou natação. Ou qualquer outra modalidade de esporte. O aprimoramento da técnica exige audácia. Coragem. Risco.

É a primeira vez que uma universidade tem uma iniciativa nesse gênero em todo o país.

Uma universidade deve fazer o melhor por seus alunos. Seja dentro de uma sala de aula. Seja dentro de uma praça de esportes.

Nosso agradecimento à Cia. Adriática de Seguros pela sua participação.¹⁰⁴

Vejam, a seguir, outro exemplo de propaganda, de caráter mais geral:

Os alunos mais inquietos, bagunceiros, barulhentos e resmungões da Universidade Gama Filho.

Numa Universidade moderna é assim: enquanto a mãe estuda, o neném faz aquilo que mais gosta – chora e ri, pula e berra, come e se espreguiça, brinca o tempo todo.

É assim na Universidade Gama Filho. Os filhos dos alunos, professores, funcionários – e até das pessoas de bairros próximos – passam as horas mais tranquilas de suas vidas numa creche confortável, mantida pela própria Universidade, cercada de todo carinho, conforto e dedicação.

Isso de as crianças serem um obstáculo ao desenvolvimento intelectual dos pais, é coisa do passado. Pelo menos nas Universidades que vivem em tempos de futuro.

Na Universidade Gama Filho, o bebê vai às aulas junto com a mamãe.¹⁰⁵

¹⁰⁴ PROPAGANDA – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE GAMA FILHO. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 63, 1978.

¹⁰⁵ PROPAGANDA – UNIVERSIDADE GAMA FILHO. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 82, 1979.

Figura 7 – Propaganda do Departamento de Educação Física da Universidade Gama Filho publicada na edição de número 4 (1978) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.



Mais uma vez a Universidade Gama Filho chega em primeiro lugar.

Desta vez não houve medalha. Nem segundo ou terceiro colocados. Os vencedores foram todos os alunos de Educação Física da UGF. Com a participação da Cia. Adriática de Seguros a UGF seguiu todos os alunos da Escola de Educação Física contra acidentes pessoais. Estão segurados contra tudo que possa acontecer desde o ir e vir à Universidade até o que possa ocorrer durante as aulas práticas de Educação Física. Esse seguro inclui diária hospitalar e completa assistência médica. Ninguém pode ensinar barra fixa sem nunca ter entrado numa. Ou salto com vara. Ou argola. Ou natação. Ou qualquer outra modalidade de esporte. O aprimoramento da técnica exige audácia. Coragem. Risco. É a primeira vez que uma Universidade tem uma iniciativa nesse gênero em todo o País.

Uma Universidade deve fazer o melhor por seus alunos. Seja dentro de uma sala de aula. Seja na praça de esportes.

Nosso agradecimento à CIA. ADRIÁTICA DE SEGUROS pela sua participação

Figura 8 – Propaganda da Universidade Gama Filho publicada na edição de número 5 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.



Os alunos mais irrequietos, bagunceiros, barulhentos e resmungões da Universidade Gama Filho.

Numa Universidade moderna é assim: enquanto a mamãe estuda, o neném faz aquilo que mais gosta – chora e ri, pula e berra, come e se espreguiça, brinca o tempo todo. E assim na Universidade Gama Filho. Os filhos dos alunos, professores, funcionários – e até de pessoas dos bairros próximos – passam as horas mais tranquilas de sua vida numa creche confortável, mantida pela própria Universidade, cercada de todo carinho, conforto e dedicação. Isso de as crianças serem um obstáculo ao desenvolvimento intelectual dos pais, é coisa do passado. Pelo menos nas Universidades que vivem em tempo de futuro. Na Universidade Gama Filho, o bebê vai às aulas junto com a mamãe.

Além dos anúncios publicitários referentes, de um modo geral, à Universidade Gama Filho e, mais especificamente, ao Departamento de Educação Física dessa universidade, a “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” também publicou uma quantidade expressiva

de autopropagandas. Em linhas gerais, tais anúncios publicitários eram compostos por frases do tipo: “conheça as particularidades da Educação Física e dos desportos, pelo caminho mais curto e direto, como já é o de Artus”;¹⁰⁶ “a sua assinatura de Artus começa com o número 269-7272, ramal 180”;¹⁰⁷ “queremos ter você cada vez mais do nosso lado e vamos dar tudo para que nesta nova década [1980] possamos estar sempre mais na sua vida, vencendo e comemorando juntos”;¹⁰⁸ entre outras – rever, por exemplo, as figuras 1, 2 e 3. Uma outra iniciativa de cunho publicitário mobilizada pela equipe editorial do impresso foi a realização da “Campanha Artus de Orientação Desportiva”. A dita campanha passou a vigorar a partir da edição de número 5 (1979) e consistia na publicação de mensagens com um tom semelhante ao dos exemplos citados a seguir:

A corrida e a caminhada são duas formas saudáveis de você manter uma atividade física regular, o que poderá até fazer sozinho, nos momentos de folga. Só não deixe de consultar-se com um médico e de obter a orientação de um técnico em Educação Física, para que as suas potencialidades naturais sejam bem aproveitadas, aprendendo a não ultrapassar desnecessariamente as suas limitações.¹⁰⁹

Ou então:

A prática desportiva é muito importante para uma vida saudável e toda criança deve ser orientada para ela desde cedo. Nunca nas mãos de um leigo para que as primeiras informações não sejam deformadas. Evite um mau começo desportivo para seu filho, confiando-lhe sempre a um técnico formado.¹¹⁰

¹⁰⁶ PROPAGANDA – ARTUS/REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 13, 1977.

¹⁰⁷ PROPAGANDA – ARTUS/REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 18, 1979.

¹⁰⁸ PROPAGANDA – ARTUS/REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 3, 1979.

¹⁰⁹ PROPAGANDA – CAMPANHA ARTUS DE ORIENTAÇÃO DESPORTIVA. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 9, 1979.

¹¹⁰ PROPAGANDA – CAMPANHA ARTUS DE ORIENTAÇÃO DESPORTIVA. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 42, 1979.

Figura 9 – Propaganda da “Campanha Artus de Orientação Desportiva” publicada na edição de número 5 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.

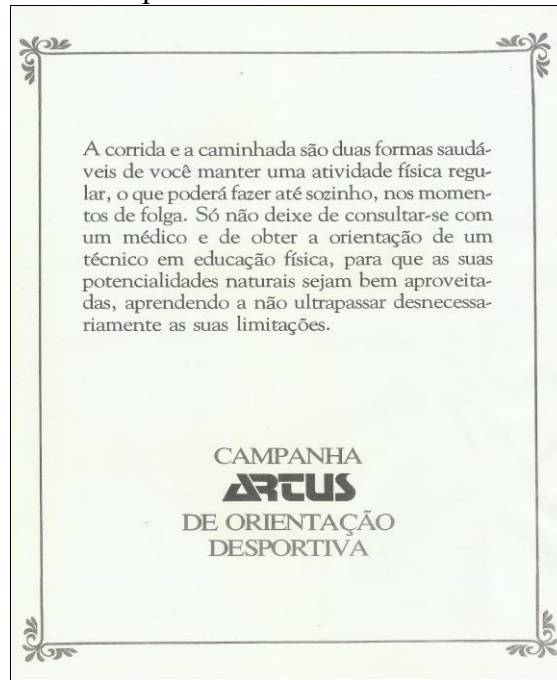
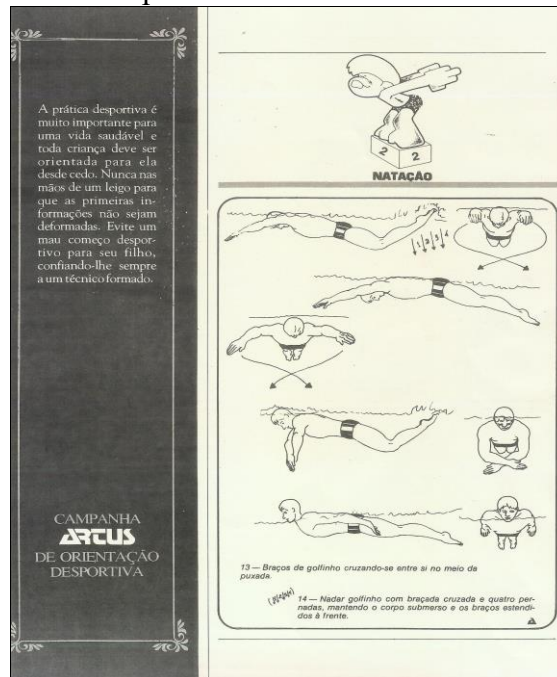


Figura 10 – Propaganda da “Campanha Artus de Orientação Desportiva” publicada na edição de número 6 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.



A “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” também publicou, como já pontuei, um quantitativo significativo de anúncios publicitários de produtos e/ou empresas que não

necessariamente possuíam algum tipo de vínculo com o campo da Educação Física e/ou esportivo. A maioria dessas propagandas eram de empresas de materiais esportivos: Adidas, King Sport, Topper, entre outras. Mas ainda havia, embora que de uma maneira menos recorrente, anúncios publicitários de empresas que não possuíam um vínculo direto com o universo da Educação Física/esportes: Banco Nacional de Habitação, João Fortes Engenharia, Unibanco, entre outras. Não todas, mas grande parte das propagandas publicadas por essas empresas procuravam estabelecer *links* entre os produtos por elas anunciados e o campo da Educação Física e/ou esportivo, de uma maneira muito parecida com a que se pôde observar nas já citadas propagandas da Pacta Eng. e Com. LTDA., publicada na “Esporte e Educação”; e da Cetemar Turismo e Passagens LTDA., publicada na “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”. Como exemplo, posso citar o anúncio publicitário da caderneta de poupança do Banco Nacional de Habitação, publicado na edição de número 4 (1978) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”. A propaganda mencionada é composta por uma foto do jogador de futebol Rivelino atuando pela seleção brasileira, assim como pelo seguinte texto:

- Riva, é verdade que você é mão fechada?
- Brincadeira do pessoal. O que eu faço é pensar no futuro. Tudo que eu ganho eu ponho na Caderneta de Poupança, que é o investimento mais seguro que tem. Estou no time da Caderneta há mais de 10 anos e a inflação nunca venceu agente.
- Investir dinheiro não tira a sua tranquilidade em campo?
- Se for em caderneta de poupança, claro que não. Porque o Governo está lá atrás garantindo.
- Você recebe muitas propostas de investimento?
- Recebo. Mas igual a Caderneta de Poupança não tem.
- Em que outro papel ou investimento eu posso botar quando eu quero e tirar quando eu preciso? Onde é que eu posso tirar logo a metade, uma parte ou só um pouquinho do que eu investi?
- Qual foi o maior incentivo da sua carreira?
- O incentivo fiscal da Caderneta de Poupança. Nos outros papéis você paga Imposto de Renda. Na Caderneta você desconta. Um baita incentivo, né?
- Rivelino, um conselho para quem está começando agora.
- Depositar em Caderneta de Poupança. Não tem a complicação dos outros papéis, você não depende de ninguém e seu dinheiro cresce sozinho.
- Mais alguma coisa?
- No mais, tudo bem. E para a torcida, aquele abraço.¹¹¹

¹¹¹ PROPAGANDA – BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 32, 1978.

Figura 11 – Propaganda do Banco Nacional de Habitação publicada na edição de número 4 (1978) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.

POR QUE RIVELINO JOGA NA POUPANÇA.

- Riva, é verdade que você é mão fechada?
 - Brincadeira do pessoal. O que eu faço é pensar no futuro. Tudo o que eu ganho eu ponho na Caderneta de Poupança, que é o investimento mais seguro que tem. Tou no time da Caderneta há 10 anos e a inflação nunca venceu a gente.



- Investir dinheiro não tira a sua tranquilidade em campo?
 - Se for em Caderneta de Poupança, claro que não. Porque o Governo tá lá atrás, garantindo.

- Você recebe muitas propostas de investimento?
 - Recebo, mas ôi, igual à Caderneta de Poupança não tem. Em que outro papel ou investimento eu posso botar quanto eu quero e tirar quando eu preciso? Onde é que eu posso tirar logo a metade, uma parte ou só um pouquinho do que eu investi?


- Qual foi o maior incentivo da sua carreira?
 - O incentivo fiscal da Caderneta de Poupança. Nos outros papéis você paga Imposto de Renda. Na Caderneta você desconta. Um baita incentivo, né?

- Rivelino: um conselho pra quem tá começando agora.
 - Depositar em Caderneta de Poupança.

Não tem a complicação dos outros papéis, você não depende de ninguém e seu dinheiro cresce sozinho.

Cada vez melhor



- Mais alguma coisa?
 - No mais, tudo bem. E pra torcida, aquele abraço.

Como se pode notar, no que tange aos anúncios publicitário, a equipe editorial da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” lançava mão de estratégias, em certa medida, diferentes das mobilizadas pela “Esporte e Educação”, “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” e “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”. Além de captar recursos por meio da divulgação de propagandas de empresas e/ou produtos variados, tal como os demais periódicos mencionados, a “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” também fazia um investimento expressivo na publicação de anúncios publicitários referentes, de um modo geral, à Universidade Gama Filho e, mais especificamente, ao Departamento de Educação Física dessa universidade, que era, como já mencionei, o responsável pela edição do impresso. Uma outra estratégia publicitária que diferencia a publicidade observada na “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” dos demais periódicos até aqui analisados é a aposta feita na divulgação de autopropagandas – seja por meio de autopropagandas *stricto sensu*, como as observadas nas figuras 1, 2 e 3; ou, até mesmo, por meio de autopropagandas mais veladas, como é o caso da “Campanha Artus de Orientação Desportiva”, que procurava sempre associar, como se pode verificar nas figuras 9 e 10, a imagem da revista a abordagens edificantes de temas caros ao público-alvo por ela perseguido.

Observei poucas propagandas publicadas nas edições aqui estudadas do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”. Ao todo, examinei 22 anúncios publicitários, distribuídos entre 12 edições do impresso. Em linhas gerais, tais propagandas eram de dois tipos: propagandas da Federação Internacional de Educação Física ou propagandas do Departamento de Educação Física e Desportos/Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, órgãos que, como já pontuei, patrocinaram a versão brasileira do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”. Os anúncios publicitários da Federação Internacional de Educação Física foram verificados em todas as edições do periódico analisadas nesta tese. Observei, mais precisamente, 12 propagandas desse tipo – uma em cada edição. Um aspecto diferencia esses anúncios publicitários dos verificados na “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” sobre a Universidade Gama Filho, assim como sobre o Departamento de Educação Física dessa mesma universidade: a mensagem contida na propaganda da Federação Internacional de Educação Física era sempre a mesma:

A FIEP oferece a seus participantes:

- . O serviço regular do Boletim da FIEP, que traz uma documentação de caráter internacional, realmente excepcional.

- . Múltiplas possibilidades de informação científica, técnica e pedagógica e de aperfeiçoamento profissional, pelos seus congressos e cursos internacionais. Prioridade de admissão e taxa de inscrição reduzida são geralmente proporcionadas para essas reuniões, aos membros da FIEP.

- . Uma facilidade de intercâmbio cultural e de relações internacionais amigáveis, de ajuda eventual e de conselhos para uma permanência no estrangeiro, graças a sua organização administrativa internacional e a seus delegados em 78 países.

- . As alegrias espirituais – que não são de menosprezar – do combate comum, numa grande equipe internacional:

- para uma sadia concepção de educação por meio de atividades física e as melhores formas de pô-las em prática nos diversos países;

- para reunir as boas vontades, a fim de se esforçar por conservar no esporte os valores educativos que ele traz em si e que parecem – que pena! – cada vez mais ameaçados.

Você que é membro da FIEP. Seja também um militante, ajude a expansão e o desenvolvimento de nossa organização:

- Faça novos adeptos entre seus amigos, colegas e alunos de EF.

Consiga a adesão de sua organização ou de seu estabelecimento de ensino como membro coletivo.

- Participe também, além de sua ação nacional, do progresso da Educação Física e do esporte para todos no mundo.

Antecipadamente, muito obrigado por sua ajuda.¹¹²

¹¹² PROPAGANDA – FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 67, 1977. Gostaria de registrar que a referência contida nesta nota trata apenas da propaganda publicada na edição de número 1 (1977) do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”. Como já disse, anúncios publicitários idênticos a esse podem ser verificados em todas as edições aqui apreciadas. Achei ser desnecessário referenciar uma a uma neste espaço, motivo pelo qual me detive apenas no exemplo da edição de número 1.

Figura 12 – Propaganda da Federação Internacional de Educação Física publicada na edição de número 1 (1977) do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”.



Os anúncios publicitários publicados pelo Departamento de Educação Física e Desportos/Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura podem ser observados a partir da edição de número 3 (1977) até a de número 12 (1979). Verifiquei, no total, 10 propagandas dessa natureza – uma em cada uma dessas edições, sempre nas suas respectivas contracapas. De um modo geral, tais anúncios publicitários se aproximavam, em grande medida, das linhas mestras do já bastante conhecido projeto de propaganda política desenvolvido pelo regime militar, por meio da Assessoria Especial de Relações Públicas/Assessoria de Relações Públicas (FICO, 1997). Sobretudo através da mobilização de imagens de crianças e jovens praticando esportes, as propagandas do Departamento de Educação Física e Desportos/Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura procuravam abordar, sempre de um modo bastante sutil, temas caros tanto à ditadura militar quanto ao povo brasileiro: amor à pátria, integração nacional, segurança, coesão familiar, dedicação ao trabalho, vontade de participação, confiança no governo, entre outros.

Figura 13 – Propaganda da Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura publicada na edição de número 12 (1979) do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”.



Como afirma Fico (2003), assim como em outras esferas, no âmbito da propaganda política o regime militar também agia de forma “envergonhada”: “desejando não ser reconhecido como uma ditadura, negando que houvesse propaganda política, como negava que houvesse tortura e censura” (p. 196). Conforme o autor, os mentores do projeto de propaganda política desenvolvido pela Assessoria Especial de Relações Públicas/Assessoria de Relações Públicas – notadamente, os coronéis Otávio Costa e Toledo Camargo – acreditavam que uma série de características definiam o caráter nacional e, além das tradicionais tópicos da cordialidade, do otimismo, da hospitalidade etc., chamavam a atenção para o senso de ridículo dos brasileiros. Senso esse que, tanto para Costa quanto para Toledo, inviabilizava realização de uma propaganda política que enaltecesse a autoridade ou ostentasse os sinais típicos do poder. Como destaca Fico (2003), vem daí uma opção por uma propaganda política diferenciada, de caráter idílico e escapista, que falava, por exemplo, de amor e participação em plena ditadura militar. Creio que vem daí também, como se pode verificar na Figura 13, a mobilização do esporte para se falar de confiança e harmonia em pleno ano de 1979 – ano em que o país vivenciava um momento importante de seu “lento”, “gradual” e “seguro” processo de abertura política, marcado, entre outras coisas, pela transição dos governos de Geisel e João Baptista Figueiredo, bem como pela implementação

de medidas como o fim do bipartidarismo, a extinção do ato institucional número 5 e a decretação da anistia política (Lei nº 6.683/1979).

Enfim, faz-se relevante destacar que, afora as propagandas citadas nos parágrafos acima, a própria iniciativa de apoiar financeiramente a versão nacional do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” também foi pensada, principalmente pelo Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, como uma ação de propaganda do governo brasileiro – especialmente, voltada para a projeção da imagem do país no exterior. Como afirmou o general Olavo Amaro da Silveira – como já afirmei, delegado e presidente do Comitê Brasileiro da Federação Internacional de Educação Física – na edição de número 1 (1977) do impresso: “sensibilizado pelo grande esforço despendido pelos dirigentes da FIEP no Brasil, na difusão e atualização dos conhecimentos especializados [...], bem como na propaganda de nosso país no exterior, [...] o DED/MEC resolveu aprovar e colaborar nesse esforço”.¹¹³ Nas palavras de Silveira: “é indiscutível que essa atitude [...] trará grandes benefícios para a Educação Física e desportos nacionais, bem como projetará mais ainda o renome do Brasil entre as demais nações do mundo”.¹¹⁴

* * *

As edições da “Esporte e Educação”, “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” e “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” analisadas nesta tese possuem dimensões próximas a de uma folha de papel A4 – 210 milímetros de largura por 297 milímetros de altura. Já as edições da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” e do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” possuem, por sua vez, dimensões próximas a de uma folha de papel A5 – 148 milímetros de largura por 210 milímetros de altura. Assim como se pôde observar nas dimensões, as colunagens das edições dos periódicos aqui estudados não são necessariamente as mesmas – ver Quadro 5, a seguir. A propósito, faz-se relevante mencionar que, ao foliar os impressos apreciados neste trabalho, é muito comum, por exemplo, encontrar, inclusive em um mesmo exemplar, diagramação em página inteira, dupla coluna, tripla coluna, quádrupla coluna e, em menor ocorrência, dupla página aberta – recurso, geralmente, utilizado na exibição de imagens. Como afirma Schneider (2010), a opção pela adoção de uma colunagem variável em uma

¹¹³ SILVEIRA, Olavo Amaro da. Concretização de um anseio. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 8, 1977.

¹¹⁴ SILVEIRA, Olavo Amaro da. Concretização de um anseio. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 8, 1977.

mesma edição de um periódico é uma estratégia editorial já bastante conhecida, muito empregue para, entre outras coisas, garantir um melhor aproveitamento das laudas utilizadas.

Quadro 5 – Colunagem predominante nos periódicos especializados em Educação Física e esportes que circularam no Brasil (1976-1979), com exceção da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” e da “Revista de Educação Física”.

Periódico	Colunagem predominante
Artus/Revista de Educação Física e Desportos	Tripla coluna
Boletim da Federação Internacional de Educação Física	Página inteira
Esporte e Educação	Tripla coluna
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	Página inteira
Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo	Dupla coluna

O ordenamento das páginas dos periódicos aqui analisados parece estar, de fato, fortemente atrelado a uma lógica de aproveitamento máximo dos espaços disponíveis. Além da já citada estratégia de colunagem, percebi que há, junto com os cuidados que envolvem a distribuição dos textos e elementos gráficos inerentes aos artigos publicados, uma constante preocupação, por parte das equipes editoriais dos impressos estudados nesta tese, em completar cada espaço vazio de cada página – sobretudo, por meio de encaixe de anúncios publicitários em eventuais lacunas. Outra prática editorial bastante recorrente é o uso do recurso de interromper o texto de artigos em uma determinada lauda e retomá-lo em outra, garantindo, também dessa forma, um melhor aproveitamento das páginas da publicação. O motivo da escolha desses modos de organizar os textos e elementos gráficos não é divulgado explicitamente. No entanto, acredito que, muito provavelmente, a adoção das referidas práticas editoriais se deu com a intenção de se economizar papel – item que exercia um peso importante na conformação do custo de produção de uma revista durante a década de 1970.¹¹⁵

O Quadro 6, a seguir, apresenta a média de páginas por edição dos impressos aqui estudados, contadas de capa a capa. Como se pode verificar, os projetos editoriais que foram lançados e/ou experimentaram um momento de ascensão entre 1976 e 1979 possuem as médias mais altas: 79 laudas por edição foi a média da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” (1979), \cong 79,33 a da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” (1976-1979) e 75,50 a do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979). Já os projetos editoriais que vivenciaram um momento de decadência possuem as médias mais

¹¹⁵ Ao discutir a indústria do livro no Brasil, Andrade (1978) diz que os gastos com papel representam quase um quarto do custo de produção desse produto. Assim como Schneider (2010), acredito que, pelo menos no que diz respeito às despesas arcadas com papel, o estudo de Andrade (1978) também parece ser válido para pensarmos o custo de produção de revistas.

baixas: 44 páginas por edição foi a média da “Esporte e Educação” (1977) e 52 foi a da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” (1978-1979). Creio não ser equivocado afirmar que havia uma conexão entre o número médio de laudas por edição e o momento que os periódicos investigados nesta tese atravessavam. Se, por um lado, o aproveitamento máximo dos espaços disponíveis nas páginas de cada edição era algo veementemente perseguido pelas equipes editoriais de todos os impressos aqui analisados, tendo, muito possivelmente, como objetivo economizar os gastos com papel; por outro, o lançamento de edições com um número reduzido de laudas parece ter sido um imperativo para a sobrevivência daqueles que vivenciavam um momento de decadência.

Quadro 6 – Média de páginas por edição dos periódicos especializados em Educação Física e esportes que circularam no Brasil (1976-1979), com exceção da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” e da “Revista de Educação Física”.

Periódico	Média de páginas por edição
Artus/Revista de Educação Física e Desportos	$\cong 79,33$
Boletim da Federação Internacional de Educação Física	75,50
Esporte e Educação	44
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	79
Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo	52
Total de páginas: 1.609	

Nas edições dos periódicos estudados nesta tese, é, com efeito, muito recorrente a mobilização de elementos gráficos – fotografias, ilustrações, figuras, quadros, gráficos, tabelas etc. Tais elementos eram utilizados, basicamente, de três modos: como parte de artigos, geralmente como um tipo de recurso didático que o articulista lançava mão em sua publicação com a finalidade de contribuir para que o leitor pudesse fazer uma leitura correta dela – isso é: uma leitura que estivesse de acordo com as intencionalidades do próprio articulista; como parte de anúncios publicitários, tanto para reforçar o sentido dos discursos contidos nos textos das propagandas, assim como se pode observar no uso de elementos gráficos em artigos, quanto para associar, como já demonstrei, a empresa e/ou o produto por ela anunciado ao campo da Educação Física e/ou esportivo; e como parte das capas das edições dos impressos aqui investigados, principalmente como uma espécie de atrativo para a aquisição do periódico.

Como já me detive na análise dos anúncios publicitários anteriormente e me deterei na apreciação dos artigos no terceiro capítulo desta tese, centrarei, neste momento, meus esforços

na análise das capas dos impressos aqui estudados. A Figura 14, a seguir, é uma reprodução da capa da edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação”. Como se pode ver, a dita capa é composta, de um modo geral, por cinco elementos centrais: o logotipo da “Esporte e Educação” na parte superior, acompanhada de informações sobre ano, mês e número da publicação; a exposição de temas de destaque na borda lateral esquerda – como, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos da Criança (Organização das Nações Unidas, 1959);¹¹⁶ a apresentação do tema central da edição na borda lateral direita – notadamente, o então recém-criado curso de mestrado em Educação Física da Universidade de São Paulo – com letras maiores que as observadas nos temas de destaque da borda lateral esquerda; e no centro da capa uma ilustração estilizada de um ponto de interrogação – com bola de futebol, diploma e capelo – que se remete, claramente, ao tema central da edição em destaque.

Figura 14 – Capa da edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação”.



Diferentemente da edição de número 44 (1979) da “Esporte e Educação”, as capas das edições de número 14 (1978) e 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” eram compostas, em linhas gerais, por quatro elementos centrais: o logotipo da revista na parte superior, acompanhado do logotipo da Associação de Professores de Educação Física de São Paulo; logo abaixo, uma fotografia de destaque que

¹¹⁶ Voltarei a tratar desta declaração no terceiro capítulo desta tese, na seção intitulada “O debate expresso na imprensa especializada”. De toda maneira, para mais informações, ver DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA. *Esporte e Educação*, São Paulo, n. 44, p. 15-16, 1977.

ocupava grande parte da capa; e informações sobre número, mês, ano e local da publicação na parte inferior. Cabe destacar que as duas fotografias presentes nas capas do impresso por mim verificadas faziam referência a um dos carros-chefes das associações de professores de Educação Física brasileiras, de um modo geral: os seus já citados cursos de aperfeiçoamento profissional. É o que se pode observar, por exemplo, na Figura 15, a seguir, que é uma reprodução da capa da edição de número 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”. Na foto nela contida, se pode observar a mesa de abertura de um desses cursos, o XX Curso Internacional de Expansão Cultural em Educação Física, promovido pela Associação de Professores de Educação Física de São Paulo, em parceria com o Serviço Social do Comércio de Bertioga (São Paulo), em 1979.

Figura 15 – Capa da edição de número 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”.



A capa da edição de número 1 (1979) da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” também era composta, de um modo geral, por quatro elementos centrais: o logotipo da revista no canto superior esquerdo; o logotipo do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte no canto inferior direito; uma arte que ocupava predominantemente a região central da capa e que, ao fim e ao cabo, separava os logotipos da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” e do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte; e informações sobre mês, ano, volume e número da publicação logo abaixo do logotipo do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. A capa

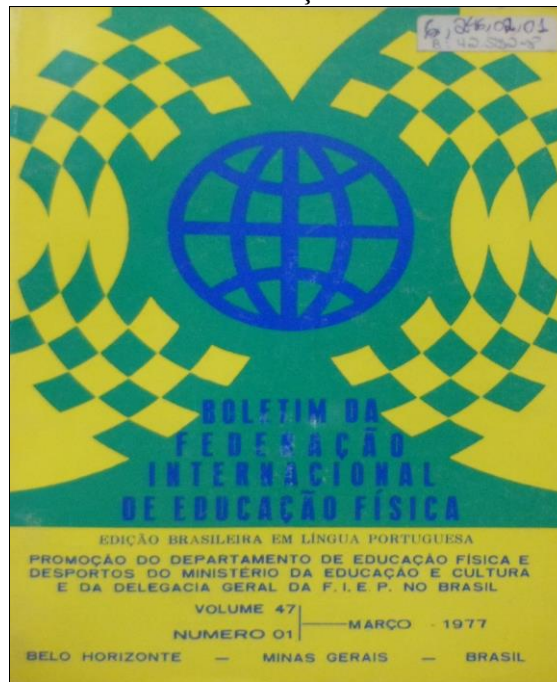
da edição de número 1 da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” tinha um estilo um tanto quanto parecido com o das capas do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” analisadas nesta tese, que eram compostas, basicamente, por três elementos centrais: o logotipo da revista centralizado, ocupando grande parte da capa e sobreposto a um pano de fundo estilizado com as cores verde e amarela; e, na parte inferior, informações sobre mês, ano, volume, número, cidade, estado, língua da edição e órgãos que promoviam a publicação.¹¹⁷ Como se pode verificar nas figuras 16 e 17, a seguir, ambos os periódicos apreciados neste parágrafo não faziam uso, em suas capas, de fotografias ou ilustrações estilizadas relacionadas com temas de destaque de suas edições, diferentemente, por exemplo, do que se pôde ver nas capas da “Esporte e Educação” e da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”. Ao invés disso, tanto a equipe editorial da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” quanto a do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” procuravam atribuir ênfase aos logotipos dos periódicos em si, bem como às organizações que os editavam.

Figura 16 – Capa da edição de número 1 (1979) da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”.



¹¹⁷ Cumpre registrar que as capas das edições do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” analisadas nesta tese mantiveram sempre o mesmo padrão gráfico. Conforme a publicação de uma nova edição, eram atualizados somente os dados sobre mês, ano, volume e número. Em 1979, houve, ainda, uma atualização dos órgãos que promoviam a publicação, em função do já citado episódio de extinção do Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura para a criação de uma Secretaria de Educação Física e Desportos vinculada ao mesmo ministério.

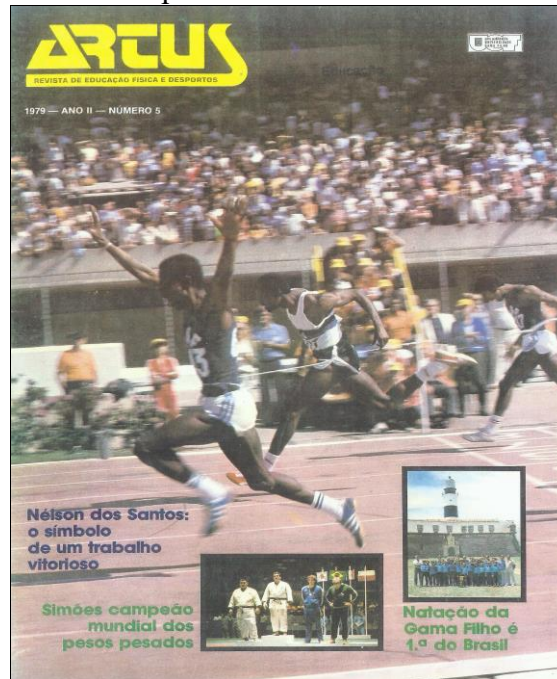
Figura 17 – Capa da edição de número 1 (1977) do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”.



As capas das edições aqui estudadas da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” possuíam um estilo mais próximo ao do da edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação”. Em linhas gerais, todas elas eram compostas por seis elementos centrais: o logotipo da revista na parte superior, centralizado ou alinhado à esquerda, sempre acompanhado de informações sobre o ano e número da publicação; o logotipo da Universidade Gama Filho, que, geralmente, se localizava no canto superior direito ou no canto inferior esquerdo; a exposição de temas de destaque e de fotografias de tamanho reduzido relativas a esses temas, que tinham uma localização específica conforme cada edição lançada; e uma fotografia de destaque maior, que, em todas as edições verificadas nesta tese, compunham o pano de fundo da capa, assim como abordavam temas atuais do universo da Educação Física/esportes, que costumavam ser tratados mais detidamente no interior das edições da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”. É o que se pode observar, por exemplo, na Figura 18, a seguir, que é uma reprodução da capa da edição de número 5 (1979) do periódico. Como se vê, há, como pano de fundo da capa da referida edição, uma foto de Nelson Rocha dos Santos, atleta da equipe de atletismo da Universidade Gama Filho, disputando uma prova de 100 metros rasos. Em ano de Jogos Pan-Americanos (San Juan, Porto Rico, 1979), o atletismo foi um dos temas que receberam destaque na edição de número

5 da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” – notadamente, em artigo cujo título é autoexplicativo: “Gama Filho, absoluta em 1978, é a base para 79 do atletismo brasileiro”.¹¹⁸

Figura 18 – Capa da edição de número 5 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”.



Como já adiantei, os elementos gráficos contidos nas capas aqui apreciadas eram, principalmente, um tipo de atrativo voltado para despertar no potencial consumidor dos impressos estudados nesta tese o desejo de aquisição de uma determinada edição. Dentro dessa perspectiva, as equipes editoriais dos periódicos aqui analisados procuravam, sobretudo por meio da associação dos elementos gráficos e textuais expressos nas capas, dizer aos seus potenciais consumidores do que tratavam as edições dos impressos por elas editados. Em resumo, foram três as estratégias gerais mobilizadas pelos expedientes dos periódicos investigados neste trabalho com essa finalidade: associar elementos textuais e gráficos, enfatizando os principais temas abordados na edição do impresso, como se pôde verificar na “Esporte e Educação” e “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”; associar elementos textuais e gráficos, enfatizando a exposição de fotografias das principais atividades desenvolvidas pelo órgão responsável pela edição do periódico, ainda que tais atividades não fossem um tema de destaque da edição, como é o caso da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”; e associar elementos textuais e gráficos,

¹¹⁸ Para mais informações, ver GAMA FILHO, ABSOLUTA EM 78, É A BASE PARA 79 DO ATLETISMO BRASILEIRO. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 14-16, 1979.

enfatizando a exposição do logotipo do impresso em si, bem como da organização responsável por sua edição, como se pôde observar na “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” e no “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”.

2.3 Índice temático e mapeamento da produção sobre o tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”

O Quadro 7, a seguir, representa o índice temático dos artigos publicados na edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação”.¹¹⁹ Como se pode notar, na dita edição, foi publicado um total de 13 artigos. De um modo geral, há uma preponderância do tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”, abordado em quatro artigos – \cong 30,76% do total. Em seguida, vem o tema “Treinamento esportivo”, que foi o foco de dois artigos – \cong 15,38% do total, mesma porcentagem verificada na categoria “Outros”. Logo depois, seguem empatados – com um artigo cada, o que corresponde a \cong 7,69% do total – os temas “Aprendizagem esportiva”, “Notícias gerais sobre o universo da Educação Física/esportes”, “Listagem de associações esportivas”, “Listagem de livros e revistas especializadas” e “Pós-graduação em Educação Física”. É importante frisar, ainda, que os 13 artigos publicados na edição de número 44 da “Esporte e Educação” foram organizados, pela equipe editorial do impresso, em 4 seções: (1) “Artigos”, que agrupava textos próximos ao do formato que hoje chamamos de “artigo original”; (2) “Capa”, que publicava textos referentes ao tema central da edição, que, como já vimos, costumava ser o de maior destaque na capa da revista; (3) “Entrevista”, que divulgava entrevistas com figuras de destaque do campo da Educação Física e/ou esportivo; e (4) “Seções”, que era composta por listagens de livros, listagens de associações esportivas, notícias gerais sobre o universo da Educação Física/esportes, divulgação de pesquisas submetidas por leitores, artigos de opinião, entre outras coisas.

¹¹⁹ Construí o Quadro 7, bem como os demais que serão expostos nesta seção, inspirado no estudo de Taborda de Oliveira (2001). Todos esses quadros são meramente descritivos. O único critério utilizado para a classificação de um artigo em um determinado eixo temático foi a preponderância de um tema sobre outro. De acordo com o estudo citado, é importante sublinhar, ainda, que: “critérios diferentes foram utilizados [por exemplo] por Pereira (1983), que classificou os assuntos de forma cruzada. Ou seja, um mesmo assunto foi classificado em categorias diversas conforme suas interseções [...]. Como nem uma nem outra forma são capazes de encerrar a multiplicidade de possibilidades de classificação, [...] [optei] pela alocação de cada assunto em uma categoria” (p. 78).

Quadro 7 – Índice temático dos artigos publicados na “Esporte e Educação” (1977).

Tema	Número de artigos	Porcentagem
Fundamentos pedagógicos da Educação Física*	4	≅ 30,76%
Treinamento esportivo	2	≅ 15,38%
Aprendizagem esportiva**	1	≅ 7,69%
Notícias gerais sobre o universo da Educação Física/esportes	1	≅ 7,69%
Listagem de associações esportivas	1	≅ 7,69%
Listagem de livros e revistas especializadas	1	≅ 7,69%
Pós-graduação em Educação Física	1	≅ 7,69%
Outros***	2	≅ 15,38%
Total de artigos: 13		

* De acordo com Schneider (2010), incluí nessa categoria trabalhos que abordam temas que podem servir como referência para o professor de Educação Física planejar e/ou executar as suas aulas. Dentro dessa perspectiva, agrupei nesse eixo temático artigos que debatem assuntos como: concepções de Educação Física, possibilidades de intervenções didático-pedagógicas, políticas públicas, legislação, cartas e manifestos de entidades ligadas ao campo da Educação Física etc.

** Como se pode presumir, incluí nessa categoria trabalhos que abordam temas relacionados com o ensino e a aprendizagem de modalidades esportivas. Ao concordar com Taborda de Oliveira (2001), optei por não inserir tais artigos na categoria “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”. Como chama a atenção o autor, essas publicações nada mais fazem do que prescrever séries de exercícios de aprendizagem e fixação de regras, técnicas e táticas voltadas exclusivamente para a melhora do desempenho esportivo, o que pode ou não ocorrer no interior da instituição escolar.

*** Incluí nessa categoria trabalhos que abordam temas que não se enquadram em nenhum dos eixos temáticos criados, como por exemplo: homenagens, cartas de leitores, notas de pesar, relatórios de viagens etc.

O Quadro 8, a seguir, representa o índice temático dos artigos publicados nas edições de número 14 (1978) e 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”.¹²⁰ Como se vê, a soma do que foi publicado em cada uma das edições resulta em um total de 17 artigos, que, nesse caso, não estão organizados em seções. Nas edições da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” aqui analisadas, o tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”, assim como se pôde observar na edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação”, prepondera sobre os demais: ao todo, foram verificados seis artigos, quantitativo que corresponde a ≅ 35,29% do total. Além disso, o tema “Treinamento esportivo” também aparece em segundo lugar, sendo o foco de dois artigos – ≅ 11,76% do total. Em seguida, seguem empatados – com um artigo cada, o que expressa ≅ 5,88% do total – os temas “Antropometria”, “Aprendizagem esportiva”, “Educação Física adaptada”, “Lazer”, “Recreação” e “Técnicas de alongamento”. Já a categoria “Outros” é composta por três artigos – ≅ 17,64% do total.

¹²⁰ Gostaria de registrar que as observações sobre os temas “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”, “Aprendizagem esportiva” e “Outros” feitas no Quadro 7 também são válidas para o Quadro 8, assim como para os demais que serão apresentados nesta seção.

Quadro 8 – Índice temático dos artigos publicados na “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” (1978-1979).

Tema	Número de artigos	Porcentagem
Fundamentos pedagógicos da Educação Física	6	≅ 35,29%
Treinamento esportivo	2	≅ 11,76%
Antropometria	1	≅ 5,88%
Aprendizagem esportiva	1	≅ 5,88%
Educação Física adaptada	1	≅ 5,88%
Lazer	1	≅ 5,88%
Recreação	1	≅ 5,88%
Técnicas de alongamento	1	≅ 5,88%
Outros	3	≅ 17,64%
Total de artigos: 17		

O Quadro 9, a seguir, representa o índice temático dos artigos publicados na edição de número 1 (1979) da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”. Como se pode observar, foi publicado um total de cinco artigos na primeira edição do periódico. Artigos esses que abordam os seguintes temas: “Crônica esportiva”, “Fisiologia do exercício”, “Medicina esportiva”, “Notícias gerais sobre o universo das ciências do esporte/esportes” e “Outros” – cada eixo temático possui, evidentemente, apenas um artigo, o que corresponde a 20% do total. Tal como se viu nas edições de número 14 (1978) e 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”, os artigos contidos na edição de número 1 da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” não estavam organizados em seções. Ademais, também cabe mencionar que o periódico é o único, entre todos os analisados nesta tese, que não possui artigos sobre o tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”. Acredito que a ausência de artigos sobre o referido tema tem a ver, sobretudo, com o próprio perfil do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte em seus anos iniciais – órgão que, vale lembrar, é, ainda hoje, o responsável pela edição da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”. Em 1979, o recém-criado Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte não era, como é atualmente, uma entidade científica e representativa eminentemente ligada ao campo da Educação Física. Muito pelo contrário, era, como já vimos, uma entidade científica de caráter multiprofissional, que, inspirada no *American College of Sports Medicine*, tinha o esporte – e não, como hoje, a Educação Física – como ponto de referência.

Quadro 9 – Índice temático dos artigos publicados na “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” (1979).

Tema	Número de artigos	Porcentagem
Crônica esportiva	1	20%
Fisiologia do exercício	1	20%
Medicina esportiva	1	20%
Notícias gerais sobre o universo das ciências do esporte/esportes	1	20%
Outros	1	20%
Total de artigos: 5		

O Quadro 10, a seguir, representa o índice temático dos artigos publicados nas edições de número 1 (1976), 2 (1976), 3 (1977), 4 (1978), 5 (1979) e 6 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”. Como se pode verificar, nessas edições, foi publicado um total de 128 artigos.¹²¹ “Notícias gerais sobre o universo da Educação Física/esportes” foi o tema mais abordado, sendo o foco de 41 artigos – \cong 32,03% do total. Em segundo lugar, vem o tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”, abordado por 16 artigos – \cong 12,50% do total. E, em terceiro lugar, “Aprendizagem esportiva”, alvo de 13 artigos – \cong 10,15% do total. Na sequência, se vê os seguintes temas: “Treinamento esportivo”, com nove artigos – \cong 7,03% do total; “Administração esportiva”, com oito artigos – \cong 6,25% do total; “Listagem de livros e revistas especializadas”, com quatro artigos – \cong 3,12% do total; “Listagem de resultados de competições esportivas”, com três artigos – \cong 2,34% do total; “Lazer”, com dois artigos – \cong 1,56% do total; e empatados – com um artigo cada, \cong 0,78% do total – “Estatística esportiva”, “Fisiologia do esporte”, “História da Educação Física/esportes”, “Justiça esportiva”, “Listagem de eventos acadêmicos”, “Medicina esportiva”, “Nutrição esportiva” e “Psicologia esportiva”. Já a categoria “Outros” comporta 24 artigos – \cong 18,75% do total.

¹²¹ É importante esclarecer que as edições de número 4 e 6 da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” contaram com suplementos especiais, que tratavam, exclusivamente, dos seguintes temas: a Copa do Mundo (de futebol) de 1978, realizada na Argentina – tema do suplemento especial da edição de número 4; e os Jogos Pan-Americanos de 1979, realizado em San Juan, Porto Rico – tema do suplemento especial da edição de número 6. Por abordarem temas muito específicos, além de serem publicações à parte das edições *stricto sensu* do periódico, optei por não contabilizar os artigos contidos em ambos os suplementos na elaboração do Quadro 10, bem como, como se pode presumir, na do Quadro 3, que – como já vimos, mas vale lembrar – apresenta uma categorização dos autores que publicaram artigos nos periódicos especializados em Educação Física e esportes que circularam no Brasil (1976-1979), com exceção da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” e da “Revista de Educação Física”.

Quadro 10 – Índice temático dos artigos publicados na “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” (1976-1979).

Tema	Número de artigos	Porcentagem
Notícias gerais sobre o universo da Educação Física/esportes	41	≅ 32,03%
Fundamentos pedagógicos da Educação Física	16	≅ 12,50%
Aprendizagem esportiva	13	≅ 10,15%
Treinamento esportivo	9	≅ 7,03%
Administração esportiva	8	≅ 6,25%
Listagem de livros e revistas especializadas	4	≅ 3,12%
Listagem de resultados de competições esportivas	3	≅ 2,34%
Lazer	2	≅ 1,56%
Estatística esportiva	1	≅ 0,78%
Fisiologia do esporte	1	≅ 0,78%
História da Educação Física/esportes	1	≅ 0,78%
Justiça esportiva	1	≅ 0,78%
Listagem de eventos acadêmicos	1	≅ 0,78%
Medicina esportiva	1	≅ 0,78%
Nutrição esportiva	1	≅ 0,78%
Psicologia esportiva	1	≅ 0,78%
Outros	24	≅ 18,75%
Total de artigos: 128		

Tal como se pôde perceber na edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação”, os artigos publicados nas edições da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” analisadas nesta tese foram organizados, por sua equipe editorial, em seções. Entre as edições de número 1 (1976) e 3 (1977), o periódico possuía quatro seções: (1) “Notícias que valem matérias”, que tratava de temas diversos como, por exemplo, campeonatos esportivos, eventos acadêmicos e vinda de personalidades estrangeiras do universo da Educação Física/esportes ao Brasil; (2) “A técnica em assunto”, que divulgava textos que discutiam questões técnicas tanto do campo da Educação Física quanto, de um modo geral, das mais variadas ciências do esporte; (3) “Diversos”, que publicava artigos de opinião, cartas e manifestos de entidades do campo da Educação Física e/ou esportivo; e (4) “Seções”, que era composta por cartas de leitores, matérias sobre crianças e jovens atletas que vinham se destacando no cenário esportivo nacional, panoramas dos últimos acontecimentos internacionais do universo da Educação Física/esportes etc. A partir da edição de número 4 (1978), percebi que houve um rearranjo nas seções do impresso. Das quatro seções existentes, foram mantidas apenas duas – “A técnica em assunto” e “Seções”. Além disso, foram incluídas cinco novas seções: (1) “Capa”, que publicava textos referentes ao tema de destaque das capas das edições do impresso; (2) “Entrevista”, que divulgava entrevistas com figuras de renome do campo da

Educação Física e/ou esportivo; (3) “Perfil”, que abordava a trajetória de atletas que se destacavam nas mais variadas modalidades esportivas; (4) “Documento”, que, em linhas gerais, publicava documentos, cartas e manifestos de entidades do campo da Educação Física e/ou esportivo; e (5) “Matérias diversas”, que possuía um conteúdo muito próximo ao do observado na extinta seção “Notícias que valem matérias”.

O Quadro 11, a seguir, representa o índice temático das edições de número 1 (1977), 2 (1977), 3 (1977), 4 (1977), 5 (1978), 6 (1978), 7 (1978), 8 (1978), 9 (1979), 10 (1979), 11 (1979) e 12 (1979) do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”. Como se pode averiguar, nas edições citadas foi publicado um total de 209 artigos. Assim como nas edições aqui analisadas da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”, o tema “Notícias gerais sobre o universo da Educação Física/esportes” foi o que prevaleceu sobre os demais, sendo o foco de 55 artigos – $\cong 26,31\%$ do total. “Fundamentos pedagógicos da Educação Física” – tema central de 46 artigos, $\cong 22\%$ do total – ficou em segundo lugar. E, em terceiro lugar, observa-se o tema “Informes sobre eventos acadêmicos”, que foi alvo de 42 artigos – $\cong 20,09\%$ do total. Logo em seguida, verifica-se os seguintes temas: “Aprendizagem esportiva”, com 10 artigos – $\cong 4,78\%$ do total; “Listagem de dirigentes e delegacias brasileiras da Federação Internacional de Educação Física”, com sete artigos – $\cong 3,34\%$ do total; “Listagem de livros e revistas especializadas” e “Treinamento esportivo”, com cinco artigos cada – $\cong 2,39\%$ do total; “História da Educação Física/esportes”, com quatro artigos – $\cong 1,91\%$ do total; “Atividade física e saúde”, “Educação Física adaptada” e “Medicina esportiva”, com dois artigos cada – $\cong 0,95\%$ do total; e, por fim, “Fisiologia do esporte” e “Pós-graduação em Educação Física”, com um artigo cada – $\cong 0,47\%$ do total. Já a categoria “Outros” possui 27 artigos – $\cong 12,91\%$ do total.

Quadro 11 – Índice temático dos artigos publicados no “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979).

Tema	Número de artigos	Porcentagem
Notícias gerais sobre o universo da Educação Física/esportes	55	$\cong 26,31\%$
Fundamentos pedagógicos da Educação Física	46	$\cong 22\%$
Informes sobre eventos acadêmicos	42	$\cong 20,09\%$
Aprendizagem esportiva	10	$\cong 4,78\%$
Listagem de dirigentes e delegacias brasileiras da Federação Internacional de Educação Física	7	$\cong 3,34\%$
Listagem de livros e revistas especializadas	5	$\cong 2,39\%$
Treinamento esportivo	5	$\cong 2,39\%$
História da Educação Física/esportes	4	$\cong 1,91\%$

Quadro 11 – Índice temático dos artigos publicados no “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979).

Tema	Número de artigos	Porcentagem
Atividade física e saúde	2	≅ 0,95%
Educação Física adaptada	2	≅ 0,95%
Medicina esportiva	2	≅ 0,95%
Fisiologia do esporte	1	≅ 0,47%
Pós-graduação em Educação Física	1	≅ 0,47%
Outros	27	≅ 12,91%
Total de artigos: 209		

A equipe editorial do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979), igualmente a da “Esporte e Educação” (1977) e a da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” (1976-1979), optou por organizar os artigos publicados em seções. No “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”, verifiquei, mais precisamente, 10 seções, que não estão necessariamente presentes em todas as edições do periódico estudadas nesta tese:¹²² (1) “Crônica científica”, que publicava trabalhos acadêmicos que abordavam questões diversas relativas ao campo da Educação Física e/ou esportivo; (2) “Crônica escolar”, que divulgava trabalhos, não necessariamente acadêmicos, que tratavam especificamente de questões relativas à Educação Física escolar; (3) “Crônica esporte para todos”, que publicava trabalhos, também não necessariamente acadêmicos, que abordavam, em grande medida, o esporte como tema central, sob os mais variados ângulos de visão; (4) “Dossiê técnico”, que divulgava textos técnicos sobre diversos aspectos referentes à aprendizagem de modalidades esportivas; (5) “Crônica brasileira”, (6) “Crônica federal” e (7) “Crônica da Associação Internacional das Escolas Superiores de Educação Física”, que publicavam, respectivamente, informações gerais sobre os trabalhos e os projetos desenvolvidos pela Federação Internacional de Educação Física no Brasil, pela Federação Internacional de Educação Física no mundo e pela Associação Internacional das Escolas Superiores de Educação Física;¹²³ (8) “Notícias do mundo”, que divulgava notícias, circunscritas ao universo da Educação Física/esportes, de diversos países; (9) “Crônica bibliográfica”, que publicava listagens, assim como resumos, de livros e revistas

¹²² Enquanto, por exemplo, a seção “Crônica brasileira” pôde ser observada em todas as edições do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” aqui analisadas, a seção “Crônica bibliográfica” só pôde ser verificada nas edições de número 2 (1977), 4 (1977), 8 (1978), 10 (1979) e 12 (1979).

¹²³ Parceira da Federação Internacional de Educação Física, a Associação Internacional das Escolas Superiores de Educação Física (fundada em Lisboa, em 1962) é, em linhas gerais, uma entidade científica e representativa internacional que visa promover a pesquisa de alta qualidade em todo o mundo nas áreas de Educação Física, atividade física e pedagogia do esporte. Para mais informações, ver <<http://aiesep.org>>.

especializadas; e (10) “Dirigentes da Federação Internacional de Educação Física”, que divulgava listagens dos dirigentes da dita federação no Brasil e no mundo.

* * *

Como se pode observar, há um volume significativo de artigos publicados sobre o tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física” nos periódicos apreciados nesta tese. A única exceção é, como já vimos, o caso da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”, que não publicou nenhum artigo sobre o assunto. Tanto na “Esporte e Educação” quanto na “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”, “Fundamentos pedagógicos da Educação Física” foi o tema mais abordado – expressando, respectivamente, o assunto central de $\cong 30,76\%$ e $\cong 35,29\%$ dos artigos publicados por esses impressos. Na “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”, assim como no “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”, o tema foi o segundo mais abordado – representando, respectivamente, o assunto central de $\cong 12,50\%$ e $\cong 22\%$ dos artigos publicados. Ao todo, foram contabilizados nos periódicos aqui analisados setenta e dois artigos que tratavam de um modo central do tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”, afora outros trabalhos que abordavam questões referentes ao assunto, ainda que não de uma maneira central. Ora, quais eram as concepções de Educação Física escolar contidas nesses artigos? Em que medida, tais concepções se aproximavam do modelo oficial de Educação Física escolar propagado pelo regime militar por meio da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”? Em resumo, são essas as questões sobre as quais me debruçarei, a seguir, no terceiro capítulo desta tese.

3 REPRESENTAÇÕES EM DISPUTA: A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR BRASILEIRA EM REVISTA (1976-1979)

3.1 A Educação Física situada no âmbito das políticas públicas educacionais e esportivas

Para melhor compreender a Educação Física escolar situada no âmbito das políticas educacionais/esportivas brasileiras em vigência entre 1976 e 1979, parece-me ser fundamental lançar luzes sobre um período anterior a esse recorte temporal. Refiro-me a 1969: ano em que o Centro Nacional de Recursos Humanos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – órgão vinculado ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral – firmou um convênio com a então Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Tal convênio teve como objetivo constituir um grupo de trabalho interministerial, capaz de desenvolver estudos e propor medidas visando a expansão da Educação Física e dos esportes no Brasil. Em 1971, o resultado dos esforços entabulados pelo grupo de trabalho foi publicado no formato de livro, organizado pelo professor e membro da Comissão de Desportos das Forças Armadas Lamartine Pereira da Costa, sob o título de “Diagnóstico de Educação Física/desportos no Brasil”.¹²⁴ Na seção de apresentação do referido livro, afirmou Arlindo Lopes Corrêa, secretário-executivo do Centro Nacional de Recursos Humanos:

A decisão de realizar esse estudo foi uma consequência natural das preocupações do governo revolucionário com a política nacional de recursos humanos, dirigida no sentido de aperfeiçoar o homem brasileiro em todos seus aspectos e melhorar sua qualidade de vida.

As atividades de Educação Física/desportos estão intimamente ligadas às políticas públicas de saúde e de educação, dado seu papel de condicionador da aptidão física e mental da população; possuem, outrossim, vinculações com as políticas de bem-estar, em seus aspectos de lazer e recreação.

A par dessas implicações, que por si só justificariam a execução deste trabalho, já não podem ser ignoradas as manifestações psicossociais ligadas ao setor, que também projetam sua influência no plano da política internacional.

Finalmente, cumpre lembrar que a Loteria Esportiva era, então, um projeto prestes a se tornar realidade e que, dada a magnitude dos recursos em jogo, seria imprescindível dispor-se de um instrumento que permitisse adequado planejamento da aplicação dos recursos respectivos.¹²⁵

Além do exposto, esclareceu Corrêa:

A supervisão desse estudo esteve a cargo do ten. cel. Arthur Orlando da Costa Ferreira – enquanto diretor da Divisão de Educação Física –, cuja a clarividência e

¹²⁴ Para mais informações, ver COSTA, Lamartine Pereira da. *Diagnóstico de Educação Física/desportos no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Nacional de Material Escolar, 1971.

¹²⁵ CORRÊA, Arlindo Lopes. Apresentação. In: COSTA, Lamartine Pereira da. *Diagnóstico de Educação Física/desportos no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Nacional de Material Escolar, 1971, p. 7.

entusiasmo tornaram possível sua realização. A coordenação dos trabalhos coube ao professor Lamartine Pereira da Costa, cuja a dedicação e competência justificariam *per-se* a realização do diagnóstico, pois era o homem talhado para essa importante missão. A equipe técnica sob suas ordens, composta do prof. José Garcez Baillariny, do prof. George Massao Takahashi, do Dr. Ovídio Silveira Souza e da estagiária Lúcia Maria Jorge Lopes, demonstrou, em todos os momentos, consciência da sua missão, que exigiu grande imaginação e sacrifício. O mesmo pode ser dito em relação ao pessoal de apoio administrativo: Carmem de Vasconcellos (secretária), Lêda Ventura Brandão, Vilson Pinto e Vitória Duarte Romariz. O espírito de colaboração entre o Ministério do Planejamento e o Ministério da Educação, nesse ano e meio de trabalho em conjunto, merece referência especial.¹²⁶

À guisa de conclusão, disse, também, o secretário-executivo:

O Brasil é, talvez, o único país do mundo que dispõe agora de um diagnóstico de Educação Física e desportos, elaborado com um *approach* de análise de sistemas, última palavra na técnica das ciências sociais.

O diagnóstico coloca o país na posição privilegiada de poder, imediatamente, determinar uma política nacional para o setor, fundada em bases científicas e racionais, que permitirá, em prazo médio, desempenhar importante aperfeiçoamento dos recursos humanos disponíveis no Brasil.

Para que isso seja possível, é preciso que se faça a crítica profunda deste estudo, que deve ser melhorado progressivamente, à medida que surjam novas informações sobre alguns de seus aspectos, ainda obscuros ou mesmos desconhecidos.

Cabe, portanto, à nova sistemática administrativa do Ministério da Educação e Cultura – principalmente com referência ao Departamento de Educação Física e Desportos e ao Conselho Federal de Desportos – dar consistência aos objetivos inicialmente propostos.¹²⁷

Paralelamente ao desenvolvimento do diagnóstico, a equipe encarregada de sua elaboração tomou parte em um conjunto de medidas com vistas ao aperfeiçoamento do setor de Educação Física/esportes brasileiro.¹²⁸ Entre elas, posso destacar: a implantação da obrigatoriedade da Educação Física em todos os níveis e ramos de escolarização (inclusive no ensino superior),¹²⁹ bem como a sua consequente regulamentação;¹³⁰ a criação da Loteria Esportiva¹³¹ e de outros dispositivos legais de apoio e proteção ao esporte – como, por exemplo, a concessão de isenção de imposto de importação e de imposto sobre produtos industrializados aos equipamentos destinados à prática de esportes sem similar nacional, importados por entidades esportivas ou órgãos vinculados direta ou indiretamente ao

¹²⁶ CORRÊA, Arlindo Lopes. Apresentação. In: COSTA, Lamartine Pereira da. *Diagnóstico de Educação Física/desportos no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Nacional de Material Escolar, 1971, p. 8.

¹²⁷ CORRÊA, Arlindo Lopes. Apresentação. In: COSTA, Lamartine Pereira da. *Diagnóstico de Educação Física/desportos no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Nacional de Material Escolar, 1971, p. 8.

¹²⁸ CORRÊA, Arlindo Lopes. Apresentação. In: COSTA, Lamartine Pereira da. *Diagnóstico de Educação Física/desportos no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Nacional de Material Escolar, 1971, p. 7.

¹²⁹ Para mais informações, ver Decreto-Lei nº 705/1969. *Diário Oficial da União*, p. 6401, 28 jul. 1969.

¹³⁰ Para mais informações, ver Decreto nº 69.450/1971. *Diário Oficial da União*, p. 8826, 3 nov. 1971. Tratarei desse decreto de um modo mais detalhado ainda neste capítulo, na seção intitulada “Uma nova concepção oficial de Educação Física escolar”.

¹³¹ Para mais informações, ver Decreto-Lei nº 594/1969. *Diário Oficial da União*, p. 5687, 28 mai. 1969.

Conselho Nacional de Desportos;¹³² e a criação do Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura em substituição à Divisão de Educação Física desse mesmo ministério.¹³³

* * *

Dirigido pelo coronel Eric Tinoco Marques, o Departamento de Educação Física e Desportos tinha um *status* de órgão central de direção superior do Ministério da Educação e Cultura, que era, portanto, diretamente subordinado ao ministro da pasta Jarbas Passarinho e que tinha como finalidade planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento da Educação Física, dos esportes e da recreação no país.¹³⁴ Como se pode verificar em cartilha oficial de apresentação publicada pelo departamento, intitulada “Eu sou o DED”, a criação do mesmo estava diretamente associada às conclusões alcançadas pelo grupo de trabalho interministerial que, entre outras ações, participou do desenvolvimento do já mencionado diagnóstico do setor de Educação Física/esportes no Brasil.¹³⁵ Conforme a referida cartilha:

As conclusões desse diagnóstico, divulgadas em meados de 1970, não foram muito animadoras.

Demonstram claramente a ineficiência do sistema em vigor, altamente desorganizado e com um nível de eficiência operacional excessivamente baixo para enfrentar os problemas de grande magnitude que se apresentavam.

Até mesmo as operações de controle (fiscalização), que davam a tônica da ação, vinham se processando apenas nominalmente.

Como não poderia deixar de ser, os demais fatores do sistema apresentavam-se estagnados, e alguns até mesmo em franca involução.

Por esse motivo, a reforma administrativa do MEC, formalmente iniciada com a publicação do Decreto nº 66.967, de 27 de julho de 1970, criou o Departamento de Educação Física e Desportos (DED), em substituição à Divisão de Educação Física e Desportos e à Campanha Nacional de Educação Física, dotando-o de organização racional e dinâmica que suportasse o fluxo de trabalho indispensável à administração de um autêntico plano de desenvolvimento.¹³⁶

A cartilha denominada “Eu sou o DED” também esclarece que:

O modelo de sistema de Educação Física/desportos adotado no diagnóstico é que, obviamente, condiciona toda a ação de planejamento.

Esse modelo é baseado em três aspectos fundamentais, obtidos de estudos realizados em nosso país e de informações coletadas no exterior, que são:

¹³² Para mais informações, ver Decreto-Lei nº 608/1969. *Diário Oficial da União*, p. 4785, 6 jun. 1969.

¹³³ Para mais informações, ver Decreto nº 66.967/1970. *Diário Oficial da União*, p. 5771, 3 ago. 1970.

¹³⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Eu sou o DED*. Brasília: Indústria Gráfica Levy Publicidade LTDA., 1971.

¹³⁵ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Eu sou o DED*. Brasília: Indústria Gráfica Levy Publicidade LTDA., 1971.

¹³⁶ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Eu sou o DED*. Brasília: Indústria Gráfica Levy Publicidade LTDA., 1971, p. 31-32.

1. A organização básica da Educação Física/desportos é assentada sobre a prática de atividades físicas no âmbito do sistema educacional, abrangendo todos os níveis e ramos, com ênfase no ensino fundamental.
2. O objetivo prioritário da Educação Física/desportos é o da melhoria da aptidão física (aqui compreendida em sua definição técnica, no sentido psicossomático, incluindo necessariamente o estado de saúde, a capacidade mental etc.) da população como um todo [...].
3. A organização desportiva comunitária – associações desportivas (clubes), ligas, federações, confederações, comitês olímpicos etc. –, para maximizar a efetividade, constitui empreendimento de livre iniciativa. Considerada um setor de gênero *labor intensive*, no qual a rentabilidade depende de multiplicidade de decisões e comunicações individuais, a intervenção por administração direta estatal mostra-se impertinente.¹³⁷

Ainda segundo a cartilha em tela:

Essas conotações podem ser compatibilizadas e agregadas, dentro do conceito estabelecido em alguns países europeus, com a denominação de desporto de massa, cujo estágio superior é o desporto de elite, referente ao nível de competição nacional ou internacional. É considerado ideal o sistema de organização que produz uma elite desportiva originária da massa praticante, enquanto o que se orienta para a seletividade de representação demonstra inconstância nos resultados, além de usar a comunidade como um meio e não como um fim [...].

Em conclusão, o fluxo de entrada na estrutura central do sistema será representado pela população escolarizada (no caso brasileiro, cerca de 17.500.000 estudantes), que se encaminha para o equipamento primário [espaços livres e equipamentos destinados à prática de atividades físicas tanto por crianças em idade escolar quanto por crianças em idade pré-escolar], e simultaneamente para a população urbanizada, que deve ser atendida pelo equipamento básico (espaços livres e equipamentos que visem à Educação Física, Desportiva e Recreativa para adultos e adolescentes) e pela organização desportiva comunitária (clubes, federações e confederações).¹³⁸

Alinhado com a perspectiva exposta nas duas últimas citações, o Departamento de Educação Física e Desportos divulgou, também em 1971, o “Plano de Educação Física e Desportos” – previsto para ser desenvolvido ao longo do triênio 1972/1974, de um modo integrado ao “I Plano Setorial de Educação e Cultura”.¹³⁹ Lançando como seu objetivo geral a elevação do nível da Educação Física (escolar e do adulto), do esporte (em todas as suas áreas) e da recreação (ativa e passiva) no país,¹⁴⁰ o “Plano de Educação Física e Desportos”

¹³⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Eu sou o DED*. Brasília: Indústria Gráfica Levy Publicidade LTDA., 1971, p. 32-33.

¹³⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Eu sou o DED*. Brasília: Indústria Gráfica Levy Publicidade LTDA., 1971, p. 33.

¹³⁹ Para mais informações, ver BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. SECRETARIA GERAL. *A Política e o Plano Setorial de Educação e Cultura*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria Geral, 1973.

¹⁴⁰ Cabe mencionar que, de acordo com o “Plano de Educação Física e Desportos”, a Educação Física escolar era entendida como aquela que era praticada no ensino fundamental, médio, superior e complementar, ao passo que a Educação Física do adulto era aquela que era praticada, evidentemente, por adultos, em seus momentos de lazer ou ócio. Já o esporte, em sua totalidade, era compreendido como uma grande área, composta por cinco subáreas: estudantil, popular, amadora, alta competição e profissional. Por sua vez, a recreação ativa era pensada como aquela que demandava a participação direta das pessoas com ela envolvidas, na medida em que a recreação passiva era aquela que, ao contrário, demandava uma participação indireta – como, por exemplo, a dos torcedores que vão a um determinado estádio para assistir uma partida de futebol.

foi constituído por três programas, pensados para serem coordenados pelo próprio departamento, contando com o apoio do Conselho Nacional de Desportos e com o aporte de recursos financeiros provenientes, principalmente, da Loteria Esportiva. Os três programas que integravam o dito plano eram, mais precisamente, os seguintes: o “Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos”, o “Programa de Assistência Técnica e Financeira a Programas de Educação Física” e o “Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural”.¹⁴¹

* * *

O “Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos” se propunha a prestar assistência supletiva, técnica e financeira a instituições públicas ou privadas, bem como a dirigentes de atividades esportivas amadoras ou profissionais. Tal assistência objetivava promover um desenvolvimento mais equilibrado do setor de Educação Física/esportes, por meio de ações que deveriam estar voltadas para suprir as seguintes deficiências detectadas pelo grupo de trabalho interministerial que formulou o “Diagnóstico de Educação Física/desportos no Brasil” (1971): a baixa qualificação dos profissionais de Educação Física, a insuficiência de instalações esportivas tanto nas escolas quanto nas universidades e o número reduzido de instalações desse mesmo tipo como parte do equipamento básico das cidades brasileiras.¹⁴² De acordo com o “Plano de Educação Física e Desportos”, para se alcançar os objetivos do “Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos”, pretendia-se:

[...] integrar às universidades as escolas de Educação Física, não só pela necessidade de cumprimento da obrigatoriedade da prática da Educação Física, se não também pela melhoria do nível técnico de formação do pessoal especializado no setor. Paralelamente, pela utilização da capacidade ociosa das instalações desportivas dos clubes (inclusive melhoria e/ou ampliação), visa-se a integração entre as escolas e as associações desportivas, pela impossibilidade momentânea de construções desportivas em todas as escolas. Ainda, dentro do triênio, objetiva-se a implantação e expansão das atividades de pesquisa, implantação das carreiras de curta duração e o aperfeiçoamento do magistério da Educação Física e dos técnicos desportivos, e o envio de especializados em Educação Física ao exterior a fim de se graduarem e, de regresso, constituírem o núcleo inicial dos centros regionais de pós-graduação [...].

¹⁴¹ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Plano de Educação Física e Desportos – PED*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Educação Física e Desportos, 1971.

¹⁴² BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Plano de Educação Física e Desportos – PED*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Educação Física e Desportos, 1971.

De acordo com o comportamento do programa dentro do triênio 72/74, prosseguir-se-á em menor escala com a integração das escolas de Educação Física aos complexos universitários. No que se refere à integração escola-clubes, a orientação deverá ser na direção da implantação de centros de Educação Física. A implantação dos primeiros centros regionais de pós-graduação deverá coincidir com a disponibilidade de pessoal graduado no exterior. A implantação de laboratórios regionais de pesquisa em Educação Física e desportos deverá ser incrementada a partir do início de 1974.¹⁴³

Como se vê, as estratégias delineadas nas citações acima estão focadas em apenas duas das três deficiências as quais o “Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos” se colocou a enfrentar: a baixa qualificação dos profissionais de Educação Física e a insuficiência de instalações esportivas nas escolas e nas universidades. Ações voltadas para dar respostas ao número reduzido de instalações esportivas como parte do equipamento básico das cidades brasileiras só puderam ser observadas no “Programa de Assistência Técnica e Financeira a Programas de Educação Física”. Programa esse que, assim como o “Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos”, se propunha a prestar assistência supletiva, técnica e financeira a instituições e a dirigentes, mas tendo como finalidade suprir deficiências relacionadas, especificamente, às instalações, materiais e eventos esportivos.¹⁴⁴ Conforme o “Plano de Educação Física e Desportos”, o “Programa de Assistência Técnica e Financeira a Programas de Educação Física e Desportos” respondia:

[...] às necessidades impostas pelo Programa Estratégico de Desenvolvimento traçado pelo governo federal. Senão vejamos:

“A ação do governo federal pode efetuar-se por via direta ou indireta. A ação direta também é exercida através dos órgãos de administração centralizada da União, embora possam contar com a colaboração de diferentes entidades, não pertencentes, inclusive, à esfera do serviço federal. A ação direta se configura quando o governo federal delega a realização de programas”.

Ora, o governo federal considera o elenco de programas e projetos prioritários, financiados parcial ou totalmente com recursos da União, como merecedor de especial atenção, dada a sua importância na aceleração do desenvolvimento econômico e social.

Este programa calca-se ainda nas Providências para o Desenvolvimento Adequado da Ação Federal, quando oferece aos interessados (universidades, estabelecimentos de ensino superior isolados, instituições educacionais estritamente de caráter nacional, estados, territórios e distrito federal) assistência técnica e financeira e pretende através de seus nove projetos: [construir] centros de Educação Física e unidades avulsas; [construir um] centro olímpico desportivo; [realizar] competições desportivas estudantis; [realizar] colônias de férias; [promover a] melhoria do equipamento desportivo nacional; [auxiliar na] aquisição de material desportivo; [colaborar para a] melhoria da representação desportiva nacional; [disponibilizar]

¹⁴³ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Plano de Educação Física e Desportos – PED*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Educação Física e Desportos, 1971, p. 25-26.

¹⁴⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Plano de Educação Física e Desportos – PED*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Educação Física e Desportos, 1971.

assistência técnica e financeira a entidades desportivas; [e realizar] competições desportivas nacionais e internacionais.¹⁴⁵

Se, por um lado, o “Programa de Desenvolvimento da Educação Física e Desportos” e o “Programa de Assistência Técnica e Financeira a Programas de Educação Física” buscavam – guardadas as suas especificidades – prestar assistência supletiva, técnica e financeira a instituições públicas ou privadas, assim como a dirigentes de atividades esportivas amadoras ou profissionais; por outro, o “Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural” visava difundir a prática da Educação Física, dos esportes e da recreação como fatores educativos coadjuvantes na formação integral do “homem brasileiro” – sobretudo, no que se refere ao aprimoramento da saúde de tal “homem”, que, segundo o referido programa, deveria ter plena consciência do valor e da importância de tais fatores educativos como meios de lograr o desenvolvimento do potencial humano do país. Além do exposto, esse mesmo programa também intentava suprir as seguintes deficiências detectadas no setor de Educação Física/esportes: o baixo esclarecimento populacional sobre a prática da Educação Física, dos esportes e da recreação, a diminuta difusão e criação no campo dos assuntos esportivos e a não existência de um patrimônio esportivo no Brasil.¹⁴⁶ De acordo com o “Plano de Educação Física e Desportos”, o “Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural”:

[...] acompanha a “revolução pela educação”. No caso brasileiro, em que se requer educação para o desenvolvimento, não poderá o Departamento de Educação Física e Desportos abandonar a área cultural do setor e desenvolverá três projetos [...].

Baseado em que, paralelamente à integração da Educação Física, Desportiva e Recreativa à educação, devemos defender o patrimônio histórico, artístico e cultural no setor da atividade física, pretende-se desenvolver uma “Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo”, envolvendo atividades como: cartilhas desportivas, boletins informativos, pôsteres e cartazes, cooperação desportiva na área de TV educativa, filmes, cadernos e livros técnicos e didáticos. O objetivo do projeto em tela é conscientizar o país para a importância da prática da atividade física integrada à educação, ou seja, criar e desenvolver uma mentalidade favorável à Educação Física que poderíamos denominar de “mentalidade esportiva”.

Com o projeto “Preservação do Patrimônio Histórico Desportivo” visa-se construir ou tomar um prédio para ser implantado o Museu Brasileiro de Educação Física e Desportos [...].

No projeto “Incentivo à Criação e à Difusão no Âmbito de Assuntos Culturais Desportivos” enfeixamos as atividades de congressos, simpósios, jornadas de estudos, estágios técnicos, cursos de aperfeiçoamento, promoção de intercâmbio desportivo e concurso nacional de obras inéditas da Educação Física, desportos e recreação. Com ele acompanharemos alguns projetos prioritários do governo federal,

¹⁴⁵ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Plano de Educação Física e Desportos – PED*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Educação Física e Desportos, 1971, p. 27-28.

¹⁴⁶ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Plano de Educação Física e Desportos – PED*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Educação Física e Desportos, 1971.

como o “Programa de Livros e Textos Básicos em Áreas Prioritárias” e [o programa denominado] “Intensificação do Intercâmbio Científico no País e no Exterior”.¹⁴⁷

Apesar de todos os cuidados que envolveram a elaboração do “Plano de Educação Física e Desportos”, só é possível verificar uma base legal um pouco mais consistente para a formulação de uma política nacional para o setor de Educação Física/esportes em 1975: ano em que entrou em vigor a Lei nº 6.251, que instituiu, entre outras providências, normas gerais sobre a organização dos esportes no Brasil (BETTI, 1991). Em seu artigo 5º, tal lei estabeleceu que seria de responsabilidade do Poder Executivo definir uma “Política Nacional de Educação Física e Desportos”, comprometida com o alcance dos seguintes objetivos básicos: aprimorar a aptidão física da população; elevar o nível dos esportes em todas as suas formas de organização (estudantil, comunitária, classista e militar); implantar e intensificar a prática de esportes de massa; elevar o nível das representações nacionais; e difundir os esportes como forma de utilização do tempo de lazer. De acordo com o artigo 6º dessa mesma lei, caberia, ainda, ao Ministério da Educação e Cultura formular, em consonância com a política citada, um “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, que, por sua vez, deveria atribuir prioridade a programas e projetos de estímulo à Educação Física e ao esporte estudantil, de massa e de alto nível.¹⁴⁸

* * *

A “Política” e o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”¹⁴⁹ foram ambos divulgados em 1976, pelo Ministério da Educação e Cultura.¹⁵⁰ Conforme o ministro da pasta Ney Braga, a “Política Nacional de Educação Física e Desportos” completava, juntamente com a “Política Nacional Integrada de Educação”¹⁵¹ e com a “Política Nacional de Cultura”,¹⁵² as diretrizes básicas do Ministério da Educação e Cultura, no sentido de criar as condições: “reais e objetivas para o pleno desenvolvimento físico, intelectual e cultural do

¹⁴⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Plano de Educação Física e Desportos – PED*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Educação Física e Desportos, 1971, p. 29-30.

¹⁴⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976.

¹⁴⁹ Tratarei desse plano de um modo mais detalhado mais adiante, ainda nesta seção.

¹⁵⁰ Para mais informações, ver BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976.

¹⁵¹ Para mais informações ver BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Política Nacional Integrada de Educação*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.

¹⁵² Para mais informações ver BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Política Nacional de Cultura*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.

homem brasileiro”.¹⁵³ Além disso, a política em destaque, segundo Braga, também tornaria possível: “a dinamização do setor, mesmo porque a sua elaboração é acompanhada do Plano Nacional de Educação Física e Desportos e pela consolidação das leis relativas à matéria”.¹⁵⁴ Ainda de acordo com o ministro: “a simples análise das linhas gerais deste documento revela, também neste setor, a prioridade atribuída pelo governo aos programas para a valorização do homem, através da melhoria dos padrões de aptidão física e da saúde da população”.¹⁵⁵ Em função do exposto, concluiu Braga: “entendemos que, nesse sentido, a Política Nacional de Educação Física e Desportos, mais que um simples instrumento de ação, é o atendimento a um dos grandes anseios do povo brasileiro”.¹⁵⁶

Conforme a “Política Nacional de Educação Física e Desportos”, é possível extrair três conclusões-sínteses do diagnóstico do setor de Educação Física/esportes publicado em 1971. Conclusões-sínteses essas que, segundo tal política, comportavam alguns problemas que o “Plano de Educação Física e Desportos” (1972/1974) não teria dado conta de resolver: (1) houve, entre 1964 e 1970, um crescimento quantitativo no setor, porém com uma distorção caracterizada pela concentração de preferência por um único tipo de esporte – notadamente, o futebol, que absorvia mais da metade da atividade esportiva nacional; (2) esse crescimento incorporou distorções setoriais e regionais, pois a distribuição territorial da prática esportiva era desproporcional à distribuição demográfica, em prejuízo das regiões mais pobres; e (3) esse mesmo crescimento possuía, ainda, deficiências qualitativas a serem corrigidas, principalmente no que diz respeito aos usos das atividades físicas como instrumento educacional, à circulação e transmissão de conhecimentos técnicos, ao gerenciamento da organização esportiva comunitária e, especialmente, à própria ação governamental, representada por um legislação classificada como obsoleta.¹⁵⁷

Para o enfrentamento dos problemas citados no parágrafo anterior, a política em debate estabeleceu que a ação do governo federal no setor de Educação Física/esportes

¹⁵³ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 21.

¹⁵⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 21.

¹⁵⁵ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 21.

¹⁵⁶ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 21.

¹⁵⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976.

deveria prezar, em linhas gerais, pela incorporação efetiva da prática da Educação Física e dos esportes às atividades escolares; pela disponibilização de recursos financeiros e pela disciplinarização de seu uso, de modo a garantir uma infraestrutura física e técnica adequada; pela orientação dos investimentos, segundo os objetivos e as prioridades estabelecidas em cada caso previsto no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”; pelo entendimento de que as prioridades e metas globais contidas nesse mesmo plano deveriam considerar a melhoria da aptidão física da população como o principal objetivo a ser perseguido; e pela asseguarção da participação da população nas mais diversas modalidades esportivas, através de programas, projetos e incentivos apropriados. A “Política Nacional de Educação Física e Desportos” definiu, ainda, que seria a compatibilização entre a ação integrada do governo (União, estados e municípios), das instituições privadas e dos indivíduos que orientaria, em última instância, a definição do sistema esportivo nacional.¹⁵⁸ Como detalha a dita política:

Considerando que os instrumentos de intervenção – programas, projetos, atividades e ações diversas – terão como referência os desequilíbrios diagnosticados, assim como as inovações almejadas, é preciso estabelecer a participação relativa dos três níveis da organização federativa brasileira, das instituições privadas e dos indivíduos.

Em princípio, o município deve ser destacado como o nível mais importante da ação governamental. O sistema misto de gestão[, que compatibiliza as ações do governo e da iniciativa privada, preservando a liberdade individual e as iniciativas estatais, e que] [...] deve levar em conta as condições ambientais, sociais e econômicas da clientela a ser atingida, ganhará maior visibilidade na proporção em que as administrações locais se capacitarem a utilizar os instrumentos operacionais cogitados.

Os estados facilitarão as condições de funcionamento dos municípios para a implementação dos instrumentos de sua própria atuação, sem com isso substituir a iniciativa local. Assim, aos estados poderão caber ações de indução, incentivo, complementação, orientação estratégica, treinamento e assistência técnica e financeira.

Similarmente agirá o governo federal com relação aos estados, prevendo-se que os instrumentos de ação, estabelecidos a partir do Ministério da Educação e Cultura, sejam desdobrados convenientemente por regiões, estados e municípios, na conformidade da clientela-alvo e da natureza da ação programada.¹⁵⁹

Conforme a “Política Nacional de Educação Física e Desportos”:

[Esse formato de organização] conduz naturalmente à definição do papel das instituições de livre iniciativa no desporto, isso é, as associações ou clubes, as ligas, as federações, as confederações e o Comitê Olímpico Brasileiro. Tais entidades deverão permanecer com o seu caráter privado, não só pela tradição de funcionamento, como também pelo porte da infraestrutura hoje instalada no país:

¹⁵⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976.

¹⁵⁹ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 47-48.

somente com relação aos clubes as estimativas do “Diagnóstico de Educação Física/desportos no Brasil”, de 1970, atingiram a cifra de 40 mil entidades.

A adoção dessa diretriz deve levar em conta a posição assumida hoje pelo desporto profissional. Como em diversos outros países, aparecem nos clubes profissionais brasileiros crises cíclicas de ordem política e financeira, que dificultam o desenvolvimento da atividade desportiva, originando prejuízos crônicos. A experiência internacional tem indicado que a intervenção direta do governo nas entidades não resolve o problema, o que sugere uma atitude apenas normativa.

No entanto, o governo deverá continuar a enfrentar os desequilíbrios no desporto profissional, deixando o encaminhamento das questões ao encargo dos dirigentes desportivos, enquanto procura desenvolver a Educação Física como um todo.¹⁶⁰

Sendo assim, conclui a política em discussão:

O sistema esportivo nacional pode, peculiarmente, atingir indivíduos e instituições, através de vias de contato direto. A preservação da antiga vinculação das associações desportivas, situadas nos municípios, com as respectivas ligas e federações das modalidades desportivas, de âmbito estadual, e dessas últimas com confederações nacionais, permitirá a utilização de um segundo caminho de ação, conforme a caracterização da clientela-alvo e a natureza das ações a serem implementadas.

De modo análogo à ação do Conselho Federal de Educação no campo da Educação Física escolar, com os devidos ajustamentos estaduais, o Conselho Nacional de Desportos regulará a atividade desportiva, como órgão normativo e disciplinador.

O órgão central do sistema responsável pela Educação Física e desportos é o Ministério da Educação e Cultura, por meio da unidade de Educação Física e desportos, existindo paralelamente os órgãos centrais de Educação Física e desportos dos governos estaduais. Nos municípios, onde possível, os conselhos, departamentos e serviços de Educação Física e desportos representarão o nível mais operacional dessa sequência de inter-relacionamento.

Ainda integram o Sistema Desportivo Nacional, adotando meios de vinculação específico, os ministérios militares e o Estado-Maior das Forças Armadas, no referente ao desporto militar; o Ministério das Relações Exteriores, e os demais ministérios, no que diz respeito ao desporto classista. Também são incluídas nessa classificação as entidades de desporto estudantil, em seus segmentos escolar e universitário.¹⁶¹

Como já adiantei, as diretrizes contidas na “Política Nacional de Educação Física e Desportos” apresentam desdobramentos no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” – previsto para ser desenvolvido ao longo do quadriênio 1976/1979, em concordância com o “II Plano Nacional de Desenvolvimento”.¹⁶² Em resumo, o novo plano traçado para o setor de Educação Física/esportes se propunha a alcançar objetivos básicos que, quando não iguais, eram muito próximos aos que foram estabelecidos para a “Política Nacional de Educação Física e Desportos”, por meio da Lei nº 6.251/1975: aprimorar a aptidão física da população; maximizar e difundir a prática da Educação Física e dos esportes estudantis; elevar, de um

¹⁶⁰ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 48.

¹⁶¹ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 49.

¹⁶² Para mais informações, ver BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) – II PND*. Brasília: Imprensa Oficial, 1974.

modo geral, o nível técnico dos esportes, visando o aprimoramento das representações nacionais; implantar e intensificar a prática dos esportes de massa; e capacitar os recursos humanos necessários às atividades a serem desenvolvidas no sistema esportivo nacional. Para o alcance dos objetivos mencionados, o plano em questão concedeu ênfase ao delineamento de múltiplos programas e projetos, que abrangiam três grandes áreas de atuação: Educação Física e esporte estudantil, esporte de massa e esporte de alto nível. Cabe destacar que tais programas e projetos foram previstos para serem supervisionados pelo Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, contando com o apoio do Conselho Nacional de Desportos e com o aporte de recursos financeiros provenientes, principalmente, do orçamento plurianual para 1976/1978.¹⁶³

* * *

Os objetivos estabelecidos no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” para a área de Educação Física e esporte estudantil levaram em conta seis conclusões contidas no “Diagnóstico de Educação Física/desportos no Brasil” (1971): (1) no nível primário, embora a obrigatoriedade da Educação Física existisse em lei desde 1881, ela ainda não tinha sido cumprida satisfatoriamente; (2) no nível médio, em quase todo o país as inspeções da obrigatoriedade da Educação Física eram apenas nominais e as ações desenvolvidas nessa área ocorriam, em grande medida, de um modo improvisado; (3) no nível superior, as aulas de Educação Física e esportes eram assistemáticas, abrangendo apenas 8% dos matriculados, e as iniciativas referentes à prática esportiva partiam, na maioria dos casos, dos alunos; (4) nos cursos de formação de normalistas, era reduzido o número de estabelecimentos que preparavam professores para o ensino da Educação Física e os cursos de curta duração ou aproveitamento serviam, sobretudo, como meios de promoção de docentes que vislumbravam atuar no ensino médio; (5) quanto ao magistério, apesar da expansão do número de escolas de Educação Física ter melhorado o índice de relação professor/aluno, essa relação ainda era bastante alta e as condições funcionais de atendimento insuficientes; e (6) em relação ao intercâmbio esportivo nos níveis médio e superior, embora esse se encontrasse em fase de

¹⁶³ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976.

expansão, tal expansão ainda era pouco expressiva em termos absolutos.¹⁶⁴ Com vistas à solucionar os problemas expostos, o plano em debate definiu os seguintes objetivos para a área de Educação Física e esporte estudantil:

- ativar e promover a expansão da Educação Física no ensino de 1º e 2º graus e superior;
- promover a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para a ministração, planejamento, pesquisa e administração da Educação Física e dos desportos;
- desenvolver programas de aperfeiçoamento e expansão da assistência técnica e financeira aos sistemas estaduais de ensino;
- estimular o desenvolvimento de programas de apoio ao estudante-atleta;
- racionalizar a aplicação de recursos para expansão e melhoria da rede física das unidades de ensino, visando à implantação e ampliação das atividades-fim;
- incentivar a utilização plena das instalações desportivas dos estabelecimentos de ensino;
- avaliar, mediante a aplicação de baterias de testes, a repercussão das atividades ministradas, de forma a conduzir à reformulação, adaptação e atualização periódica de currículos;
- estimular a realização de competições estudantis municipais, estaduais, nacionais e internacionais;
- facilitar a participação de alunos em competições desportivas de interesse nacional, mesmo nos períodos de trabalhos escolares.¹⁶⁵

Na área de esporte de massa, o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” intentava estimular a prática de atividades físicas e esportivas, entendida como uma possibilidade sadia de ocupação do tempo de lazer, bem como um modo profícuo de melhoria da aptidão física da população. Segundo o plano em discussão, havia no Brasil um quadro de baixa adesão – tanto nas áreas rurais quanto nas grandes cidades – à prática de atividades físicas e esportivas, que se agravava em função de cinco problemas detectados no setor de Educação Física/esportes: (1) a inexistência de meios eficazes de difusão integrada, global e sistemática dos benefícios proporcionados pela prática de atividades físicas e esportivas; (2) a insuficiência de equipamentos esportivos de lazer; (3) a falta de sistematização na utilização dos equipamentos existentes e de diversificação da oferta de atividades físicas e esportivas, de modo a atender às peculiaridades sociais e econômicas do país; (4) a ausência de sistemas capazes de garantir o acesso do povo a tais atividades; e (5) a quase absoluta exclusão da mulher, devido à preponderância do futebol no universo dos esportes de massa.¹⁶⁶ Para

¹⁶⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976.

¹⁶⁵ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 60-61.

¹⁶⁶ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976.

resolver os problemas citados, o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” estabeleceu os seguintes objetivos para a área de esporte massa:

- maximizar a utilização das instalações e recursos existentes em todo o país, incentivando as entidades do sistema esportivo nacional a efetivarem mecanismos que propiciem acesso da população às práticas de atividades físicas;
- ampliar os recursos humanos especializados em planejamento, administração e condução das atividades físicas;
- estimular a construção e instalação de facilidades para a prática do desporto de massa, com uso de material e equipamentos com baixo custo de investimento e manutenção;
- integrar as atividades do desporto de massa nas ações previstas para os centros sociais urbanos;
- promover competições, certames, jogos abertos e outras modalidades de atividades físicas;
- estimular a formação de associações destinadas a criar novas formas de organização para o desporto de massa;
- estimular a pesquisa e o intercâmbio na área;
- orientar e divulgar campanhas de esclarecimento necessárias à difusão da prática das atividades de massa, adequadas às várias faixas etárias;
- promover o encaminhamento de novos valores ao desporto de alto nível.¹⁶⁷

A área de esporte de alto nível ocupava, no modelo “piramidal” proposto pelo plano em debate, o “topo” do sistema esportivo nacional, ao passo que as outras áreas – ou seja, a Educação Física e esporte estudantil e o esporte de massa – constituíam, respectivamente, a sua base e o seu intermédio.¹⁶⁸ Cabe destacar, conforme o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, que: “isso não significa que, sendo o desporto de alto nível o objetivo final, nele se concentrem todos os esforços”.¹⁶⁹ Em outras palavras: “tal não é a proposta, mesmo considerando que qualquer país pode se destacar no cenário desportivo internacional, se politicamente assume o risco calculado de concentrar o montante de recursos disponíveis no desporto de elite”.¹⁷⁰ Como se pode verificar no plano em questão, a ideia central era obter, especialmente em competições esportivas internacionais de alto nível, resultados substanciais e constantes a médio e longo prazo, calcados em sólidas bases de desenvolvimento do esporte nos meios comunitários, classistas, militares e, principalmente, estudantis. Além de fortalecer a presença brasileira em eventos esportivos internacionais, o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” buscava, ainda, utilizar o esporte de alto nível em seu papel emulador

¹⁶⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 61.

¹⁶⁸ Tratarei desse assunto de um modo mais detalhado ainda neste capítulo, na seção intitulada “Uma nova concepção oficial de Educação Física escolar”.

¹⁶⁹ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 82.

¹⁷⁰ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 82-83.

para a prática de atividades físicas, em virtude de seu poder de mobilização e sensibilização da população.¹⁷¹ Com o intuito de se alcançar os referidos desafios, foram estipulados os seguintes objetivos para a área de esporte de alto nível:

- integrar ao desporto de alto nível os novos valores revelados no desporto estudantil, classista e militar, e em outras áreas não abrangidas pela organização desportiva comunitária;
- assegurar aos integrantes das representações desportivas nacionais condições adequadas de treinamento, alimentação e assistência médica permanentes;
- promover a valorização perante a opinião pública dos atletas que projetaram a imagem do país, bem como conceder-lhes estímulos;
- atualizar e elevar o nível dos técnicos e dirigentes desportivos, promovendo e realizando simpósios e estágios no país e no exterior;
- promover a criação de novas confederações especializadas para os desportos olímpicos de acordo com o seu nível técnico, número de praticantes e associações desportivas para elas voltadas;
- promover a intensificação do intercâmbio desportivo com os grandes centros mundiais;
- estimular a contratação de técnicos de alto nível para a orientação nos desportos olímpicos;
- estimular e promover a adequação e a atualização das estruturas técnicas e administrativas das confederações e federações às novas exigências de planejamento e controle imposta pela evolução do desporto;
- proporcionar incentivos e estímulos às associações desportivas que contribuam para a constituição das representações desportivas nacionais;
- estimular a realização de competições regionais e nacionais, visando à elevação do nível técnico e à difusão do desporto;
- conceder estímulos à produção de material e equipamento desportivo de alta qualidade;
- proporcionar assistência financeira para manutenção das entidades dirigentes do desporto nacional.¹⁷²

Como se pode ver, o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” era, tal como o “Plano de Educação Física e Desportos” (1972-1974), nada mais nada menos que um documento programático oficial. Documento esse que tinha por finalidade definir – em consonância com o “II Plano Nacional de Desenvolvimento”, de um modo geral, e com a “Política Nacional de Educação Física e Desportos”, mais especificamente – a ação do Ministério da Educação e Cultura no setor de Educação Física/esportes. Segundo o ministro da pasta Ney Braga, buscava-se, com o plano em discussão, implantar: “uma nova organização do desporto brasileiro, enfatizando as atividades potencialmente aptas a contribuir para a consecução das metas preconizadas pelo governo na ação social”.¹⁷³ Como

¹⁷¹ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976.

¹⁷² BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 61-62.

¹⁷³ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 57.

explica Braga: “as atividades físicas, desportivas e recreativas têm sido reconhecidas pelo consenso mundial como um poderoso instrumento de ação para aperfeiçoamento e valorização do homem”.¹⁷⁴ De acordo com o ministro: “daí a justa preocupação dos governantes em propiciarem programas de desenvolvimento desportivo, entendidos como mecanismos de política social de atuação profunda, com vistas à melhoria dos níveis e padrões de vida das comunidades”.¹⁷⁵ Ao examinar mais detalhadamente as fontes mobilizadas nesta seção, verifiquei que, entre as medidas propostas tanto pela “Política” quanto pelo “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” com o intuito de reformular setor de Educação Física/esportes, estava a adoção de uma nova concepção oficial de Educação Física escolar. Prevista para ser implementada nas escolas do país entre 1976 e 1979, tal concepção será o objeto da análise que desenvolverei, a seguir, na próxima seção deste capítulo.

3.2 Uma nova concepção oficial de Educação Física escolar

Através da análise das diretrizes para a elaboração do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” contidas na “Política Nacional de Educação Física e Desportos”, percebi que a mesma avaliou, entre outras coisas, a possibilidade de se adotar um tipo de gestão e uma doutrina para o setor de Educação Física/esportes. Além disso, notei que, na esteira de tal avaliação, a política em tela definiu, ainda, uma nova concepção oficial de Educação Física escolar, que, como já adiantei, foi prevista para ser implementada nas escolas do país entre 1976 e 1979. No que diz respeito à escolha de um tipo de gestão, foram levados em conta três modelos internacionais: o dirigismo absoluto, o liberalismo absoluto e o sistema misto. Já no que se refere à opção por uma doutrina, foram consideradas duas tendências, também internacionais: o pragmatismo e o dogmatismo.¹⁷⁶ Expressa na “Política Nacional de Educação Física e Desportos”, a seguinte passagem nos ajuda a entender melhor o escopo dos modelos e das tendências citadas, bem como algumas de suas convergências e divergências:

¹⁷⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 57.

¹⁷⁵ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 57.

¹⁷⁶ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976.

O dirigismo absoluto, adotado pelos países de organização sócio-política e econômica centralizada, implica essencialmente na intervenção estatal em todas as etapas da prática de atividades físicas, que se constituem, geralmente, em instrumentos de afirmação do poder nacional. Tal política resulta em forte concentração no desporto de alto nível, de modo a torná-lo internacionalmente competitivo e assim projetar a nação.

O liberalismo absoluto, em situação oposta, deixa a critério dos cidadãos o uso das possibilidades de atividades físicas e desportivas, que são interpretadas como meio educacional ou lazer. Neste caso, a participação governamental limita-se ao estabelecimento de uma infraestrutura adequada de recursos, ficando a representação internacional dependente da deliberação particular dos praticantes e das entidades privadas.

Entre tais extremos encontram-se diferentes graus de intervenção do Estado, conforme as peculiaridades dos países, permitindo assim uma terceira opção: o sistema misto de gestão. Tal sistema procura compatibilizar as ações do governo e da iniciativa privada, preservadas as liberdades individuais e as iniciativas estatais.¹⁷⁷

Paralelamente:

[...] podem ser sintetizadas em duas as doutrinas adotadas pelos países na condução de sua política de desportos: o Pragmatismo, que orienta o indivíduo para o resultado – a competição, e o Dogmatismo, que adota posição diversa, orientando a prática de Educação Física e desportos para fins educacionais.

Onde pode ser claramente observada a diferença entre as duas doutrinas é na Educação Física escolar, interpretada pelo Pragmatismo como iniciação desportiva, ao passo que o Dogmatismo estabelece apenas a educação do movimento, até cerca de dez anos. Entretanto, ambas as concepções convergem para a prática da Educação Física ou desporto de massa, derivando daí o desporto de alto nível, característica das competições nacionais e internacionais.

A evolução dessas tendências nos anos recentes mostra que a divergência entre os tipos de gestão sofre influências conforme a ordem política vigente em cada país, enquanto a confrontação doutrinária se expressa, em grande parte, nos setores acadêmicos e nas organizações internacionais de Educação Física.¹⁷⁸

A “Política Nacional de Educação Física e Desportos” definiu que o sistema misto seria o tipo de gestão a ser adotado para o setor de Educação Física/esportes, sob a justificativa de que tal sistema era, entre os três mencionadas no parágrafo anterior, o que mais se ajustaria à realidade do Brasil – sobretudo, às suas peculiaridades culturais e econômicas, analisadas em termos de experiências já realizadas no campo Esportivo. Quanto à doutrina, a política em questão afirma que, pelo mesmo motivo que influenciou a escolha do tipo de gestão, a opção pelo Pragmatismo seria a mais adequada. Porém, a “Política Nacional de Educação Física e Desportos” alega que uma tendência mundial à adoção do Dogmatismo conduz à idealização de um modelo próprio de Pragmatismo, que deviria ser imune a confrontações. De acordo com a dita política, tal modelo deveria explorar, para efeito

¹⁷⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 31-32.

¹⁷⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 32.

imediatamente, algumas convergências entre a doutrina pragmática e a doutrina dogmática e optar, a médio e longo prazo, por uma doutrina estritamente dogmática.¹⁷⁹ Em sua dimensão prática, o modelo idealizado na “Política Nacional de Educação Física e Desportos” pode ser resumido da seguinte maneira:

[...] a Educação Física estudantil tem início com a educação do movimento, na ênfase aos contatos com a natureza e em exercícios e jogos nos quais o ritmo, o esquema corporal, a organização tempo-espacial e a coordenação são essenciais. A iniciação desportiva começará depois da faixa etária dos dez anos – 5ª série do 1º grau –, quando haverá a orientação para as atividades de massa ou para a competição de alto nível dentro do setor escolar. Essas últimas alternativas deverão ser incentivadas de imediato, visando-se à geração de estímulos indiretos para as atividades físicas da educação formal, fechando, assim, o ciclo de motivação e mobilização da população.¹⁸⁰

A despeito do intento de se elaborar algo imune a confrontações, o modelo pragmático estabelecido na política em debate apenas propõe a incorporação, nas séries iniciais de escolarização, de alguns fundamentos da doutrina dogmática – notadamente, a educação do movimento, com ênfase aos contatos com a natureza e aos exercícios e jogos nos quais o ritmo, o esquema corporal, a organização tempo-espacial e a coordenação são essenciais. A partir da quinta série do primeiro grau, esse mesmo modelo preconiza o desenvolvimento de um trabalho de iniciação esportiva dentro das escolas, que, ao fim e ao cabo, serviria para encaminhar os alunos para realização de atividades de massa ou para práticas de alto rendimento.¹⁸¹ Em vista disso, não me parece ser equivocado afirmar que o modelo expresso na “Política Nacional de Educação Física e Desportos”, apesar de ser tido como imune a confrontações, não eliminou o principal ponto de divergência do Pragmatismo em relação ao Dogmatismo: o entendimento de que a finalidade da Educação Física escolar deveria ser a de fortalecer o esporte de alto rendimento em realidades nacionais. A propósito, cabe mencionar que, de acordo com a política em debate, a área de esporte de massa no Brasil era, inclusive, vista apenas como um elemento intermediário, que cobriria o hiato existente entre as áreas de

¹⁷⁹ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976.

¹⁸⁰ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 40.

¹⁸¹ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976.

Educação Física e esporte estudantil e de esporte de alto nível.¹⁸² Como se pode verificar na própria “Política Nacional de Educação Física e Desportos”:

Entende-se a Educação Física escolar como causa e o desporto de alto nível como efeito, tendo o desporto de massa como intermediário. Nestas circunstâncias, o ideal de relacionamento entre os três elementos é o de possibilitar o crescimento progressivo da escala e da qualidade das atividades físicas, organizadas de acordo com as potencialidades do país.

Em termos de administração, é evidente que a maior parte dos investimentos deve ser orientada para a Educação Física escolar.

Tal opção, sobremaneira justificada ao nível técnico, poderá, todavia, sofrer dificuldades na implementação, por falta da orientação das pessoas e entidades envolvidas, ainda prioritariamente voltadas para o efeito, isto é, o desporto de alto nível.¹⁸³

Sendo assim:

É de se esperar, portanto, algumas dificuldades, plenamente superáveis, na quebra de uma tradição que se apresenta vinculada ao hábito coletivo do grande público. Esse, por razões da vida moderna, está crescendo voltado para uma participação indireta – o chamado lazer passivo –, do que direta e ativa; o desporto, no caso, é, na sua quase totalidade, predominantemente espetáculo, não estendendo aos grandes contingentes populacionais, que apenas assistem a eles, os amplos benefícios educacionais, culturais e de saúde inerentes a prática de atividades físicas, desportivas e recreativas.

Tais atividades serão implementadas com a adoção do desporto de massa, graças às perspectivas de repercussão e êxito de que se reveste, tendo em vista suas potencialidades ainda não exploradas. Acresce que o desporto de massa cobre o hiato observado entre a Educação Física estudantil e o desporto de alto nível, por intermédio das grandes iniciativas de mobilização popular.¹⁸⁴

O “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” corroborou, como se pode presumir, o modelo pragmático de Educação Física escolar expresso na “Política Nacional de Educação Física e Desportos”. Isso pode ser observado nitidamente, por exemplo, no momento em que o referido plano divulga orientações estratégicas para a tomada de ações na área de Educação Física e esporte estudantil. Conforme “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, tais ações deveriam considerar os seguintes aspectos: a qualidade – com ênfase ao aprimoramento das técnicas e dos instrumentos pedagógicos de estabelecimentos de ensino de todos os municípios do país, sem deixar de levar em conta as peculiaridades de cada região; e a quantidade – com ênfase à expansão do número de alunos atendidos, por meio de uma abordagem seletiva, prevista para ser progressivamente ampliada, partindo das bases (ou

¹⁸² Tratarei desse assunto de um modo mais detalhado ainda neste capítulo, na seção intitulada “O debate expresso na imprensa especializada”.

¹⁸³ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 53-54.

¹⁸⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 54.

seja, dos municípios) para os centros de decisão estadual e federal.¹⁸⁵ Segundo o plano em questão, a ênfase na melhoria dos padrões das aulas de Educação Física deveria se dar, especialmente, nas quatro últimas séries do 1º grau, no 2º grau e no ensino superior – notadamente, quando as atividades-meio da Educação Física deveriam ser, tal como rezam as orientações pragmáticas contidas na “Política Nacional de Educação Física e Desportos”, a iniciação esportiva (nas quatro últimas séries do 1º grau) e o treinamento para as atividades gímnico-esportivas e para o esporte competitivo propriamente dito (no 2º grau e no ensino superior). Nas palavras do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”:

Para a qualidade, serão adotadas as seguintes diretrizes:

- ênfase na melhoria dos padrões de Educação Física, sobretudo nas quatro últimas séries do 1º grau, no 2º grau e no ensino superior;
- para as quatro últimas séries do 1º grau, a atividade meio será a iniciação esportiva e, no 2º grau e no ensino superior, será enfatizado o treinamento para as atividades gímnico-desportivas e o esporte competitivo.

São indicados os seguintes procedimentos para atingir os objetivos quantitativos:

- incluir, na programação, os alunos das quatro primeiras séries do 1º grau, destacando as atividades físicas relativas à educação do movimento e da postura;
- concentrar as ações inicialmente nas áreas urbanas, partindo, progressivamente, para outros núcleos populacionais.

[...] A oportunidade de implantação das ações relativas à qualidade ficará vinculada, nos estados, à montagem de um sistema de supervisão. A existência desse mecanismo é fundamental para o desenvolvimento qualitativo da Educação Física e deve anteceder, principalmente, às iniciativas de construção ou mesmo à contratação de professores. Na área quantitativa, a supervisão é primordial, tendo em vista a condução das classes por professores não titulados; assim, concomitantemente à implementação da Educação Física nos primeiros anos de escolarização é necessário treinar as professoras normalistas para atuarem como auxiliares desse ensino.¹⁸⁶

Tais requisitos:

[...] convergem naturalmente para ações que viabilizarão a consecução dos objetivos que serão em linhas gerais:

Qualidade:

- implantação de um sistema de supervisão dirigido pelo órgão estadual de Educação Física e desportos;
- aperfeiçoamento de professores atuantes na rede escolar e nos estabelecimentos de ensino superior;
- construção de instalações de baixo custo nas escolas de 1º e 2º graus;
- aperfeiçoamentos dos administradores desportivos atuantes nos estabelecimentos de ensino superior;
- formação de professores de nível superior nas áreas carentes.

(b) Quantidade:

- treinamento de professores da 1ª à 4ª série do 1º grau para auxiliar no ensino em Educação Física;

¹⁸⁵ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976.

¹⁸⁶ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 66.

- implantação de um sistema de supervisão específico para as primeiras séries do 1º grau ou subsidiário ao estabelecimento para as últimas séries do 1º grau e para o 2º grau;
- elaboração e distribuição em larga escala de manuais de Educação Física para professores de 1º grau (1ª à 4ª séries) e respectivas cartilhas para os alunos desses nível;
- incentivo às escolas normais para o aperfeiçoamento da prática da Educação Física curricular.¹⁸⁷

Como se pode ver, o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” não apenas reforçava a concepção pragmática de Educação Física escolar contida na “Política Nacional de Educação Física e Desportos”, por meio da atribuição de ênfase às atividades de iniciação e treinamento esportivo previstas para serem desenvolvidas nas quatro últimas séries do 1º grau, no 2º grau e no ensino superior. Mais do que isso, tal plano também divulgava orientações estratégicas para a tomada de ações na área de Educação Física e esporte estudantil, com vistas à efetivação da referida concepção pragmática de Educação Física no “chão” das escolas, e, ainda, delineava, dentro dessa mesma perspectiva, atos fundamentais programados para serem igualmente levados a cabo na área mencionada. Afora essas orientações e atos, foi possível detectar no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” a presença de dois projetos prioritários, que também visavam contribuir para a efetivação da concepção pragmática de Educação Física escolar expressa na “Política Nacional de Educação Física e Desportos”: (1) “Expansão da Educação Física e Desportos no Ensino de 1º e 2º Graus”; e (2) “Expansão da Educação Física e Desportos no Ensino Superior”. Faz-se relevante mencionar que ambos os projetos citados possuíam muitos pontos de contato tanto com as orientações estratégicas e com os atos fundamentais expressos nas duas citações que antecedem este parágrafo quanto com os objetivos estabelecidos para a área de Educação Física e esporte estudantil expostos na seção anterior deste capítulo, como por exemplo: a defesa da promoção e da expansão da Educação Física no ensino de 1º e 2º graus e superior, do investimento na formação e no aperfeiçoamento de recursos humanos, da melhora e da garantia da plena utilização dos equipamentos existentes etc. De acordo com o plano em discussão, eis os objetivos e as metas previstas para o projeto “Expansão da Educação Física e Desportos no Ensino de 1º e 2º Graus”:

- Promover a expansão da Educação Física nos 1º e 2º graus de ensino, atualizar currículos e programas, estimular a formação de recursos humanos, melhorar as instalações e equipamentos existentes, melhorar as condições de saúde e nutrição nas escolas, elaborar normas para a construção de material desportivo a preços acessíveis e colaborar na organização de competições.

¹⁸⁷ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 66-67.

Para atingir tais objetivos, são fixadas as seguintes metas:

- Propiciar a prática das atividades físicas e desportivas ao maior número possível de alunos;
- Aumentar e melhorar as instalações e equipamentos existentes, com um acréscimo de 65% em sua capacidade de atendimento;
- Alocar recursos financeiros da ordem de Cr\$ 200 milhões, adotando o princípio da contrapartida obrigatória, nos termos das normas a serem estabelecidas.¹⁸⁸

Já o projeto “Expansão da Educação Física e Desportos no Ensino Superior”:

- [visava] promover a plena utilização da capacidade instalada dos equipamentos existentes; aperfeiçoar e expandir a rede de instalações através da alocação de recursos financeiros; estimular os universitários aptos a serem encaminhados ao desporto de alto nível; incentivar as pesquisas e a difusão de métodos e técnicas necessárias ao desenvolvimento do setor.

Com base nestes objetivos, são fixadas as seguintes metas, para o período de 1976/1979:

- Elevar ao máximo o número de alunos do nível superior nas práticas desportivas;
- Promover uma oferta adicional, na capacidade de atendimento das instalações, de 240 mil alunos no contingente atendido pela Educação Física a nível superior;
- Aplicar recursos financeiros da ordem de Cr\$ 106,3 milhões para o atendimento aos projetos do setor.¹⁸⁹

Com base no que foi exposto até o momento, me parece ser razoável afirmar, em termos gerais, que a “Política” e o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” buscaram estabelecer, entre outras medidas tomadas com o intuito de se reformular o setor de Educação Física/esportes, os fundamentos e as condições objetivas mínimas para se implantar, entre 1976 e 1979, uma nova concepção oficial de Educação Física escolar no Brasil. Concepção essa que, em resumo, defendia que a finalidade da Educação Física escolar era, de fato, fortalecer o esporte de alto rendimento nacional, tendo a área de esporte de massa como apenas um elemento intermediário, que visava cobrir o hiato existente entre as áreas de Educação Física e esporte estudantil e de esporte de alto nível. Cumpre sublinhar que a concepção de Educação Física escolar contida na política e no plano em debate se distanciava, em grande medida, daquilo que propunha Decreto nº 69.450, que, como já pontuei, regulamentava o referido componente curricular desde 1971.190 Afinal, tal decreto, diferentemente da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, definia a Educação Física como uma atividade que: “por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando,

¹⁸⁸ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 75.

¹⁸⁹ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 75.

¹⁹⁰ Para mais informações, rever a seção anterior deste capítulo, intitulada “A Educação Física situada no âmbito das políticas públicas educacionais e esportivas”.

constitui[ndo-se] um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional”.¹⁹¹ Já no que diz respeito à dimensão prática do componente curricular em questão, o Decreto nº 69.450/1971 estabelecia, ainda, que:

Art. 3º A Educação Física, Desportiva e Recreativa escolar, segundo seus objetivos, caracterizar-se-á:

I - No ensino primário, por atividades físicas de caráter recreativo, de preferência as que favoreçam a consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, a melhoria da aptidão física, o despertar do espírito comunitário, da criatividade, do senso moral e cívico, além de outras que concorram para completar a formação integral da personalidade.

II - No ensino médio, por atividades que contribuam para o aprimoramento e aproveitamento integrado de todas as potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, possibilitando-lhe pelo emprego útil do tempo de lazer, uma perfeita sociabilidade, a conservação da saúde, o fortalecimento da vontade, o estímulo às tendências de liderança e implantação de hábitos sadios.¹⁹²

No ensino superior:

III – [...] [a Educação Física, Desportiva e Recreativa], em prosseguimento à iniciada nos graus precedentes, [caracterizar-se-á] por práticas, com predominância, de natureza desportiva, preferentemente as que conduzam à manutenção e aprimoramento da aptidão física, à conservação da saúde, à integração do estudante no *campus* universitário, à consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade.

§ 1º A aptidão física constitui a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da Educação Física, Desportiva e Recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino.

§ 2º A partir da quinta série de escolarização, deverá ser incluída na programação de atividades a iniciação desportiva.

§ 3º Nos cursos noturnos do ensino primário e médio, a orientação das atividades físicas será análoga e do ensino superior.¹⁹³

Embora não faça menção ao Dogmatismo, a concepção de Educação Física escolar expressa no Decreto nº 69.450/1971 se aproxima claramente do que propõe essa doutrina. Afinal, tal concepção, em última instância, preconiza – apesar da ênfase dada ao desenvolvimento da aptidão física e, até mesmo, da inclusão de atividades de iniciação esportiva a partir da quinta série de escolarização – a formação integral dos escolares, tomando sempre por base a importância das práticas corporais – inclusive, do esporte – para o alcance dessa finalidade. Diferentemente do decreto citado, a “Política” e o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” propunham a adoção de uma nova concepção de Educação Física escolar no Brasil, que defendia, em sintonia com o que prega o Pragmatismo, que a principal função desse componente curricular não era a formação integral dos educandos, mas sim a detecção de talentos esportivos, com vistas ao fortalecimento do esporte de alto

¹⁹¹ Decreto nº 69.450/1971. *Diário Oficial da União*, p. 8826, 3 nov. 1971, p. 1.

¹⁹² Decreto nº 69.450/1971. *Diário Oficial da União*, p. 8826, 3 nov. 1971, p. 1.

¹⁹³ Decreto nº 69.450/1971. *Diário Oficial da União*, p. 8826, 3 nov. 1971, p. 1.

rendimento no país. Cabe destacar que se levarmos em consideração o fato de que a política e o plano em debate definem, como já vimos, que as prioridades e metas globais estabelecidas para o setor de Educação Física/esportes deveriam considerar a melhoria da aptidão física da população como o principal objetivo a ser perseguido e que as atividades físicas deveriam ser sempre concebidas como instrumentos de aperfeiçoamento e de valorização do homem, não me parece ser equivocado afirmar que, curiosamente, a concepção “dogmática” de Educação Física escolar expressa Decreto nº 69.450/1971 se aproxima mais das linhas mestras da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” do que a própria concepção pragmática a respeito do referido componente curricular defendida por esses dois documentos programáticos oficiais. Mais deixarei para tratar desse assunto de um modo mais detalhado ao longo da próxima seção deste capítulo. Nela, analisarei as tensões entre a concepção de Educação Física escolar expressa na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” e as que foram veiculadas nos impressos nacionais especializados em Educação Física e esportes editados entre 1976 e 1979. Apreciarei, mais precisamente, suas conexões e divergências, com intuito de verificar, como anunciei na introdução desta tese, se – e em que medida – a imprensa especializada da área pode ser de fato caracterizada, no período aqui delimitado, como um potencial elemento dificultador da implementação das estratégias oficiais de conformação da Educação Física escolar no Brasil.

3.3 O debate expresso na imprensa especializada

Como já mencionei, estou analisando nesta tese todos os periódicos especializados em Educação Física e esportes que circularam no Brasil no período de vigência da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” (1976-1979), exceto a “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” (1968-1984), editada pelo Departamento de Educação Física e Desportos/Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, e a “Revista de Educação Física” (1976-1979), editada pela Escola de Educação Física do Exército. Como também já disse, o motivo dessas exceções é que os dois impressos citados já foram estudados, respectivamente, por Taborda de Oliveira (2001) e por mim mesmo em outra oportunidade (REI, 2013). Vale lembrar, ainda, que no presente trabalho estou apreciando, mais especificamente, os seguintes periódicos: a “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” (1976-1979), editada pelo Departamento de Educação Física da Universidade Gama Filho; o “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979), editado, como se pode deduzir, pela Federação Internacional de Educação Física; a

“Revista Brasileira de Ciências do Esporte” (1979), editada pelo Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte; a “Esporte e Educação” (1977) e a “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” (1978-1979), ambas editadas pela Associação de Professores de Educação Física de São Paulo.

Entre os impressos que são foco da análise que desenvolvo nesta tese, a “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” – que lançou a sua edição de número 1 em 1979 – é a única que não possui artigos sobre o tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”. Como já vimos, acredito que a ausência de artigos sobre o referido tema tem a ver, especialmente, com o perfil do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte em seus anos iniciais – órgão que, cabe reiterar, é, ainda hoje, o responsável pela edição da “Revista Brasileira de Ciências do Esportes”. Em 1979, o recém-criado Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte não era, como é atualmente, uma entidade científica e representativa eminentemente ligada ao campo da Educação Física. Muito pelo contrário, era, como também já observamos, uma entidade científica de caráter multiprofissional, que, inspirada no *American College of Sports Medicine*, tinha o esporte – e não, como hoje, a Educação Física – como ponto de referência.¹⁹⁴ Creio que essa característica que marca o perfil do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte em seus anos iniciais explica, em grande medida, a ausência, entre os cinco artigos que compõem a edição de número 1 da “Revista Brasileira de Ciências do Esportes”, do tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”, bem como a prevalência, nessa mesma edição, de temas como “Fisiologia do exercício”, “Medicina esportiva”, “Notícias gerais sobre o universo das ciências do esporte/esportes”, entre outros.¹⁹⁵

* * *

Diferentemente da edição de número 1 (1979) da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”, o tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física” foi o mais abordado entre os 13 artigos que compõem a edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação”.¹⁹⁶ Ao todo, quatro artigos – \cong 30,76% do total – foram inseridos nessa categoria: (1) “Entrevista: uma conversa com Faria Júnior”, que, como o próprio título sugere, é uma transcrição de uma

¹⁹⁴ Para mais informações, rever a seção intitulada “Índice temático e mapeamento da produção sobre o tema ‘Fundamentos pedagógicos da Educação Física’”, contida no segundo capítulo desta tese.

¹⁹⁵ Para informações mais detalhadas sobre o índice temático da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” (1979), rever Quadro 9.

¹⁹⁶ Para informações mais detalhadas sobre o índice temático da “Esporte e Educação” (1977), rever Quadro 7.

entrevista realizada pelos editores da “Esporte e Educação” com Alfredo Gomes de Faria Júnior, professor do Instituto de Educação Física e Desportos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; (2) “Declaração dos direitos da criança”, que é uma reprodução da já bastante conhecida “Declaração Universal dos Direitos da Criança”, proclamada pela Organização das Nações Unidas, em 1959; (3) “Autoavaliação em alunos de 8ª série”, que apresenta uma proposta de autoavaliação formulada por Luis Alberto Lorenzetto e José Elias de Proença, professores da Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, com a finalidade de proporcionar aos alunos de 8ª série do 1º grau a possibilidade de acompanhar o seu próprio desenvolvimento em um determinado período de aulas de Educação Física; e (4) “Teste de impulsão vertical, horizontal e de velocidade em escolares”, que discorre sobre um método de avaliação elaborado por Madalena Sessa, Carlos Roberto Duarte e Ana Maria Sodré Paes de Almeida, membros do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul,¹⁹⁷ com o objetivo de disponibilizar a professores de Educação Física uma maneira simples, prática e viável de se obter dados fundamentais sobre a aptidão física de seus alunos.

Nenhum dos artigos citados no parágrafo anterior fazem alusão ao Pragmatismo ou ao Dogmatismo. Aliás, de todos eles, apenas um declara filiação a uma determinada corrente pedagógica. Refiro-me, mais especificamente, ao artigo “Autoavaliação em alunos de 8ª série”, que, de acordo com Lorenzetto e Proença: “é baseado na Pedagogia do Movimento Consciente, onde intera educação, saúde e lazer”.¹⁹⁸ Os autores do artigo não explicam detalhadamente o que seria aquilo que denominam de Pedagogia do Movimento Consciente, muito menos qual seria a relação de tal concepção pedagógica com a proposta de autoavaliação por eles formulada – fato que inviabiliza a realização de uma análise aprofundada do trabalho em questão. Lorenzetto e Proença apenas expõem um conjunto de fichas a serem organizadas em caderno, em que alunos de 8ª série do 1º grau deveriam registrar os seus dados de identificação e biométricos, além de sua própria evolução no

¹⁹⁷ Madalena Sessa e Carlos Roberto Duarte eram, mais precisamente, instrutores de pesquisa e Ana Maria Sodré Paes de Almeida era médica responsável pelo Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul.

Laboratório esse que, atualmente, é conhecido como Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul (CELAFISCS) e reúne profissionais da área da saúde, com o propósito de fomentar a pesquisa nas ciências do esporte. O CELAFISCS desenvolve diferentes tipos de atividades acadêmicas e de pesquisa, procurando analisar a relação entre atividade física e saúde em quatro dimensões: recuperação, manutenção, promoção e excelência. Entre os grandes empreendimentos levados a cabo pelo centro de estudos, destacam-se o “Projeto Longitudinal de Crescimento e Desenvolvimento de Ilhabela” (desenvolvido desde 1978), o “Projeto Longitudinal de Envelhecimento e Aptidão Física de São Caetano do Sul” (desenvolvido desde 1997) e a coordenação e assessoria técnico-científica do “Programa Agita São Paulo” (desenvolvido desde 1996). Para mais informações sobre o CELAFISCS, ver <<http://celafiscs.org.br>>.

¹⁹⁸ LORENZETTO, Luis Alberto; PROENÇA, José Elias. Autoavaliação em alunos de 8ª série. *Esporte e Educação*, São Paulo, n. 44, p. 28, 1977.

desempenho de determinadas tarefas motoras (correr, saltar, arremessar etc.) durante períodos quadrimestrais. Cabe destacar que a apresentação de tais fichas é precedida por uma breve introdução, que dizia o seguinte:

A Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da USP, através de seus professores de Educação Física Luis Alberto Lorenzetto e José Elias Proença, apresenta um “caderno” chamado PEDRA – Processo Evolutivo do Rendimento Autoavaliado.

Na medida em que os alunos começam a tomar de fato o lugar no centro das atenções da escola – ainda numa férrea luta com o programa – essa é uma efetiva contribuição da Educação Física.

Este caderno foi escrito com a finalidade de proporcionar aos alunos de 8ª série do 1º grau a possibilidade de acompanhar o seu próprio rendimento, como resultado das aulas de Educação Física.

É baseado na Pedagogia do Movimento Consciente, onde intera saúde, educação e lazer.

Envolve educação, na tomada consciente de atitude em relação a si próprio (responsabilidade, autonomia, autodisciplina e honestidade).

Envolve saúde, porque proporciona ao aluno: 1 - uma melhor resistência orgânica (ao esforço, às variações nas relações ecológicas); 2 - a percepção do movimento como um hábito higiênico.

Envolve lazer, porque proporciona ao aluno a possibilidade de preencher sadia e alegremente (com atividades de caráter lúdico) o seu tempo livre.

O caderno será preenchido pelas próprias crianças, apenas e tão somente a lápis, para tornar possível as correções necessárias.¹⁹⁹

Mesmo sendo um tanto quanto superficial, a introdução do artigo “Autoavalição em alunos de 8ª série” nos ajuda a perceber que a proposta de autoavaliação formulada por Lorenzetto e Proença, intitulada “Processo Evolutivo do Rendimento Autoavaliado”, se distancia, em boa medida, da concepção pragmática de Educação Física escolar expressa na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Afinal, tal introdução indica claramente que as principais potencialidades do “Processo Evolutivo do Rendimento Autoavaliado” – e, conseqüentemente, da própria Educação Física escolar – estariam relacionadas à educação, à saúde e ao lazer dos escolares e não, como propõe a dita concepção pragmática, à detecção de talentos esportivos, com vistas ao fortalecimento do esporte de alto rendimento no país. Apesar de não declararem filiação a uma determinada corrente pedagógica, os demais artigos que compõe a edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação” também se distanciam, de certa forma, da concepção pragmática de Educação Física escolar contida na política e no plano mencionado. No artigo “Teste de impulsão vertical, horizontal e de velocidade em escolares”, Sessa, Duarte e Almeida sugerem, por exemplo, que o desenvolvimento da aptidão física seria a principal função da Educação Física

¹⁹⁹ LORENZETTO, Luis Alberto; PROENÇA, José Elias. Autoavalição em alunos de 8ª série. *Esporte e Educação*, São Paulo, n. 44, p. 27-28, 1977.

escolar e não a detecção de futuros atletas.²⁰⁰ Na “Declaração Universal dos Direitos da Criança”, a Organização das Nações Unidas afirma, por sua vez, que os jogos e as atividades recreativas oferecidas às crianças deveriam ser orientados por objetivos estabelecidos pelo campo da Educação e não pelo campo Esportivo.²⁰¹ Já em “Entrevista: uma conversa com Faria Júnior”, é possível observar críticas mais diretas às ações tomadas pelo Departamento de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura no setor de Educação Física/esportes. Como afirma Faria Júnior, de 1961 a 1970, o campo da Educação Física:

[...] tomou um impulso muito grande [...]. Na época, existia a Divisão de Educação Física – agora Departamento [de Educação Física e Desportos] – que desenvolveu um programa agressivo de publicações. Foram lançados não só livros de didática e treinamento desportivo, mas também o Boletim Técnico Informativo, que deu origem à Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, o Livro de Técnicas Audiovisuais em Educação Física, do professor Aloyr de Queiroz Araújo. Então, essa foi uma época de grande esperança. Foi também o período da Loteria Esportiva. É muito importante caracterizar que hoje o que nós temos em termos de Loteria Esportiva não é o planejado inicialmente.

[...] O que se pensava era injetar mais recursos no esporte estudantil, na Educação Física nas escolas, no esporte amador. Mas foram encontradas dificuldades dentro do próprio Ministério da Educação e Cultura quanto à organização administrativa, o que veio impedir, posteriormente, uma melhor aplicação dos recursos da Loteria Esportiva. A pessoa que poderia dar melhores informações sobre isso seria o Lamartine Pereira da Costa, que viveu intensamente esse momento e foi o responsável pelo planejamento do órgão e pela utilização dos recursos.

[...] A própria estrutura do Departamento de Educação Física e Desportos não é a que foi planejada na época. Até 1970 houve uma grande efervescência, tanto na parte administrativa quanto na parte pedagógica. Pessoas mais jovens, professores universitários, foram chamados a participar. O pessoal tentou tirar a Educação Física do empirismo e um grupo de professores pretendia até estruturar uma escola “científico-pedagógica”.

[...] Não era um grupo formal. Eram pessoas de várias partes do país, inclusive do próprio Ministério da Educação e Cultura. Um exemplo era o Lamartine, que era o nosso porta voz no ministério. Mas o movimento era abrangente, tanto nas universidades como nos departamentos estaduais.²⁰²

Na avaliação do autor:

Mil novecentos e setenta foi um ano negro para a Educação Física e os desportos, com a conquista do Campeonato Mundial de Futebol. Apesar da aparente abertura do campo de trabalho para os especialistas em futebol – que aliás houve, mas não foi significativa –, se analisarmos a Educação Física e os desportos como um todo o tricampeonato contribuiu para a perpetuação de algumas pessoas que vinham mantendo a Educação Física e os desportos num estado de subdesenvolvimento. O pessoal que estava tentando mudar as coisas voltou para as universidades ou a outros

²⁰⁰ SESSA, Madalena; DUATE, Carlos Roberto; ALMEIDA, Ana Maria Sodré Paes de. Teste de impulsão vertical, horizontal e de velocidade em escolares. *Esporte e Educação*, São Paulo, n. 44, p. 41-42, 1977.

²⁰¹ DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA. *Esporte e Educação*, São Paulo, n. 44, p. 15-16, 1977.

²⁰² ENTREVISTA: UMA CONVERSA COM FARIA JÚNIOR. *Esporte e Educação*, São Paulo, n. 44, p. 4, 1977.

órgãos do Ministério da Educação e Cultura, como o próprio Lamartine, que era um elemento de liderança e foi para o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). [...] A partir da dissolução desse grupo a situação se cristalizou e desencadeou essa criação indiscriminada de escolas de Educação Física. Hoje temos mais de cem. Deixou-se também de se preocupar com a Educação Física nas escolas. A renovação freada em 1970 pretendia fazer coisas dentro de um planejamento científico, e não ao acaso, ao sabor de uma medalha nas Olimpíadas ou nos Jogos Pan-Americanos, transformar isso num cavalo de batalha e dizer que tudo vai bem. [...] Muitas pessoas já estão descrentes do Plano Nacional de Educação Física e Desportos. A gente deveria pensar qual é a melhor maneira de revigorar os subsistemas. O Plano Nacional de Educação Física e Desportos estabeleceu três áreas prioritárias: o esporte de alto nível, o esporte estudantil e o esporte de massa. É preciso tomar cuidado para não se encaminhar a maioria dos recursos para o esporte de alto nível, no sentido de se obter um resultado esportivo e dizer que está tudo muito bem e que o esporte “vai pra frente”. Acredito que precisaríamos ver quais as bases que propiciam uma melhoria da aptidão física da população, que é uma meta governamental.²⁰³

Como se vê, a fala de Faria Júnior é fortemente marcada pela defesa da ideia de que as ações governamentais tomadas no setor de Educação Física/esportes deveriam priorizar a melhora da aptidão física do povo brasileiro e não o alcance de medalhas em competições esportivas. Gostaria de registrar que as críticas formuladas pelo autor – que sugerem a prevalência de um quadro de privilégio do esporte de alto rendimento em detrimento da promoção da aptidão física da população – não me surpreendem. Afinal, se, por um lado, percebi, a partir de uma leitura flutuante da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, passagens que indicam que as prioridades e metas globais estipuladas para o campo da Educação Física e para o campo Esportivo deveriam sempre considerar o desenvolvimento da aptidão física populacional como o principal objetivo a ser perseguido; por outro, ao realizar uma análise mais detida do plano e da política em tela, verifiquei que, a rigor, o estímulo à prática de atividades físicas e esportivas – concebida como um instrumento de aperfeiçoamento e de valorização do homem – era vista, ao fim e ao cabo, como uma ação prioritária somente para a área de esporte de massa. Cabe mencionar que, também por meio de realização de um exame mais atendo da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, notei, ainda, que o apoio ao esporte de massa – e, alinhado com essa ação, o incentivo à promoção da aptidão física populacional – não eram vistos como aspectos centrais do sistema esportivo nacional. Dito de outra forma, tanto o estímulo à área de esporte de massa, de um modo geral, quanto o apoio ao desenvolvimento da aptidão física da população, mais especificamente, eram encarados, conforme a política e o plano em questão, como metas governamentais secundárias, que visavam cobrir um hiato detectado em um sistema esportivo que tinha como fim último fortalecer a área de esporte de alto nível

²⁰³ ENTREVISTA: UMA CONVERSA COM FARIA JÚNIOR. *Esporte e Educação*, São Paulo, n. 44, p. 4-5, 1977.

nacional, sobretudo a partir da detecção de talentos esportivos no âmbito do esporte estudantil. Faz-se relevante destacar, por fim, que, segundo a “Política” e o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, optar pela adoção de um sistema esportivo que prioriza a área de esporte de alto nível não significa atestar que, em termos de administração, a maior parte dos investimentos deveria se concentrar nesse segmento. Aliás, como já vimos, o próprio texto da “Política Nacional de Educação Física e Desportos” alerta que: “é evidente que a maior parte dos investimentos deve ser orientada para a Educação Física escolar”.²⁰⁴ Mas que tal opção, sobremaneira justificada ao nível técnico, poderia: “sofrer dificuldades na implementação, por falta da orientação das pessoas e entidades envolvidas, ainda prioritariamente voltadas para o efeito, isto é, o desporto de alto nível”.²⁰⁵

* * *

Assim como na edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação”, o tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física” foi o mais abordado entre os 17 artigos que compõem as edições de número 14 (1978) e 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”.²⁰⁶ Ao todo, seis artigos – \cong 35,29% do total – foram inseridos nessa categoria: (1) “A educação rítmica na Educação Física”, em que Carlos Hernán Guerrero Santana²⁰⁷ discorre sobre as potencialidades de se tematizar a educação rítmica em aulas de Educação Física; (2) “Formação desportiva”, em que Valdir José Barbanti, professor da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, analisa os limites, as possibilidades e as implicações físicas e psicológicas da iniciação esportiva de jovens em idade escolar; (3) “Pobre Educação Física brasileira!”, em que Antonio Boaventura da Silva, também professor da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, tece críticas à Lei nº 6.503/1977, que alterou o artigo sexto do Decreto nº 69.450/1971, que definia os casos em que era facultativa a prática da Educação

²⁰⁴ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 53.

²⁰⁵ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 53-54.

²⁰⁶ Para informações mais detalhadas sobre o índice temático da “Esporte e Educação” (1978-1979), rever Quadro 8.

²⁰⁷ Nem todos os artigos publicados nas edições de número 14 (1978) e 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” divulgam informações sobre os seus autores. Por esse motivo, não foi possível verificar, no artigo “A educação rítmica na Educação Física”, os vínculos profissionais e institucionais de Carlos Hernán Guerrero Santana.

Física em instituições de ensino;²⁰⁸ (4) “Discurso de abertura do XX Curso Internacional de Expansão Cultural em Educação Física”, que é, obviamente, uma reprodução do discurso feito por Luiz Ferreira Martins, secretário de Educação do Estado de São Paulo, ao abrir o XX Curso Internacional de Expansão Cultural em Educação Física, ocorrido em Bertiooga, em 1979; (5) “Qualidades Físicas em Educação Física”, em que Antonio Boaventura da Silva e Valdir José Barbanti discutem um conjunto de qualidades físicas consideradas como dignas de serem trabalhadas por professores de Educação Física (força, velocidade, resistência, equilíbrio, flexibilidade, agilidade, coordenação etc.), com o intuito de se aprimorar a aptidão física e as habilidades motoras de seus alunos; e (6) “A Educação Física elementar e no âmbito das escolas de 1º grau”, que é um resumo dos principais temas tratados por Helmut Schulz,²⁰⁹ em curso sobre Educação Física escolar promovido pela Associação de Professores de Educação Física – São Paulo, em 1979.²¹⁰

Um outro ponto em comum entre a edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação” e as edições de número 14 (1978) e 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” é que nenhum dos artigos mencionados no parágrafo acima fazem referência ao Pragmatismo ou ao Dogmatismo. Na realidade, nenhum deles declaram filiação a uma determinada corrente pedagógica, muito embora ora se aproximam e/ou ora se distanciam da concepção pragmática de Educação Física escolar contida na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Entre os seis artigos que abordam o tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física” nas edições de número 14 (1978) e 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”, “Formação desportiva” é o único que se aproxima, em grande medida, da concepção pragmática citada. Nesse artigo, Barbanti apresenta, como parte de sua análise sobre os limites, as possibilidades e as implicações físicas e psicológicas da iniciação esportiva de jovens em idade escolar, um modelo de formação esportiva voltado para o alcance de resultados significativos em competições esportivas. Cumpre mencionar que tal modelo foi pensado para ser desenvolvido, preferencialmente, em instituições de ensino – notadamente, durante as aulas de Educação Física, assim como propõe a doutrina pragmática. Compostos por três etapas (“preparação básica”, “preparação específica” e “rendimento máximo”), eis, resumidamente, o modelo de formação esportiva formulado pelo autor:

²⁰⁸ Tratarei desse assunto de um modo mais pormenorizado mais adiante, ainda nesta seção.

²⁰⁹ *Mutatis mutandis*, o mesmo comentário feito na nota de rodapé de número 207 também é válido para esta nota. No artigo “A Educação Física elementar e no âmbito das escolas de 1º grau”, Helmut Schulz é identificado apenas como um professor de Educação Física da Alemanha Ocidental.

²¹⁰ O artigo em questão também não revela o local de realização do curso ministrado por Helmut Schulz, somente indica o ano e a instituição que o promoveu.

Primeira etapa – Preparação básica

Deve ter uma duração de 4-5 anos. O ideal é que essa etapa se realize na escola de 1º grau e que objetive conseguir as condições básicas para um rendimento posterior. Baseia-se na preparação generalizada da aptidão física, desenvolvendo todas as capacidades de uma forma ampla. A ideia seria ensinar atividades naturais (corridas, saltos etc.) e esportes em sua forma rudimentar (técnica bruta). A criança deve colher experiências motoras múltiplas. Nenhum jovem deve se especializar nessa etapa, mas sim praticar diversas modalidades com o objetivo de conseguir vivências motoras. [...] O fato de se iniciar mais cedo não quer dizer que devemos especializar mais cedo [...], as crianças não têm ainda desenvolvido suficientemente os seus processos de inibição motora, portanto, não podem realizar um trabalho perfeito de movimentos específicos antes dos 11-12 anos.²¹¹

Na sequência, Barbanti explica o que seria a segunda etapa:

Segunda etapa – Preparação específica

Tem uma duração de 3-5 anos. Objetiva-se dar uma continuidade ao desenvolvimento generalizado das qualidades físicas, motoras e evolutivas, melhorando a base, ensinando novas possibilidades e introduzindo uma preparação específica da prova ou esporte escolhido. É evidente que essa escolha deve ficar a cargo do aluno, com o auxílio do professor ou técnico, que sempre acompanhará o progresso físico e técnico do aluno com a aplicação sistemática de testes. Na preparação física há um lugar para as qualidades especiais da prova ou esporte praticado. Embora já exista uma especialização, não devemos tornar a atividade unilateral fazendo os alunos participarem de vários esportes e competições.²¹²

Por fim, o autor faz as seguintes considerações sobre a terceira etapa:

Terceira etapa – Rendimento máximo

Nessa etapa já existe a especialização propriamente dita. Podemos desenvolver as qualidades especiais da prova ou esporte praticado a um nível mais elevado. Não se deve interromper a preparação generalizada da condição física, mas mantê-la em proporções menores, limitando-a ao período de preparação no ciclo anual de treinamento. Também outros esportes devem ser mantidos apenas como recreação. Nos esportes individuais deve haver uma especialização em 1 ou 2 provas no máximo. Há uma concertação no aperfeiçoamento da técnica na prova ou esporte praticado, uma maior frequência e volume de treinos porque se objetiva conseguir grandes resultados.²¹³

Como se pode notar, para Barbanti, a Educação Física escolar deveria ser pensada a partir da lógica do treinamento esportivo, com vistas à formação atletas de alto rendimento. A propósito, percebi, justamente por isso, diversos pontos de contato entre o artigo “Formação desportiva” e a concepção pragmática de Educação Física escolar expressa na “Política” e no Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Como exemplo, eu poderia citar: o entendimento de que a Educação Física escolar deveria ser tratada como a base do processo de formação de talentos esportivos no país e, conseqüentemente, como um espaço estratégico

²¹¹ BARBANTI, Valdir José. Formação desportiva. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 14, p. 17, 1978.

²¹² BARBANTI, Valdir José. Formação desportiva. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 14, p. 17, 1978.

²¹³ BARBANTI, Valdir José. Formação desportiva. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 14, p. 17, 1978.

de fortalecimento do esporte de alto nível nacional; a crença de que o desenvolvimento da iniciação esportiva *stricto sensu* nas séries iniciais de escolarização seria contraproducente, pois os escolares alocados nessas séries ainda não teriam desenvolvido suficientemente os seus processos de inibição motora e, portanto, não seriam capazes de realizar satisfatoriamente um programa de atividades focado na aprendizagem de técnicas de modalidades específicas; a compreensão de que somente a partir da quinta série do primeiro grau, após a consolidação de um trabalho voltado para a educação do movimento e a ampliação do acervo motor dos educandos, se realizaria a iniciação esportiva *stricto sensu*; entre outros. Me arriscaria a dizer que a única diferença significativa entre os modelos propostos por Barbanti e pelo plano e pela política em tela é que, para o autor citado, a iniciação esportiva seria um processo gradual, que se estenderia, em três fases, por todos os ciclos de escolarização no âmbito da educação básica e que deveria sempre respeitar, apesar de ser constantemente orientado por professores de Educação Física ou técnicos esportivos, os interesses manifestados pelos escolares. Já a “Política” e o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” defendem que a quinta série do primeiro grau era o momento propício para se iniciar ações voltadas, especialmente, para obtenção de performances esportivas e que um dos papéis dos professores de Educação Física de turmas da dita série seria o de avaliar seus alunos conforme seus rendimentos e, após a realização da referida avaliação, encaminhá-los para a realização de atividades físicas de massa ou, então, para práticas esportivas de alto rendimento.

Se, por um lado, o artigo “Formação desportiva” se aproxima bastante da concepção pragmática de Educação Física escolar contida na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, exatamente por propor um modelo de formação esportiva passível de ser desenvolvido em aulas de Educação Física com fins de se obter resultados expressivos em competições; por outro, os artigos “Educação rítmica na Educação Física”, “Discurso de abertura do XX Curso Internacional de Expansão Cultural em Educação Física” e “A Educação Física elementar e no âmbito das escolas de 1º grau” se distanciam dessa mesma concepção, na medida em que apresentam, cada um à sua maneira, propostas que ressaltam possíveis contribuições que a Educação Física escolar poderia dar para a formação integral dos escolares e não, como sugere o Pragmatismo, para a detecção de potenciais atletas de alto rendimento. É o que se pode verificar, por exemplo, quando Santana, no artigo “Educação rítmica na Educação Física”, chama a atenção, dentro dessa perspectiva, para a importância de se mobilizar a educação rítmica nas aulas de Educação Física, visando tanto a formação quanto o aperfeiçoamento do sistema nervoso de crianças que se enquadram na

faixa etária de dois a seis anos;²¹⁴ quando Schulz, em “A Educação Física elementar e no âmbito das escolas de 1º grau”, destaca, também sob esse mesmo ângulo de visão, as potencialidades do uso da ginástica na Educação Física escolar, com o intuito de se desenvolver não somente a eficiência motora, mas, igualmente, a criatividade, a cooperação e a comunicação dos educandos;²¹⁵ ou, então, quando Martins, no “Discurso de abertura do XX Curso Internacional de Expansão Cultural em Educação Física”, afirma – muito provavelmente, fazendo alusão ao Decreto nº 69.450/1971²¹⁶ – que:

Nossas leis não poderiam deixar de reconhecer que a Educação Física, como parte da educação geral, se destina, por meio da atividade corporal, a promover o desenvolvimento integral dos educandos, sob os aspectos físicos, sociais, emocionais e mentais.

É universal o reconhecimento de que a Educação Física consiste na educação por meio do físico e não apenas a educação do físico. Tal concepção encontra-se nas raízes da educação ocidental, remontando à Grécia antiga. Já Platão afirmava que “os exercícios corporais terão por fim, sobretudo, aumentar antes a força moral do que o vigor físico”. E reconhecendo a relevância dos exercícios físicos ao longo de todo o processo educacional, acrescentava: “depois da música, formaremos nossos jovens na ginástica, que deverá ser cultivada, seriamente, desde muito jovem para toda a vida”.

De outro lado, pesquisas têm demonstrado que o desenvolvimento da força e da habilidade física não é apenas um valor em si, mas se constitui em fator importante de ajustamento pessoal e social.²¹⁷

Segundo o secretário de Educação do Estado de São Paulo:

Jovens que conseguiram bons resultados em testes de força no início da adolescência revelaram-se, progressivamente, superiores, mais tarde, em desenvolvimento físico, desempenho em atividades motoras, prestígio social e ajustamento pessoal.

Um estudo de alunos de uma escola de primeiro grau apontou ajustamento social e pessoal significativamente maior por parte daqueles que obtiveram maiores escores em medidas de desempenho motor, tais como força, rapidez e coordenação. Investigações, levadas a efeito em populações análogas, apuraram correlações positivas entre medidas de *status* social e desempenho atlético. Comparações de padrões de personalidade entre atletas e não atletas evidenciaram que os atletas possuem padrões de personalidades superiores. Embora tais estudos não demonstrem a existência de relações de causa e efeito, indicam que indivíduos proficientes em habilidades físicas tendem a ser, social e pessoalmente, bem ajustados.²¹⁸

²¹⁴ SANTANA, Carlos Hernán Guerrero. Educação rítmica na Educação Física. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 14, p. 13-15, 1978.

²¹⁵ SCHULZ, Helmet. A Educação Física elementar e no âmbito das escolas de 1º grau. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 15, p. 47-52, 1979.

²¹⁶ Para mais informações, ver a seção anterior deste capítulo, intitulada “Uma nova concepção oficial de Educação Física escolar”.

²¹⁷ MARTINS, Luiz Ferreira. Discurso de abertura do XX Curso Internacional de Expansão Cultural em Educação Física. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 15, p. 30, 1979.

²¹⁸ MARTINS, Luiz Ferreira. Discurso de abertura do XX Curso Internacional de Expansão Cultural em Educação Física. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 15, p. 30, 1979.

À guisa de conclusão, Martins disse, ainda, que:

[...] o sentido da Educação Física, no quadro da educação integral, tem sido mais afirmado do que demonstrado. As insuficiências são menos de ordem teórica do que de ordem prática, refletidas nas carências e nas desproporções dos programas de ensino. Em face de tais críticas, consideradas procedentes em termos de nossa realidade educacional, a Secretaria de Educação, por sua Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, está se empenhando no desenvolvimento de um programa de currículo de Educação Física que abrange desde a formulação dos objetivos colimados até o equacionamento dos recursos físicos, humanos e organizacionais – que se constituem nos meios viabilizadores de tais fins.

As diretrizes que servem à elaboração do programa buscam assegurar o reexame das finalidades da Educação Física, salientando a sua função integradora de um programa de desenvolvimento humano pleno, sem prejuízo da tarefa específica de promover a aptidão física, traduzida em resistência, energia, agilidade, flexibilidade, equilíbrio e coordenação.²¹⁹

Para o secretário:

Dentro desse entendimento, as situações de experiência em Educação Física guardam certas características essenciais: respeitados os diferentes graus de habilidade, são elas oferecidas a todos os alunos, com maior ênfase na participação do que nos resultados técnicos e na preocupação competitiva. Isso não impede, entretanto, que os talentos especiais, eventualmente detectados, mereçam a devida atenção para que sejam devidamente cultivados. Todavia, é bom lembrar que essa é uma tarefa de acréscimo.

[...] Em síntese, a Secretaria de Educação tem plena consciência da importância da Educação Física no contexto escolar e sabe que, hoje como sempre, continua válida a máxima latina *mens sana in corpore sano*. E tem a firme convicção de que só poderemos cumprir o destino histórico de transformar o Brasil numa grande e próspera nação, não só pelo desenvolvimento econômico, mas também pela cultura e felicidade de seus filhos, se nossos jovens patricios forem sábios no corpo e no espírito.²²⁰

A meu ver, o discurso proferido por Martins possui alguns pontos problemáticos e que dificilmente se sustentariam diante de análises rigorosas. Refiro-me, mais precisamente, às conexões estabelecidas pelo autor entre desempenho motor e ajustamento pessoal, entre performance esportiva e *status* social; entre ser atleta e ter padrões superiores de personalidade etc. De toda maneira, embora considere importante a realização de uma análise crítica sobre essas questões, reconheço que enveredar por esse caminho, neste momento, significaria me distanciar significativamente do percurso que pretendo percorrer ao longo deste capítulo. Por ora, o que eu gostaria de destacar é que Martins, ao defender em sua fala que a Educação Física era uma prática eminentemente educacional e de grande valia para a formação integral do ser humano, mobiliza argumentos que se aproximam, de uma forma

²¹⁹ MARTINS, Luiz Ferreira. Discurso de abertura do XX Curso Internacional de Expansão Cultural em Educação Física. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 15, p. 30, 1979.

²²⁰ MARTINS, Luiz Ferreira. Discurso de abertura do XX Curso Internacional de Expansão Cultural em Educação Física. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 15, p. 31-32, 1979.

bastante clara, da concepção dogmática de Educação Física escolar expressa no Decreto nº 69.450/1971. Concepção essa que, como já vimos, disputava, entre 1976 e 1979, espaço e legitimidade com a concepção pragmática de Educação Física escolar contida na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”.²²¹ Além disso, não poderia deixar de ressaltar, ainda, que o autor não só tece considerações que são próximas à concepção dogmática de Educação Física escolar expressa no referido decreto, como, também, assegura que, na condição de secretário de Educação do Estado de São Paulo, estava desempenhando esforços para garantir as condições objetivas para que tal concepção de se materializasse no “chão” das escolas paulistas. Em função do exposto, acredito que o discurso de Marques nos ajuda, entre outros exemplos mobilizados nesta tese, a compreender que não havia, como afirma Munakata (2003): “apenas um projeto da ditadura, monolítico, para a Educação Física escolar e para tudo mais” (p. 2). Como explica o autor: “uma política para a Educação Física escolar, como qualquer domínio da política, só pode ser resultado de embates, conflitos, intransigências, negociações, concessões, acordos e mesmo consensos entre muitos sujeitos – e nunca [...] a encarnação de uma ideia” (IDEM). O fato de não haver democracia, complementa Munakata (2003): “não significa que não houvesse disputas e acomodações, nem que elas envolvessem apenas os militares; [...] [ou que apenas] aconteciam em arenas bem delimitadas e estreitas, com reduzido número de interlocutores com certa capacidade de influência ou de pressão” (IDEM). Sendo assim, cumpre, enfim, sublinhar, concordando novamente com o autor, que estudar a imprensa especializada em Educação Física e esportes (1976-1979) não significa, necessariamente, analisar: “a política da ditadura para a Educação Física escolar, mas examinar [...] [algumas das tensões que permeiam a] sua formulação, que, por sinal, acompanha as discussões internacionais [Pragmatismo *versus* Dogmatismo], nem sempre comprometidas com os valores apregoados pelos militares brasileiros” (IDEM).

Afora o único artigo que se aproxima e os três artigos que se distanciam da concepção pragmática de Educação Física escolar contida na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, pude detectar outros dois casos específicos nas edições de

²²¹ Gostaria de reiterar que, apesar de não fazer alusão ao Dogmatismo, a concepção de Educação Física escolar expressa no Decreto nº 69.450/1971 se aproxima nitidamente do que propõe tal doutrina, já que, em última instância, preconiza – apesar da ênfase dada ao desenvolvimento da aptidão física e, até mesmo, da inclusão de atividades de iniciação esportiva a partir da quinta série de escolarização – a formação integral dos escolares, tomando sempre por base a importância das práticas corporais – inclusive, do esporte – para o alcance dessa finalidade. Diferentemente do decreto citado, a “Política” e o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” propunham a adoção de uma nova concepção de Educação Física escolar no Brasil, que defendia, em sintonia com o que prega o Pragmatismo, que a principal função desse componente curricular não era a formação integral dos educandos, mas sim a detecção de talentos esportivos, com vistas ao fortalecimento do esporte de alto rendimento no país.

número 14 (1978) e 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”. Casos esses que, como veremos a seguir, não podem ser simplesmente classificados como próximos ou distantes à doutrina pragmática ou à doutrina dogmática. O primeiro caso é o do artigo “Qualidades físicas em Educação Física”, em que Silva e Barbanti (como já vimos, autor do artigo “Formação desportiva”) discorrem sobre uma série de qualidades físicas consideradas como dignas de serem trabalhadas por professores de Educação Física (força, velocidade, resistência, equilíbrio, flexibilidade, agilidade, coordenação etc.), com a intenção de se aprimorar a aptidão física e as habilidades motoras de seus alunos – tarefa que, cumpre frisar, poderia ser realizada por qualquer profissional da área, independentemente das concepções de Educação Física escolar as quais se identificam (Pragmatismo, Dogmatismo, Pedagogia do Movimento Consciente, entre outras).²²² O segundo caso é o do artigo “Pobre Educação Física brasileira!”, em que Silva – como se pode perceber, um dos autores do artigo “Qualidades físicas em Educação Física” – desenvolve duras críticas à Lei nº 6.503/1977, que, vale lembrar, modificou o artigo sexto do Decreto nº 69.450/1971 e, dessa maneira, ampliou os casos em que a prática da Educação Física em instituições de ensino era facultativa.²²³ O que, de fato, me chamou a atenção nesse segundo caso é que Silva, ao expor os seus argumentos, se aproxima, curiosamente, tanto da concepção dogmática de Educação Física escolar expressa no Decreto nº 69.450/1971 quanto da concepção pragmática acerca desse mesmo componente curricular contida na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Isso pode ser claramente observado, por exemplo, nas passagens abaixo, em que o autor estabelece as seguintes considerações a respeito da lei por ele criticada:

A referida lei, a nosso ver, representa um desprestígio para toda a classe especializada do país, que deve estar de pésames por não ter sabido lograr até o presente um conceito satisfatório para a sua atividade profissional, sequer para colocá-la a salvo das restrições que vêm lhe sendo impostas, segundo as concepções filosóficas dos dirigentes que se sucedem na administração da Educação Física e esportiva do país.

²²² SILVA, Antonio Boaventura da; BARBANTI, Valdir José. Qualidades físicas em Educação Física. *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 15, p. 44-46, 1979.

²²³ De acordo com o artigo primeiro da Lei nº 6.503/1977, a prática da Educação Física passa a se tornar facultativa, em todos os graus e ramos de ensino ao aluno ou à aluna que: (a) comprove exercer atividade profissional, em jornada igual ou superior a seis horas diárias; (b) maior de 30 anos de idade; (c) que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em outra situação, comprove estar obrigado(a) à prática de Educação Física na organização militar em que serve; (d) amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044/1969, que dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos(as) portadores das afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados; (e) de curso de pós-graduação; e (f) à aluna que tenha prole. Para mais informações, ver Lei nº 6.503/1977. *Diário Oficial da União*, p. 17297, 16 dez. 1977.

De pêsames também devem estar os dirigentes da Educação Física nacional, que, certamente, consultados a respeito, não tenham sido ouvidos ou tenham apostado o seu aval.

De qualquer modo, pode parecer aos menos avisados que as nossas preocupações sejam infundadas, uma vez que houve apenas transformação em lei de um artigo de decreto já em vigor.

Nesse sentido, devemos esclarecer que as universidades estaduais cumprem apenas o atendimento do que está estabelecido em lei e, portanto, a regulamentação da implementação da Educação Física nos meios universitários, constando apenas de um decreto, vinha sendo orientada não em termos de uma imposição de lei, mais de valorização cultural da referida atividade e de enriquecimento da formação profissional e social dos estudantes de todas as áreas de estudo, independentemente da idade e do estado civil.

Infelizmente, foi mudada a regra do jogo. Agora, exceção será praticante de atividade física, pois a maioria tem como se livrar dessa prática.²²⁴

Conforme Silva:

Assim é que as universidades, pelas suas responsabilidades na formação de profissionais de todas as áreas, não podem estar alheias ao movimento universal de valorização da Educação Física e esportiva, no seu mais amplo sentido de bem-estar social, de educação e de cultura, indispensável em todas as idades. Tudo isso diz respeito à vida e, portanto, [...] [deve] fazer parte da cultura dos profissionais de nível universitário, não porque diz a lei, mas porque recomenda a ciência, o bom senso, a experiência e a sabedoria.

Enquanto isso não acontece, os redatores esportivos, os administradores do ensino, os dirigentes esportivos, os políticos, enfim, o povo, todos se perguntam onde estão os atletas deste país de 110 milhões de habitantes? A nosso ver, continuarão a perguntar em vão, conforme já tivemos a oportunidade de escrever [...], porque somente terão uma resposta satisfatória, oito a dez anos que a Educação Física escolar comece a se realizar de forma efetiva, ininterrupta, séria, de forma organizada e avaliada, a partir, no mínimo, das primeiras séries do ensino de 1º grau [...].

E quando se dará esse milagroso acontecimento? Quando os administradores do ensino alcançarem maturidade no terreno educacional, isto é, quando os responsáveis pela execução do processo educacional tiverem informação e sensibilidade suficientes para aceitar e admitir culturalmente que a atividade física (suficiente) é tão importante e indispensável quanto a alimentação (adequada) e o sono (reparador), para se poder viver uma vida mais completa e mais digna de um cidadão útil, de um profissional culto e de um chefe de família consciente.²²⁵

Ainda segundo o autor:

Nessas condições, entendemos que todos os nossos esforços, especialmente, dos legisladores, deveriam ser orientados não com o espírito da lei em apreço, facultando ao jovem a válvula de escape que inconscientemente aceita ou procura, para lograr dispensa da prática da atividade física, mas sim no sentido de conduzi-lo, informá-lo e conscientizá-lo para uma prática esportiva em termos de compensação pelo esforço mental dispendido nas atividades acadêmicas; de melhoria das condições físicas e de saúde; de sadio aproveitamento dos momentos de lazer; de melhoria das condições posturais e estéticas; de melhoria, enfim, da própria dignidade física que todo cidadão deveria saber preservar em todas as idades.

[...] A julgar pelos termos do artigo 1º da lei em apreço, não terá paradeiro a ampliação dos motivos para tornar cada vez mais facultativa a prática da Educação

²²⁴ SILVA, Antonio Boaventura da. Pobre Educação Física brasileira! *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 14, p. 22, 1978.

²²⁵ SILVA, Antonio Boaventura da. Pobre Educação Física brasileira! *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 14, p. 22-23, 1978.

Física. Os seis motivos constantes da lei ainda não foram suficientes. Procura-se novos motivos! Quem se habilita a aponta-los?

[...] Ao tempo de concluir esse autêntico “desabafo”, transcrito com a melhor intenção, eis que nos chega às mãos um recorte de um jornal de Brasília, [...] intitulado “Educação Física vai ser intensificada nas escolas” e onde se lê inicialmente: “o ministro da Educação encaminhou, ontem, aos governadores dos estados e aos reitores de universidades federais, ofício solicitando todo o empenho daquelas autoridades para a intensificação da prática de desportos e Educação Física entre os estudantes de 1º e 2º graus e universitários”.

Meus Deus, onde está a coerência entre as determinações da recente lei das dispensas em Educação Física e as recomendações de empenho acima referidas? Pobre Educação Física brasileira!²²⁶

Como se pode perceber, Silva, ao formular críticas à Lei nº 6.503/1977 – e, conseqüentemente, à ampliação dos casos em que a prática da Educação Física em instituições de ensino do país era facultativa – mobiliza, simultaneamente, argumentos que dialogam com aspectos que são caros à concepção dogmática de Educação Física escolar expressa no Decreto nº 69.450/1971 e à concepção pragmática acerca desse mesmo componente curricular contida na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. É o que se pode observar, por exemplo, quando o autor, ao debater a importância da Educação Física enquanto componente curricular obrigatório do ensino básico e superior nacional, ressalta – ao se aproximar daquilo que propõe o Dogmatismo e, por conseguinte, o Decreto nº 69.450/1971 – as potencialidades que a mesma teria para a promoção da aptidão física e da saúde da população; para a formação de cidadãos que saibam aproveitar de forma sadia o seu tempo de lazer; para a melhoria das condições posturais e estéticas de educandos dos mais diversos níveis de ensino; para a garantia, em última instância, da própria dignidade física que todos os brasileiros deveriam saber preservar em todas as idades etc. Faz-se relevante mencionar, todavia, que ao mesmo tempo em que Silva faz um movimento de aproximação da doutrina dogmática para justificar a importância da Educação Física enquanto componente curricular das instituições de ensino nacionais, ele também se abeira, nessa mesma movimentação, daquilo que propõe o Pragmatismo – e, portanto, a “Política” e o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Falo, mais precisamente, de quando o autor faz defesa de que a Educação Física escolar constituía-se como um *locus* de fundamental importância para a formação de atletas de alto rendimento. Creio que o posicionamento de Silva, assim como de uma parcela expressiva dos autores que publicaram artigos nos impressos analisados nesta tese, se situam em uma vasta zona cinzenta – eivada de diversidades e ambivalências – que possuía como polos extremos a doutrina pragmática e a doutrina dogmática. Como afirma Rollemberg (2007), a noção de zona cinzenta, cunhada por

²²⁶ SILVA, Antonio Boaventura da. Pobre Educação Física brasileira! *Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo*, São Paulo, n. 14, p. 23-28, 1978.

Laborie (2003), nos ajuda a compreender o que não cabe em fronteiras bem delimitadas, pois, muitas das vezes, se é um e outro ao mesmo tempo, se é duplo. Como já disse, acredito que é na referida zona cinzenta que estava a maioria dos professores de Educação Física que atuaram no ensino básico durante o regime militar. Não me parece ser equivocado afirmar, também, que é nessa mesma zona cinzenta – marcada pela ambivalência, e, portanto, pelo pensar-duplo – que se encontrava Silva (que, como também já pontuei, atuava no ensino superior), quando, em 1978, estabeleceu, através da publicação do artigo “Pobre Educação Física brasileira!”, duras críticas à Lei nº 6.503/1977 e, destarte, à ampliação dos casos em que a prática da Educação Física em instituições de ensino nacionais era facultativa.

* * *

O tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física” foi o segundo mais abordado entre os 128 artigos publicados nas edições de número 1 (1976), 2 (1976), 3 (1977), 4 (1978), 5 (1979) e 6 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”. Ao todo, 16 artigos – \cong 12,50% do total – foram inseridos nessa categoria, que ficou atrás apenas da categoria “Notícias gerais sobre o universo da Educação Física/esportes”, onde foram alocados 41 artigos – \cong 32,03% do total.²²⁷ Assim como se pôde observar na edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação” e nas edições de número 14 (1978) e 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”, nenhum dos 16 artigos sobre o tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física” contidos nas edições por mim analisadas da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” fazem referência ao Pragmatismo ou ao Dogmatismo. A propósito, após examinar todos esses artigos, constatei que apenas um declara filiação a uma determinada corrente pedagógica. Falo, mais especificamente, do artigo “Psicomotricidade”, em que Haimo Hartmuth Fensterseifer, decano do Centro de Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria, discute as potencialidades de se trabalhar com a biopsicossócio-motricidade – ou, simplesmente, com a Psicomotricidade – no âmbito da Educação Física escolar. De acordo com o autor:

²²⁷ Para não me estender demasiadamente, optei por não listar, neste parágrafo, o título, a autoria e o escopo central dos 16 artigos sobre o tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física” veiculados nas edições da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” analisadas nesta tese, tal como fiz na ocasião em que apreciei os artigos sobre esse mesmo tema publicados na edição de número 44 (1977) da “Esporte e Educação” e nas edições de número 14 (1978) e 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”. Cabe destacar que, de todo modo, o leitor deste trabalho não será prejudicado em função da referida opção. Afinal, tratarei de todos esses 16 artigos, bem como contemplarei as informações de deixei de dar por ora, na discussão que realizarei a seguir, ao longo desta seção.

A Psicomotricidade vem sendo mais utilizada por psicólogos, médicos, fonoaudiólogos e psicopedagogos no campo da reeducação, na tentativa de usufruir ao máximo do movimento, permitindo ao menos dotado a possibilidade de perceber, entender, vivenciar, dominar, interiorizar e aproveitar as experiências psicomotoras, normalizando sua conduta.

[...] Entretanto, temos mantido uma Educação Física, na maioria das vezes, com exercícios imitativos e estereotipados, impedindo o educando de utilizar sua criatividade, iniciativa e raciocínio.

Outro aspecto que nos tem chamado a atenção é o fato de exigirmos das crianças um ato eminentemente motor, sem a tomada de consciência do mesmo.

Se o homem é considerado um “ser racional”, temos que utilizar seu aspecto mental em todas as suas atividades, inclusive físicas.

Os seres humanos têm sobrevivido através do tempo, nas geleiras ou nos desertos, entre grandes florestas ou vegetações rasteiras, com água abundante ou escassa, graças à sua formidável capacidade de adaptação.

Uma das razões da prática da Educação Física infantil em moldes criativos é para desenvolver e melhorar essa capacidade de adaptação e superação que tem vencido rios, montanhas, altas e baixas temperaturas e até animais 10 vezes o seu peso.²²⁸

Dentro dessa perspectiva, complementa Fensterseifer:

Os alunos que educamos hoje alcançarão sua independência daqui a uns 10 ou 15 anos. Que o futuro lhes reserva? Não sabemos! De uma coisa estamos certos. Não se justifica mais uma Educação Física com modelos pré-estabelecidos, mas uma educação biopsicossócio-motriz, alegre, espontânea, real, objetiva, criativa, socializante, intensa, individual, humanística, racional e exiológica, para que o pequeno educando se transforme num adulto com maiores possibilidades de sucessos e menores de fracassos.

Dessa forma, estaremos educando a criança do futuro para assegurarmos o futuro da criança. [...] Consideraremos o movimento dentro da biopsicossócio-motricidade, em todas as suas manifestações – neuromusculares, anátomo-fisiológicas, sensório-motrizes, intelectuais, emocionais, sociais – e sua correlação com todos os aspectos que compõem o ciclo vital do ser humano – o lar, a escola, a vida cotidiana, a vida na natureza, o trabalho, a arte, a ginástica, a dança, as atividades naturais, a natação, os jogos e os desportos – que caracterizam a conduta global básica da infância à maturidade.

[...] Conceituaremos, então, a biopsicossócio-motricidade, ou simplesmente a Psicomotricidade, como uma ação educativa, baseada e fundamentada no movimento consciente e espontâneo, com a finalidade de normalizar, complementar ou aperfeiçoar a conduta global da criança de hoje e conseqüentemente o homem de amanhã.²²⁹

Como se pode observar, o artigo assinado por Fensterseifer se afasta, claramente, da concepção pragmática de Educação Física escolar expressa na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, pois apresenta, ao discutir as potencialidades educacionais da Psicomotricidade, propostas comprometidas, em última instância, com a formação integral dos escolares e não, como propõe a dita concepção oficial, com o fortalecimento do esporte de alto rendimento no país. Além disso, é possível perceber que o artigo em questão possui alguns pontos de contato com a doutrina dogmática, como, por

²²⁸ FENSTERSEIFER, Haimo Hartmuth. Psicomotricidade. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 28, 1979.

²²⁹ FENSTERSEIFER, Haimo Hartmuth. Psicomotricidade. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 28, 1979.

exemplo, o reconhecimento da relevância que a mobilização pedagógica das práticas corporais no ambiente escolar poderia ter para a educação global dos seres humanos. Contudo, não podemos confundir, em que pese as suas proximidades, o Dogmatismo com a Psicomotricidade. Afinal, como chama a atenção Taborda de Oliveira (2001), a doutrina dogmática é uma corrente pedagógica que se originou, no campo da Educação Física, por volta da segunda metade da década de 1950. Como afirma o autor: “o que caracterizaria a tendência dogmática seria uma preocupação com a formação humana, tomando por base as atividades corporais. Ou seja, a contribuição da Educação Física para a educação integral dos indivíduos” (p. 76). Já a Psicomotricidade, como destaca a própria Associação Brasileira de Psicomotricidade, é uma área de conhecimento que começou a se conformar no início do século XIX, a partir de debates travados no campo da Medicina, e que, no final da década de 1970, passou a ser apropriada por profissionais do campo da Educação Física, de modo a se constituir, até o início dos anos 1990, como uma das mais importantes correntes pedagógicas da Educação Física escolar.²³⁰ Cumpre registrar que, conforme a referida associação, a Psicomotricidade pode ser definida como: “[um] campo transdisciplinar que estuda e investiga as relações e as influências recíprocas e sistêmicas entre o psiquismo e a motricidade” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOMOTRICIDADE, 2018, p. 1). Dentro dessa perspectiva, diz, ainda, a Associação Brasileira de Psicomotricidade: “ela se constitui por um conjunto de conhecimentos psicológicos, fisiológicos, antropológicos e relacionais que permitem, utilizando o corpo como mediador, abordar o ato motor humano com o intento de favorecer a integração deste sujeito consigo e com o mundo dos objetos e outros sujeitos” (IDEM).

Além do artigo de autoria de Fensterseifer, pude observar, ao analisar as edições de número 1 (1976), 2 (1976), 3 (1977), 4 (1978), 5 (1979) e 6 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”, outros onze artigos que se distanciam da concepção pragmática de Educação Física escolar contida na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Desses onze artigos, cinco foram assinados por organizações internacionais: (1) “Manifesto Mundial do Desporto”, publicado originalmente em 1964, pelo Conselho Internacional de Educação Física e Desportos da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura,²³¹ com o objetivo de demarcar o seu posicionamento sobre

²³⁰ Voltarei a tratar desse assunto mais adiante, ainda neste capítulo.

²³¹ A Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas fundada em 1946, com o objetivo de contribuir para a paz e a segurança no mundo. A dita organização persegue o seu objetivo através do desenvolvimento de ações em cinco macrocampos: Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas/Sociais, Cultura e Comunicação/Informação.

os rumos a serem tomados pelo esporte a nível mundial; (2) “Manifesto Mundial de Educação Física”, publicado originalmente em 1971, pela Federação Internacional de Educação Física, com vistas a expor, inspirada no “Manifesto Mundial do Desporto”, a sua visão sobre os caminhos a serem trilhados pela Educação Física no mundo; (3) “Carta Europeia do Desporto Para Todos”, publicada originalmente em 1975, por ministros e altos funcionários vinculados ao Conselho da Europa,²³² com o intuito de estabelecer, no âmbito da I Conferência Internacional de Ministros e Alto Funcionários Responsáveis Pela Educação Física e Pelos Desportos, recomendações sobre o desenvolvimento do esporte de massa no “velho mundo” e suas relações com o movimento Esporte Para Todos;²³³ (4) “Função da Educação Física e dos desportos na formação da juventude, a partir do ponto de vista de uma educação permanente”, também publicado originalmente em 1975, durante a I Conferência Internacional de Ministros e Alto Funcionários Responsáveis Pela Educação Física e Pelos Desportos, pelo Conselho Internacional de Educação Física e Desportos da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura, com a finalidade de determinar, tomando como base a noção de “educação permanente”, recomendações sobre desenvolvimento tanto da Educação Física e

Entre as iniciativas patrocinadas pela Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura incluem programas de alfabetização, técnicos e de formação de professores, programas científicos internacionais, promoção de mídia independente e liberdade de imprensa, projetos de história regional e cultural, promoção de diversidade cultural, traduções de obras de literatura, acordos de cooperação internacional para garantir o patrimônio cultural e natural mundial e para preservar os direitos humanos. Para mais informações sobre a organização em tela, inclusive sobre a sua extensa lista de Estados-membros, ver <<https://en.unesco.org>>.

²³² O Conselho da Europa é uma organização internacional fundada em 1949. Os seus propósitos são a defesa dos direitos humanos, do desenvolvimento democrático e da estabilidade política e social na Europa. O conselho tem personalidade jurídica reconhecida pelo direito internacional e serve cerca de 800 milhões de pessoas em 47 Estados, incluindo os 28 que formam a União Europeia. Em 1975, data em que, vale lembrar, foi publicada originalmente a “Carta Europeia do Desporto Para Todos”, o Conselho da Europa era composto por 18 Estados-membros: Alemanha Ocidental, Áustria, Bélgica, Chipre, Dinamarca, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Malta, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia. Para mais informações sobre o conselho, ver <<https://www.coe.int>>.

²³³ Cabe esclarecer, de acordo com Tubino (2003), que a noção de “esporte para todos” foi idealizada pelo Conselho da Europa em 1966, com a intenção de contribuir para a promoção da massificação esportiva no “velho mundo”. Como afirma o autor, o Esporte Para Todos, como “movimento”, foi criado em 1967, pelo norueguês Hauge-Moe, que, com o apoio de diversas empresas privadas, lançou, em seu país de origem, uma campanha publicitária de estímulo à prática esportiva denominada TRIMM. Conforme Tubino (2003), o movimento citado se espalhou rapidamente pelo mundo, não somente por meio de suas bem elaboradas campanhas de *marketing*, como, também, em função da realização de várias conferências e encontros a seu respeito, como, por exemplo, as da Alemanha da Ocidental (1967 e 1970), a da Noruega (1969), a da Holanda (1971) e a da Argentina (1973), onde movimento Esporte Para Todos foi o tema de uma das sessões das *Jornadas Internacionais de Estudio sobre el Deporte*. Como resume o autor, o movimento esportivo em questão pode ser caracterizado como um dos mais proeminentes do século XX, que tinha como objetivo inicial defender o uso do esporte enquanto prática sadia de ocupação do tempo de lazer, mas que, já no final desse mesmo século, procurou incorporar ao seu escopo uma outra preocupação: a promoção da saúde via massificação do esporte. Para mais informações sobre o processo de desenvolvimento do movimento Esporte Para Todos, bem como sobre sua inserção no Brasil a partir de meados da década de 1970, ver Cavalcanti (1984).

quanto do esporte na Europa;²³⁴ e (5) “Manifesto Sobre o *Fair Play*”, publicado originalmente em 1976, pelo Comitê Internacional Para o *Fair Play* da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura, com o intento de delinear considerações gerais e propostas de ações voltadas para a consolidação do *fair play* no campo Esportivo mundial.

A despeito de suas especificidades, não me parece ser equivocado afirmar que os cinco artigos listados no parágrafo acima são atravessados por uma concepção de Educação Física escolar em comum. Concepção essa que, indo em certa medida ao encontro daquilo que propõe o artigo “Psicomotricidade”, compreende o componente curricular em questão como uma prática social que deve ser compromissada, em primeiro lugar, com a formação integral do ser humano e não com a formação de atletas de alto rendimento, tal como sugere o Pragmatismo. Isso pode ser claramente percebido, por exemplo, quando a Federação Internacional de Educação Física, no “Manifesto de Educação Física”, afirma, dentro dessa perspectiva, que a rentabilidade da Educação Física: “não se define em função das grandes vitórias ganhas pelos especialistas, mas pelo nível de melhoria [...] que pode trazer aos valores físicos, intelectuais e morais, à eficácia social e, finalmente, às oportunidades de felicidades de cada indivíduo”;²³⁵ quando o Comitê Internacional Para o *Fair Play* da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura, no “Manifesto Sobre o *Fair Play*”, aponta, alinhado com o que prega o “Manifesto de Educação Física”, que cabe aos pais: “se assegurarem que os professores de Educação Física e os treinadores não concedam menos importância ao comportamento dos jovens que à sua habilidade e ao valor de suas marcas”;²³⁶ quando ministros e altos funcionários vinculados ao Conselho da Europa, na “Carta Europeia do Desporto Para Todos”, recomendam, em sintonia com os dois manifestos citados anteriormente, que a promoção do esporte como um importante fator de desenvolvimento humano: “deve ser incentivada e devidamente sustentada por fundos públicos, [...] juntamente com os outros órgãos que intervêm nas decisões de política geral, como também no planejamento da Educação, Saúde, Assuntos Sociais, limitação de áreas e atividades

²³⁴ Também cabe esclarecer, de acordo com o próprio artigo “Função da Educação Física e dos desportos na formação da juventude, a partir do ponto de vista de uma educação permanente”, que o termo “educação permanente” designa uma concepção de educação que – em função da rapidez com a qual as sociedades modernas se transformam, da massa de conhecimentos novos que se acumulam com igual rapidez e das constantes modificações que, na esteira desses fenômenos, afetam o processo de produção e a organização do trabalho – deve ser coextensiva à vida, não se limitando, portanto, ao período escolar e universitário.

²³⁵ FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Manifesto Mundial de Educação Física. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 14, 1976.

²³⁶ COMITÊ INTERNACIONAL PARA O FAIR PLAY DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Manifesto Sobre o *Fair Play*. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 53, 1978.

recreativas”;²³⁷ quando o Conselho Internacional de Educação Física e Desportos da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura, no “Manifesto Mundial do Desporto”, diz, sob esse mesmo ângulo de visão, que as práticas esportivas: “devem fazer parte de todo sistema de Educação [...], [pois] são necessárias ao equilíbrio e à formação geral dos jovens [...] [e] preparam-nos para a sã utilização de seus lazeres de adultos”;²³⁸ ou, então, quando esse mesmo conselho, no documento “Função da Educação Física e dos desportos na formação da juventude, a partir do ponto de vista de uma educação permanente”, ainda insiste em defender, passada mais de uma década da publicação original do “Manifesto Mundial do Desporto”, o estabelecimento de políticas nacionais comprometidas, de fato, com:

[...] o desenvolvimento dos programas e atividades de Educação Física e desportos escolares e extraescolares, cujos objetivos sejam: a) proporcionar formação integral às crianças, jovens e adultos na perspectiva da formação permanente; b) fomentar o desenvolvimento de escolas formadoras de professores de Educação Física, treinadores e técnicos desportivos cujos níveis correspondam às possibilidades e às necessidades do desenvolvimento educacional de cada país; c) estimular a participação ativa das massas do país em forma de apoio e estímulo dos planos nacionais, promovendo a maior cooperação entre os organismos e organizações que tomam parte na estrutura do Estado e da sociedade; d) desenvolver e aumentar as áreas e instalações de Educação Física e desportos para a sua prática nas escolas e nos programas extraescolares, assim como promover o uso ótimo tanto das áreas e instalações como dos recursos de equipamentos e de humanos existentes atualmente; e) propiciar a ação educativa dos veículos de massa e dos mecanismos de orientação e propaganda nacionais para obter uma participação popular, ativa e sistemática na prática da Educação Física e dos desportos.²³⁹

Como complementa o Conselho Internacional de Educação Física e Desportos:

[É preciso reconhecer] que o acesso à Educação Física e aos desportos é direito de todos e, especialmente, das crianças e jovens; por conseguinte: a) a Educação Física e os desportos devem vincular-se estreitamente com os programas de estudos e ser parte integrante deles, regendo-se pela legislação nacional da mesma maneira que o sistema de Educação; também dever-se-iam estabelecer programas de Educação Física e desportos para as pessoas que precisam de cuidados especiais, compreendendo as crianças que não estejam matriculadas em nenhuma escola; pessoas que sofram deficiências física, mentais ou de outra origem; os trabalhadores jovens, os aprendizes e as pessoas que se dedicam a trabalhos penosos ou insalubres; nos programas nacionais dever-se-ia ter devidamente em conta a necessidade de uma participação cada vez maior das jovens e das mulheres na Educação Física e nos

²³⁷ MINISTROS E ALTOS FUNCIONÁRIOS ENCARREGADOS PELA EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES DE PAÍSES VINCULADOS AO CONSELHO DA EUROPA. Carta Europeia do Desporto Para Todos. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 34, 1977.

²³⁸ CONSELHO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Manifesto Mundial do Desporto. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 21, 1976.

²³⁹ CONSELHO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Função da Educação Física e dos desportos na formação da juventude, a partir do ponto de vista de uma educação permanente. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 50, 1979.

desportos. É conveniente estudar a oportunidade de formar dispositivos concretos para fortalecer a atividade coeducacional e a formação especializada, se é desejo que as mulheres, graças a uma maior participação, desempenhem o papel que lhes corresponde em pé de igualdade em todos os países do mundo; d) dever-se-iam tomar medidas para promover o esporte para todos, iniciando na escola com vista a dar ampla difusão entre os jovens, à prática do desporto durante sua vida.²⁴⁰

Como venho demonstrando ao longo desta tese, entre 1976 e 1979, os debates realizados no campo da Educação Física sobre os meios e os fins da Educação Física escolar eram fortemente influenciados por duas doutrinas internacionais: o Pragmatismo, que propunha uma abordagem da Educação Física escolar comprometida com o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, destacando, especialmente, a relevância desse componente curricular para a detecção de futuros atletas; e o Dogmatismo, que preconizava uma abordagem da Educação Física escolar comprometida com a formação integral dos escolares, tomando por base a importância das práticas corporais – entre elas, o esporte – para o alcance desse objetivo. Diante desse cenário de disputas travadas entre os adeptos às duas doutrinas citadas, não me causa estranhamento o fato de uma organização como a Federação Internacional de Educação Física – que, como se pode verificar nos editoriais do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979), concebia a Educação Física escolar por dentro de um viés estritamente dogmático – publicar um documento claramente afeito ao Dogmatismo, estabelecendo, dessa maneira, o seu posicionamento a respeito dos rumos a serem trilhados pela Educação Física mundial. Já os documentos publicados pelo Conselho Internacional de Educação Física e Desportos e pelo Comitê Internacional Para o *Fair Play* da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura, bem como o documento publicado por ministros e altos funcionários do Conselho da Europa, precisam ser mais amplamente contextualizados para serem melhor compreendidos. Dito de outra forma, para entender melhor a publicação dos referidos documentos é preciso levar em conta que, a partir da década de 1950, ocorreu um movimento internacional, relacionado a uma certa preocupação que os países até então desenvolvidos – Estados Unidos da América, França, Inglaterra, entre outros – demonstravam ter tanto com os desequilíbrios causados pelo avanço do capitalismo – desigualdade social, extinção dos valores humanos, degradação ambiental etc. – quanto pelas crescentes reivindicações populares influenciadas por movimentos de feições socialistas – movimentos de liberação nacional, movimento de maio de 1968, Revolução dos Cravos, entre outros (CORAGGIO, 1996; SOARES, 1996; TORRES,

²⁴⁰ CONSELHO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Função da Educação Física e dos desportos na formação da juventude, a partir do ponto de vista de uma educação permanente. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 50, 1979.

1996). Como chama a atenção Taborda de Oliveira (2001), um dos traços característicos do movimento mencionado, que tinha um caráter tipicamente de reação, era a formulação de políticas públicas mundiais – via organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura e o Conselho da Europa – que tinham como objetivo central atrelar o desenvolvimento político e cultural dos países subdesenvolvidos ao poderio econômico e bélico dos países desenvolvidos. É nesse contexto que foram produzidos documentos como o “Manifesto Mundial do Desporto”, “Carta Europeia do Desporto Para Todos”, “Função da Educação Física e dos desportos na formação da juventude, a partir do ponto de vista de uma educação permanente” e o “Manifesto Sobre o *Fair Play*”. Documentos esses que, ao se aproximarem daquilo que propõe o Dogmatismo, definem a Educação Física como uma prática educacional de grande valia para o alcance de um maior equilíbrio social – notadamente, em função das potencialidades que esse componente curricular teria para atenuar determinados desequilíbrios das sociedades capitalistas relacionados à saúde e ao lazer, por meio da promoção da aptidão física da população e da formação de cidadãos aptos para aproveitarem os seus tempos livres de uma maneira sadia.²⁴¹

Afora os artigos que já foram até então citados, as edições da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” por mim analisadas contém outros seis artigos assinados por autores que defenderam ideias que se distanciavam da concepção pragmática de Educação Física escolar expressa na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”:

- (1) “Ginástica Olímpica: a modalidade, suas competições e sua importância”, em que José Arruda de Albuquerque e Berenice Arruda de Albuquerque, professores do curso de Educação Física da Universidade Gama Filho, discutem alguns fundamentos e a relevância de se trabalhar com programas de ginástica olímpica nas escolas brasileiras;
- (2) “Dança moderna: origens, formas e características”, em que Myda Marsa Sala Pacheco, também professora do curso de Educação Física da Universidade Gama Filho, debate aspectos históricos, alguns fundamentos e as potencialidades da abordagem da dança moderna enquanto conteúdo da Educação Física escolar;
- (3) “Na escola, o lugar do atletismo”, em que Ulisses Laurindo, repórter da Editoria de Esportes do Jornal do Brasil, discorre sobre a pertinência da presença do atletismo nos currículos de Educação Física das instituições de ensino nacionais;
- (4) “Ginástica escolar: fundamentos para uma concepção”, em que Darcymires do Rêgo Barros, outro professor do curso de Educação Física da Universidade Gama Filho, tece considerações gerais sobre como deveria ocorrer, na sua ótica, o desenvolvimento da Educação Física no

²⁴¹ Voltarei a tratar desse assunto mais adiante, ainda neste capítulo.

âmbito escolar; (5) “A influência de fatores sociais na prática de atividades físicas”, em que o mesmo autor do artigo mencionado anteriormente desenvolve reflexões, dentro de uma perspectiva sociológica, sobre as relações estabelecidas entre Educação Física, esporte e recreação; e (6) “Esporte para todos: sua importância na sociedade e como deve ser aplicado”, em que Margit Greve²⁴² trata da necessidade de se consolidar o esporte de massa no Brasil, bem como, entre outras coisas, das relações instituídas entre esporte de massa e Educação Física escolar.

De um modo geral, os artigos mencionados no parágrafo anterior se afastam daquilo que propõe a doutrina pragmática – e, conseqüentemente, da concepção oficial de Educação Física escolar em voga no Brasil (1976-1979) – na medida em que estabelecem, como se pode presumir, a formação integral dos escolares como o objetivo central a ser atingido pelo componente curricular em debate. Em “Ginástica Olímpica: a modalidade, suas competições e sua importância”, José de Albuquerque e Berenice de Albuquerque afirmam, por exemplo, que a ginástica olímpica é uma modalidade digna de ser trabalhada nas escolas, por ser de grande valia para educação integral da criança, independentemente da atividade esportiva que ela poderá abraçar no futuro.²⁴³ Pacheco, em “Dança moderna: origens, formas e características”, diz, por sua vez, que a dança moderna enquanto conteúdo da Educação Física escolar é, sobretudo, um indispensável meio para se alcançar a formação global, capaz de realizar superiormente todas as funções específicas cumpridas pelo esporte e pela ginástica.²⁴⁴ Em “Na escola, o lugar do atletismo”, Laurindo defende, discordando da visão de Pacheco, que, entre as diversas práticas corporais passíveis de serem mobilizadas por professores de Educação Física em suas aulas, nenhuma delas supera as contribuições que o esporte pode dar à formação física e moral do homem;²⁴⁵ Margit Greve, em “Esporte para todos: sua importância na sociedade e como deve ser aplicado”, define, de acordo com o que prega o Dogmatismo, a Educação Física como uma prática escolar que deve ser orientada por fins

²⁴² Assim como nas edições de número 14 (1978) e 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”, nem todos os artigos publicados nas edições de número 1 (1976), 2 (1976), 3 (1977), 4 (1978), 5 (1979) e 6 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” divulgam informações sobre os seus autores. Por esse motivo, não foi possível verificar, no artigo “Esporte para todos: sua importância na sociedade e como deve ser aplicado”, os vínculos profissionais e institucionais de Margit Greve.

²⁴³ ALBUQUERQUE, José Arruda de; ALBUQUERQUE, Berenice Arruda de. Ginástica Olímpica: a modalidade, suas competições e sua importância. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-31, 1976.

²⁴⁴ PACHECO, Myda Marsa Sala. Dança moderna: origens, formas e características. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 28-29, 1976.

²⁴⁵ LAURINDO, Ulisses. Na escola, o lugar do atletismo. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 18, 1976.

eminentemente pedagógico e não esportivos.²⁴⁶ Já em “A influência de fatores sociais na prática de atividades física”, Barros alega, também conforme com o que propõe a doutrina dogmática, que a Educação Física escolar deve buscar, ao invés da formação do atleta de alto nível, o desenvolvimento do homem em seu todo, procurando, principalmente, observar a conduta de tal homem como um ser social, criador e recipiendário de seu meio cultural.²⁴⁷ Dentro desse prisma, esse mesmo autor, em “Ginástica escolar: fundamentos para uma concepção” defende, ainda, que:

A missão da Educação Física é contribuir para a formação do homem *optimum*, no sentido de que se torne capaz de desenvolver sua potencialidade no plano pessoal, bem como no plano social, moral e cívico. Dar-lhe oportunidade de formar conceitos e valores, de estruturar o espírito crítico, de amadurecer emocional e socialmente. Desenvolver integralmente sua personalidade para “aprender a ser”. Adaptar-se às constantes situações novas com que o desafia a vida moderna. Além da educação do corpo, a Educação Física participa, portanto, através de atividades específicas, no processo de educação integral, devendo inserir-se criteriosamente na ação educativa como uma grande responsabilidade do educador. [...] A Educação Física moderna criou nas escolas um ambiente totalmente novo. O conteúdo deste novo ambiente é a ginástica, o jogo, os desportos e a dança, assim como o conteúdo da ginástica, do jogo, dos desportos, e da dança é o movimento. O novo ambiente nada mais é do que um conjunto de condições que propiciam que o surgimento do homem *optimum*. O homem *optimum* equivale ao tipo racional/econômico/social, ou seja, que tudo realiza com bem mais precisão possível dentro do domínio do esforço psicossomático numa sociedade em constantes mutações.²⁴⁸

Como se pode notar, Barros, ao estabelecer a Educação Física escolar como um componente curricular importante para a educação integral dos educandos, não só se afasta da concepção pragmática expressa na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, como, também, se aproxima, fundamentalmente, daquilo que propõe o Decreto nº 69.450/1971. Aliás, o autor chega a destacar, em sintonia com o que defende o referido decreto, que as potencialidades da Educação Física escolar não estariam relacionadas somente ao trabalho com a dimensão física do ser humano, mas, igualmente, com o trato das outras diversas dimensões desse mesmo ser – psíquica, social, moral, cívica etc. Seja para Barros ou para o Decreto nº 69.450/1971, a atuação do professor de Educação Física não deveria se restringir à promoção da aptidão física, pois eles deveriam prezar, em última instância, pela formação global dos escolares. Cumpre mencionar, contudo, que tanto o autor quanto o decreto mencionado tomam as contribuições que o componente curricular em questão poderia

²⁴⁶ GREVE, Margit. Esporte para todos: sua importância na sociedade e como deve ser aplicado. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 10-12, 1979.

²⁴⁷ BARROS, Darcymires do Rêgo. A influência de fatores sociais na prática de atividades físicas. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 30-33, 1979.

²⁴⁸ BARROS, Darcymires do Rêgo. Ginástica escolar: fundamentos para uma concepção. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 45, 1976.

dar para a educação integral dos educandos como uma espécie de axioma, isso é: como um tipo de evidência natural que, de tão óbvia, não precisava ser, rigorosamente, comprovada. Em suma, o que estou querendo dizer é que Barros e o Decreto nº 69.450/1971 não explicam, consistentemente, como a Educação Física escolar poderia contribuir para a formação global dos escolares, de modo que, se levarmos em consideração a perspectiva apontada pelo autor e pelo decreto citado, tais contribuições poderiam ser compreendidas como praticamente qualquer coisa. Pelo exposto, a impressão que tenho é a de que Barros e o Decreto nº 69.450/1971 nada mais fazem que reproduzir a um discurso “isento” e simplista, que é ainda hoje é bastante presente em certos espaços de sociabilidade acadêmicos e de senso comum: o de que Educação Física escolar será sempre benéfica para a educação integral do ser humano, não importando o porquê, como e em que direção se dá esse benefício. Discurso esse que, como já denunciava Mariz de Oliveira *et al.* (1988), ao mesmo tempo em que é esvaziado de sentido, pois carece de fundamentação consistente, acoberta, justamente em função de sua pretensão de “neutralidade”, o fato de que: “o processo educacional se dá numa situação concreta, dirige-se a indivíduos particulares, num determinado contexto histórico” (p. 31).

Além dos 12 artigos que se distanciam da concepção pragmática de Educação Física escolar contida na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, pude detectar outros quatro casos específicos ao analisar as edições de número 1 (1976), 2 (1976), 3 (1977), 4 (1978), 5 (1979) e 6 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”. Casos esses que, tal como os que puderam ser verificados na apreciação feita das edições de número 14 (1978) e 15 (1979) da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”, não podem ser meramente classificados como próximos ou distantes ao Pragmatismo ou ao Dogmatismo. O primeiro caso é o do artigo “Papel dos cursos superiores de Educação Física no contexto nacional da Educação Física e desportos”, em que Manoel José Gomes Tubino, diretor do Departamento de Educação Física da Universidade Gama Filho, tece, ao discutir a função dos cursos superiores de Educação Física diante das iniciativas tomadas pelo regime militar no setor de Educação Física/esportes, comentários elogiosos a ações que, como já vimos, são atravessadas por concepções de Educação Física escolar distintas – como, por exemplo, a promulgação do Decreto nº 69.450/1971, que se aproxima claramente do que propõe a doutrina dogmática, e o estabelecimento da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, que sugere a adoção de uma concepção

pragmática de Educação Física nas escolas brasileiras.²⁴⁹ Já o segundo caso é o do artigo “Ginástica escolar: sugestão de um plano de aula”, em que Rudi Lutgeharm²⁵⁰ apenas descreve uma série de atividades passíveis de serem trabalhadas em uma aula de ginástica e que poderiam, justamente por estarem dissociadas de uma discussão teórica sobre Educação Física escolar, ser aproveitadas, por exemplo, por professores afeitos tanto ao Pragmatismo quanto ao Dogmatismo.²⁵¹ O terceiro caso é, de certa forma, parecido com o segundo. No artigo “A necessidade de motivar”, Evandro Meirelles Santos, professor da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aborda a importância da motivação para a ocorrência de aprendizagens eficientes em aulas de Educação Física: tema que é, de um modo geral, útil para professores de Educação Física, independentemente das concepções de Educação Física escolar as quais tais professores se identificam.²⁵² Enfim, o quarto caso é o do artigo “Lei nº 6.251 de 8 de outubro de 1975 (institui normas gerais sobre os desportos)”, que nada mais é que uma reprodução da referida lei, que – apesar de estabelecer, como também já observamos, que caberia ao Ministério da Educação e Cultura elaborar o Plano Nacional de Educação Física e Desportos, em coerência com as diretrizes contidas na Política Nacional de Educação Física e Desportos – não defende ao longo de seu texto nenhuma concepção específica de Educação Física escolar.²⁵³

Nas edições da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” por mim analisadas, também pude verificar dois artigos que, apesar de não terem sido alocados na categoria “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”, faziam críticas contundentes ao viés pragmático das iniciativas oficiais tomadas no setor de Educação Física/esportes: (1) “Artus entrevista – Hans Peter Thumm”, que, como se pode perceber, é uma transcrição de uma entrevista feita pelos editores da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” com Hans Peter Thumm, técnico da Federação Alemã de Atletismo; e (2) “Artus entrevista – Werner Steinmann”, que, como também se pode notar, é uma transcrição de uma entrevista feita pelos editores desse mesmo impresso com Werner Steinmann, técnico de atletismo alemão e

²⁴⁹ TUBINO, Manoel José Gomes. Papel dos cursos superiores de Educação Física no contexto nacional da Educação Física e desportos. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 50-52, 1976.

²⁵⁰ *Mutatis mutandis*, o mesmo comentário feito na nota de rodapé de número 242 é também válido para esta nota. No artigo “Ginástica escolar: sugestão de um plano de aula”, Rudi Lutgeharm é identificado apenas como um professor de Educação Física da Alemanha Ocidental, que vive na cidade de Melle, onde é considerado, segundo esse mesmo artigo, um dos maiores especialistas em ginástica escolar.

²⁵¹ LUTGEHARM, Rudi. Ginástica escolar: sugestão de um plano de aula. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 39-40, 1977.

²⁵² SANTOS, Evandro Meirelles. A necessidade de motivar. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 42-43, 1977.

²⁵³ LEI Nº 6.251 DE 8 DE OUTUBRO DE 1975 (INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE OS DESPORTOS). *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 59-60, 1977.

professor da Universidade de Mainz. Ao analisar as políticas esportivas brasileiras, Thumm chegou a afirmar, por exemplo, que o país dificilmente conseguiria, em um período de 10 ou 15 anos, se aproximar das grandes potências do esporte e que seus dirigentes esportivos precisavam se conscientizar de que não é possível formar uma nata de atletas de alto nível sem investimentos que priorizem o esporte de massa.²⁵⁴ Alinhado com a fala de Thumm, Steinmann disse, ao expor a sua percepção sobre o campo Esportivo no Brasil, que se o país continuasse se preocupando somente com o esporte de alto rendimento, nunca iria obter êxito e que se, ao contrário do que tem feito, voltasse a sua atenção prioritariamente para o esporte de massa, teria um povo saudável e praticante de atividades físicas, que serviria, por sua vez, como um profícuo celeiro de atletas para o esporte de alto nível nacional.²⁵⁵ Não encontrei, na edição de número 6 (1979), nenhum texto que fizesse alusão à entrevista com Steinmann, publicada na edição de número 5 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”. Já na edição de número 5, verifiquei uma breve nota, em que o editor Arlérico Jácome expressa o seu posicionamento diante da má repercussão causada pela publicação da entrevista com Thumm, na edição de número 4 (1978) do periódico. De acordo com Jácome, quando a “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” publicou a referida entrevista:

Esperava-se, sim, uma considerável repercussão, por ser o técnico alemão pessoa das mais abalizadas e, também, por ser um objeto da linha editorial de Artus o levantamento em profundidade, sem meias-palavras, dos reais problemas que envolvem o momento do desporto brasileiro. Só não se esperava que os desagradados que a entrevista possa ter provocado acabassem atingindo as raíais do revanchismo pessoal.

É lamentável em todos os aspectos as represálias que vêm sendo impostas ao professor Aduino Mioto, [da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo,] pelo simples fato de ele ter sido honesto como intérprete das declarações que o professor Hans Peter Thumm prestou à Artus na presença deste editor, dos professores Manoel José Gomes Tubino e Paulo Sérgio Chagas Gomes, e da atleta alemã Edith Oker. Declarações essas que foram, inclusive, gravadas em todo o seu teor, tanto em língua alemã quanto em português, o que mostra o quão honesto foi o professor Aduino Mioto. E por isso, exatamente por isso, por ter tido um comportamento digno de quem é honesto, por não ter distorcido uma única palavra do técnico alemão, não se preocupando agradar quem quer que seja, é que está sendo condenavelmente prejudicado em sua vida profissional. A ponto, inclusive, de pensar em deixar São Paulo, onde vive, para tentar a sorte num outro lugar.²⁵⁶

Apesar das falas de Thumm e Steinmann terem um teor bastante semelhante, tudo indica que somente a publicação da entrevista de Thumm causou não só mal-estar, como,

²⁵⁴ ARTUS ENTREVISTA – HANS PETER THUMM. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 6-10, 1978.

²⁵⁵ ARTUS ENTREVISTA – WERNER STEINMANN. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 69-71, 1979.

²⁵⁶ JÁCOME, Arlérico. Ponto final. *Artus/Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 78, 1979.

também, retaliações ao seu intérprete: o professor Mioto, da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo. A carência de informações detalhadas na breve nota assinada por Jácome, editor da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”, me impede de desenvolver um exame aprofundado da má repercussão causada pela publicação da entrevista com o técnico da Federação Alemã de Atletismo na edição de número 4 (1978) do periódico em tela. De toda forma, gostaria de destacar um aspecto que, aliás, me parece ser mais importante do que a referida polêmica: as críticas ao sistema esportivo brasileiro formuladas por Thumm e por Steinmann. Como se pode observar, os posicionamentos de ambos os técnicos alemães são marcados pela veemente defesa da ideia de que as ações – de qualquer governo – tomadas no setor de Educação Física/esportes não deveriam se concentrar na área de esporte de alto nível, mas sim na área de esporte de massa – entendida tanto como um *locus* de aprimoramento da saúde da população quanto como um profícuo celeiro de atletas. Vale lembrar que o estímulo à área de esporte de massa, de um modo geral, era encarado, na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, como metas governamentais secundárias, que visavam cobrir um hiato detectado em um sistema esportivo que tinha como fim último fortalecer a área de esporte de alto nível, sobretudo a partir da detecção de talentos esportivos na área de esporte estudantil. Cumpre frisar, ainda, que, segundo política e o plano citado, optar pela adoção de um sistema esportivo que prioriza a área de esporte de alto nível não significa atestar que, em termos de administração, a maior parte dos investimentos deveria se concentrar nesse segmento. Afinal, como já vimos, o próprio texto da “Política Nacional de Educação Física e Desportos” alerta que grande parte dos investimentos realizados no setor de Educação Física/esportes deveria ser encaminhada para a Educação Física escolar – compreendida como um componente curricular que tinha como principal função direcionar potenciais atletas para a área de esporte de alto nível. O problema é que os autores entrevistados nas edições de número 4 (1978) e 5 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” sugerem, após análise do sistema esportivo brasileiro, que os investimentos governamentais estavam sendo alocados majoritariamente na área de esporte de alto nível e não na área de esporte estudantil – fato que me leva a crer que Faria Júnior, em já mencionada entrevista concedida à “Esporte e Educação”, tinha mesmo razões para advertir, após rápida apreciação da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, que: “é preciso tomar cuidado para não se encaminhar a maioria dos

recursos para o esporte de alto nível, no sentido de se obter um resultado esportivo e dizer que está tudo muito bem e que o esporte ‘vai pra frente’”.²⁵⁷

* * *

Assim como se pôde verificar nas edições de número 1 (1976), 2 (1976), 3 (1977), 4 (1978), 5 (1979) e 6 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”, o tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física” foi o segundo mais abordado entre os 209 artigos publicados nas edições de número 1 (1977), 2 (1977), 3 (1977), 4 (1977), 5 (1978), 6 (1978), 7 (1978), 8 (1978), 9 (1979), 10 (1979), 11 (1979) e 12 (1979) do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”. Ao todo, 46 artigos – \cong 22% do total – foram inseridos nessa categoria, que, também de um modo igual ao que se pôde observar nas edições da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” por mim analisadas, ficou atrás apenas da categoria “Notícias gerais sobre o universo da Educação Física/esportes” – onde foram alocados 55 artigos, \cong 26,31% do total.²⁵⁸ De todos os artigos inseridos na categoria “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”, apenas um faz referência ao Pragmatismo e ao Dogmatismo. Trata-se do artigo “Os exercícios físicos no tempo e no espaço”, em que o general Jayr Jordão Ramos – como já vimos, um dos cinco vice-presidentes da Federação Internacional de Educação Física – discute o processo de desenvolvimento histórico da Educação Física enquanto área de conhecimento/prática de intervenção social, bem como as suas relações com o campo Esportivo.²⁵⁹ Conforme Ramos:

O exercício corporal, na busca da condição física geral, necessita, para ministrá-lo, de professores qualificados, capazes de considerar o homem como unidade psicofísica indivisível. A saúde terá valor significativo, mas o apuro das qualidades físicas, morais e sociais constituirão objetivos a alcançar no apuro da formação integral do indivíduo. Tais são as metas atuais da Educação Física.
Deve ser procurado o gosto pelo exercício físico e o sentido de vida social, a fim de conscientizar o indivíduo para cooperar com seus semelhantes e, em particular,

²⁵⁷ ENTREVISTA: UMA CONVERSA COM FARIA JÚNIOR. *Esporte e Educação*, São Paulo, n. 44, p. 5, 1977.

²⁵⁸ *Mutatis mutandis*, os mesmos comentários feitos na nota de rodapé de número 227 também são válidos para esta nota.

²⁵⁹ RAMOS, Jayr Jordão. Os exercícios físicos no tempo e no espaço (parte I). *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 5, p. 12-21, 1978; _____. Os exercícios físicos no tempo e no espaço (parte II). *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 6, p. 13-26, 1978. Gostaria de registrar que o artigo citado também foi publicado, em duas partes, nas edições de número 106 (1979) e 107 (1979) da “Revista de Educação Física”, periódico que, vale lembrar, analisei em minha dissertação de mestrado. Para mais informações, ver Rei (2013) ou, então, RAMOS, Jayr Jordão. Os exercícios físicos no tempo e no espaço (parte I). *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 106, p. 15-20, 1979; _____. Os exercícios físicos no tempo e no espaço (parte II). *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 107, p. 5-13, 1979.

participar da luta contra os grandes males sociais, tais como a fome, a poluição, o terrorismo, o alcoolismo, o tóxico, a pornografia, a marginalidade etc. O professor de Educação Física necessita ter uma cultura sólida, mais do que técnico, deve ser um educador, embora múltiplas serão as suas funções nos diferentes setores sociais. É indispensável que a sua formação seja de nível universitário e o seu espírito aberto a todas as doutrinas teóricas e pedagógicas. Passou-se o tempo do empirismo e dos adestramentos.²⁶⁰

Para o autor:

A célebre Teoria da Pirâmide [Esportiva], um tanto duvidosa e falsa em face da realidade dos fatos, deve ser analisada com inteligência. Melhor seria a representação por blocos superpostos. Na verdade, um grande campeão não resulta, progressivamente, da seleção oriunda do desporto escolar e de massa, embora neles possa ser descoberto.

[...] Na escola, desde o jardim de infância até a universidade, caberá ao professor de Educação Física a ação principal na formação da juventude, havendo perigo se ela for concebida, unicamente, em função de altos rendimentos, com prejuízo para a maioria dos praticantes.

No nível universitário mundial, ao contrário do que muitos pensam, é quase inexistente a obrigatoriedade da Educação Física. Somos favoráveis que sua prática seja facultativa, mas que nas universidades devam existir ótimas instalações e um quadro de professores e técnicos bem qualificados para realização de qualquer atividade física, humanitária ou de alto nível.²⁶¹

Dentro dessa perspectiva, conclui Ramos:

Nos dias vindouros, em virtude das dimensões políticas do fenômeno desportivo, continuará a luta pelas duas linhas de ação: Educação Física humanista e prática desportiva agonística. Elas representam a luta do humanismo contra o treinamento exagerado, do desenvolvimento físico racional contra a alta especialização desportiva, da doutrina contra o pragmatismo, da tradição pedagógica contra a busca de recordes, da filosofia do essencialismo contra o existencialismo, do desporto-jogo contra o de alta-competição. Por determinismo social, ambas as linhas subsistirão, não adiantando uma querer anular a outra. Os seus campos já se encontram perfeitamente definidos.

[...] O desporto agonístico ou pragmático, baseado no esforço máximo e de superação, continuará na sua rota em busca de recordes e vitórias a qualquer preço, mas acreditamos que os verdadeiros educadores, intimamente ligados pelos princípios pedagógicos essenciais, saberão impor, em todos os países, uma Educação Física racional, harmoniosa e útil, estruturada para ser posta verdadeiramente a serviço do homem e da sociedade.²⁶²

Alinhado com a doutrina dogmática, Ramos não só defende que a Educação Física escolar é uma prática educacional compromissada, em última instância, com a formação integral educandos, mas, também, que o professor de Educação Física é, acima de tudo, um educador. Dito de outra forma, o autor sustenta que a formação de atletas de alto nível não é a principal função do referido componente curricular e que, portanto, não cabe ao professor por

²⁶⁰ RAMOS, Jayr Jordão. Os exercícios físicos no tempo e no espaço (parte II). *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 6, p. 20, 1978.

²⁶¹ RAMOS, Jayr Jordão. Os exercícios físicos no tempo e no espaço (parte II). *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 6, p. 24, 1978.

²⁶² RAMOS, Jayr Jordão. Os exercícios físicos no tempo e no espaço (parte II). *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 6, p. 25, 1978.

ele responsável agir como se fosse um treinador esportivo. Em linhas gerais, as críticas ao Pragmatismo feitas por Ramos nas citações acima expressam aquela que talvez seria a preocupação central dos defensores do Dogmatismo: a transformação da Educação Física escolar em um espaço destinado, exclusivamente, à detecção de talentos esportivos. Para os adeptos à doutrina dogmática, a mobilização do componente curricular em debate com a única finalidade de se detectar futuros atletas de alto rendimento era algo extremamente reprovável, na medida em que enfatizava um conjunto aspectos que ofuscavam as suas potencialidades educacionais – como, por exemplo, a competição exacerbada, a especialização precoce, a busca da vitória a qualquer preço, a exclusão dos alunos menos aptos, entre outros. Cabe ressaltar que os professores afeitos ao Dogmatismo não condenavam o uso do esporte para o alcance de finalidades educacionais no âmbito da Educação Física escolar. Muito pelo contrário, o que estava sendo por eles questionado era, apenas, a submissão das aulas de Educação Física aos códigos do esporte de alto nível.²⁶³

Embora o artigo de autoria de Ramos seja o único que faz alusão às doutrinas pragmática e dogmática, pude observar, nas edições do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” aqui estudadas, outras três publicações que fazem referência à uma outra corrente pedagógica: a Psicomotricidade. Refiro-me, mais especificamente, aos artigos “Educação Física e psicomotora das crianças de 4 a 10 anos”, em que Robert Decker – professor do Instituto Pedagógico de Walferdangue (Luxemburgo) e, como já mencionei, um dos presidentes das seções internacionais do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” – discute as relações estabelecidas entre Educação Física escolar e Psicomotricidade, dando ênfase às possíveis contribuições da educação psicomotora para o desenvolvimento de crianças entre 4 e 10 anos; “A finalidade da Educação Física nos primeiros anos escolares e a atualização do professor especializado em Educação Física”, em que Airton Negrine, professor da Escola Superior de Educação Física da Universidade Metodista de Porto Alegre, debate, sob o viés da Psicomotricidade, questões variadas relativas tanto à finalidade da Educação Física no âmbito da educação infantil quanto à formação continuada dos profissionais que atuam nessa mesma área; e “Taxonomia do domínio psicomotor segundo Anita J. Harrow: comentário e crítica”, que nada mais é que uma resenha – assinada por Jacintho Francisco Targa, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio grande do Sul – do já bastante conhecido livro “Taxonomia do

²⁶³ Tratarei desse assunto de um modo mais detalhado mais adiante, ainda nesta seção.

domínio psicomotor”, publicado originalmente em 1972, em língua inglesa, pela psicopedagoga norte-americana Anita Harrow.²⁶⁴

Em resumo, os artigos citados no parágrafo anterior se distanciam da concepção pragmática de Educação Física escolar contida na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, já que defendem, claramente, que a Educação Física escolar é uma prática que deve ser sempre orientada por finalidades educacionais (e não esportivas) e que possui uma inestimável valia para a formação integral dos educandos (e não para a formação de atletas de alto rendimento). É o que se pode perceber, por exemplo, quando Targa, em “Taxonomia do domínio psicomotor segundo Anita J. Harrow: comentário e crítica”, tece, dentro dessa perspectiva, considerações elogiosas sobre a iniciativa de se publicar em língua portuguesa o livro “Taxonomia do domínio psicomotor”, que almeja, entre outros objetivos, contribuir para que os professores de Educação Física: “aumentem sua compreensão e assimilação da importância dos movimentos para o desenvolvimento total da criança [...] [e, também,] comuniquem com exatidão seus objetivos educativos vinculados ao âmbito psicomotor”;²⁶⁵ quando Negrine, em “A finalidade da Educação Física nos primeiros anos escolares e a atualização do professor especializado em Educação Física”, afirma, alinhado com as ideias defendidas por Targa, que a aprendizagem de uma habilidade motora: “deve ser pensada para permitir que a criança seja igual a outras crianças e não para que seja superior em competições altamente competitivas nos moldes da agressividade do desporto quando praticado sem orientação ou educação prévia”;²⁶⁶ ou, então, quando Decker, em “Educação Física e psicomotora das crianças de 4 a 10 anos”, propõe, em sintonia com o que foi apresentado nos dois artigos mencionados anteriormente, que os objetivos gerais e específicos da Educação Física escolar sejam:

[...] subordinados aos objetivos gerais da Educação, a saber, formar as múltiplas dimensões da personalidade dos indivíduos e preparar as suas capacidades para a vida social.

Na criança de idade pré-escolar e mesmo da escola primária, o movimento e os jogos constituem um elemento básico, um princípio estrutural de toda a área educativa, de todo o ensino. Graças e por meio do vivido, do movimento, das atividades concretas, da exploração dos objetos e das coisas, graças a múltiplas experiências feitas na alegria e no clima confiante, a criança faz, progressivamente, a conquista de seu meio próximo e direto, dos objetos, das coisas e das pessoas e aprende a adaptar-se, seja acomodando-se a eles, seja assimilando-os.

²⁶⁴ Para mais informações sobre esse livro, cujo título é autoexplicativo, ver Harrow (1972).

²⁶⁵ TARGA, Jacintho Francisco. Taxonomia do domínio psicomotor segundo Anita J. Harrow: comentário e crítica. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 12, p. 10, 1979.

²⁶⁶ NEGRINE, Airton. A finalidade da Educação Física nos primeiros anos escolares e a atualização do professor especializado em Educação Física. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 10, p. 18, 1979.

Como área educativa específica, a Educação Física contribui, pela sua abordagem específica, para a realização dos objetivos gerais da Educação.

Para cada criança, ela procura:

- por um lado, responder às necessidades específicas da atividade motora, da atividade lúdica, do desgaste físico, do desenvolvimento psicomotor, da socialização, apresentando a um só tempo um interesse imediato e um alcance duradouro;
- por outro lado, oferecer situações – problemas motivadores, permitindo tomada de consciência e tomada de responsabilidade que constituem os primeiros passos para a autonomia e a disponibilidade.

Para o grupo, a Educação Física deve contribuir para sua promoção coletiva, a um só tempo:

- permitindo descobrir e corrigir as diversas deficiências, pelo estímulo da vontade de progresso pessoal, de ajuda mútua e de emulação;
- ajudando a comunidade a estabelecer-se e a estruturar-se em volta do jogo como de um trabalho, abrindo-se para as diversas comunidades que a cercam e que a englobam.

Contribuindo para criar um clima de escola ativa, de escola feliz, a Educação Física deve favorecer uma atitude positiva em relação à formação associada nos espíritos, à lembrança de feitos claramente bem-sucedidos. Enfim, ela proporciona um terreno privilegiado para se observar a criança e pôr em ação uma pedagogia de ajuda.²⁶⁷

Sendo assim, complementa o autor:

Os objetivos globais da Educação Física podem ser formulados como se segue:

Contribuir por meio do ensino e da prática consciente de um vasto elenco de atividades físicas e desportivas pertencentes ao nosso patrimônio sociocultural:

- (a) para o desenvolvimento e a manutenção das capacidades funcionais necessárias ao bem-estar do indivíduo, bem como para o desenvolvimento das estruturas e de funções tais como esquema corporal, consciência e domínio do corpo, coordenação, percepção e organização do tempo e do espaço;
- (b) para o crescimento das capacidades de expressão, de comunicação e de realização por intermédio do corpo e através das atividades individuais e coletivas. A educação corporal assim concebida não se reduz à aquisição de técnica desportivas, mesmo se utilizadas amplamente;
- (c) para a informação sobre as atividades físicas e desportivas, suas regras, sua estrutura, seus efeitos sobre o homem, suas possibilidades e também seus limites como meio de educação, de expansão e de realização o homem.

Essa área educativa constitui um elemento básico insubstituível da formação da personalidade. Com a expressão oral, a linguagem matemática e científica e a expressão estética, a linguagem corporal e os comportamentos motores permitem que o homem se exprima, aja, comunique-se, realize-se plenamente na vida social.

Os objetivos imediatos decorrentes desses objetivos globais são os seguintes:

- manutenção e desenvolvimento da condição física, o que se aplica na realização dos seguintes objetivos intermediários:
 - (a) bom funcionamento do sistema cardiopulmonar;
 - (b) desenvolvimento da força muscular de endurance/resistência;
 - (c) agilidade e flexibilidade do corpo e dos membros.
- possibilidade e estímulo por um interesse durável nas atividades físicas e desportivas, o que implica na realização dos seguintes objetivos intermediários:
 - (a) aprender habilidades motoras e desportivas fundamentais;
 - (b) iniciar nas diferentes formas de atividades físicas e desportivas, permitindo assim que as crianças escolham, segundo seus interesses e gostos, as atividades que melhor lhes convierem;
 - (c) informar sobre o movimento e as atividades físicas e esportivas;
 - (d) guiar as crianças na escolha das atividades que lhes interessam;

²⁶⁷ DECKER, Robert. Educação Física e psicomotora das crianças de 4 a 10 anos. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 8, p. 35, 1978.

(e) viver experiências agradáveis e enriquecedoras relacionadas com as atividades desportivas.²⁶⁸

Como se pode ver, os artigos assinados por Targa, Negrine e Decker se distanciam, em grande medida, da concepção pragmática expressa na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” – notadamente, por conceberem a Educação Física escolar como uma prática eminentemente educacional e compromissada, acima de tudo, com a educação global dos educandos. Afora demarcar esses pontos de distanciamento entre as concepções de Educação Física escolar contidas nos artigos citados e no plano e na política em tela, gostaria de destacar, neste parágrafo, uma outra questão: o ano de publicação dos artigos de autoria de Targa, Negrine e Decker, que está situado entre os anos finais da década de 1970 – 1979, 1979 e 1978, respectivamente. Cumpre mencionar que, além dos artigos mencionados, pude detectar nos periódicos analisados nesta tese somente mais um artigo que versa sobre questões relativas à Psicomotricidade. Refiro-me ao artigo “Psicomotricidade”, publicado, como já vimos, por Fensterseifer, também no final dos anos 1970 – mais precisamente, na edição de número 4 (1979) da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”. A presença de artigos dessa natureza entre os anos finais da década de 1970 foi igualmente percebida por Tabor da de Oliveira (2001), ao analisar as edições da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” lançadas de 1968 a 1984. Se, por um lado, é bem verdade que não achei artigos que tratam de assuntos referentes à Psicomotricidade nas edições da “Revista de Educação Física” (1976-1979) apreciadas em minha dissertação de mestrado (REI, 2013), bem como nos demais periódicos examinados nesta tese – “Esporte e Educação” (1977), “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” (1978-1979) e “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” (1979); por outro, creio que, de toda maneira, os artigos por mim detectados na “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” e no “Boletim da Federação Internacional de Educação”, tal como os artigos examinados por Tabor da de Oliveira (2001) na “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos”, são elementos que, ainda assim, me permitem afirmar que o final dos anos 1970 caracteriza-se, com efeito, como o momento em que surgiram, na imprensa especializada em Educação Física e esportes, os primeiros trabalhos que abordam a Educação Física escolar sob o viés da Psicomotricidade: área de conhecimento transdisciplinar que, paralelamente ao Dogmatismo, começava a se caracterizar, no campo da Educação Física brasileira, como uma nova via de combate à submissão da Educação Física escolar aos códigos do esporte de alto

²⁶⁸ DECKER, Robert. Educação Física e psicomotora das crianças de 4 a 10 anos. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 8, p. 35-36, 1978.

rendimento e, conseqüentemente, ao próprio Pragmatismo. A propósito, em que pese os esforços entabulados pelos teóricos afeitos à doutrina dogmática, a Psicomotricidade foi, como demonstram Darido e Sanchez Neto (2005), a primeira abordagem mais consistente de contraposição à doutrina pragmática observada no campo da Educação Física nacional. Abordagem essa que visava, em resumo, promover – sobretudo, durante a primeira e a segunda infância – a educação integral a partir da mediação pedagógica das atitudes corporais e dos movimentos espontâneos dos escolares, fundamentada tanto na crença de que existia uma interdependência entre o desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo dos mesmos quanto pelo entendimento de que, especialmente por esse motivo, funções psicomotoras como o esquema corporal, a estruturação espacial e a orientação temporal constituíam-se como elementos estruturantes da aprendizagem da leitura, da escrita, das operações matemáticas básicas e de tantos outros conteúdos específicos das mais diversas disciplinas escolares.²⁶⁹

Entre os artigos sobre o tema “Fundamentos Pedagógicos da Educação Física” verificados no “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”, um também foi publicado pela “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”: o “Manifesto Sobre o *Fair Play*”, que, vale lembrar, é de autoria da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura e tem como objetivo estabelecer tanto considerações gerais quanto propostas de ações sobre a consolidação do *fair play* no campo Esportivo mundial.²⁷⁰ No “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979), pude detectar, ainda, um outro artigo assinado pela mesma organização responsável pela publicação do “Manifesto Sobre o *Fair Play*”: a “Carta Internacional da Educação Física e do Esporte”, publicada originalmente em 1978, no âmbito da 20ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura, com o objetivo de defender o acesso à Educação Física e ao esporte como um direito fundamental de todos os seres humanos. Segundo a referida carta:

Todo ser humano tem o direito fundamental de acesso à Educação Física e ao esporte, que são essenciais para o pleno desenvolvimento da sua personalidade. A liberdade de desenvolver aptidões físicas, intelectuais e morais, por meio da Educação Física e do esporte, deve ser garantido dentro do sistema educacional, assim como em outros aspectos da vida social.

²⁶⁹ Acredito que os debates acadêmicos sobre os fundamentos basilares da Psicomotricidade, assim como acerca das suas diversas perspectivas, já são bastante conhecidos para que eu me detenha neles com minúcia. De toda forma, mais informações, ver, entre outros, Lapierre e Aucouturier (1986) e Le Boulch (1987).

²⁷⁰ Para mais informações, rever a referência contida na nota de rodapé de número 236 ou, então, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Manifesto Sobre o *Fair Play*. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 7, p. 59-66, 1978.

[...] A Educação Física e o esporte, como dimensões essenciais da educação e da cultura, devem desenvolver habilidades, força de vontade e autodisciplina em todos os seres humanos, como membros plenamente integrados à sociedade. A continuidade da atividade física e a prática de esportes devem ser asseguradas por toda a vida, por meio de uma educação ao longo da vida, integral e democrática.

[...] No âmbito individual, a educação e o esporte contribuem para a manutenção e a melhora da saúde, proporcionam uma atividade saudável de lazer e permitem que as pessoas superem os inconvenientes da vida moderna. No âmbito da comunidade, eles enriquecem as relações sociais e desenvolvem o jogo limpo (*fair play*) que é essencial não apenas para o esporte em si, mas também para a vida em sociedade.

[...] Os sistemas de educação como um todo devem considerar o devido lugar e importância da Educação Física e do esporte, para estabelecer um equilíbrio e fortalecer vínculos entre as atividades físicas e outros componentes da educação.

[...] No processo da educação em geral, os programas de Educação Física e de esporte devem, por meio de seus conteúdos e horários, auxiliar a criar hábitos e padrões de comportamento condizentes ao pleno desenvolvimento da pessoa humana.

[...] De acordo com o ideal olímpico, o esporte competitivo, mesmo quando na forma de espetáculo, deve cumprir o propósito do esporte educacional, do qual representa o ápice. Não deve, de forma alguma, ser influenciado por interesses comerciais que visam ao lucro.²⁷¹

Como se pode observar, a “Carta Internacional da Educação Física e do Esporte” se aproxima, em grande medida, das linhas mestras do Dogmatismo. Afinal, tal documento defende que a Educação Física escolar deve ser uma prática comprometida, fundamentalmente, com o pleno desenvolvimento do ser humano, além de ressaltar, entre outras coisas, que até mesmo o esporte competitivo – inclusive, em sua forma de espetáculo – deve ser sempre orientado por preceitos educacionais. Sobre a referida carta, é importante lembrar que ela foi produzida em um contexto semelhante ao de outros documentos publicados por organizações internacionais já analisados nesta tese. Falo, mais precisamente, daqueles intitulados “Manifesto Mundial do Desporto”, “Função da Educação Física e dos desportos na formação da juventude, a partir do ponto de vista de uma educação permanente” e “Manifesto Sobre o *Fair Play*”, que, assim como a “Carta Internacional da Educação Física e do Esporte”, eram de autoria da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura: agência que, como já vimos, foi uma das partícipes de um movimento reacionário internacional, capitaneado pelos países até então desenvolvidos (Estados Unidos da América, França, Inglaterra, entre outros), a partir da década de 1950. Movimento esse que via o esporte, de um modo geral, e a Educação Física, mais especificamente, como possíveis vias de combate – através da promoção da aptidão física e da formação para o aproveitamento sadio do lazer – tanto dos desequilíbrios causados pelo avanço do capitalismo (desigualdade social, extinção dos valores humanos, degradação ambiental etc.) quanto das crescentes

²⁷¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Carta Internacional da Educação Física e do Esporte. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 12, p. 38-39, 1978.

reivindicações populares influenciadas por movimentos de feições socialistas (movimentos de liberação nacional, movimento de maio de 1968, Revolução dos Cravos, entre outros). Ainda no que se refere ao contexto de publicação dos documentos citados, é importante mencionar, de acordo com Tubino (2010), que eles também foram concebidos para serem atos de reação a um momento de decadência do Comitê Olímpico Internacional, que foi provocada, sobretudo, por dois fatores inter-relacionados: (1) os crescentes casos de uso político do esporte verificados a partir da década de 1950 (um exemplo dessa natureza é, entre tantos outros, o já bastante conhecido episódio do sequestro e do assassinato de atletas israelenses por militantes da organização palestina Setembro Negro nos Jogos Olímpicos de Munique – 1972); e (2) o declínio dos próprios princípios e valores olímpicos (amizade, compreensão mútua, solidariedade, *fair play* etc.), em função dos ditos casos de usos políticos do esporte e, também, em decorrência de determinados males provocados pelo competitivismo exacerbado e sem preocupação moral (*doping*, amadorismo marrom, chauvinismo, manipulação de resultados etc.). Conforme o autor, em que pese a relevância de iniciativas como a criação do movimento Esporte Para Todos²⁷² e a publicação de documentos anteriores assinados por organizações internacionais, esse quadro só começa a ser revertido a partir de 1978, com a divulgação da “Carta Internacional de Educação Física e Esporte” e, conseqüentemente, com o fortalecimento da ideia de que o acesso à Educação Física e ao esporte deveria ser, de fato, concebido como um direito fundamental de todos os seres humanos. Nas palavras de Tubino (2010):

Em 1976, durante a I Reunião de Ministros de Esporte (em Paris), ficou decidido que até o final da década a Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura se responsabilizaria pela publicação e divulgação de um documento com diretrizes efetivas para que governos e populações em geral se referenciassem nas questões relativas ao esporte, para um mundo melhor. Esse documento foi a Carta Internacional de Educação Física e Esporte (1978). Nessa carta, logo no artigo primeiro, ficou o reconhecimento de que as práticas esportivas são direito de todas as pessoas. Esse pressuposto rompeu com a perspectiva anterior do esporte moderno de que o esporte era uma prerrogativa dos talentos e anatomicamente indicados, isto é, fez o esporte sair da perspectiva única do rendimento para a perspectiva do direito de todos às práticas esportivas. Nessa nova perspectiva, o esporte passou, na sua ampliada abrangência social, a compreender todas as pessoas, independentemente das suas idades e de suas situações físicas. Depois da Carta da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura, todos os documentos do esporte (Carta Olímpica, agendas, conclusões de congressos, manifestos etc.) passaram a também reconhecer o direito de todas as práticas esportivas, defendendo a inclusão social no esporte (p. 28).

Como destaca o autor, é bem verdade que:

²⁷² Para mais informações, rever a nota de rodapé de número 233.

No contexto internacional, na década de 1960, já existiam movimentos que contestavam o esporte na perspectiva única do rendimento. O Manifesto do Esporte (1968), o movimento Esporte Para Todos e os depoimentos de intelectuais [George Magnane, René Maheu, José Maria Cagigal, Pierre Parlebas, Cazorla Prieto, Ferruccio Antonelli, Phillip Noel-Baker, entre outros] já criavam uma atmosfera de aumento da abrangência social do esporte. Entretanto, o marco desse novo entendimento do fenômeno esportivo é, sem dúvida, a Carta Internacional de Educação Física e Esporte [...].

[Já no Brasil, somente o] texto constitucional de 1988 consolidou esse entendimento ao priorizar recursos públicos para o esporte educacional e, no *caput* do art. 217, estabelecer como dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e não-formais, como direito de cada um. Recordar-se que a carta da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura de 1978 consolidava, logo no seu primeiro artigo, o direito de todas as pessoas as práticas esportivas. Embora a Constituição Federal de 1988 já se referenciasse num novo conceito de esporte, o Brasil permaneceu até 1993 sem uma lei específica do esporte que acompanhasse o texto constitucional. Isso aconteceu na Lei nº 8.672/1993 (Lei Zico). A Lei Zico foi marcante, pois logo no início determinou conceitos e princípios para o esporte brasileiro, inclusive contemplando o reconhecimento das manifestações esportivas (esporte-educação, esporte-participação e esporte-performance) (p. 29).

Na edição de número 3 (1977) do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”, é possível observar outros seis artigos que são atravessados por uma concepção de Educação Física escolar próxima à da “Carta Internacional da Educação Física e do Esporte” e que, portanto, se alinham, significativamente, com o que propõe, de um modo geral, a doutrina dogmática. Eis os artigos mencionados, cujos títulos são, em boa parte, autoexplicativos: (1) “A formação dos docentes em Educação Física e desportiva: ensinamentos e conclusões do Congresso Internacional de Educação Física e Desportiva de Madri (Espanha)”, de Robert Decker – autor já apresentado nesta tese, em outras oportunidades;²⁷³ (2) “A avaliação na formação profissional dos professores de atividades físicas”, de Maurice Pieron, professor do Instituto Superior de Educação Física da Universidade de Liège (Bélgica);²⁷⁴ (3) “Origens e desenvolvimento das instituições de formação dos professores de Educação Física na Europa nos séculos XIX e XX”, de Kajetan Hadzelek, professor da Academia de Educação Física de Varsóvia (Polônia);²⁷⁵ (4) “O currículo dos institutos de Educação Física – estudo comparativo de 42 países”, de Walter Dufour, professor de Educação Física da Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica);²⁷⁶ (5) “Problemas da amplitude e da profundidade do treinamento nas diferentes atividades

²⁷³ DECKER, Robert. A formação dos docentes em Educação Física e desportiva: ensinamentos e conclusões do Congresso Internacional de Educação Física e Desportiva de Madri (Espanha). *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 3, p. 39-41, 1977.

²⁷⁴ PIERON, Maurice. A avaliação na formação profissional dos professores de atividades físicas. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 3, p. 44-52, 1977.

²⁷⁵ HADZELEK, Kajetan. Origens e desenvolvimento das instituições de formação dos professores de Educação Física na Europa nos séculos XIX e XX. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 3, p. 41-44, 1977.

²⁷⁶ DUFOUR, Walter. O currículo dos institutos de Educação Física – estudo comparativo de 42 países. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 3, p. 52-58, 1977.

esportivas durante a formação dos professores de Educação Física”, de John Andrews, professor de Educação Física do Saint Paul’s College de Cheltenham (Inglaterra) e, como já pontuei, um dos membros do conselho de edição do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”;²⁷⁷ e (6) “Pesquisa sobre a estrutura do programa de estudos em Educação Física”, de Ryszard Przeweda, professor da Academia de Educação Física de Varsóvia.²⁷⁸

Os seis artigos mencionados no parágrafo anterior nada mais são que resumos expandidos de comunicações orais, selecionadas pelo expediente do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”, entre cerca de 65 apresentações que compuseram a programação geral do Congresso Internacional de Educação Física e Desportiva de Madri. Congresso esse que reuniu, em 1977, aproximadamente 300 especialistas oriundos de mais de 40 países, afora autoridades e representantes de diversas organizações internacionais vinculadas tanto ao campo da Educação Física quanto ao campo Esportivo.²⁷⁹ Gostaria de destacar que dois aspectos, em especial, me chamaram a atenção nesses seis artigos citados. O primeiro é que todos eles tomam a formação de professores no campo da Educação Física/Esportivo como tema central de suas reflexões. O segundo é que esses mesmos artigos, ao desenvolverem suas reflexões sobre o referido tema, expressam, em consonância com a “Carta Internacional da Educação Física e do Esporte”, o entendimento de que a Educação Física escolar é um componente curricular que deve ser voltado para a formação integral do ser humano e não para a formação de atletas e que, justamente por esse motivo, a formação de professores de Educação Física não pode ser entendida como sinônimo de formação de treinadores esportivos, mas sim de professores/educadores. Tal entendimento pode ser claramente observado, por exemplo, nos excertos a seguir, contidos no artigo “A formação dos docentes em Educação Física e desportiva: ensinamentos e conclusões do Congresso Internacional de Educação Física e Desportiva de Madri (Espanha)”:

Mais de 300 especialistas de 41 países, o vice-diretor da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura e representantes de órgãos não-

²⁷⁷ ANDREWS, John. Problemas da amplitude e da profundidade do treinamento nas diferentes atividades esportivas durante a formação dos professores de Educação Física. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 3, p. 58-64, 1977. Cabe esclarecer que esse artigo tem por objetivo discutir, criticamente, supostos problemas derivados do ato de se reduzir, em cursos de formação de professores de Educação Física, o ensino de modalidades esportivas específicas (basquete, futebol, handebol, voleibol, entre outras) à meras práticas de treinamento esportivo.

²⁷⁸ PRZEWEDA, Ryszard. Pesquisa sobre a estrutura do programa de estudos em Educação Física. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 3, p. 64-67, 1977. Também faz-se relevante precisar que esse artigo objetiva discutir, em linhas gerais, a estrutura curricular dos cursos europeus de formação de professores de Educação Física.

²⁷⁹ DECKER, Robert. A formação dos docentes em Educação Física e desportiva: ensinamentos e conclusões do Congresso Internacional de Educação Física e Desportiva de Madri (Espanha). *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 3, p. 39-41, 1977.

governamentais internacionais de Educação Física e desportiva participaram desse importante congresso, para ouvir cerca de 65 comunicações, para proceder a troca de ideias e de experiências, para discutir em conjunto inúmeros e muitos variados problemas que se apresentam nesse campo nos países europeus, norte-americanos, latino-americanos, africanos, asiáticos, árabes...

Inútil repetir que a variedade, e mesmo a diversidade, é grande entre os programas, os currículos, os conteúdos e os métodos de ensino e mesmo as finalidades nas diferentes escolas superiores de Educação Física. Entretanto, algumas tendências gerais parecem verificar-se em numerosos países, tanto no que se refere a programas quanto à concepção geral do professorado em Educação Física e, relativamente às especificações, na formação superior e nos sistemas de avaliação do rendimento acadêmico e dos diplomas.²⁸⁰

Para Decker:

A tendência geral em matéria de formação de docentes em Educação Física e desportiva nos diferentes países, tanto capitalistas (como a Europa do Oeste, os EE.UU. e o Canadá, os países da América Latina, Hong-Kong e Singapura) quanto os socialistas (sobretudo a Polônia, a Tchecoslováquia, a Romênia, a R.D. Alemã, a URSS) parece ser a seguinte:

Todos os docentes em Educação Física, tanto do primário quanto do secundário, devem receber uma sólida formação superior ou universitária.

Todos os problemas da Educação Física e dos desportos devem receber uma formação geral e profunda em ciências da Educação; além disso, os docentes devem receber uma formação especializada que convenha os diferentes setores de possíveis atividades: alunos de diferentes faixas etárias, Educação Física para incapacitados, esporte para todos, esporte para lazer, esporte de competição (treinadores especializados), pesquisa em Educação Física e desportos, administração esportiva.²⁸¹

Ainda conforme o autor:

[...] Constata-se que os objetivos, as estruturas, os programas e a avaliação da formação de professores orienta-se cada vez mais no sentido de uma educação global, permanentemente aberta a todos.

[...] A formação técnico-desportiva não deve limitar-se a um treinamento em um número relativamente grande de disciplinas desportivas, mas deve ser sobretudo uma formação pedagógica nessas diferentes atividades físicas.

[...] Em toda a formação de professor deve haver equilíbrio entre a formação desportiva prática e pedagógica, a formação científica e a formação didática-metodológica (por exemplo: 40%, 40% e 20%).

[...] Em geral, constata-se uma evolução muito rápida na formação de professores de Educação Física em praticamente todos os países. Enquanto que no início do século XIX os professores de Educação Física [...] não tinham formação especial, [...] esta formação, rudimentar a princípio, tornou-se cada vez mais avançada, com o progresso das ciências da Educação, nas instituições de formação superior.²⁸²

²⁸⁰ DECKER, Robert. A formação dos docentes em Educação Física e desportiva: ensinamentos e conclusões do Congresso Internacional de Educação Física e Desportiva de Madri (Espanha). *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 3, p. 39, 1977.

²⁸¹ DECKER, Robert. A formação dos docentes em Educação Física e desportiva: ensinamentos e conclusões do Congresso Internacional de Educação Física e Desportiva de Madri (Espanha). *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 3, p. 39, 1977.

²⁸² DECKER, Robert. A formação dos docentes em Educação Física e desportiva: ensinamentos e conclusões do Congresso Internacional de Educação Física e Desportiva de Madri (Espanha). *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 3, p. 39-40, 1977. Voltarei a tratar da concepção dogmática de Educação Física escolar que atravessa esse e os demais artigos provenientes de comunicações orais apresentadas no Congresso Internacional de Educação Física e Desportiva de Madri mais adiante, ainda neste capítulo.

Na edição de número 4 (1977) do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”, identifiquei, assim como na edição de número 3 (1977) desse periódico, mais seis artigos que são resumos expandidos de comunicações orais apresentadas no Congresso Internacional de Educação Física e Desportiva de Madri. Eis os artigos mencionados, cujos títulos são, igualmente aos dos outros seis que compuseram a terceira edição do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”, em boa parte autoexplicativos: (1) “Algumas questões práticas relativas à formação de professores de Educação Física para a escola primária”, de Robert Decker;²⁸³ (2) “Por uma seleção mais arrojada, uma iniciação mais eficaz e uma orientação mais completa dos professores de Educação Física”, de Constantin Casvikis, delegado da Federação Internacional de Educação Física na Grécia;²⁸⁴ (3) “Estudo comparativo das comunicações verbais de ensino em atividades de Educação Física de base e em atividades esportivas”, de Jacques Florence, professor do Instituto de Educação Física da Universidade Católica de Louvain (Bélgica);²⁸⁵ (4) “Formação de professores de Educação Física em nível escolar – um aspecto muitas vezes negligenciado: a formação de uma mentalidade e de um comportamento de educador”, de Pierre Seurin, presidente, como já vimos, da Federação Internacional de Educação Física;²⁸⁶ (5) “As escolas de Educação Física no mundo: estudo comparativo”, de José Maria Cagigal, presidente da Associação Internacional das Escolas Superiores de Educação Física e vice-presidente da Federação Internacional de Educação Física para a Europa;²⁸⁷ e (6) “A problemática da avaliação da

²⁸³ DECKER, Robert. Algumas questões práticas relativas à formação de professores de Educação Física para a escola primária. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 4, p. 22-23, 1977. Cumpre dizer que esse artigo tem por objetivo discutir a qualidade dos cursos superiores de Educação Física a nível mundial, atribuindo ênfase ao debate de aspectos gerais (componentes curriculares, orientação acadêmica e profissional, demanda por conhecimento científico etc.) do processo de formação de graduandos que visam atuar, especificamente, no ensino primário.

²⁸⁴ CASVIKIS, Constantin. Por uma seleção mais arrojada, uma iniciação mais eficaz e uma orientação mais completa dos professores de Educação Física. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 4, p. 29-31, 1977. Também é válido mencionar que esse artigo objetiva discutir, em termos gerais, o processo seletivo de graduandos para cursos superiores de Educação Física, sustentando o argumento de que o referido processo deveria se iniciar já na educação básica, por meio do desenvolvimento de registros e análises das tendências e inclinações manifestadas pelos educandos das instituições de ensino básico ao longo de suas experiências de escolarização.

²⁸⁵ FLORENCE, Jacques. Estudo comparativo das comunicações verbais de ensino em atividades de Educação Física de base e em atividades esportivas. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 4, p. 35-40, 1977. É igualmente relevante explicitar que este artigo expõe os principais resultados de uma pesquisa realizada, entre 1975 e 1976, com 20 graduandos do Instituto de Educação Física da Universidade Católica de Louvain, a fim de verificar em que medida tais graduandos conciliavam, em suas práticas de estágio supervisionado, o ensino do esporte com a abordagem de outros possíveis conteúdos da Educação Física escolar.

²⁸⁶ SEURIN, Pierre. Formação de professores de Educação Física em nível escolar – um aspecto muitas vezes negligenciado: a formação de uma mentalidade e de um comportamento de educador. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 4, p. 23-29, 1977.

²⁸⁷ CAGIGAL, José Maria. As escolas de Educação Física no mundo: estudo comparativo. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 4, p. 31-34, 1977.

formação de professores de Educação Física e desportiva”, de Ivon Adam, professor do Instituto Nacional de Educação Física e Esporte de Paris (França).²⁸⁸

Além de serem resumos expandidos de comunicações orais que compuseram a programação geral do Congresso Internacional de Educação Física e Desportiva de Madri, os artigos destacados no parágrafo acima possuem mais dois pontos em comum com os outros seis artigos desse mesmo tipo publicados na edição de número 3 (1977) do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”. Primeiramente, todos eles tomam, como os seus próprios títulos indicam, a formação de professores no campo da Educação Física/Esportivo como um aspecto central de suas reflexões. Ademais, também pude perceber, a partir da realização de uma leitura mais detida de cada um desses artigos, que os mesmos se aproximam, expressivamente, daquilo que propõe, em termos gerais, o Dogmatismo. Em outras palavras, tais artigos defendem que a Educação Física escolar é um componente curricular que deveria priorizar a formação global do ser humano e não a formação de atletas e que, em vista disso, a formação de um professor de Educação Física, concebido acima de tudo como um educador, jamais poderia ser considerada como equivalente à formação de um treinador esportivo. No que se refere a esse assunto, vejamos, por exemplo, o que diz o artigo “Formação de professores de Educação Física em nível escolar – um aspecto muitas vezes negligenciado: a formação de uma mentalidade e de um comportamento de educador”:

A formação do professor de Educação Física deve evidentemente ser determinada por uma concepção geral de educação e mais especialmente da educação por meio de atividades físicas, isto é, do que chamamos habitualmente – em numerosos países ainda – de Educação Física.

Essas perspectivas educacionais devem ser nítidas e predominantes na consciência do professor de Educação Física.

Elas colocam em segundo plano – como meios e não como fins – as aprendizagens esportivas especializadas, o treinamento para a competição esportiva e a preparação dos campeões, coisas que, infelizmente, são na realidade muitas vezes consideradas por muitos dos responsáveis pela Educação Física e pelo esporte como objetivos principais a se atingir.

Digamos – para definir uma posição contrária – que o que deve antes de tudo interessar ao professor de Educação Física são os mais fracos, isto é, aqueles que mais necessitam de sua ajuda, e, de todo modo, a massa de indivíduos com diferentes níveis de valor físico e excepcionalmente aqueles que têm as melhores possibilidades, ou seja, os futuros campeões, que constituem, pela própria definição, apenas uma íntima minoria de sujeitos, já favorecidos pelo dom natural e que não se deve portanto privilegiar exageradamente com atenção ou ajuda especial.

A preparação dos campeões, a ajuda aos campeões, podem certamente justificar-se – e não somos absolutamente contrários a ela.²⁸⁹

²⁸⁸ ADAM, Ivon. A problemática da avaliação da formação de professores de Educação Física e desportiva. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 4, p. 41-46, 1977.

²⁸⁹ SEURIN, Pierre. Formação de professores de Educação Física em nível escolar – um aspecto muitas vezes negligenciado: a formação de uma mentalidade e de um comportamento de educador. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 4, p. 24, 1977.

Todavia, complementa Seurin:

[...] como atualmente parece possível afirmar-se que há pouca relação entre a fama dos campeões e a prática habitual do esporte pela massa dos indivíduos, não é mais possível que um sistema educativo nacional se lance numa “política de campeões”, em detrimento de uma política do “Esporte para Todos” e de uma Educação Física escolar mais eficaz.

Esta concepção filosófica e social do esporte e da Educação Física deve guiar constantemente a formação dos educadores.

[...] A força social do esporte é tal que a orientação esportiva do ensino escolar e, como consequência lógica, a da formação dos professores, torna-se, a nosso ver, excessiva e perigosa para a educação.

Tem-se, assim, a tendência para formar, principalmente, treinadores de esporte e não educadores. Devemos reagir contra tal tendência. Ainda mais que ficou muitas vezes provado que quando se sabe formar um bom educador (professor de Educação Física), este pode se tornar um excelente treinador. Há muitos exemplos neste campo, em todos os países.

O contrário ocorre mais raramente. E de toda maneira, a própria qualidade do professor de Educação Física, bem como do treinador, depende muito mais das qualidades humanas e sociais, lentas na sua formação quando não são inatas ou precocemente adquiridos quanto mais leve for o nível de cultura e da formação geral do professor. De onde se concluir, logicamente, quanto à importância primordial que convém dar à formação de uma mentalidade e de um comportamento de educador.²⁹⁰

Acredito que as citações de Decker e de Seurin são exemplos que resumem bem a concepção de Educação Física escolar que atravessa os 12 artigos, provenientes de comunicações orais apresentadas no Congresso Internacional de Educação Física e Desportiva de Madri, publicados nas edições de número 3 (1977) e 4 (1977) do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”. Por esse motivo, parece-me ser desnecessário discutir detalhadamente, aqui, cada um deles. Ao invés disso, creio ser mais relevante, neste momento, sublinhar que, ao finalizar a leitura desses 12 artigos, cheguei à conclusão de que os mesmos se afastavam, em grande medida, da concepção pragmática de Educação Física escolar expressa na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Tal conclusão se deu pelo fato de que todos os 12 artigos citados nos parágrafos anteriores, embora tivessem suas especificidades, não só compartilhavam, em sintonia com as linhas mestras do Dogmatismo, do entendimento de que a Educação Física escolar era uma prática eminentemente educacional e de grande valia para a formação integral do ser humano, como, também, possuíam um posicionamento crítico sobre dois aspectos que eram tidos, pela doutrina dogmática, como dois dos principais pontos problemáticos do Pragmatismo: a redução da Educação Física escolar ao processo de ensino-aprendizagem de modalidades esportivas, pautado pelos códigos do esporte de alto rendimento, e, conseqüentemente, a equiparação do processo de formação, em nível superior, de professores de Educação Física e

²⁹⁰ SEURIN, Pierre. Formação de professores de Educação Física em nível escolar – um aspecto muitas vezes negligenciado: a formação de uma mentalidade e de um comportamento de educador. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 4, p. 25-29, 1977.

de treinadores esportivos. Cabe esclarecer, fazendo uso das palavras de Tabora de Oliveira (2001), que quando identifico, nos artigos que se alinham, de um modo geral, com o que propõe o Dogmatismo, uma postura crítica, realizo tal operação: “nos estreitos limites de compreensão e interpretação das dimensões específicas da Educação Física [escolar]” (p. 133). Afinal, como afirma o autor, por mais que os artigos afeitos à doutrina dogmática preconizem que a educação humana deva se dar em uma perspectiva global, as formulações dos mesmos nunca levam em consideração a crítica a aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais mais amplos, entre os quais eu poderia destacar: “as relações de poder, as desigualdades [...], as práticas de dominação material e simbólica[, entre outros]” (IDEM). Em síntese, é por esse motivo que entendo, de acordo com Tabora de Oliveira (2001), que tais artigos podem até ser considerados como: “críticos [...] de um modelo de Educação Física [escolar] preponderantemente esportivo[, mas não como] críticos sociais, políticos ou algo similar” (IDEM).²⁹¹

Faz-se relevante mencionar que detectei, entre as edições do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” editadas entre 1977 e 1979, outros dois artigos que tem por objetivo apresentar sínteses de debates travados em outros dois congressos específicos do campo da Educação Física/Esportivo: (1) “A criança e o movimento”, em que Robert Decker desenvolve um resumo das principais discussões realizadas no Congresso Científico Sobre a Criança e o Movimento de Berlim (Alemanha) – evento organizado, em 1977, pela Federação Alemã de Ginástica de Berlim Ocidental, em parceria com o Instituto Federal das Ciências do Esporte de Hahn (Alemanha), e que contou com a participação de mais de 750 congressistas oriundos de cerca de 10 países, em sua maioria: “práticos, monitores e dirigentes da Federação Alemã de Ginástica, mas também professores e formadores dos institutos universitários das ciências dos esporte, dos institutos de formações de pessoal docente para escolas e também para os clubes e federações de ginástica”,²⁹² e (2) “Impressões, ensinamentos, reflexões”, em que Decker – ou seja, o mesmo autor que assinou o artigo citado anteriormente – estabelece um panorama geral das questões centrais tratadas no Congresso Internacional da Federação Internacional de Educação Física: Educação Física e Desenvolvimento Social – evento organizado, como se pode presumir, pela Federação Internacional de Educação Física, em 1979, na Universidade de Obrero (Suécia), e que contou com a participação de aproximadamente 400 especialistas de 22 países, afora autoridades e

²⁹¹ Voltarei a tratar desse assunto mais adiante, ainda neste capítulo.

²⁹² DECKER, Robert. A criança e o movimento. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 6, p. 37, 1977.

representantes de distintas organizações internacionais vinculadas tanto ao campo da Educação Física quanto ao campo Esportivo.

Cumprе registrar que há, embutidas nos artigos “A criança e o movimento” e “Impressões, ensinamentos, reflexões”, defesas de ideias que se distanciam, claramente, daquilo que o Pragmatismo propõe, em linhas gerais, para a Educação Física escolar: tomar o referido componente curricular como um celeiro de atletas, com vistas ao fortalecimento de sistemas esportivos nacionais. Em “Impressões, ensinamentos, reflexões”, Decker tece, por exemplo, considerações elogiosas sobre como a Educação Física escolar estava sendo tratada na Suécia. Tais elogios decorrem, especialmente, do fato de a detecção talentos esportivos não ser considerada um elemento norteador da prática da Educação Física escolar naquele país. Nas palavras do autor: “a educação social por meio de atividades físicas e esportivas é [...] um dos objetivos essenciais das autoridades suecas”.²⁹³ Dito de outra forma: “ao lado do treinamento físico, da melhoria da condição física, o desenvolvimento social e a tomada de consciência social fazem parte dos objetivos principais da Educação Física”.²⁹⁴ Já em “A criança e o movimento”, Decker, ao abordar os sentidos e os significados do movimento e da educação motora para a criança, discorre, também de maneira elogiosa, sobre concepções pedagógicas que vão de encontro à ideia de que a Educação Física escolar é um tempo/espaço que tem como principal função a detecção de futuros atletas de alto rendimento. Para o autor: “o movimento permite à criança viver, experimentar o mundo, as pessoas e as coisas, assim como a si mesma. Em consequência, o desenvolvimento motor relaciona-se altamente com o desenvolvimento de toda a personalidade, em suas diferentes facetas individuais e sociais”.²⁹⁵ Em vista disso, prossegue Decker: “a educação motora constitui, portanto, um meio e um elemento importante e mesmo essencial não somente do desenvolvimento motor, mas da formação e da expansão da personalidade total da criança”.²⁹⁶ De acordo com o autor, seriam, mais precisamente, quatro os objetivos essenciais daquilo que ele denominou de educação motora:

1 – Melhoria da saúde, porquanto se acredita que o desenvolvimento somático ou corporal só é assegurado de maneira suficiente com cargas, estímulos corporais ou orgânicos suficientes.

²⁹³ DECKER, Robert. Impressões, ensinamentos, reflexões. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 11, p. 36, 1979.

²⁹⁴ DECKER, Robert. Impressões, ensinamentos, reflexões. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 11, p. 36, 1979.

²⁹⁵ DECKER, Robert. A criança e o movimento. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 6, p. 37, 1977.

²⁹⁶ DECKER, Robert. A criança e o movimento. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 6, p. 37, 1977.

2 – Desenvolvimento das capacidades de percepção e ampliação do espaço de experiência, conforme o princípio: mais movimento – mais percepções – mais experiência concreta significativa.

3 – Desenvolvimento das faculdades de brincar, acima de tudo como contribuição ao desenvolvimento cognitivo e social e como contribuição ao resguardo do equilíbrio emocional e afetivo.

4 – Iniciação, educação nas atividades esportivas sob todas as formas possíveis do esporte para todos (esporte-lazer, esporte de massa, esporte de competição) e, conseqüentemente, educação esportiva, no sentido restrito deste termo.

(Isso não significa, absolutamente, que toda e qualquer forma de movimento e de atividade deva ser considerada dentro de uma finalidade pedagógica. Fora dela e além dela, as crianças tem o direito de mover-se, brincar, “gastar-se” livremente, o que implica a necessidade de se colocarem à sua disposição possibilidades de movimento e de brinquedos em números suficientes).²⁹⁷

Ainda que os artigos “A criança e o movimento” e “Impressões, ensinamentos, reflexões” não fizessem menção à realidade brasileira, creio ser possível afirmar que, especialmente por dois motivos, os mesmos se contrapunham, nitidamente, à concepção pragmática de Educação Física escolar contida na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”: (1) por defenderem, tal como reza a doutrina dogmática, que o referido componente curricular deveria estar, acima de tudo, a serviço da educação global humana; e (2) por entenderem, também em sintonia com o que prega o Dogmatismo, que atribuir à Educação Física escolar a única finalidade de se detectar futuros atletas de alto rendimento, com vistas ao fortalecimento de sistemas esportivos nacionais, significava reduzir drasticamente as suas potencialidades educativas. Sobre esse segundo motivo, é importante frisar que para os artigos em tela o esporte até poderia ser mobilizado como um dos conteúdos da Educação Física escolar, desde que a serviço da formação integral do ser humano. Dito de outra maneira, conforme os artigos “A criança e o movimento” e “Impressões, ensinamentos, reflexões”, assim como para os demais artigos que se alinham, em termos gerais, com o que propõe a doutrina dogmática, o esporte deveria ser concebido como apenas um dos meios educativos da Educação Física escolar, que se destacava entre outras práticas corporais passíveis de serem trabalhadas pelos professores que ministravam aulas desse componente curricular. Como se pode notar, o que estou querendo sublinhar, portanto, é que os artigos afeitos ao Dogmatismo não condenavam o uso do esporte para o alcance de finalidades educacionais no âmbito da Educação Física escolar. Muito pelo contrário, o que estava sendo por eles questionado era, apenas, a submissão do referido componente curricular aos códigos do esporte de alto nível e, conseqüentemente, a ênfase dada a um conjunto aspectos que ofuscavam as suas potencialidades educacionais. Aspectos esses que, vale lembrar, já foram discutidos ao longo desta tese em outras oportunidades: a competição excessiva, a

²⁹⁷ DECKER, Robert. A criança e o movimento. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 6, p. 38, 1977.

especialização prematura, a busca da vitória a qualquer custo, a exclusão dos alunos menos habilidosos, entre outros. Em resumo, para os artigos que se abeiravam das linhas mestras da doutrina dogmática, o esporte de alto rendimento precisava passar por um trato pedagógico – ou, em outras palavras, ser reformulado em seus princípios – para ser transformado em um meio educativo a serviço da educação global humana. Todavia, é curioso observar, tal como verificou Taborda de Oliveira (2001) ao analisar a “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” (1968-1984), que nenhum desses artigos apresentam propostas consistentes a respeito de como o referido trato/reformulação deveria se suceder. Em vista disso, acredito que o autor citado está mesmo correto ao afirmar, ainda que de uma maneira genérica, que os artigos que se aproximam do Dogmatismo, de uma maneira geral, apenas esbarram na denúncia/negação da redução da Educação Física escolar aos códigos do esporte de alto rendimento, sem apresentar alternativas efetivas que pudessem ser implementadas no “chão” da escola. Afinal, como sintetiza Taborda de Oliveira (2001), se, por um lado, o esporte é tido por esses artigos:

[...] como uma possibilidade, desde que a serviço do homem e da sociedade. [Por outro,] o esporte de competição [...] seria a antítese dessa possibilidade educativa. [Cumpra mencionar, entretanto, que, de um modo geral, os artigos que se acercam do Dogmatismo não costumam ter o] cuidado de dimensionar o esporte em uma perspectiva não competitiva, se é que isso é possível! Embora ampliem a compreensão da Educação Física para além do esporte, na discussão em torno deste se prendem na dimensão competitiva, de alto nível. Não conseguem ou não procuram definir uma outra possibilidade para o esporte que não seja essa. Quando falam de um esporte recreativo, por exemplo, confundem-se ao tentar caracterizá-lo como esporte, jogo ou recreação. Juntamente com os jogos, a dança, a ginástica, o excursionismo, as artes marciais etc., o esporte poderia vir a ser uma possibilidade educativa. [...] [Aliás,] o que poderia conferir-lhe o estatuto educativo é a negação do esporte de rendimento, de alto nível, de competição extremada; o que viria em seu lugar ficamos sem saber. Até porque, esporte sem competição deixa de ser esporte! (p. 132).²⁹⁸

Como se pôde observar, os artigos “A criança e o movimento” e “Impressões, ensinamentos, reflexões”, ao formularem sínteses dos principais debates realizados em congressos específicos do campo da Educação Física/Esportivo, não só defendem – ora de forma mais, ora de forma menos explícita – concepções pedagógicas que se afastam dos fundamentos centrais da doutrina pragmática, mas, também, adentram, na esteira desse movimento, em discussões sobre quais seriam os objetivos da Educação Física no domínio escolar. Discussões essas que, embora atravessassem grande parte dos debates a respeito do tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física” expressos no “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979), foram tratadas como objetos centrais em

²⁹⁸ Voltarei a tratar desse assunto mais adiante, ainda neste capítulo.

apenas seis artigos: (1) “Os objetivos da Educação Física”, em que Antônio Leal D’Oliveira, presidente de honra da Federação Internacional de Educação Física, desenvolve um balanço das discussões acerca dos objetivos da Educação Física escolar travadas no campo da Educação Física/Esportivo, bem como apresenta seu posicionamento em face de tal debate; (2) “A diversidade dos conceitos da Educação Física e suas influências sobre seus objetivos”, em que Uriel Simri, professor do Instituto Wingate de Educação Física e Esporte (Israel), aborda a polissemia do conceito de Educação Física e seus impactos no entendimento de quais seriam os objetivos da Educação Física escolar; (3) “Integração da Educação Física na Educação”, em que Maciej Demel, professor da Academia de Educação Física de Varsóvia, discute, a partir de uma abordagem que problematiza as relações estabelecidas entre os campos da Educação Física e da Educação, as funções estritamente pedagógicas da Educação Física escolar; (4) “Jornada Nacional de Ação Para Mais Educação Física na Escola... Um sucesso!”, que é a reprodução de um memorando produzido, em 1979, pela Comissão Nacional Belga de Ação Pela Educação Física na Escola, durante a Jornada Nacional de Ação Para Mais Educação Física na Escola,²⁹⁹ com o objetivo de entregar reivindicações referentes ao aumento da carga horária destinada à Educação Física escolar ao ministro da Educação da Bélgica; (5) “O que é um objetivo na Educação Física”, em que Jacques Florence – vale lembrar, professor do Instituto de Educação Física da Universidade Católica de Louvain – explica uma possível maneira de se formular objetivos para planos de curso de Educação Física voltados para as mais distintas séries da educação básica; e (6) “Discurso do Sr. Amadou-Mathar M’Bow”, que, como o próprio título sugere, é uma reprodução do discurso proferido, em 1979, por M’Bow, então diretor-geral da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura, ao abrir o Congresso Internacional de Educação Física de Trois-Rivières (Canadá).³⁰⁰

O caso dos seis artigos mencionados no parágrafo acima é, de certa forma, parecido com o dos artigos “A criança e o movimento” e “Impressões, ensinamentos, reflexões”. Afinal, todos eles, ao tomarem – cada um à sua maneira – os objetivos da Educação Física escolar como aspectos centrais de suas análises, não compartilham do entendimento, apregoado pela “Política” e pelo “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, de que a

²⁹⁹ Diferentemente dos casos do Congresso Internacional de Educação Física e Desportiva de Madri, do Congresso Científico Sobre a Criança e o Movimento de Berlim e do Congresso Internacional da Federação Internacional de Educação Física: Educação Física e Desenvolvimento Social, não pude encontrar informações detalhadas sobre a Jornada Nacional de Ação Para Mais Educação Física na Escola tanto no artigo “Jornada Nacional de Ação Para Mais Educação Física na Escola... Um sucesso!” quanto na edição do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” em que ele foi publicado.

³⁰⁰ *Mutatatis mutandis*, o mesmo comentário feito na nota de rodapé anterior também é válido para esta nota.

principal função desse componente curricular seria a de detecção de talentos esportivos, com vistas ao fortalecimento do esporte de alto rendimento em um certo país. Em “Os objetivos da Educação Física”, D’Oliveira diz, por exemplo, que caberia à Educação Física escolar, em última instância: “completar outros aspectos da educação, através de exercícios corporais e da ação de agentes físicos naturais, tendo como objetivo o desenvolvimento harmonioso (ou a conservação) do ser humano [...], adaptando-o, o melhor possível, às necessidades motoras da vida social”.³⁰¹ Simri, em “A diversidade dos conceitos de Educação Física e sua influência sobre seus objetivos”, afirma, em sintonia com o pensamento de D’Oliveira, que dois elementos garantiriam, ao fim e ao cabo, a especificidade da Educação Física enquanto componente curricular da educação básica: “o desenvolvimento do corpo e de sua capacidade motora”.³⁰² Em “Jornada Nacional de Ação Para Mais Educação Física na Escola... Um sucesso!”, a Comissão Nacional Belga de Ação Pela Educação Física na Escola defende – alinhada, significativamente, com os dois autores citados anteriormente – que a Educação Física escolar: “possui dois objetivos específicos – o desenvolvimento das funções orgânicas e o estabelecimento de qualidades fisiológicas que assegurem a saúde e a educação do movimento”.³⁰³ Já Florence, em “O que é um objetivo em Educação Física”, apresenta uma visão mais abrangente sobre o objeto central da Educação Física escolar, que, conforme o autor, seria: “o comportamento psico-sócio-motor do homem em movimento”.³⁰⁴ Em “Discurso do Sr. Amadou-Mathar M’Bow”, é possível ver que o diretor-geral da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura concorda, em boa medida, com Florence ao definir a Educação Física escolar como: “educação geral por meio de atividades físicas[; ou, em outras palavras,] uma educação global, que visa, simultaneamente, o desenvolvimento físico, a formação do caráter, a elevação moral e o envolvimento social”.³⁰⁵ Por sua vez, Demel, em “Integração da Educação Física na Educação”, apresenta um outro olhar sobre o tema em debate, ao estabelecer que: “a cultura física, [entendida como um] conjunto codificado ou sistema de valores relativos ao corpo, é a meta final [leia-se o objeto

³⁰¹ D’OLIVEIRA, Antônio Leal. Os objetivos da Educação Física. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 2, p. 24, 1977.

³⁰² SIMRI, Uriel. A diversidade dos conceitos de Educação Física e sua influência sobre seus objetivos. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 5, p. 45, 1978.

³⁰³ COMISSÃO NACIONAL BELGA DE AÇÃO PELA EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA. Jornada Nacional de Ação Para Mais Educação Física na Escola... Um sucesso! *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 10, p. 10, 1979.

³⁰⁴ FLORENCE, John. O que é um objetivo em Educação Física. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 10, p. 39, 1979.

³⁰⁵ M’BOW, Amadou-Mahtar. Discurso do Sr. Amadou-Mathar M’Bow. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 11, p. 52, 1979.

central] da Educação Física, enquanto que a introdução no seu mundo (mundo de consumo e de criação) é uma tarefa geral”.³⁰⁶

Como se pode perceber, os artigos assinados por D’Oliveira, Simri, Florence, M’Bow, Demel e pela Comissão Nacional Belga de Ação Pela Educação Física na Escola não podem ser considerados como porta-vozes de uma única visão a respeito de quais seriam os objetivos da Educação Física escolar. Entretanto, todos eles – notadamente, por entenderem que a Educação Física enquanto componente curricular do ensino básico deve ser sempre orientada por objetivos comprometidos com o alcance da formação integral dos escolares e não com a detecção de potenciais atletas de alto rendimento – se afastam, em termos gerais, da concepção pragmática de Educação Física escolar contida na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Diversos exemplos poderiam ser aqui mobilizados para a demonstração de que há um entendimento em comum acerca das relações estabelecidas entre Educação, Educação Física escolar e esporte nos artigos “Os objetivos da Educação Física”, “A diversidade dos conceitos de Educação Física e sua influência sobre seus objetivos”, “Jornada Nacional de Ação Para Mais Educação Física na Escola... Um sucesso!”, “O que é um objetivo em Educação Física”, “Discurso do Sr. Amadou-Mathar M’Bow” e “Integração da Educação Física na Educação”. Contudo, para evitar repetições dispensáveis, citarei, a seguir, alguns fragmentos de apenas um único artigo: o “Discurso do Sr. Amadou-Mathar M’Bow”. Apesar de longos,³⁰⁷ tais fragmentos são de grande valia na medida em que resumem não somente a visão do diretor-geral da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura sobre o assunto em questão, mas, do mesmo modo, a de

³⁰⁶ DEMEL, Maciej. Integração da Educação Física na Educação. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 7, p. 57, 1978. Gostaria de destacar que Maciej defende, mais precisamente, que: “a Educação Física deve dominar todas as esferas da personalidade: intelectual e afetiva; as da vontade e do comportamento”. Como afirma o autor: “se as alcançarmos, toda a personalidade do aluno será dirigida para metas específicas, isto é, para o funcionamento do corpo dentro da esfera da cultura física”. Sendo assim, conclui Maciej: “é preciso exprimir os efeitos da Educação Física, inicialmente, nos domínios da personalidade (motivos, atitudes, comportamentos etc.) e, em segundo lugar, nas categorias somáticas (habilidade, postura resistência etc.). A Educação Física reorientada dessa maneira torna-se – sem sofismas – uma educação real porque refere-se à personalidade e, ao mesmo tempo, guarda sua especificidade, porque dirige a personalidade – o intelecto, a vontade, a emoção, o comportamento – justamente sobre a esfera somática, sobre o corpo e todos os valores ligados a ele (valores pessoais e sociais)”.

³⁰⁷ No que tange às longas citações contidas, de um modo geral, nesta tese, gostaria de destacar, fazendo uso das palavras de Tabora de Oliveira (2001), que: “optei em transcrever trechos longos [...] na tentativa de oferecer ao leitor uma perspectiva mais ampla do contexto dos mesmos, com o fluxo o mais aproximado possível do próprio discurso [de seus autores] [...]. Não foi minha intenção interpretar cada elemento agregado [pelos autores citados] [...]. De cada trecho escolhido discuti apenas aqueles elementos que considere vitais para a construção da minha narrativa, em função da problemática que venho enfrentando. Mas [os excertos por mim transcritos] [...] são prenes de possibilidades. Mantive, pois, as citações às vezes muito extensas, justamente para que o leitor pudesse interagir com os [os fragmentos aqui reproduzidos] [...] de uma maneira diversa daquela que redundou neste trabalho” (p. 253).

D'Oliveira, Simri, Florence, Demel e da Comissão Nacional Belga de Ação Pela Educação Física na Escola:

Estamos num mundo em que uma necessidade se impõe: a de uma educação coextensiva à vida e que envolva ao mesmo tempo o conjunto das necessidades e faculdades do homem.

A rapidez com a qual as mudanças intervêm nas sociedades atuais, a massa de conhecimentos novos que se acumulam a cada dia, as modificações mais frequentes que afetam o processo de produção e a organização do trabalho exigem, com efeito, uma educação que não pode mais se limitar às primeiras fases da vida, nem ao período escolar e universitário. Entramos na era da educação permanente.

Aprender sem cessar, aperfeiçoar-se constantemente torna-se não apenas uma exigência profissional, mas também uma necessidade cultural. O indivíduo, homem ou mulher, deve, portanto, estar preparado para enfrentar todas as tarefas, compromissos, todas as responsabilidades que lhe couberem nas diferentes etapas de sua vida e que constituirão a própria trama de sua existência. Mas os progressos técnicos e as condições de vida moderna exigem, além disso, e cada vez mais, que cada um seja, daqui por diante, preparado para uma Educação Física ou desportiva que lhe permita manter a saúde ao longo da vida ou simplesmente ocupar o seu lazer. A educação, sob pena de falhar em sua missão que visa a formar o ser em sua totalidade, não pode mais descuidar da formação do corpo que é o suporte da personalidade total.³⁰⁸

Dentro dessa perspectiva, complementa M'Bow:

Um objetivo fundamental parece-me então desde logo impor-se: o de pensar o papel da Educação Física e do esporte na formação de cada indivíduo nos anos decisivos da juventude, como na idade adulta. Mas toda formação exige conhecimentos, método e prática. Se tantos adolescentes tiveram aversão pelas Ciências Exatas, é porque a Matemática, a Física e a Química eram mal ensinadas. De mesmo modo, se inúmeros jovens foram desviados do esforço físico, é talvez porque as sessões habituais de Educação Física eram sem atrativos ou porque não viam ali nenhum interesse. Vale-se dizer a importância do papel da Pedagogia. A Pedagogia da Educação Física não escapa, certamente, como a maior parte das outras disciplinas, às questões de terminologia e às rivalidades de escolas.

Mas para melhor delimitá-la, convém inicialmente definir o objetivo a alcançar, insistindo, assim como sugere a Federação Internacional de Educação Física, sobre a noção de educação geral por meio do físico.

[...] A Pedagogia geral é, além disso, ela própria tributária da Educação Física, desde que ficou demonstrada, na criança de idade pré-escolar, a importância das capacidades motoras sobre o desenvolvimento de sua inteligência. Seu espírito desperta tanto mais quanto seus gestos se tornam cada vez mais seguros e destros. De uma certa maneira, a mão guia então o cérebro, a firmeza do passo assegura a do raciocínio. Pode-se ver aí a justa desforra de uma disciplina tanto tempo e tão injustamente considerada subalterna em relação àquelas que solicitavam exclusivamente a atividade cerebral.³⁰⁹

Na visão do autor:

Chegada à idade escolar, a criança não aprende somente a armazenar saber, seu organismo, para se desenvolver, tem necessidade de movimento. Importa, portanto, proporcionar-lhe, segundo suas capacidades, atividades físicas, que concorram para

³⁰⁸ M'BOW, Amadou-Mahtar. Discurso do Sr. Amadou-Mahtar M'Bow. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 11, p. 51-52, 1979.

³⁰⁹ M'BOW, Amadou-Mahtar. Discurso do Sr. Amadou-Mahtar M'Bow. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 11, p. 52, 1979.

essa educação global que a escola tem por missão assumir conjuntamente com a família e que permite principalmente o desenvolvimento do pensamento, a fixação dos valores morais, o despertar do senso estético.

Certamente, o esporte pode também constituir uma das gamas essenciais das atividades físicas indispensáveis à criança e ao adolescente. Mas, de acordo com a maneira pela qual é praticado, pode ser um prolongamento ou um incentivo da Educação Física, ou se tornar, ao contrário, sua alteração, às vezes mesmo sua negação, pelo menos, do ponto de vista de seus fundamentos éticos, quando entregue a certos excessos.

Parece, portanto, essencial que a Educação Física e a educação desportiva sejam não somente entidades distintas e opostas, mas ao contrário, complementares. Mas não há dificuldade dessa natureza para a qual a vontade humana não possa encontrar soluções. Talvez mesmo seja necessário esforçar-se para encontrar o sentido, a um só tempo social e cultural, que as atividades físicas tinham em certas culturas antigas, nas quais os exercícios físicos, associados ao canto, à poesia, à dança, exaltavam o sentido do sagrado e compunham uma festa de ritmos, cores e movimentos.³¹⁰

Em função do exposto, afirma M'Bow:

A Educação Física e desportiva é uma das ramificações, e não a menor, da Educação, mas ela está ao mesmo tempo na confluência das Ciências Médicas, Humanas e da Cultura. Eis porque a Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura, que publicou, já em 1956, um estudo sobre o lugar do esporte na Educação, desenvolveu consideravelmente seus programas nessa área, nos últimos anos.

Foi assim que ela reuniu, em 1976, a primeira conferência de ministros e altos funcionários responsáveis pela Educação Física e pelo esporte, que deu novo impulso a suas atividades. Ela coopera ativamente com o Conselho Internacional de Educação Física e Esporte, a Federação Internacional de Educação Física e o Comitê Internacional de *Fair Play*, que todos os anos concede prêmios em sua sede. Ela desenvolve sua cooperação principalmente na programação da Comissão Tripartite, com o Comitê Olímpico Internacional, as Associação Geral das Federações Internacionais de Esporte, os Comitês Olímpicos Nacionais.

A Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura instituiu internamente um comitê intergovernamental permanente para a Educação Física e o esporte. Para suas reuniões são convidados os representantes das organizações não-governamentais que trabalham no campo da Educação Física e dos esportes. Ela criou um fundo internacional destinado a contribuir para o desenvolvimento da Educação Física e desportiva, principalmente nos países menos favorecidos.³¹¹

Enfim, diz, ainda, o autor, à guisa de conclusão:

[...] uma Carta Internacional da Educação Física e do Esporte foi adotada, em novembro de 1978, por ocasião da vigésima sessão de sua conferência geral.

Essa carta enuncia um certo número de princípios essenciais, capazes de orientar os governos, bem como as organizações não-governamentais competentes, nas suas escolhas relativas a objetivos a alcançar, empecilhos a evitar. Ela define, sobretudo, as finalidades que se devem fazer prevalecer.

Ela afirma que a Educação Física e o esporte devem reforçar sua ação formadora e favorecer os valores humanos fundamentais que servem de base ao pleno desenvolvimento dos povos e que ainda mais que para o corpo e a saúde, elas contribuem para o desenvolvimento completo e harmonioso do ser humano.

³¹⁰ M'BOW, Amadou-Mahtar. Discurso do Sr. Amadou-Mahtar M'Bow. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 11, p. 52, 1979.

³¹¹ M'BOW, Amadou-Mahtar. Discurso do Sr. Amadou-Mahtar M'Bow. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 11, p. 53, 1979.

Ela estabelece que a prática da Educação Física e do esporte é um direito fundamental para todos [...].

A carta insiste sobre a necessidade de se integrar as atividades físicas no processo da educação global e de reforçar os laços entre as atividades físicas e os outros elementos da Educação. Ela salienta o fato de que o esporte deve repousar sobre a emulação desinteressada, o respeito e a compreensão mútuos, o reconhecimento da integridade e da dignidade dos seres humanos, que ela deva procurar promover a solidariedade, a aproximação dos povos e dos indivíduos, que o esporte de competição, especialmente, até mesmo em suas manifestações espetaculares, deve estar, segundo o ideal olímpico, a serviço do esporte educativo do qual é o coroamento e a ilustração.³¹²

Como se pode perceber, as citações acima, embora longas, são bastante úteis para a compreensão da concepção em comum acerca das relações estabelecidas entre Educação, Educação Física escolar e esporte contida nos artigos de autoria de D'Oliveira, Simri, Florence, M'Bow, Demel e da Comissão Nacional Belga de Ação Pela Educação Física na Escola. Conceção essa que compreende, em consonância com os fundamentos basilares da doutrina dogmática, que a Educação Física escolar é uma prática eminentemente educacional e de fundamental importância para a formação global do ser humano – não apenas no que se refere ao seu desenvolvimento físico/motor (que, ao fim e ao cabo, era entendido pelos autores aqui mencionados como o elemento garantidor da especificidade da Educação Física enquanto componente curricular da educação básica), mas, também, em diversos outros aspectos tidos como essenciais (a formação do caráter, a elevação moral, o envolvimento social, a manutenção da saúde, o aproveitamento sadio do tempo de lazer etc.). Tal como se pôde verificar em diversos outros artigos citados anteriormente, o esporte era igualmente visto por D'Oliveira, Simri, Florence, M'Bow, Demel e pela Comissão Nacional Belga de Ação Pela Educação Física na Escola como apenas uma das possíveis práticas corporais a serem mobilizadas pelos professores de Educação Física em seus cotidianos, tendo sempre em vista o alcance de objetivos que, cabe reiterar, deveriam ser comprometidos, em última instância, com a educação humana em suas mais variadas dimensões – física, psíquica, social, cultural, entre outras – e não com aspectos que lhe são exteriores – entre os quais eu poderia destacar o fortalecimento, via detecção de talentos esportivos durante as aulas de Educação Física, de um determinado sistema esportivo nacional. Sobre esse assunto, vale lembrar que por mais que os artigos afeitos à doutrina dogmática por mim analisados (inclusive, os citados neste parágrafo) preconizem que a educação humana deva se dar em uma perspectiva global, as formulações desenvolvidas pelos mesmos nunca levam em consideração aspectos mais amplos como, por exemplo, as relações de poder, as desigualdades, as práticas de dominação material e

³¹² M'BOW, Amadou-Mahtar. Discurso do Sr. Amadou-Mahtar M'Bow. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 11, p. 53, 1979.

simbólica etc. Muito pelo contrário, as propostas de formação integral verificadas nos artigos que se alinham como o Dogmatismo se ancoram perspectivas universais – e, portanto, abstratas – de homem, que, por sua vez, habitaria um mundo – igualmente abstrato – destituído de distinções e disparidades das mais diversas matizes (econômicas, políticas, sociais, culturais, entre outras). Além do exposto, também cumpre sublinhar que esses mesmos artigos não se preocupam em explicar, de uma maneira consistente, como a Educação Física escolar poderia contribuir efetivamente para a educação global dos escolares, ao ponto que, se levarmos em conta as considerações a respeito desse assunto neles contidas, tais contribuições poderiam ser compreendidas como basicamente qualquer coisa. Sendo assim, não me parece ser equivocado afirmar que os artigos que se abeiram dos fundamentos centrais da doutrina dogmática apenas reproduzem, dentro de suas especificidades, discursos “isentos” e simplistas ligado à ideia de que Educação Física escolar será sempre benéfica para a educação integral do ser humano, não importando o porquê, como e em que direção se dá esse benefício: motivo pelo qual podemos não somente afirmar – como, aliás, já vimos – que as formulações sobre as contribuições da Educação Física escolar para a educação global dos educandos contidas nos ditos artigos são esvaziadas de sentido, pois carecem de fundamentações robustas, como, igualmente, acobertam, devido à sua pretensão de “neutralidade”, o fato de que o processo educacional ocorre sob bases concretas, se dirige a sujeitos particulares, que estão, inevitavelmente, imersos em um dado contexto histórico.

Gostaria de destacar que as relações estabelecidas entre Educação, Educação Física escolar e esporte, apesar de ser um tema que atravesse uma parcela expressiva dos debates sobre “Fundamentos pedagógicos da Educação Física” contidos nas edições do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979), foi abordada de um modo central em apenas quatro artigos: (1) “México, a Federação Internacional de Educação Física e um compromisso de honra: esporte para todos”, em que Luiz Armando Díaz Gerding³¹³ desenvolve um panorama geral da configuração do campo Esportivo internacional em 1976, com destaque para a realidade mexicana; (2) “Cultura desportiva e educação pelo movimento”, que é uma reprodução de um discurso a respeito do tema indicado no título do próprio artigo, proferido por Jacques Florence (autor já apresentado neste capítulo) em 1977 e

³¹³ Assim como se pôde verificar nas edições por mim analisadas da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” e da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos”, nem todos os artigos publicados nas edições de número 1 (1977), 2 (1977), 3 (1977), 4 (1977), 5 (1978), 6 (1978), 7 (1978), 8 (1978), 9 (1979), 10 (1979), 11 (1979) e 12 (1979) do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” divulgam informações sobre os seus autores. Por esse motivo, não foi possível identificar, no artigo “México, a Federação Internacional de Educação Física e um compromisso de honra: esporte para todos”, os vínculos profissionais e institucionais de Luiz Armando Díaz Gerding.

que teve como público-alvo graduandos do Instituto de Educação Física da Universidade Católica de Louvain; (3) “A progressão pedagógica e o resultado da aprendizagem do ensino dos desportos”, em que Airton Negrine (outro autor já apresentado neste capítulo) discute o processo de ensino-aprendizagem de modalidades esportivas no âmbito da Educação Física escolar, com foco no papel desempenhado pelas estratégias de progressão pedagógica no alcance de resultados significativos; e (4) “O esporte face à educação”, que é um resumo de uma apresentação acerca dos valores educativos do esporte, realizada por José Maria Cagigal (autor também já apresentado neste capítulo), em reunião de especialistas em Educação Física/esportes promovida pela Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura, em Washington (Estados Unidos da América), em 1977.

De um modo geral, os artigos citados no parágrafo anterior também se distanciam da concepção pragmática de Educação Física escolar estabelecida na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, já que defendem, tal como todos os artigos publicados no “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” apresentados até aqui, que a mobilização do esporte enquanto conteúdo da Educação Física escolar deve ter como preocupação central a formação integral dos escolares e não, como propõe o Pragmatismo, a detecção de atletas de alto rendimento. No que se refere às relações estabelecidas entre Educação, Educação Física escolar e esporte, Florence, em “Cultura desportiva e educação pelo movimento”, afirma, por exemplo, que a Educação Física escolar jamais deve se submeter: “incondicionalmente às leis e às regras do esporte. Ela coloca o esporte, como meio, a serviço do desenvolvimento das pessoas e dos alunos, o que acarreta, nos nossos ensinamentos, uma grande liberdade de acomodação das matérias”.³¹⁴ Em concordância com Florence, Negrine, em “A progressão pedagógica e o resultado da aprendizagem do ensino dos desportos”, defende que: “educação psicomotora é uma educação geral do ser através de seu corpo, facilitando a ação de outros aspectos da ação educativa, aos quais deve ser intimamente associada, [...] [e que] o grande erro pedagógico atual é querer, sob a influência da moda esportiva, aplicar, na escola, o que se realiza no clube”.³¹⁵ Por sua vez, Cagigal, em “O esporte face à educação”, pontua que: “a prática do esporte estimulada pelo espírito de campeonato exasperado afasta-se dos valores educacionais [...] [e que] o esporte tanto será mais educativo quanto mais conservar sua qualidade lúdica, sua

³¹⁴ FLORENCE, Jacques. Cultura desportiva e educação pelo movimento. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 6, p. 53, 1978.

³¹⁵ NEGRINE, Airton. A progressão pedagógica e o resultado da aprendizagem do ensino dos desportos. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 9, p. 16-17, 1979.

espontaneidade e seu poder de iniciativa”.³¹⁶ Já Gerding, em “México, a Federação Internacional de Educação Física e um compromisso de honra: esporte para todos”, sustenta – complementando, de certa forma, as palavras de Cagigal – que:

O esporte é algo mais que um espetáculo para sedentários. É algo mais que a participação de uma aristocracia do músculo e da destreza. É algo mais que o chauvinismo desatado e estimulado – muitas vezes, talvez a maioria – além dos limites concebíveis.

Quem diz elite, diz minoria. E um sistema não deixa de ser elitista pelo único fato de que se amplia quantitativamente. O que é determinante é o princípio da seleção de alguns, embora sejam numerosas, e da exclusão de todos os demais, a partir de critérios definidos pela própria elite e cada vez mais exigentes.

A popularização de uma atividade com critério democrático, que permite que esteja ao alcance de todos, não é determinada tanto por sua amplitude quantitativa. Isso está claro. O que fixa é o fato de não excluir a ninguém que possa e que deseje participar dos benefícios de sua prática. Bem faria a política desportiva de muitos países em compartilhar essa afirmação para mudar de rumos e acentuar a generalização em detrimento momentâneo dos campeões. A safra futura seria mais frutífera e abundante – com surpresa para muitos em ambos os setores.³¹⁷

Para o autor:

O esporte deve ser parte integrante de todo sistema educacional. É necessário para a educação equilibrada e completa dos jovens, preparando-os para a sua utilização de suas horas de lazer na idade adulta. Esse trata de chegar a todos, a afirmação se retroalimenta se a preocupação se concentra na época da juventude. Nela o indivíduo consolida hábitos, adquire costumes, descobre habilidades, muitas vezes decide seu futuro. É por isso que a educação dá relevo a tantas projeções e estabelece tão profundas influências. Não convém esquecer isso, pois, se fizer uma transposição para o futuro, se entenderá por que as suas conquistas de amanhã são elaboradas hoje.

O esporte está se convertendo, efetivamente, em um elemento compensador indispensável da vida moderna. Só ele pode criar e proteger o equilíbrio físico e psíquico do homem ameaçado pelas consequências da industrialização, da urbanização e da mecanização. Oferece, ademais, um meio excepcional de formação da juventude. Em uma educação que, com excessiva frequência, está exclusivamente voltada para a aquisição de conhecimentos, o esporte exige e desenvolve certas qualidades do caráter que se revelam fundamentais na ação.³¹⁸

Ainda segundo Gerding:

O homem necessita desesperadamente encontrar fontes de equilíbrio para a sua vida alienada do presente século, com preferência para aqueles que vivem nas grandes metrópoles, amontoados, oprimidos, enlouquecidos, pagando indesejado tributo a seu afã de viver nas grandes cidades [...]. Isso define os indícios do complexo social entre os que habitam a América Latina; por isso, voltamos a utilizar a argumentação anterior: o homem necessita com urgência do exercício físico compensador. Sim, é

³¹⁶ CAGIGAL, José Maria. O esporte face à educação. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 12, p. 49, 1979.

³¹⁷ GERDING, Luiz Armando Díaz. México, a Federação Internacional de Educação Física e um compromisso de honra: esporte para todos. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 2, p. 46-47, 1977.

³¹⁸ GERDING, Luiz Armando Díaz. México, a Federação Internacional de Educação Física e um compromisso de honra: esporte para todos. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 2, p. 47, 1977.

certo; não obstante isso, mais importante ainda é a influência que se pode desenvolver sobre a juventude.

A educação deve ainda preparar a criança para o emprego de seus lazes de jovem e de adulto. Para que o homem pratique o esporte durante toda a sua vida, é necessário que, na infância, adquira hábito e o costume de fazê-lo.

Essa deveria ser a preocupação essencial em países como os nossos, jovens demográfica e historicamente. É preciso introduzir mudanças nas ações que venham influir sobre aqueles que possam mudar, já que nós, que nos encontramos na idade adulta, somos muitos refratários às novas orientações.

[...] Valeria a pena insistir, para concluir o parêntese, que o esporte não é um jogo intrascedente, nem mesmo somente um espetáculo. É alguma coisa mais; sua manipulação e papel alcançam uma nobreza superior.³¹⁹

As citações acima são de grande utilidade na medida em que abordam um assunto que ainda não foi discutido nesta tese e que atravessa boa parte dos artigos que se aproximam dos fundamentos centrais da doutrina dogmática. Refiro-me, mais precisamente, à caracterização tanto da Educação Física escolar quanto do esporte como elementos compensadores de certos “males da modernidade” – notadamente, a industrialização, a urbanização e a mecanização. Males esses que não costumavam ser questionados criticamente pelos artigos afeitos ao Dogmatismo, pois eram vistos pelos mesmos como efeitos colaterais inevitáveis do “progresso” ou, em outras palavras, como forçosos reveses da “evolução” das sociedades modernas. Cumpre mencionar que seja a Educação Física escolar e/ou o esporte (sempre é válido lembrar, desde que não submetido aos códigos esportivos de alto rendimento) costumavam ser apontados pelos artigos alinhados à doutrina dogmática como profícuos mecanismos de atenuação dos referidos “males da modernidade” e, conseqüentemente, como práticas indispensáveis – especialmente, em função de suas potencialidades educativas no que se refere à promoção da saúde e à sã utilização do tempo de lazer – para o alcance de um maior equilíbrio social, de um modo geral, e de níveis ideais de aptidão física e psicológica do homem, mais especificamente. Por esse motivo, não me parece ser errôneo afirmar, de acordo com Tabora de Oliveira (2001), que a Educação Física escolar e/ou o esporte eram concebidos, pelos artigos que se abeiravam do Dogmatismo, como verdadeiros instrumentos de manutenção do *status quo*. A propósito, como resume o autor:

[Ao longo da década de 1970] a atitude reformista acabaria por se transformar [de fato] na tônica do desenvolvimento desejado. Jamais se ataca de frente o problema das profundas diferenças, sobretudo econômicas, entre os países pobres e ricos, entre as classes sociais num mesmo país. Os males da civilização são dados como universais que independem da posição de cada um, país, classe ou indivíduo, na arena econômica internacional. Daí que as ameaças ao homem, um homem universal, portanto, abstrato, são a industrialização, a urbanização e a mecanização. Nesse quadro, a Educação Física e os esportes poderiam atenuar os efeitos maléficos

³¹⁹ GERDING, Luiz Armando Díaz. México, a Federação Internacional de Educação Física e um compromisso de honra: esporte para todos. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 2, p. 47-48, 1977.

da civilização industrial. Estamos diante de um aparente paradoxo: a ênfase no desenvolvimento, que pressupõe a industrialização, acaba sendo atenuada em favor de um mundo mais humano, menos técnico, mais atento às “necessidades do homem moderno”. Na verdade, estamos diante uma perspectiva de desenvolvimento bem afeita a interesses minoritários, sempre econômicos. Era preciso, pois, dotar as populações do planeta de uma condição social mais humana, que atenuassem os efeitos do mercado sobre aqueles aliados da competição. O discurso assistencialista, consubstanciado em políticas de assistência social, torna-se, pois, universal. E produz efeitos claros sobre as políticas públicas [à nível mundial] (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 101).

Afora o que já foi citado até o momento, detectei, nas edições do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” examinadas nesta tese, mais outros sete artigos que se afastam da concepção pragmática de Educação Física escolar expressa na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”: (1) “Anteprojeto de pesquisa sobre o Plano de Ação Para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Educação Física”, em que Enrique Ramiero Brest, membro do Comitê Diretor da Federação Internacional de Educação Física, apresenta um conjunto de recomendações a serem levadas em conta na formulação de um plano de ação que, embora mencionado no título do artigo, não foi sequer identificado/minimamente explicado ao longo de seu texto; (2) “Cientificismo da formação dos professores de Educação Física”, em que Wulf Preising, professor do Instituto Federal das Ciências do Esporte de Colônia (Alemanha), aprecia os impactos da ciência na formação de professores de Educação Física, tendo como fio condutor a sua percepção pessoal de que o ensino da Educação Física escolar estava se tornando uma prática cada vez mais cientificamente determinada; (3) “Métodos de ensino diretivos e não-diretivos”, em que Albert William Willee, professor do Departamento de Educação Física da Universidade de Melbourne (Austrália), discute as potencialidades e os limites do uso de métodos diretivos e não-diretivos no âmbito da Educação Física escolar; (4) “Ginástica na escola (período de 8 a 13 anos)”, em que Peter Eastwood, professor de Educação Física do já mencionado Saint Paul’s College de Cheltenham, debate uma série de questões de caráter metodológico referentes ao processo de ensino-aprendizagem da ginástica enquanto conteúdo da Educação Física escolar; (5) “Um belo exemplo de ação governamental”, em que Thomas Wells, ministro da Educação do Canadá, discorre sobre a importância que a Educação Física, na condição de componente curricular obrigatório do ensino básico, tem para o desenvolvimento da saúde e da aptidão física da população canadense; (6) “Jovens velhos”, em que Mark Sarner³²⁰ trata das relações estabelecidas entre o sistema de educação do Canadá e as condições de saúde e de aptidão física dos estudantes matriculados na rede de educação básica

³²⁰ Pelos mesmos motivos expostos na nota de rodapé de número 313, não foi possível identificar, no artigo “Jovens velhos”, os vínculos profissionais e institucionais de Mark Sarner.

desse mesmo país; e (7) “Educação Física: assunto central para os deficientes mentais”, em que Kertin Mattson³²¹ analisa possíveis contribuições que a prática da Educação Física escolar pode proporcionar ao desenvolvimento de educandos com deficiências mentais.

Em suma, o que pude observar nos artigos de Brest, Preising, Willee, Eastwood, Wells, Sarner e Mattson foi bastante parecido com o que se pôde verificar nas demais publicações do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” citadas até aqui. Dito de outra forma, todos os artigos mencionados no parágrafo anterior defendem, ainda que cada um à sua maneira, concepções pedagógicas que se distanciam do entendimento, contido na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, de que a principal função da Educação Física escolar seria a de detectar talentos esportivos, com vistas à fortalecer o esporte de alto rendimento em um determinado país. Wells³²² e Sarner,³²³ por exemplo, concebem, como se pode presumir, a Educação Física como um componente curricular que deve se ocupar do desenvolvimento da aptidão física e da saúde do fluxo populacional que ingressa no sistema básico de ensino, constituindo-se, dessa maneira, como um profícuo instrumento de combate do que, de acordo com os autores, seriam alguns dos grandes males da vida moderna (obesidade, sedentarismo, má alimentação etc.). Eastwood³²⁴ e Willee³²⁵ sustentam, por sua vez, que compete à Educação Física escolar cuidar, especificamente, do processo de crescimento e desenvolvimento corporal dos educandos, assim como orientá-los na realização de atividades que tenham como objetivo central a aquisição de habilidades físicas (agilidade, força, resistência, entre outras). Já Brest,³²⁶ Preising,³²⁷ e Mattson³²⁸ entendem que a Educação Física, na condição de componente curricular da educação básica, não deveria trabalhar apenas com aspectos relativos à dimensão física do ser humano (crescimento, desenvolvimento, aquisição de habilidades etc.), mas, também, tratar – por meio da tematização das mais diversas práticas corporais (inclusive, o

³²¹ *Mutatis mutandis*, o mesmo comentário feito na nota de rodapé anterior também é válido para esta nota.

³²² WELLS, Thomas. Um belo exemplo de ação governamental. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 10, p. 55-56, 1979.

³²³ SARNER, Mark. Jovens velhos. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 11, p. 55-60, 1979.

³²⁴ EASTWOOD, Peter. Ginástica na escola (período de 8 a 13 anos). *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 2, p. 28-35, 1977.

³²⁵ WILLEE, Albert William. Métodos de ensino diretivos e não-diretivos. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 9, p. 31-41, 1979.

³²⁶ BREST, Enrique Ramiero. Anteprojeto de pesquisa sobre o Plano de Ação Para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Educação Física. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 17-27, 1977.

³²⁷ PREISING, Wulf. Cientificismo da formação dos professores de Educação Física. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 7, p. 50-57, 1978.

³²⁸ MATTSON, Kertin. A Educação Física: assunto central para os deficientes mentais. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 12, p. 61-66, 1979.

esporte) no ambiente escolar – de outras questões tidas como caras à educação global desse mesmo ser (integração social, respeito às regras, apreço por hábitos saudáveis, entre outras).

Como já vimos, existiam, entre 1976 e 1979, duas concepções oficiais de Educação Física escolar em voga no Brasil: (1) a do Decreto nº 69.450, que de 1971 a 1996 regulamentou a prática da Educação Física no âmbito escolar e que, embora não fizesse menção ao Dogmatismo, se aproximava significativamente dessa doutrina, já que preconizava – apesar da ênfase dada ao desenvolvimento da aptidão física e, até mesmo, da inclusão de atividades de iniciação esportiva a partir da quinta série de escolarização – a formação integral dos escolares, tomando por base a importância das práticas corporais – entre elas, o esporte – para o alcance dessa finalidade; e (2) a da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, prevista para ser implementada entre 1976 e 1979 e que, a despeito de ser tida como imune a confrontações, possui um claro viés pragmático – notadamente, por entender, como já destaquei, que a finalidade da Educação Física escolar era fortalecer o esporte de alto rendimento nacional, tendo a área de esporte de massa como um simples elemento intermediário, que visava cobrir o hiato existente entre as áreas de Educação Física e esporte estudantil e de esporte de alto nível. Se compararmos os artigos de Brest, Preising, Willee, Eastwood, Wells, Sarner e Mattson com as duas concepções oficiais de Educação Física escolar citadas neste parágrafo, percebemos, nitidamente, que todos eles estão mais próximos das linhas mestras do Decreto nº 69.450/1972 do que das da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Tal constatação decorre do fato de que os ditos artigos, ainda que expressem diferentes ângulos da visão a respeito de qual seria as potencialidades específicas da Educação Física escolar, defendem que esse componente curricular deve ser comprometido, em última instância, com a educação global humana. Aliás, cumpre frisar que esse não apenas um traço característico dos artigos de Brest, Preising, Willee, Eastwood, Wells, Sarner e Mattson, mas sim de todos os artigos, publicados nos periódicos analisados nesta tese, que se afinizam com a doutrina dogmática.

Além dos 39 artigos que se afastam da concepção pragmática de Educação Física escolar contida na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” discutidos nos últimos parágrafos, pude detectar mais outras sete publicações sobre o tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física” entre as edições de número 1 (1977), 2 (1977), 3 (1977), 4 (1977), 5 (1978), 6 (1978), 7 (1978), 8 (1978), 9 (1979), 10 (1979), 11 (1979) e 12 (1979) do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física”. Refiro-me, mais especificamente, aos artigos “Exercícios de deslocamentos rítmicos (para

desenvolvimentos, marchas e corridas)”,³²⁹ “Movimentos balanceados com ritmo”,³³⁰ “Exercícios de iniciação [leia-se de aquecimento] nas aulas de Educação Física escolar”³³¹ e “Crônica técnica – sessão de Educação Física escolar”,³³² todos de autoria de Pierre Seurin; “Segurança e eficiência nas quedas traseiras e laterais”³³³ e “Coordenação óculo-manual – velocidade de reação”,³³⁴ ambos de autoria de Jacques Florence; e “Diferentes coordenações em manejo de bola”,³³⁵ de autoria de Etienne Fontenelle, professor do Instituto de Educação Física da Universidade Católica de Louvain. Em linhas gerais, os artigos citados não podem, assim como algumas outras publicações por mim verificadas na ocasião em que analisei a “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” (1978-1979) e a “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” (1976-1979), ser meramente classificados como próximos ou distantes ao Pragmatismo ou ao Dogmatismo. Afinal, nesses artigos, Seurin, Florence e Fontenelle apenas descreverem uma série de atividades passíveis de serem trabalhadas em uma aula de Educação Física (aquecimentos, trabalhos de deslocamento rítmico, exercícios de manejo de bolas, entre outras) e que poderiam, justamente por estarem dissociadas de uma discussão teórica sobre Educação Física escolar, ser apropriadas, por exemplo, por professores que se aproximavam tanto da doutrina pragmática quanto da doutrina dogmática.

Diferentemente do que se pôde observar na “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” (1976-1979), não encontrei, no “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979), artigos que, apesar de não terem sido alocados na categoria “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”, faziam críticas incisivas ao viés pragmático das iniciativas oficiais tomadas no setor de Educação Física/esportes. Contudo, pude verificar, nos editoriais por mim estudados do periódico em tela, a defesa – sempre por parte de Pierre Seurin, na condição de presidente da Federação Internacional de Educação Física – de ideias

³²⁹ SEURIN, Pierre. Exercícios de deslocamentos rítmicos (para desenvolvimentos, marchas e corridas). *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 2, p. 71-78, 1977.

³³⁰ SEURIN, Pierre. Movimentos balanceados com ritmo. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 3, p. 68-73, 1977; _____. Movimentos balanceados com ritmo (continuação). *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 4, p. 10-18, 1977.

³³¹ SEURIN, Pierre. Exercícios de iniciação nas aulas de Educação Física escolar. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 8, p. 23-24, 1978.

³³² SEURIN, Pierre. Crônica técnica – sessão de Educação Física escolar. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 11, p. 61-63, 1979.

³³³ FLORENCE, Jacques. Segurança e eficiência nas quedas traseiras e laterais. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 1, p. 55-58, 1977.

³³⁴ FLORENCE, Jacques. Coordenação óculo-manual – velocidade de reação. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 7, p. 47-49, 1978.

³³⁵ FONTENELLE, Etienne. Diferentes coordenações em manejo de bola. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 5, p. 24-31, 1978; _____. Diferentes coordenações em manejo de bola (continuação). *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 6, p. 27-36, 1978.

que se afastavam, claramente, da concepção pragmática de Educação Física escolar expressa na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Em termos gerais, um traço característico dos editoriais assinados por Seurin eram as críticas feitas à certas apropriações do esporte que tinham como único intuito atingir fins que não eram de caráter educacional (reforçar, por meio de mobilizações políticas de conquistas esportivas, a superioridade de uma determinada nação sobre outra, desviar, através de usos propagandísticos do esporte, a atenção da população de um determinado país de questões sociopolíticas, obter lucros exorbitantes via exploração comercial do esporte-espetáculo etc.). Cabe destacar que tais críticas estão presentes – ora de forma mais, ora de forma menos explícita – nos editoriais de todas as edições do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” por mim analisadas. Para evitar repetições desnecessárias, citarei a seguir, a título de exemplo, apenas o editorial da edição de número 11 (1979) do dito periódico. Editorial esse que, além de nos ajudar a entender alguns argumentos que embasam as críticas aos maus usos do esporte formuladas pelo presidente da Federação Internacional de Educação Física, direciona críticas contundentes a um aspecto que era muito caro aos adeptos ao Pragmatismo: a mobilização de crianças para se obter façanhas esportivas de alto rendimento. Nas palavras de Seurin:

1979: Ano Internacional da Criança, decretado pela Organização das Nações Unidas para ajudar as crianças, principalmente os milhões de pequenos seres que sofrem fome, horrores da guerra e mesmo massacres sistemáticos.

E se refletíssemos também sobre um outro problema, muito menos grave, na verdade, mas que deve interessar mais diretamente aos educadores: o da manipulação das crianças para a façanha nos esportes, o dos “jovens campeões”?

O campeão é a expressão lógica desse impulso para o melhor – o “*Citius, altius, fortius*” do renovador dos Jogos Olímpicos, Pierre de Coubertin – que é específico do ser humano. É normal, e também desejável para o próprio progresso da humanidade, que se cada um queira em todas as áreas ser “seu próprio campeão”, chegar ao máximo de suas possibilidades.

Mas o perigo vem dessa outra tendência humana: ultrapassar os outros, ser o mais forte; uma tendência primitiva baseada nos imperativos de uma luta pela vida nos tempos pré-históricos, nas rivalidades econômicas, mas também no orgulho do mundo moderno. O esporte competição nasceu dessa tendência, explorada e exacerbada pelo poderio atual do *mass-media* (imprensa, cinema e sobretudo televisão). Assim instalou-se, praticamente no mundo inteiro, a “corrida para os campeões”. E nessa “corrida” apareceu rapidamente – e de modo especialmente claro, nesses últimos anos – a busca e a exploração sistemática do adolescente e mesmo da criança dotada.

Pela lógica das coisas sabia-se que para garantir uma boa preparação do futuro campeão, deve-se fazer inicialmente uma seleção precoce dos dons naturais e começar muito cedo o treinamento especializado; enfim, é necessário que se disponha, por um lado, de órgãos – e de mentalidades – suficientemente “flexíveis” para se adaptar aos esforços, específicos que eram demandados e, por outro lado, de um longo período de treinamento metódico.³³⁶

³³⁶ SEURIN, Pierre. Editorial – A manipulação da criança para façanhas esportivas. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 11, p. 3, 1979.

Para o presidente da Federação Internacional de Educação Física:

Os jovens ginastas olímpicos, como Helga Korb, nos Jogos de Munique, e Nadia Comaneci, nos de Montreal, foram notáveis ilustrações dessa tendência – e desse sucesso.

Mas o educador coloca diversas questões:

(1) É normal que a criança seja superior ao jovem adulto que ela será amanhã?

Está claramente estabelecido, hoje, especialmente em ginástica feminina, que os caracteres morfológicos da criança (pequena altura, peso frágil, quadris estreitos) e certos traços fisiológicos e psicológicos dessa idade (grande capacidade de aprendizagem e assimilação, audácia inconsciente, confiança em si e sobretudo em seu treinador, ignorância do perigo real, vontade de ser mais forte e de realizar façanhas) são fatores muito favoráveis para inúmeros exercícios, mas esses fatores desaparecem após a puberdade. Esse sucesso momentâneo não pode ser, portanto, uma segurança para o futuro, uma certeza quanto ao que permanece sendo o essencial: as qualidades gerais de saúde e o gosto para o exercício físico para toda a vida.

(2) Os sucessos prematuros, em esporte, também são uma garantia de sucessos futuros?

Nossa longa experiência em esporte permite-nos duvidar. Quantos campeões infantis ou juvenis desaparecem da elite desportista quando atingiram a idade adulta. E quantos abandonaram então, definitivamente, a prática do esporte, porque não podiam ser os melhores.

Tomemos consciência, claramente, de que o campeão de 12 ou 15 anos não é, em definitivo, se não um indivíduo provisoriamente favorecido pelo seu crescimento (estatura, peso, músculos, etc.) em relação aos seus companheiros da mesma idade. Ele ganha porque, no momento, é o maior (nos saltos ou no basquete, por exemplo) ou o mais pesado (nos arremessos); vantagem essa que diminui, desaparece, ou mesmo se inverte, com a maturidade biológica.³³⁷

Dentro dessa perspectiva, Seurin expõem os seus últimos questionamentos:

(3) Temos o direito, como educadores, de sacrificar aquilo que faz a força e a felicidade da juventude: a livre ação, o jogo criativo e formador, até mesmo a despreocupação e a graciosa fantasia, por um hipotético e muito provisório sucesso no esporte? Confinando a criança num quadro estreitamente especializado de treinamento, no qual todas as suas energias são canalizadas em modos de agir rigorosamente impostos pelo adulto-treinador e pelas regras estritas de competição, impondo-lhe horas e horas de duros esforços... não corremos o risco de “fechá-las para a vida” e talvez enfraquecer suas resistências orgânicas gerais? Não estamos assim afastando essa “escola de felicidade despreocupada” que deveria ser a infância e também essa formação social que se torna muito difícil no momento em que o essencial dos esforços se concentra no futuro campeão, mimado e condicionado por uma sociedade de adultos? E qual pode ser finalmente a mentalidade dessas crianças mimadas, privilegiadas – até mesmo nos seus estudos – em relação à massa de seus companheiros? Como reagem aqueles – os mais numerosos – que não obtiveram sucesso? E qual é, enfim, o estado de espírito de um jovem desportista de 18 ou 20 anos que já deixou para trás seu “período de glória”?

Não podemos responder cientificamente a essas perguntas, no momento atual. Pode ser que um dia as ciências – relativamente novas e por conseguinte incertas – que são a Psicologia e Sociologia, e estudos experimentais mais complexos no campo dos efeitos fisiológicos do exercício intenso sobre organismos jovens, poderão dissipar – ou reforçar – nossa inquietação. Nossa conclusão provisória será, portanto, essa: sejamos prudentes, sejamos moderados no treinamento desportivo e na competição das crianças. Não temos, humanamente, o direito de manipular jovens organismos e jovens espíritos para uma falsa glória. O “esporte de vedetes”

³³⁷ SEURIN, Pierre. Editorial – A manipulação da criança para façanhas esportivas. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 11, p. 3-4, 1979.

interessa, do ponto de vista da prática, apenas a uma ínfima minoria de indivíduos. O papel do educador é, antes de tudo, trabalhar por um esporte colocado ao alcance de todos e praticado por todos durante o maior número de anos.³³⁸

Como se pode notar, Seurin – claramente alinhado com os fundamentos basilares do Dogmatismo – não nega em sua fala as potencialidades do uso do esporte como uma ferramenta educacional, a serviço da formação integral do homem. Muito pelo contrário, o autor – que, cabe reiterar, escreveu o editorial em questão na condição de presidente da Federação Internacional de Educação Física – apenas expressa a preocupação da organização a qual ele dirigia com a supervalorização daquilo que denominou de “esporte de vedetes”, isso é: o esporte de alto rendimento, excessivamente competitivo e excludente, na medida em que privilegia uma ínfima minoria de praticantes superdotados. Para Seurin e, conseqüentemente, para a Federação Internacional de Educação Física, o superdimensionamento do “esporte de vedetes” – fenômeno que, segundo o autor, tinha ganhado um vulto assustador ao longo da segunda metade da década de 1970 – possuía como um de seus principais e mais nefastos efeitos a formação de uma massa de consumidores passivos de espetáculos esportivos e pouco comprometidos, portanto, com a prática de atividades físicas. Diante desse quadro, Seurin defendia – em nome da organização a qual ele presidia e, claramente, em total acordo com o que prega a doutrina dogmática – que não caberia aos profissionais da área de Educação Física agirem estritamente como treinadores. Muito pelo contrário, tais profissionais deveriam atuar, acima de tudo, como verdadeiros educadores, altamente comprometidos tanto com a educação global de seus alunos, de uma maneira geral, quanto, mais especificamente, com a formação de cidadãos que, mesmo após terem passado pelo ciclo de escolarização básica, continuariam a ser praticantes de atividades físicas, aproveitando-as, em seus cotidianos, seja como forma de aproveitamento sadio do tempo de lazer ou, então, como fator de promoção da saúde.

* * *

A discussão travada até este momento resume o teor dos artigos sobre o tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física” publicados nos periódicos apreciados nesta tese – com exceção da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”, que, vale lembrar, não publicou nenhum artigo sobre o referido assunto. Como se pôde observar, na “Esporte e Educação” (1977), todos os quatro (ou 100% dos) artigos que se inserem na categoria

³³⁸ SEURIN, Pierre. Editorial – A manipulação da criança para façanhas esportivas. *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 11, p. 4, 1979.

“Fundamentos pedagógicos da Educação Física” defendem ideias que se aproximam das linhas mestras do Dogmatismo e que, portanto, se afastam dos preceitos básicos da concepção pragmática de Educação Física escolar contida na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Na “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” (1978-1979), de um total de seis artigos, três (50%) estão alinhados com o que propõe o Dogmatismo, um ($\cong 16,66\%$) está em conformidade com os fundamentos centrais do Pragmatismo e dois ($\cong 33,33\%$) possuem especificidades que não nos permitem classificá-los como consonantes ou antagônicos à doutrina pragmática ou à doutrina dogmática. Na “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” (1976-1979), de um total de 16 artigos, 12 (75%) estão em consonância com o Dogmatismo e quatro (25%) comportam particularidades que não nos possibilitam taxá-los como próximos ou distantes ao Pragmatismo ou ao Dogmatismo. Enfim, no “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979), de um total de 46 artigos, 39 ($\cong 84,78\%$) se acercam do Dogmatismo e sete ($\cong 15,21\%$) possuem peculiaridades que não nos deixam defini-los como consonantes ou antagônicos à doutrina pragmática ou à doutrina dogmática. Se analisarmos panoramicamente todos os 72 artigos que compõe a categoria “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”, perceberemos que 58 ($\cong 80,55\%$) sustentam ideias que se afinizam com o Dogmatismo, um ($\cong 1,38\%$) está de acordo com os princípios basilares do Pragmatismo e 13 ($\cong 18,06\%$) apresentam singularidades que não nos autorizam identificá-los como próximos ou distantes ao Pragmatismo ou ao Dogmatismo. Ora, diante desse quadro, seria razoável sustentar que, mais do que uma porta-voz da ditadura militar, a imprensa especializada em Educação Física e esportes, ao pôr em circulação concepções pedagógicas majoritariamente afeitas à doutrina dogmática, caracterizou-se como um potencial elemento dificultador da implementação das estratégias oficiais de conformação da Educação Física escolar no Brasil (1976-1979)? Em suma, tratarei dessa questão, a seguir, nas considerações finais desta tese.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: IMPRENSA ESPECIALIZADA, UM POTENCIAL ELEMENTO DIFICULTADOR?

Os exemplos mobilizados ao longo desta tese nos ajudam a compreender que estudar as edições dos impressos especializados em Educação Física e esportes que circularam no Brasil entre 1976 e 1979 não significa apreciar, exclusivamente, a política da ditadura militar formulada para a Educação Física escolar. Mais do que isso, tal empreendimento caracteriza-se como uma experiência de análise de lutas de representações (CHARTIER, 1988)³³⁹ travadas a fim de se conformar e/ou legitimar práticas exemplares daquilo que seus articulistas concebiam como Educação Física escolar. Como explica o general Jayr Jordão Ramos,³⁴⁰ os debates travados no campo (BOURDIEU, 1996)³⁴¹ da Educação Física sobre os meios e os fins da Educação Física escolar estavam abertos tanto no Brasil quanto no exterior e sofriam, mais precisamente, uma forte influência de duas doutrinas internacionais: a pragmática e a dogmática. Como já vimos, os adeptos ao Pragmatismo propunham uma abordagem da Educação Física escolar comprometida com o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, destacando, especialmente, a relevância desse componente curricular para a detecção de futuros atletas. Entendo, de acordo com Taborda de Oliveira (2001), que a doutrina pragmática visava, ao fim e ao cabo, subsumir a Educação Física escolar aos códigos do esporte de alto nível. Para resumir, nas palavras do autor: “os cânones esportivos do rendimento, da competição, da vitória, da superação, do enfrentamento, seriam o motor dessa tendência, não estando no horizonte da Educação Física nenhuma preocupação que não fosse uma formação para a vitória” (p. 76). Para os pragmáticos:

[...] o esporte era um fim em si mesmo. Era gerido e desenvolvido por uma lógica própria, independente de qualquer influência educativa de caráter humanista. [...]

³³⁹ Para mais informações sobre a noção de lutas de representações, rever a introdução desta tese.

³⁴⁰ RAMOS, Jayr Jordão. Os exercícios físicos no tempo e no espaço (parte I). *Boletim da Federação Internacional de Educação Física*, Belo Horizonte, n. 5, p. 12-21, 1978.

³⁴¹ Tal como Bourdieu (1996), entendo como campo um microcosmo social eivado de tensões e relativamente autônomo ou, em outros termos, um *locus* de relações objetivas de disputa – dotado de lógica própria, embora sujeito a influências externas – em que seus agentes têm suas posições definidas, especialmente, pelo acúmulo de capital simbólico que possuem perante seus pares. Capital esse que, geralmente, só tem valor para quem está disposto a se engajar nas lutas por espaço e legitimidade travadas em um determinado microcosmo ou campo social. Como sintetiza o autor: “cada campo impõe um preço de entrada tácito: ‘que não entre aqui quem não for geômetra’, isto é, que ninguém entre aqui se não estiver pronto a morrer por um teorema. Se tivesse de resumir por meio de uma imagem tudo o que acabo de dizer sobre a noção de campo e sobre a *illusio*, que é tanto condição quanto produto do funcionamento do campo, evocaria uma escultura que se encontra na catedral de Auch, em Gers, sob os assentos do capítulo, e que representa dois monges lutando pelo bastão de prior. Em um mundo como o universo religioso, e sobretudo o universo monástico, que é o lugar por excelência do *Ausserweltlich*, do supramundano, do desinteresse no sentido ingênuo do termo, encontramos pessoas que lutam por um bastão que só tem valor para quem está no jogo, preso ao jogo” (BOURDIEU, 1996, p. 141).

Nessa perspectiva, todas as outras práticas corporais não fariam qualquer sentido, pois Educação Física seria sinônimo de esporte. E esporte é competição! Isso simplificaria tudo, uma vez que, sendo o primado do esporte a competição, ele só poderia se basear no rendimento (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 135).

Já os adeptos ao Dogmatismo, preconizavam, como também já verificamos, uma abordagem da Educação Física escolar comprometida com a formação integral dos escolares, tomando por base a importância das práticas corporais – entre elas, o esporte – para o alcance desse objetivo. Concordo com Taborda de Oliveira (2001) ao afirmar que a doutrina dogmática defendia que a Educação Física escolar era, acima de tudo, uma prática educacional, destacando, entre outras coisas, as potencialidades da mobilização do esporte enquanto ferramenta educativa. Conforme o autor, faz-se importante ressaltar, entretanto, que o Dogmatismo concebia a Educação Física como uma prática escolar que incluía o esporte como um de seus conteúdos, mas que não se confundia com ele. Como chama a atenção Taborda de Oliveira (2001), o esporte seria, dentro dessa perspectiva, apenas um dos meios educativos da Educação Física, que compunha um universo muito mais amplo de práticas corporais passíveis de serem mobilizadas no ambiente escolar pelos professores da área. Para os dogmáticos:

[...] o que caracterizaria a tendência [...] [ao qual eles se identificavam] seria uma preocupação com a formação humana a partir das atividades corporais. Ou seja, a contribuição da Educação Física para a educação integral dos indivíduos. Os dogmáticos eram aqueles defensores de uma dimensão humanista do esporte como forjador do caráter e integrador social. Para essa tendência o esporte era um meio de educação e dignificação humana (TABORDA DE OLIVEIRA, 2001, p. 76).

Diante dessas duas doutrinas internacionais (Pragmatismo *versus* Dogmatismo) concorrendo em relação à construção de uma cultura escolar (JULIA, 2001)³⁴² para a Educação Física, o regime militar tomou a sua posição: por meio da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”, desenvolveu um modelo híbrido, que mesclava certos aspectos da doutrina pragmática e da doutrina dogmática. Apesar da intenção de se formular – fazendo uso do hibridismo como principal estratégia – um modelo imune a confrontações, a política e o plano em questão apenas sugerem, como já observamos, a incorporação, nas séries iniciais de escolarização, de alguns fundamentos do Dogmatismo – notadamente, a educação do movimento, com um enfoque no contato com a natureza e nos

³⁴² Assim como Julia (2001), compreendo como cultura escolar: “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (p. 10). Como sublinha a autora, as referidas normas e práticas são: “coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas, as finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização [...] [e que] não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional, os agentes que são obrigados a obedecer a essas normas e, portanto, a pôr em obra os dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar a sua aplicação, a saber, os professores” (IDEM).

exercícios e jogos nos quais o ritmo, o esquema corporal, a organização tempo-espacial e a coordenação são essenciais. Da quinta série do primeiro grau em diante, a “Política” e o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos” propuseram, como também já vimos, o desenvolvimento de um trabalho voltado para a iniciação esportiva dentro das escolas, que, em última instância, serviria para encaminhar estudantes para realização de atividades de massa ou para práticas de alto rendimento. Em vista disso, não me parece ser equivocado afirmar que as orientações para a Educação Física escolar contidas na política e no plano em discussão não eliminaram, apesar de serem consideradas como imune a confrontações, o principal ponto de conflito entre a doutrina pragmática e a doutrina dogmática: o entendimento de que a principal finalidade da Educação Física escolar era fortalecer o esporte de alto rendimento nacional, tendo a área de esporte de massa como um mero elemento intermediário, que cobriria o hiato existente entre as áreas de Educação Física e esporte estudantil e de esporte de alto nível. A propósito, como diz o próprio texto da “Política Nacional de Educação Física e Desportos”:

Entende-se a Educação Física escolar como causa e o desporto de alto nível como efeito, tendo o desporto de massa como intermediário.

[...] Em termos de administração, é evidente que a maior parte dos investimentos deve ser orientada para a Educação Física escolar.

Tal opção, sobremaneira justificada ao nível técnico, poderá, todavia, sofrer dificuldades na implementação, por falta da orientação das pessoas e entidades envolvidas, ainda prioritariamente voltadas para o efeito, isto é, o desporto de alto nível.

[...] Acresce que o desporto de massa cobre o hiato observado entre a Educação Física estudantil e o desporto de alto nível, por intermédio das grandes iniciativas de mobilização popular.³⁴³

No que tange aos impressos analisados nesta tese, pude detectar a presença de um conjunto de ideias a respeito da Educação Física escolar cuja a diversidade não me permite rotulá-las como estritamente dogmáticas ou pragmáticas. No entanto, ao fazer o exercício de situar tais ideias diante das duas principais doutrinas internacionais que disputavam espaço e legitimidade no campo da Educação Física, foi possível perceber que grande parte delas estava mais próximas das linhas mestras do Dogmatismo do que das do Pragmatismo. Aliás, creio que, justamente por esse motivo, o debate sobre Educação Física escolar veiculado pela imprensa especializada da área se acercava mais daquilo que propunha o Decreto nº 69.450 do que a própria “Política” e o “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. Vale lembrar que tal decreto regulamentava o componente curricular em debate desde 1971 e que, embora

³⁴³ BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976, p. 53-54.

não fizesse menção à doutrina dogmática, se afinizava significativamente com a mesma, já que preconizava – apesar da ênfase dada ao desenvolvimento da aptidão física e, até mesmo, da inclusão de atividades de iniciação esportiva a partir da quinta série de escolarização – a formação integral dos escolares em detrimento da detecção de futuros atletas de alto rendimento. É o que se pode verificar, por exemplo, quando o referido decreto define, indo de encontro à concepção pragmática expressa na política e no plano citado, que a Educação Física escolar era uma atividade que deveria, em última instância, cumprir a função de despertar, desenvolver e aprimorar, por seus meios, processos e técnicas, as: “forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui[ndo-se] um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional”.³⁴⁴

Com efeito, uma parcela expressiva dos artigos que abordam temas relacionados à Educação Física escolar publicados na “Esporte e Educação” (1977), na “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” (1978-1979), na “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” (1976-1979) e no “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979)³⁴⁵ se aproximava significativamente dos fundamentos centrais da doutrina dogmática, na medida em que defendia concepções pedagógicas que, mesmo sendo muitas das vezes bastante diferentes entre si, possuíam, ao menos, um ponto em comum: o entendimento de que a Educação Física escolar era uma prática que deveria ser, fundamentalmente, comprometida com a formação global do ser humano e não, como propõe a doutrina pragmática, com a detecção de futuros atletas de alto nível, com vista ao fortalecimento de sistemas esportivos nacionais. Como já disse, do total de 72 artigos que abordam o tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”³⁴⁶ nos periódicos analisados nesta tese, 58 (\cong 80,55%) sustentam ideias que se afinizam com o Dogmatismo e que, portanto, se afastam dos preceitos básicos da concepção pragmática de Educação Física escolar contida na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”; um (\cong 1,38%) está de acordo com os princípios basilares do Pragmatismo; e 13 (\cong 18,06%) possuem singularidades que não me permitem identificá-los como próximos ou distantes ao Pragmatismo ou ao Dogmatismo.³⁴⁷

³⁴⁴ Decreto nº 69.450/1971. *Diário Oficial da União*, p. 8826, 3 nov. 1971, p. 1.

³⁴⁵ Gostaria de registrar que não fiz menção à “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” (1979) pelo simples fato desse impresso não ter publicado, como já pontuei, nenhum artigo sobre o tema “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”.

³⁴⁶ Para mais informações sobre o sentido da categoria temática “Fundamentos pedagógicos da Educação Física”, rever a seção intitulada “Índice temático e mapeamento da produção sobre o tema ‘Fundamentos pedagógicos da Educação Física’”, contida no segundo capítulo desta tese.

³⁴⁷ Para mais informações sobre cada um desses 13 artigos, bem como sobre suas peculiaridades, rever a seção intitulada “O debate expresso na imprensa especializada”, que compõe o terceiro capítulo desta tese.

Cumpro sublinhar que quando examinei a “Revista de Educação Física” (1976-1979) em minha dissertação de mestrado (REI, 2013)³⁴⁸ também verifiquei que a maioria dos artigos nela publicados se distanciavam da concepção pragmática de Educação Física escolar expressa na “Política” e no “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”. De um total de 16 artigos: nove (56,25%) eram consonantes com as linhas mestras do Dogmatismo e sete (43,75%) estavam alinhados com os fundamentos centrais do Pragmatismo. Já Taborda de Oliveira (2001), quando apreciou a “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” (1968-1984), observou, como já mencionei, um cenário diferente do que eu pude verificar nos periódicos por mim estudados tanto em minha dissertação de mestrado quanto em minha tese de doutoramento – “Revista de Educação Física” (1976-1979), “Esporte e Educação” (1977), “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” (1978-1979), “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” (1976-1979) e “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979).³⁴⁹ O autor não chega a disponibilizar informações detalhadas sobre a quantidade de artigos por ele considerados como afeitos ao Pragmatismo e ao Dogmatismo, mas afirma categoricamente que entre a segunda metade e o final da década de 1970: “o que se nota nas páginas da revista [por ele analisada] é a consolidação da perspectiva pragmática, sendo bastante reduzidos os debates e até mesmo as críticas em torno da esportivização da Educação Física” (p. 84).

Com base no exposto até aqui, acredito que a possibilidade de se ampliar a hipótese defendida em minha dissertação de mestrado, estendendo-a para grande parte da imprensa especializada em Educação Física e esportes, é, tal como adiantei na introdução desta tese, uma operação, de fato, pertinente. Dito de outra maneira, creio ter conseguido demonstrar, por meio de inúmeros exemplos mobilizados nas análises desenvolvidas ao longo do presente trabalho, que, com exceção da “Revista Brasileira de Educação Física e Desportos” e da “Revista Brasileira de Ciências do Esporte”, toda a imprensa especializada da área pode ser caracterizada, potencialmente, como um elemento dificultador da implementação das estratégias oficiais de conformação da Educação Física escolar no Brasil (1976-1979). Afinal, não se pode negar que, ao pôr em circulação concepções alternativas sobre o componente curricular em debate, a maioria dos impressos especializados em Educação Física e esportes

³⁴⁸ Para mais informações sobre minha dissertação de mestrado, ver a introdução desta tese ou, então, Rei (2013).

³⁴⁹ Gostaria de registrar que o motivo pelo qual não fiz menção à “Revista Brasileira de Ciências do Esporte” é o mesmo expresso na nota de rodapé de número 345.

geraram – inclusive, em alguns casos contraditoriamente³⁵⁰ – condições para que os profissionais da área pudessem se apropriar de fundamentos distintos dos contidos no modelo propagado pela ditadura militar por meio da “Política” e do “Plano Nacional de Educação Física e Desportos”.

É importante destacar, todavia, que definir grande parte dos impressos especializados em Educação Física e esportes como um potencial elemento dificultador das estratégias oficiais de conformação da Educação Física escolar no Brasil (1976-1979) não significa dizer que tal parte cumpriu efetivamente com essa função. Para fazer tal afirmação, seria necessário examinar questões relacionadas com os processos de recepção e apropriação (CHARTIER, 2002)³⁵¹ dos conteúdos contidos nos periódicos veiculados no período em tela. Afinal, em que medida os professores de Educação Física que atuaram entre 1976 e 1979 tiveram, por exemplo, acesso às edições da “Revista de Educação Física” (1976-1979), da “Esporte e Educação” (1977), da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” (1978-1979), da “Artus/Revista de Educação Física e Desportos” (1976-1979) e do “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979)? Dos que tiveram: quais apropriações fizeram das concepções de Educação Física escolar difundidas por essas revistas? Poderíamos afirmar que as mesmas exerceram algum tipo de influência na prática pedagógica cotidiana de tais docentes?

Como se pode presumir, essas são questões que ainda não foram devidamente investigadas, assim como tantas outras de grande valia para a ampliação do conhecimento histórico produzido sobre a configuração da Educação Física escolar no período da ditadura militar. Como exemplo, posso citar a participação da corporação de especialistas em Educação Física no processo de formulação e implementação das políticas públicas para o setor de Educação Física/esportes; os pontos de convergência e divergência entre os interesses de tal corporação e do regime militar; a importância conferida à Educação Física, em termos gerais, e à Educação Física escolar, em particular, pelo referido regime; a suposta relevância estratégica da Educação Física escolar para a consolidação e manutenção da ditadura militar; a atuação de entidades nacionais e internacionais ligadas ao campo da Educação Física

³⁵⁰ Além do caso da “Revista de Educação Física” (1976-1979), discutida mais detalhadamente na introdução desta tese, refiro-me, ainda, ao “Boletim da Federação Internacional de Educação Física” (1977-1979), que, como já vimos, era editado, basicamente, com recursos advindos de órgãos oficiais – notadamente, do Departamento de Educação Física e Desportos/Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura; e da “Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo” (1978-1979), que, como também já observamos, muito provavelmente contava, igualmente, com a contribuição financeira da Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura para a sua edição.

³⁵¹ Para mais informações sobre as noções de recepção e apropriação, rever a introdução desta tese.

(Associação de Professores de Educação Física – São Paulo, Federação Internacional de Educação Física, Conselho Internacional de Educação Física e Desportos da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura etc.); o contexto de publicação e os impactos das cartas, dos manifestos e de demais documentos produzidos por essas entidades no âmbito (inter)nacional da Educação Física (“Carta Internacional da Educação Física e do Esporte”, “Manifesto Mundial de Educação Física”, “Função da Educação Física e dos desportos na formação da juventude, a partir do ponto de vista de uma educação permanente”, entre outras); os debates sobre concepções de Educação Física escolar expressos nos livros e na imprensa especializada em Educação Física e esportes; as trajetórias profissionais e as posições sociais dos protagonistas de tais debates; as concepções oficiais de Educação Física escolar em vigência nos governos militares etc.

Se, por um lado, é possível observar, na esteira da pesquisa realizada por Taborda de Oliveira (2001), o desenvolvimento de trabalhos que nos proporcionaram relevantes contribuições para um melhor entendimento das tensões que permearam a complexa relação estabelecida entre as políticas educacionais/esportivas formuladas pelo regime militar e suas efetivações nas instituições escolares brasileiras (PINTO, 2012; ARAÚJO, 2011; ROSA, 2006); por outro, é forçoso reconhecer que a carência de estudos específicos e os limites das versões historiográficas que se cristalizaram especialmente no âmbito da Educação Física (BRACHT, 1992; SOARES ET AL., 1992; BETTI, 1991; CASTELLANI FILHO, 1988; GHIRALDELLI JR., 1988; entre outras) iluminam, de qualquer modo, a necessidade de desenvolvermos novos estudos, que visem, como afirma Taborda de Oliveira (2001), aprofundar: “o conhecimento histórico sobre a Educação Física [...] [nos anos da ditadura militar], buscando a historicidade de um processo reduzido pela historiografia a uma ‘razão de Estado’” (p. 370). Acredito ser importante superarmos a limitação detectada pelo autor citado há mais de quinze anos atrás, por meio da realização de novas pesquisas, pautadas em novos temas, abordagens teóricas, fontes e métodos. Faço essa afirmação por entender que tal realização é, com efeito, uma condição sine qua non para que possamos dar um verdadeiro salto qualitativo e vivenciarmos uma nova e promissora fase de descobertas e revisões ou, em outras palavras, para que seja possível adentrarmos por uma nova e alvissareira etapa nos estudos históricos sobre a configuração da Educação Física escolar no período do regime militar. Tendo em vista o cenário atual, amplamente debatido no primeiro capítulo desta tese, nada nos garante, entretanto, que será esse o caminho a ser trilhado nos anos vindouros pelos pesquisadores que se interessam pelo desenvolvimento de estudos históricos no campo da Educação Física. De toda maneira, espero que assim seja!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dóris Bittencourt; BASTOS, Maria Helena Camara. Culturas juvenis dos anos 1980 nas páginas do periódico estudantil: “JB - O Jornal do Becker” (Colégio Estadual D. João Becker – 1985/1986). *Educar em Revista*, Curitiba, v. 38, p. 239-259, 2015.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDRADE, Olímpio de Souza. *O livro brasileiro: desde 1920*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Cátedra, 1978.

ARAÚJO, Claudio Gil Soares. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte: um comentário sobre suas etapas iniciais. *Revista Brasileira de Ciências do Esportes*, Campinas, v. 20, número especial, p. 50-53, 1998.

ARAÚJO, Wesley Batista. *Educação Física escolar no período da ditadura militar em Jundiaí - SP (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física. São Paulo: Universidade São Judas Tadeu, 2011.

ARAÚJO, Wesley Batista; SILVA, Sheila dos Santos. *Professor de Educação Física e a ditadura militar no Brasil: comandante ou comandado?* Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOMOTRICIDADE. *O que é Psicomotricidade*. Disponível em: <<https://psicomotricidade.com.br/sobre/o-que-e-psicomotricidade>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

ASSUNÇÃO, Wallace Rocha. *et al.* A Educação Física, o esporte e o (pan-) americanismo em revista (1932-1950). *Revista da Educação Física/UEM*, Maringá, v. 25, p. 245-256, 2014.

BARZOTTO, Valdir Heitor. *Leituras de revistas periódicas: forma, texto e discurso – um estudo sobre a revista Realidade (1966-1976)*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008.

BASTOS, Maria Helena Camara. Apêndice – a imprensa periódica educacional no Brasil: de 1808 a 1994. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

BASTOS, Maria Helena Camara. La prensa de educación y enseñanza: observatorio de la formación de docentes y alumnos (Brasil, 1950-1980). *Archivos de Ciencias de la Educación*, La Plata, v. 10, p. 3-15, 2016.

BELHOSTE, Bruno. *Resume de l'exposé de Bruno Belhoste au Service d'Histoire de l'Éducation*. Paris: INRP, 1995.

BELTRAMI, Dalva Marin. *A Educação Física na política educacional do Brasil Pós-1964*. Maringá: EDUEM, 2006.

- BELTRAMI, Dalva Marin. *A Educação Física no âmbito da política educacional no Brasil Pós-64*. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Filosofia da Educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1992.
- BERCITO, Sônia de Deus Rodrigues. *Ser forte para fazer a nação forte: a Educação Física no Brasil (1932-1945)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991.
- BERMOND, Magda Terezinha. *A Educação Física escolar na Revista de Educação Física (1932-1952): apropriações de Rousseau, Claparède e Dewey*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- BERRYMAN, Jack. *Out of many, one: a history of the American College of Sports Medicine*. Champaign, Human Kinetics, 1995.
- BETTI, Mauro. *Educação Física e sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991.
- BICCAS, Maurilane de Souza. *O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus Editora, 1996.
- BRACHT, Valter. *Educação Física e aprendizagem social*. Porto Alegre: Magister, 1992.
- BRACHT, Valter. Um pouco de história para fazer história: 20 anos de CBCE. *Revista Brasileira de Ciências do Esportes*, Campinas, v. 20, número especial, p. 12-18, 1998.
- BRAGA, Rosa Maria Souza. “Nós as saudamos professoras fluminenses”: produção, circulação e representações de professoras primárias no jornal “Síntese”. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.
- BRASIL. Ministério da educação e cultura. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976.
- BRASIL. Ministério da educação e cultura. Departamento de educação física e desportos. *Plano de Educação Física e Desportos – PED*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Educação Física e Desportos, 1971a.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. SECRETARIA GERAL. *III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto – 1980/1985*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1980.
- CAPARROZ, Francisco Eduardo. *Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da escola: a Educação Física como componente curricular*. Vitória: CEFD-UFES, 1997.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Escola Nova e o impresso: um estudo das estratégias editoriais de difusão do Escolanovismo no Brasil. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Modos de ler, formas de escrever: estudos de história da leitura e escrita no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Estratégias textuais e editoriais de difusão do Escolanovismo no Brasil: uma perspectiva. In: GVIRTZ, Silvina (Org.). *Escuela Nueva en Argentina y en Brasil*. São Paulo: Mino y Davila, 1996.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Manuales de pedagogía, materialidade de lo impreso y circulación de modelos pedagógicos en el Brasil. *Revista Colombiana de Educación*, Bogotá, v. 52, p. 91-136, 2007.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por una historia cultural de los saberes pedagógicos: libros de texto, materialidad de lo impreso y circulación internacional de modelos. In: PEGUERO, María Guadalupe. (Org.). *Reflexiones sobre la historia de la educación. Teoría, conceptos e investigación educativa*. San Nicolas de Hidalgo: Universidad Michoacana de San Nicolas de Hidalgo, 2013.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papyrus, 1988.

CATANI, Denice Bárbara. *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1919)*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.

CATANI, Denice Bárbara. *Ensaio sobre a produção e circulação de saberes pedagógicos*. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

CATANI, Denice Bárbara. A imprensa periódica pedagógica e a história dos estudos educacionais no Brasil. In: DÍAZ, José María Hernández (Org.). *Prensa pedagógica y patrimonio histórico educativo*. Salamanca: Aquilafuente/Ediciones Universidad Salamanca, 2013.

CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Camara. (Orgs.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

CATANI, Denice Bárbara; SOUSA, Cynthia Pereira de (Orgs.). *Imprensa periódica educacional paulista (1890-1996): catálogo*. São Paulo: Plêiade, 1999.

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina de (Orgs.). *Dossiê Geisel*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 2002.

CASTRO, Celso. In corpore sano – os militares e a introdução da Educação Física no Brasil. *Antropolítica*, Niterói, n. 2, p. 61-78, 1997.

CAVALCANTI, Kátia Brandão. *Esporte para Todos: um discurso ideológico*. São Paulo: IBRASA, 1984.

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A beira da falésia: a História entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Brasília: EUB, 1999.
- CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- CHAVES, Waidenfeld Chaves. A Revista Escola Argentina: reflexões sobre um periódico escolar nos anos 20 e 30. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 6, p. 59-87, 2003.
- CHARTIER, Roger. Um estudo sobre a cultura escolar no Rio de Janeiro dos anos 1930 pelas lições de História. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 11, p. 71-101, 2006.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.
- CHEVALARD, Yves. *La transposición didáctica*. Buenos Aires: Aique, 1991.
- CORAGGIO, José Luis. *Desenvolvimento humano e educação*. São Paulo: Cortez, 1996.
- COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *A fala dos homens: análise do pensamento tecnocrático (1964-1981)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. *O golpe na Educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- DAOLIO, Jocimar. *Educação Física brasileira: autores e atores da década de 1980*. Campinas: Papyrus, 1998.
- DARIDO, Suraya Cristina; SANCHEZ NETO, Luiz. O contexto da Educação Física na escolar. In: DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade (Orgs.). *Educação Física na escolar: implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: Editoria da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FERREIRA NETO, Amarílio. *A pedagogia no Exército e na escola: a Educação Física brasileira (1880-1950)*. Aracruz: FACHA, 1999.

FERREIRA NETO, Amarílio *et al.* *Catálogo de periódicos de Educação Física e esporte (1930-2000)*. Vitória: PROTEORIA, 2002.

FERREIRA NETO, Amarílio *et al.* Por uma teoria da Educação Física brasileira na imprensa periódica de ensino, técnica e científica. *Movimento*, Porto Alegre, v. 20, p. 1473-1497, 2014.

FERREIRA NETO, Amarílio. Revista de Educação Física: ciclo de vida, seção unidade de doutrina e lição de Educação Física (1932-2002). *Movimento*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 91-118, 2003.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74, 2017.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da ditadura*. Volume 4: Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. *Golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2014.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e sociedade*. São Paulo: Moraes, 1986.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002a.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002b.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos da Educação Física*. São Paulo: Loyola, 1988.

GOELLNER, Silvana Villodre. *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1999.

GOELLNER, Silvana Villodre. *O Método Francês e a Educação Física no Brasil: da caserna à escola*. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.

GOODSON, Ivor. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 1995b.

GOODSON, Ivor. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, António. (Org.). *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1995c.

GOODSON, Ivor. *Historia del currículum: la construcción social de las disciplinas escolares*. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1995a.

GOODSON, Ivor. La construcción social del currículum: posibilidades y ambitos de investigación de la historia del currículum. *Revista de Educación*, Madri, 295, p. 7-37, 1991.

GOODSON, Ivor. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 230-254, 1990.

HARROW, Anita. *Taxonomy of the psychomotor domain*. New York: David McKay Co., 1972.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

LABORIE, Pierre. *Les français des années troubles*. De la guerre d'Espagne a la Liberation. Paris: Seuil, 2003.

LAPIERRE, Andre; AUCOUTURIER, Bernard. *A simbologia do movimento: Psicomotricidade e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

LE BOULCH, Jean. *Rumo a uma ciência do movimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

LIMA, Magali Alonso de. *O corpo no espaço e no tempo: a Educação Física no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação. Departamento de Filosofia da Educação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

LOPES, Sonia de Castro. Arquivos do Instituto de Educação: suporte de memória da Educação Nova no Distrito Federal (Anos de 1930). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 9, p. 43-73, 2005.

LOUZADA, Silvana. *Fotojornalismo em revista: o fotojornalismo em “O Cruzeiro” e “Manchete” durante os governos Juscelino Kubitschek e João Goulart*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARINHO, Inezil Penna. *Sistemas e métodos de Educação Física*. São Paulo: Cia. Brasil Editora, 1953.
- MARIZ DE OLIVEIRA, José Guilmar *et al.* *Educação Física e o ensino de 1º grau*. São Paulo: EDUSP, 1988.
- MELO, Victor Andrade de. Os Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (1945-1966): a importância de uma revista e iniciativas de preservação. *Arquivos em Movimento*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-43, 2005.
- MORILA, Ailton Pereira. No compasso do progresso: a música na escola nas primeiras décadas republicanas. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 12, p. 75-121, 2006.
- MUNAKATA, Kazumi. Prefácio. Fazendo(-se) uma área acadêmica. In: TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. *Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência*. São Paulo: Editora da Universidade São Francisco, 2003a.
- NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. O. Educação e civismo: movimento escoteiro em Minas Gerais (1926-1930). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 7, p. 43-75, 2004.
- NÓVOA, António. Imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Camara. (Orgs.). *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.
- OLIVEIRA, Antonio Sergio Francisco. *et al.* Inezil Penna Marinho: lugares e práticas em periódicos da Educação Física. *Movimento*, Porto Alegre, v. 21, p. 575-590, 2015.
- PAIVA, Fernanda. Ciência e poder simbólico no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Vitória: CEFD/UFES, 1994.
- PANIZZOLO, Cláudia. A Revista Bem-te-vi e o projeto civilizatório metodista nas mãos da criança brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 14, n. 2, p. 271-293, 2014.
- PEREIRA, Laércio Elias. *Índice da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos*. Brasília: Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, 1983.
- PINTO, Joécio Fernandes. *Memórias de professores/as de Educação Física sobre formação e práticas pedagógicas (1950-1970)*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

PINTO, Joécio Fernandes. *Representações de esporte e Educação Física na ditadura militar: uma leitura a partir da revista de história em quadrinhos DEDINHO (1968-1974)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

REI, Bruno Duarte; SILVA, Gustavo da Motta; BAPTISTA, Guilherme Gonçalves. Corpo, ditadura e formação de professores na Educação Física brasileira: retratos de uma linha de pesquisa. In: LÜDORF, Sílvia Maria Agatti; REI, Bruno Duarte; SILVA, Alan Camargo (Orgs.). *Corpo e Educação Física: trajetórias investigativas – os 15 anos do NESPEFE/EEFD/UFRJ*. Curitiba: Appris, 2018.

REI, Bruno Duarte. Imprensa de educação e ensino e Educação Física escolar no Brasil (1976-1979): reflexões sobre uma proposta de estudo. *Lecturas: Educación Física y Deportes*, Buenos Aires, n. 211, p. 1-8, 2015.

REI, Bruno Duarte. Imprensa de educação e ensino e Educação Física escolar no Brasil (1976-1979): um relato de experiência acadêmica. *Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 85-96, 2018.

REI, Bruno Duarte; LÜDORF, Sílvia Maria Agatti. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas. *Revista da Educação Física/UEM*, Maringá, v. 23, n. 3, p. 483-497, 2012.

REI, Bruno Duarte; LÜDORF, Sílvia Maria Agatti. Entre a adesão e a resistência: notas sobre Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 38, p. 101-103, 2016.

REI, Bruno Duarte. *Lutas de representações sobre o desenvolvimento de uma prática: a Educação Física escolar brasileira em revista (1976-1979)*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

REI, Bruno Duarte; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; LÜDORF, Sílvia Maria Agatti. Imprensa de educação e ensino, lutas de representações e Educação Física escolar no Brasil: um estudo sobre a “Revista de Educação Física” (1976-1979). In: ANACLETO, Francis Natally de Almeida; SILVA, Gustavo da Motta; SANTOS, José Henrique dos. (Orgs.). *Educação Física e interfaces com a História, o currículo e a formação profissional*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

REI, Bruno Duarte; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; LÜDORF, Sílvia Maria Agatti. Lutas de representações sobre o desenvolvimento de uma prática: a Educação Física escolar brasileira em revista (1976-1979), *Educação em Revista (UFMG)*, Belo Horizonte, v. 32, p. 203-227, 2016.

REI, Bruno Duarte; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves; LÜDORF, Sílvia Maria Agatti. “Revista de Educação Física” (1964-1985): materialidade, índice temático e produção sobre Educação Física escolar. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, 2019. No prelo.

REVISTA CIENTÍFICA DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. *Foco e escopo*. Disponível em: <<http://www.fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/about/editorialPolicies#publicationFrequency>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

ROLLEMBERG, Denise. Aos grandes homens a pátria reconhecida. Os justos no Pantheon. In: GOMES, Ângela de Castro Gomes (Org.). *Direitos e Cidadania*. Memória, política e cultura. Volume 2. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007.

ROMANELLI, Otaíza Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ROSA, Juliano de Melo da. *Nas vozes de um mesmo tempo: a Educação Física institucionalizada no período da ditadura militar em Cacequi - RS*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

SANTOS, Wagner dos *et al.* Avaliação em Educação Física escolar: trajetória da produção acadêmica em periódicos (1932-1918). *Movimento*, Porto Alegre, v. 24, p. 9-22, 2018.

SARTORI, Sérgio. Associação de Professores de Educação Física – APEF. In: COSTA, Lamartine Pereira da (Org.). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2006.

SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.

SCHNEIDER, Omar. *A revista Educação Physica (1932-1945): estratégias editoriais e prescrições educacionais*. Dissertação (Mestrado em Educação: História Política e Sociedade) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Filosofia da Educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

SCHNEIDER, Omar. *Educação Physica (1932-1945): a arqueologia de um impresso*. Vitória: EDUFES, 2010.

SCHNEIDER, Omar *et al.* A Revista de Educação no governo de João Punaro Bley e a escolarização da Educação Física no Espírito Santo (1934-1937). *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 13, p. 43-68, 2013.

SCHNEIDER, Omar *et al.* Arqueologia das práticas editoriais: 15 anos de um impresso em movimento. *Movimento*, Porto Alegre, v. 15, p. 57-85, 2009.

SCHNEIDER, Omar; FERREIRA NETO, Amarílio. Americanismo e a fabricação do homem novo: circulação e apropriação de modelos culturais na Revista Educação Physica (1932-1945). *Movimento*, Porto Alegre, v. 14, p. 135-159, 2008.

SCHNEIDER, Omar; FERREIRA NETO, Amarílio; BRUSCH, Marcela. Educação Física e escolarização na Revista de Educação do Espírito Santo (1934-1937). *Movimento*, Porto Alegre, v. 18, p. 219-235, 2012.

SCHNEIDER, Omar; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A Revista Educação Physica (1932-1945): fórmula editorial, prescrições educacionais, produtos e publicidade. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 20, p. 235-281, 2009.

SILVA, Márcia Cabral da; PINTO, Mariane Sousa. Discursos em disputa sobre a Bibliotheca Infantil em O Paiz (1894-1899). *Educação em Questão (UFRN)*, v. 56, p. 221-243, 2018.

SILVA, Vivian Batista. Uma história das leituras para professores: análise da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos (1930-1971). *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 6, p. 29-59, 2003.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Petrópolis: Vozes, 1988.

SOARES, Carmen Lúcia *et al.* *Metodologia do ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMASI, Livia de *et al.* (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.

SOEIRO, Renato Souza Pinto. *A contribuição da Escola de Educação Física do Exército para o esporte nacional (1933-2000)*. Dissertação (Mestrado em Ciências de Motricidade Humana) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade Humana. Rio de Janeiro: Universidade Castello Branco, 2003.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. *A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968–1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência*. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Filosofia da Educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 25, n. 2, p. 9-20, 2004.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. *Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência*. São Paulo: Editora da Universidade São Francisco, 2003a.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Políticas públicas para a Educação Física escolar no Brasil durante a ditadura militar: uma só representação? *Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 151-178, 2003b.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurélio. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. *Educação e Pesquisa (USP)*, São Paulo, v. 28, n.1, p. 51-75, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. *Miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: História e Filosofia da Educação. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Print capitalism, new school and circulation of reading models: a brazilian collection at the Primary Education Museum-Library in Portugal (1931-1950). *Paedagogica Historica*, Birmingham, v. 47, p. 639-656, 2011.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida; REVAH, Daniel. A indústria cultural e a política educacional do regime militar: o caso da revista Escola. *Revista Brasileira de História*, v. 30, p. 77-95, 2010.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMASI, Livia de *et al.* (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.

TUBINO, Manoel José Gomes. *Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação*. Maringá: EDUEM, 2010.

TUBINO, Manoel José Gomes. Movimento Esporte Para Todos: da contestação do esporte de alto nível à atual promoção da saúde. *Revista Científica da Federação Internacional de Educação Física*, Foz do Iguaçu, v. 73, n. 3, p. 24-29, 2003.

TUBINO, Manoel José Gomes; GRUHN, Almir Adolfo. FIEP – Federação Internacional de Educação Física. In: COSTA, Lamartine Pereira da (Org.). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Shape, 2006.

VAGO, Tarcísio Mauro. Educação Física na Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1935): organizar o ensino, formar o professorado. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 11, p. 101-135, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

APÊNDICE – Listagem de fontes

Legislação

Decreto nº 66.967/1970. *Diário Oficial da União*, p. 5771, 3 ago. 1970.

Decreto nº 69.450/1971. *Diário Oficial da União*, p. 8826, 3 nov. 1971.

Decreto-Lei nº 594/1969. *Diário Oficial da União*, p. 5687, 28 mai. 1969.

Decreto-Lei nº 608/1969. *Diário Oficial da União*, p. 4785, 6 jun. 1969.

Decreto-Lei nº 705/1969. *Diário Oficial da União*, p. 6401, 28 jul. 1969.

Lei nº 6.503/1977. *Diário Oficial da União*, p. 17297, 16 dez. 1977.

Periódicos

“Artus/Revista de Educação Física e Desportos”, 1976, 1977, 1978, 1979;

“Boletim da Federação Internacional de Educação Física”, 1977, 1978, 1979;

“Esporte e Educação”, 1977;

“Jornal do Brasil”, 1977;

“O Cruzeiro”, 1977;

“Revista da Associação de Professores de Educação Física – São Paulo”, 1978, 1979;

“Revista Brasileira de Ciências do Esporte”, 1979.

Publicações oficiais

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNEFD*. Rio de Janeiro: Apex Gráfica e Editora, 1976.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Política Nacional de Cultura*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Política Nacional Integrada de Educação*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. SECRETARIA GERAL. *A Política e o Plano Setorial de Educação e Cultura*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria Geral, 1973.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Eu sou o DED*. Brasília: Indústria Gráfica Levy Publicidade LTDA., 1971.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Plano de Educação Física e Desportos – PED*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Educação Física e Desportos, 1971.

BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) – II PND*. Brasília: Imprensa Oficial, 1974.

COSTA, Lamartine Pereira da. *Diagnóstico de Educação Física/desportos no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, Fundação Nacional de Material Escolar, 1971.